



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**VIOLÊNCIA ENTRE (DES)IGUAIS:
MEMÓRIAS SILENCIADAS NAS LUTAS DA LIGA CAMPONESA DE
SAPÉ-PB (1962-1964)**

JULIANA FERREIRA ALVES

JOÃO PESSOA-PB
Agosto de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**VIOLÊNCIA ENTRE (DES)IGUAIS:
MEMÓRIAS SILENCIADAS NAS LUTAS DA LIGA CAMPONESA DE
SAPÉ-PB (1962-1964)**

JULIANA FERREIRA ALVES

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Regionalidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA-PB
Agosto de 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474v Alves, Juliana Ferreira.

Violência entre (des)iguais: memórias silenciadas nas
lutas da Liga Camponesa de Sapé-PB (1962-1964) /
Juliana Ferreira Alves. - João Pessoa, 2019.
194 f.

Orientação: Paulo Giovani Antonino Nunes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/João Pessoa.

1. Liga Camponesa de Sapé; Memória; Silenciamento. I.
Paulo Giovani Antonino Nunes. II. Título.

UFPB/CCHLA

JULIANA FERREIRA ALVES

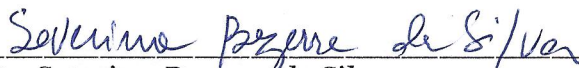
**VIOLÊNCIA ENTRE (DES)IGUAIS:
memórias silenciadas nas lutas da Liga Camponesa de Sapé – PB
(1962-1964)**

Avaliado em 30 / 08 / 2019, com conceito APROVADO

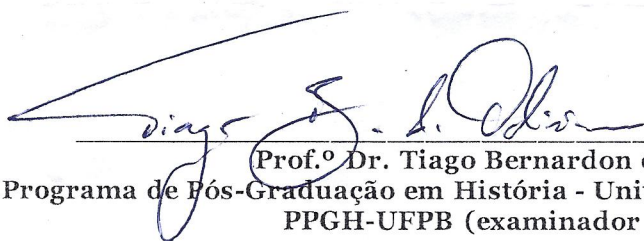
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Paraíba
PPGH-UFPB (orientador)



Prof.º Dr. Severino Bezerra da Silva
Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal da Paraíba
PPGE-UFPB (examinador externo)



Prof.º Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Paraíba
PPGH-UFPB (examinador interno)

Prof. Dra. Monique Guimarães Cittadino
Departamento de História - Universidade Federal da Paraíba
UFPB (suplente externa)

Prof.^a Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Paraíba
PPGH-UFPB (suplente interna)

AGRADECIMENTOS

Obrigada é uma palavra que não dá conta de exprimir o tamanho de minha gratidão pelas pessoas que estão citadas neste texto.

Primeiramente agradeço a Deus pela realização deste sonho, por ter sido no seu tempo e não no meu, por estar sempre no meu lado me dando forças para seguir em frente e não desistir diante das muitas dificuldades, e por ter colocado pessoas maravilhosas no meu caminho.

Também sou grata à minha família, em especial à minha mãe (Terezinha) e ao meu irmão (Jucelino) por ter estado comigo durante esse grande desafio que foi a caminhada no mestrado. Especialmente à minha mãe pela compreensão do meu isolamento (necessário no momento da escrita), pela paciência, pelo seu apoio e principalmente pelo seu amor. Obrigada, essa conquista é nossa!

Ao meu orientador Paulo Giovanni Antonino Nunes, que com muita paciência e prontidão me direcionou da melhor forma durante a pesquisa, sempre com sugestões imprescindíveis para a composição deste trabalho. E também por não ter desistido da minha problemática acerca da Liga Camponesa de Sapé, tema que já me inquietava na graduação e que só agora no mestrado consegui desenvolvê-lo, isso foi fundamental para que eu pudesse seguir em frente. Professor Paulo, muita obrigado.

Do mesmo modo, agradeço à professora Michelly Cordão, que lecionou na Universidade Estadual da Paraíba na época em que eu era graduanda, me mostrando ser possível abordar sobre tal assunto, desde que tomasse os devidos cuidados, conselhos esses que eu tentei colocá-los em prática ao longo da pesquisa.

Às professoras Telma Dias (simpatia em pessoa) e Carla Mary, pelo aprendizado adquirido em suas aulas. E por ter me permitido em alguns momentos enxergá-las para além da profissão, percebendo as pessoas divertidas que são.

Assim como aos professores Tiago Bernardon e Severino Bezerra que integraram a banca examinadora, dando sugestões e críticas construtivas que só enriqueceram o trabalho, muita obrigado!

Quero agradecer a Paulo a quem tive o prazer de conhecer na UEPB de Guarabira, quando ainda cursávamos História, laço de amizade que se estreitou ainda mais quando ingressamos no mestrado na UFPB, quando as rodas de conversas me possibilitaram momentos de muita descontração e aprendizagem. Um amigo que demonstrou disponibilidade

em todas as ocasiões da minha vida acadêmica sempre me ajudando seja por intermédio das leituras dos meus textos, das sugestões de aprimoramento na escrita, nos apontamentos de um olhar mais crítico sobre determinados ângulos ou aprofundamento de uma abordagem.

Além de Paulo, a minha querida UEPB também me presenteou com a amizade de Janaína (Jana), em que durante o curso de História, mas, sobretudo, na Especialização, tivemos a oportunidade de construirmos uma amizade sólida a qual levarei para a vida. Em várias ocasiões (seja nas seleções de mestrado, durante o curso e agora no término dele) pude contar com seu apoio, com uma palavra amiga sempre na hora certa, me motivando a seguir em frente quando muitas vezes eu queria desistir. Principalmente quando batia o desânimo e este vinha acompanhado de prazos para serem cumpridos não só referente à dissertação, mas também referentes às publicações que um aluno de pós-graduação deveria ter. Deste modo, suas palavras e disposição nas leituras dos capítulos desse texto proporcionaram que esse longo trajeto acadêmico fosse menos árduo.

Tal mérito, no sentido de deixar a caminhada mais leve, deve do mesmo modo ser atribuído à minha colega de turma Fabiana, que se tornou no decorrer do curso uma grande amiga, cujo carisma contagiava os meus momentos de extremas dificuldades no mestrado, de quem também pude contar com leituras atentas desse texto de dissertação. Fabiana esteve sempre disposta a me escutar, ouvindo os meus desabafos, cujos diálogos terminavam em boas risadas. Sua alegria também me acompanhou no estágio, experiência ímpar que nos permitiu uma percepção mais aprofundada sobre a vida docente universitária.

Também quero registrar o meu agradecimento a Romário e Gilvan (Rico) que me apresentaram boa parte das pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa na condição de entrevistadas. A presença deles foi fundamental para romper com a desconfiança do primeiro contato com esses camponeses. Quero também deixar o meu profundo agradecimento aos próprios depoentes que cederam um pouco do seu tempo para “conversarmos” e por compartilharem comigo um pouco das suas histórias de vida que em determinado momento se cruzaram com a história da Liga Camponesa de Sapé. Sem vocês essa pesquisa não teria sido possível.

Estes agradecimentos ainda se estendem à CAPES pelo apoio financeiro durante esses 24 meses de pesquisa, bolsa que contribuiu não só em relação às despesas decorrentes da pesquisa, como possibilitou ter mais tempo livre para dedicar-me exclusivamente às demandas da dissertação. E ao Programa de Pós-Graduação de História (PPGH), dando todo o

suporte necessário, em especial à figura de Geraldo, sempre muito gentil e prestativo em todas as vezes que precisei de alguma informação relacionado ao curso. Obrigado a todos.

“Alguns me chamavam de muito radical. Acho que eu não era radical. Quando resolvi assumir a luta, assumi de verdade. A repressão dos proprietários é que era mais do radical. Eu aprendi que a violência traz mais violência. O camponês detesta agir com violência, mas quando não há outro jeito, tem que ir à luta. Veja o que os coronéis fizeram com os camponeses, enquanto eles não reagiram?! Quando eles atiravam, a gente também tinha que atirar, senão acabávamos morrendo. Isso não é ser radical. Essa era a realidade do campo criada pelos proprietários das terras. Se não fizessemos o que fizemos, não conseguiríamos dar prosseguimento à luta. O engraçado é que eu nunca vi os proprietários serem considerados radicais. Eles é que são verdadeiramente radicais. Concorda? O que a Liga Camponesa não queria era ver os camponeses continuarem a ser explorados, torturados, assassinados, terem suas lavouras destruídas, serem despejados sem reagir. O que queríamos era que não houve mais viúvas e órfão da luta. Queríamos terra para trabalhar!”

Fala de Elizabeth Teixeira na sua biografia *Elizabeth Teixeira - mulher da terra*

(ROCHA, 2016, p. 157-158)

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir com a historiografia do campesinato paraibano acerca da Liga Camponesa de Sapé, trazendo para a discussão as práticas de violências (físicas e morais) presentes internamente nessa organização, tomando como base as memórias de camponeses que participaram desse movimento sejam como integrantes ou como testemunhas oculares desse acontecimento histórico. Visamos também compreender os diversos mecanismos de resistência utilizados pela Liga de Sapé após o assassinato de seu líder João Pedro Teixeira em 02 de abril de 1962, em que adotou uma postura mais inflexiva diante daquela conjuntura marcada pela intensificação da violência e das arbitrariedades por parte dos grandes proprietários de terra contra o homem do campo. Essa nova conduta envolveu não só os latifundiários, mas também todas as pessoas que eram contrárias aos ideais defendidos pela organização camponesa. Deste modo, abriremos espaço para que os relatos de tais camponeses rompessem com o silêncio em torno desses fatos, cujas memórias nos possibilitará entender um pouco mais a respeito da história desse movimento.

Palavras-chaves: Liga Camponesa de Sapé; Memória; Silenciamento; Violência, Resistência.

ABSTRACT

This paper intends to contribute to the historiography of peasantry in the state of Paraíba, taking into consideration the Peasant League of Sapé [Liga Camponesa de Sapé] and bringing into discussion the practices of physical and moral violence that were internally present in this organization, based on the memories of peasants who participated in this movement, either as members or as eyewitnesses of this historical event. We also aim to understand the various resistance mechanisms used by the League of Sapé after the assassination of its leader, João Pedro Teixeira, on April 2 of 1962, when it adopted a more inflexible stance in front of the situation of an intensified violence and arbitrariness of the large landowners against the countryman. This new behaviour involved not only the landowners, but also everyone who were against the ideals defended by the peasant organization. Thus, we will make room for the memories of such peasants, so that their reports can break the silence around these facts, enabling us to understand a little more about the history of this movement.

Keywords: Peasant League of Sapé; Memory; Silencing; Violence; Resistance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO	18
2.1. Rompendo silêncio, tecendo histórias: a escrita sobre as Ligas Camponesas na segunda metade do século XX.....	18
2.2. Entre mudanças e permanências: o século XXI como um campo de possibilidades de escritura da Liga Camponesa de Sapé.....	63
3. VIOLÊNCIA EXTERNA CONTRA E DAS LIGAS CAMPONESAS	79
3.1. A ruptura do paternalismo como pacto simbólico de dominação	79
3.2. A queda de braço entre latifundiários e camponeses.....	91
3.3. Confronto no campo: da violência física à moral.....	106
3.4. Invertendo as regras, ditando as normas: o chocalho como instrumento de submissão	118
4. VIOLÊNCIA ENQUANTO ARMA DE CONVECIMENTO	127
4.1. A radicalização da Liga Camponesa de Sapé: “reforma agrária na lei ou na marra”	127
4.2. Enchocalhar para acordar: conscientizar a classe camponesa por meio da força	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS	181
ANEXOS	189

1. INTRODUÇÃO

As memórias dos militantes das Ligas Camponesas da Paraíba são constantemente consultadas por estudiosos que trazem à tona a história da Liga Camponesa de Sapé a partir das recordações desses camponeses. Mas vale salientar que embora a historiografia específica tenha se apoiado em muitos dos relatos de pessoas remanescentes que vivenciaram tais acontecimentos, ainda assim observamos nela (a historiografia) uma lacuna que precisa ser explicitada – sobretudo a respeito das violências existentes dentro das Ligas, visto que os discursos historiográficos sobre a temática fazem uma abordagem da violência no campo como uma prática constituída exclusivamente pelos latifundiários, mostrando assim, uma narrativa (quase que) contraditória ao que se ouve no dia a dia das pessoas que conviveram com o acontecimento. Será, portanto, o outro lado desta história que ganhará voz por meio das entrevistas que realizamos, entendendo-se, com isso, que as memórias de uns são enaltecidas e as de outros são silenciadas, mas que na verdade ambas são reavivadas a cada instante, pois enquanto determinadas memórias são exaltadas pela historiografia, outras são repassadas cotidianamente entre parentes, amigos, conhecidos, etc. (POLLAK, 1989).

Sendo assim, nós enquanto historiadores, devemos problematizar a cristalização de uma memória única para quaisquer eventos históricos, até mesmo para colocar em cena as batalhas de memórias. Para Delgado (2006), “a construção de representações sobre passado, que é imutável, mas que pode ser ressignificado – é uma articulação, quase sempre marcada por disputas e por tensões, pois a memória e o conhecimento histórico podem servir a diferentes senhores” (DELGADO, 2006, p. 56). Diante disso, como bem assinala Delgado, não existe neutralidade sobre qualquer tipo de abordagem do passado. Portanto, a quase ausência das memórias de camponeses que relatam sobre a violência interna na Liga de Sapé na composição da história do campesinato paraibano nos faz indagar: que memória histórica foi sendo construída acerca desse movimento camponês?

Por isso, ao trabalharmos com história oral, estamos abrindo espaço para que as memórias subterrâneas das pessoas que foram deixadas à margem pela historiografia do campesinato paraibano possam existir, assim como suas versões dos fatos, que diferem algumas vezes da memória predominante acerca da história da Liga Camponesa de Sapé, de modo que o silêncio pelo qual foi submetido por um longo tempo tais lembranças, não resultou no esquecimento do passado, mas na espera de um momento oportuno para vir à tona (POLLAK, 1989).

Diante disso, ao considerarmos as produções que abordam as Ligas Camponesa de Sapé, principalmente após a morte do seu líder João Pedro Teixeira, bem como o contexto histórico controlado pelo governo ditatorial, parece ser pertinente querer ouvir as pessoas que se dizem vítimas da violência interna da Liga de Sapé visto que a historiografia produzida sobre o tema a partir da década de 1980 sempre aborda as memórias individuais para seus constructos finais, mas parece não dar muita importância para os que lamentam tais fatos, uma vez que eles atuaram no mesmo campo de luta, mas alguns foram silenciados historicamente. Neste sentido, as contribuições de Pollak (1989), Ricoeur (2007), Schilling (2005), Fenelon (2005), Le Goff (1990) e Behar (2012) são fundamentais, pois eles discutem sobre sociedade, história, memória, esquecimento e silêncio, destacando o jogo de interesses intrínsecos ao processo de solidificação destes elementos. Aliás, estes conceitos serão abordados com afinco durante essa pesquisa, não esquecendo que buscaremos na memória dos mais velhos (BOSI, 1994), respostas que possam contribuir para a compreensão desta sociedade.

Além do mais, todo este contexto aponta a violência como o elemento fundamental para quem busca a compreensão destes acontecimentos. Nesse sentido, com o apoio de Michel de Certeau (2001) e de sua “operação historiográfica”, destacaremos a importância do “lugar social” para a historiografia, bem como a do “não-dito” para a reconstrução dos discursos sobre o passado. É isso que buscaremos compreender com o uso das fontes orais e dos relatos de memória daqueles que foram testemunhas oculares dos conflitos envolvendo o Estado, os latifundiários e os integrantes da Liga. E mais, será por meio destes relatos inéditos (ou já publicados), que buscaremos encontrar o “não-dito” para um conhecimento mais aprofundado sobre a história da Liga de Sapé.

A partir do nosso objeto de pesquisa que trata sobre a violência interna da Liga Camponesa de Sapé no período de 1962 a 1964, pretendemos analisar os discursos orais que permeiam a sociedade remanescente no espaço geográfico onde ocorreram os conflitos no campo, e os discursos contidos na historiografia específica, buscando compreender as violências praticadas pelo movimento contra seus companheiros e camponeses.

Nesta perspectiva, o segundo capítulo irá fazer uma revisão bibliográfica de escritas que tomaram a Liga Camponesa como tema. A escolha desse período temporal em detrimento de outros, principalmente daquelas literaturas que foram produzidas no calor do momento em que os fatos estavam acontecendo, se deu por duas razões, a primeira porque o intervalo selecionado era correspondente ao final de ditadura e a censura estava mais “branda” se

comparada com o período do início do golpe em 1964. Isso possibilitou que estudiosos de diferentes áreas pudessem levantar questionamentos sobre os conflitos no campo, cada vez mais frequentes nas manchetes dos jornais. Tais circunstâncias acabaram propiciando um cenário em que todas as atenções estavam direcionadas para as áreas rurais. Foi nesse contexto que começaram a surgir diversas obras abordando as Ligas Camponesas, desencadeando assim discussões bastante pertinentes em torno dessa temática e com enfoque histórico.

O segundo motivo se deu devido a “quase ausência” de produções nos anos 1960, desencadeada pelo contexto de ditadura militar cuja censura empreendida contra os jornais, festivais musicais, também se estendeu ao âmbito universitário. De acordo com Motta (2008), as ideias consideradas esquerdistas pela Assessoria de Segurança e Informação (AESI) acabavam sendo censuradas, o que nos faz pensar que os assuntos envolvendo reforma agrária, direitos trabalhistas, movimentos sociais como as Ligas Camponesas, fossem assuntos proibidos nas universidades federais diante da conjuntura política e social da época. Logo, qualquer literatura taxada como “subversiva” era confiscada. A repressão acabou provocando um silenciamento involuntário nas produções acadêmicas que falassem sobre o movimento camponês, daí a razão de não termos incluído os textos de época para compor a análise historiográfica.

Sendo assim, a nossa proposta no segundo capítulo, *As Ligas Camponesas na Paraíba: um balanço historiográfico*, é discutir as relevâncias dos estudos que foram produzidos sobre as Ligas Camponesas na Paraíba no período de 1980, iniciado com o processo de redemocratização do país, cruzando com as bibliografias atuais que tratam acerca da temática, para percebermos as mudanças e permanências nos discursos que foram sendo construídos ao longo de quase seis décadas em torno desse movimento, uma vez que essas narrativas ofereceram uma enorme contribuição para a escrita sobre o campesinato brasileiro e paraibano.

Na primeira seção deste capítulo, *Rompendo silêncio, tecendo histórias: a escrita sobre as Ligas Camponesas na segunda metade do século XX (1980)*, os nossos critérios de seleção foram examinar textos considerados clássicos acerca da temática a partir de discursos bastante heterogêneos, que vai desde Sociologia, História, até à linguagem fílmica e jornalística, que nos permitiu vislumbrar um panorama mais complexo sobre a realidade que os camponeses vivenciaram naquele contexto histórico, quando a luta de classes entre

trabalhadores rurais e proprietários de terras era intensa, principalmente no Nordeste e, em especial, na Paraíba.

Além da análise das obras clássicas referentes à temática, iremos, no segundo item, *Entre mudanças e permanências: o século XXI como um campo de possibilidades de escritura da Liga Camponesa de Sapé*, examinar bibliografias mais atuais, distinguindo assim as mudanças e as permanências dos discursos que foram se formando por meio de novas pesquisas e a partir das produções já existentes, que serviram de apoio para que esses estudiosos se debruçassem sobre o assunto.

Já no terceiro capítulo, *Violência externa contra e das Ligas Camponesas*, faremos uma abordagem sobre a violência presente nas disputas envolvendo camponeses e latifundiários e como esta foi uma prática usada pelos dois grupos para submeter um ao outro – utilizando como subterfúgios a violência física e moral. Também iremos analisar a ruptura dessa relação “paternalista” que unia esses dois segmentos, pois tomamos esse rompimento como a causa dos conflitos entre essas duas classes, cuja situação se agravou com o surgimento das Ligas Camponesas visto que esses movimentos reivindicavam melhores condições de trabalho, confrontando assim os interesses dos proprietários de terras. Desta maneira, procederemos com uma análise de episódios de violência envolvendo trabalhadores rurais e latifundiários, esclarecendo os motivos e percebendo como se sucederam tais enfrentamentos.

No que se refere ao quarto e último capítulo, *Violência enquanto arma de convencimento*, mostraremos como a Liga Camponesa de Sapé, após o assassinato do seu líder João Pedro Teixeira, adotou uma nova postura sob comando de Elizabeth Teixeira, que acabou criando algumas polêmicas e discordâncias na atuação do movimento por parte dos seus dirigentes e de alguns camponeses. A sua aproximação com as ideias defendidas por Francisco Julião, somada à morte de João Pedro, poderia ter motivado a conduta radical das ações empreendidas pela Liga. Esse posicionamento agressivo era aplicado contra os proprietários de terra e todas as pessoas que não quisessem aderir ao movimento (seja por medo de represália dos patrões, por não compartilhar das ideias da Liga, por solidariedade aos latifundiários ou por se manterem “neutras”). O fato é que este comportamento fez com que a Liga utilizasse o chocalho como instrumento de dominação simbólica das pessoas contrárias às suas ideologias, bem como as agressões físicas. Por isso, tomaremos os relatos dos camponeses que viveram aqueles momentos históricos para nos contar como se dava essas violências físicas e morais contra os trabalhadores rurais pelos membros do movimento. Tais

narrativas tornaram-se interessantes na medida em que conseguimos captar não apenas as impressões dos indivíduos que foram testemunhas oculares daqueles acontecimentos, tendo uma visão externa sobre a organização camponesa em razão de serem moradores na localidade em que atuava a Liga Camponesa de Sapé, como também de pessoas que foram ex-sócias da Liga, tendo um olhar mais aprofundado de alguém que vivenciou tudo aquilo. São olhares que nos ajudam a compreender como se desenvolveu atuações da Liga e perceber como ela é lembrada.

Nessa procura, em busca de encontrar pessoas que pudessem compartilhar conosco as suas experiências de vida abordando como eixo as suas vivências no período da Liga Camponesa de Sapé, fomos nos deparando com pessoas singulares, cujos traços no rosto e os fios de cabelos branco iam revelado as marcas do tempo, mas também um passado que estava resguardado nas suas memórias. Fomos tentando estimulá-los, a princípio de forma inconsciente, por meio de fotografias de Elizabeth Teixeira, de João Pedro, dos seus filhos. Muitos deles acreditavam que ela, Elizabeth, já tinha falecido ou se encontrava refugiada em Cuba. Alguns até nos questionaram sobre que fim ela teria levado.

Diante de tantas perguntas e incertezas, resolvemos apresentar logo no nosso primeiro contato com tais pessoas, a foto de Elizabeth Teixeira quando era mais jovem – na época em tinha ficado viúva (ela, ao lado dos filhos); em outra, a imagem de João Pedro junto com sua esposa e seus 11 filhos. Havia também um retrato dele morto e uma fotografia do local onde ele foi assassinado e posteriormente foi erguida uma capela, em que Elizabeth aparece de frente (com a fisionomia mais recente, aparentando mais idade), e por último, uma foto dela mais atual, participando de uma palestra. Na medida em que essas fotografias eram apresentadas, mudavam-se os semblantes dessas pessoas (não só daquelas que entrevistei, mas também daquelas que se recusaram) cujos olhares fixos para as fotos pareciam remetê-los ao passado. Em cada foto segurada nas mãos frágeis, algumas até trêmulas, iam me contando em tom de conversa como foi que João Pedro morreu, o que a Liga de Sapé fazia, quem tinha sido preso ou morto por ter a carteirinha do movimento. Eram várias as histórias que iam sendo narradas ao mesmo tempo em que eles passavam as imagens. Infelizmente nem todos aqueles com quem conversei se dispuseram a participar das entrevistas, o que não diminui a importância do diálogo como fonte de aprendizado.

O propósito de mostrar as fotografias resultou a princípio da curiosidade dos entrevistados sobre Elizabeth, depois percebi que era um mecanismo de não só quebrar o gelo do primeiro encontro, mas de despertar neles as suas recordações sobre tais personalidades e

acontecimentos históricos. Quando percebi, estava fazendo o “mesmo” percurso que Eduardo Coutinho fez no documentário *Cabra Marcado para Morrer* quando repassou 17 anos depois, as cenas das filmagens de 1964 para os moradores do Engenho da Galileia na cidade de Vitória Santo Antão-PE. Para Delgado (2006), é importante trazer “documentos significativos” que possam estimular as lembranças dos entrevistados, seja por intermédio de cartas, anotações, livros, recorte de jornais antigos, fotografias e tanto outros objetos ou documentos que tenham significados, um passado que possa ser remetido, e desta forma, lembrado, ajudando assim, no ato de rememorar.

Conseguimos apreender através das falas dos nossos depoentes mais do que as impressões que eles tinham sobre a atuação da Liga Camponesa de Sapé acerca dos episódios que presenciaram e dos sujeitos que conheceram. Havia nas suas palavras muitos sentimentos, medo, admiração, revolta – que iam variando de um entrevistado para outro, assim como também havia muitos sentimentos misturados em uma única pessoa. Isso provavelmente explica as exaltações nos tons de voz, as pausas, os risos, os silêncios e para além disso, os traumas, segredos não gravados a pedido dos entrevistados, o que em si já nos revela o quanto o assunto Liga Camponesa e tudo que gira em torno dele – como a violência dos latifundiários, dos policiais e dos integrantes do movimento camponês – ainda é visto como tabu, embora eles compartilhassem tais histórias com os seus familiares e amigos. Ainda assim, haviam silêncios, seleções do que merecia ser lembrado e daquilo que deveria permanecer esquecido.

Ao término de cada entrevista reproduzimos as gravações que tínhamos realizado com eles, a imagem daqueles rostos paralisados, querendo escutar atentamente cada palavra que saía do gravador, os seus sorrisos, os gestos feitos com cabeça sinalizando estar gostando, as suas interlocuções durante e depois dos áudios. Por um momento pareciam crianças, encantadas com aquele objeto que reproduzia sua voz. Isso nos mostrou o quanto a entrevista serviu para eles desabafarem, mas também no reconhecimento do que eles tinham para dizer como sendo algo importante. Eles sentiam-se valorizados e demonstravam a sua satisfação.

As histórias que cada um deles contou nos ajudou a entender muitos fatos que ocorreram dentro da Liga Camponesa de Sapé, contribuindo assim, para um conhecimento um pouco mais aprofundado sobre o tema no momento que direcionamos nosso olhar e inclinamos os nossos ouvidos para essa parte da história.

2. AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

2.1. Rompendo silêncio, tecendo histórias: a escrita sobre as Ligas Camponesas na segunda metade do século XX

Foi com a abertura política da década de 1980 que as lutas camponesas voltaram às produções acadêmicas, rompendo com o silêncio predominante da época, destacando a criação das ligas, a morte de João Pedro Teixeira e a violência que imperou a partir da década de 1950 até os anos de 1980, tendo como exemplo a morte da líder sindical Margarida Maria Alves em 1983, segundo várias denúncias, a mando do grupo da Várzea¹ (MUNIZ, 2010).

A temática referente às Ligas Camponesas passou então a ser discutida por diversos pesquisadores acadêmicos com o intuito de fazer um panorama das situações precárias e violentas as quais os camponeses eram submetidos pelos donos das terras. Nesse sentido, as obras referenciadas neste capítulo apresentam alguns questionamentos acerca do cenário em que se deram os conflitos, tais como: os fatores que levaram os camponeses a se organizarem em Ligas, o que isso significou na vida cotidiana desses trabalhadores rurais, assim como a reação dos latifundiários a essa forma de organização. Assim sendo, percebe-se que as literaturas que foram produzidas nesse período tentaram responder as questões do seu tempo, como, por exemplo, a necessidade de uma reforma agrária para solucionar os conflitos no campo, ocasionados tanto pela má distribuição de terra no país quanto pela exploração trabalhista, fatores que condicionavam o flagelamento dos trabalhadores do campo, sobretudo os nordestinos.

Nessa perspectiva, várias narrativas começaram a ser produzidas na Academia e fora dela, por estudiosos leigos que se propuseram a discutir a relevância do movimento camponês para o país – cujas produções acabaram contribuindo para a construção de uma história das Ligas Camponesas. Autores como Fernando Antônio Azevedo (1982), Eduardo Coutinho (1984), Elide Rugai Bastos (1984), César Benevides (1985), Bernardete Aued (1986), Severino Ramos (1989) e outros pesquisadores que trabalharam com essa problemática, são as principais referências utilizadas para a discussão sobre tal construção.

¹ Conforme Targino et al (2011), o Grupo da Várzea é composto pelos grandes proprietários de terras que dominavam o cenário econômico e político na Paraíba. Suas propriedades estavam situadas ao longo do rio Paraíba. Muitos desses senhores de terras, que constitui a oligarquia agrária da região, eram usineiros, possuidores de grandes plantações de cana-de-açúcar e também compravam as produções canavieiras de outros donos de engenhos. Com a criação das Ligas Camponesas, os conflitos no campo se tornaram intensos entre o movimento de resistência camponês e o Grupo da Várzea.

Desse modo, tomaremos esses escritos como base, assim como outros que fizeram menção às Ligas em uma escala maior, visto que o nosso objetivo é fazer uma análise dessas produções de caráter mais abrangente e depois estabelecer um recorte espacial mais específico, cujas abordagens se restringem à Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, em uma perspectiva de redução de escala, que acarretará uma análise detalhada sobre o grupo, enfatizando experiências individuais, comportamentos coletivos de uma história local, possibilitando uma reflexão dos contornos discursivos que o movimento foi ganhando até chegar à representação que ele tem atualmente.

Conforme o historiador Henrique Espada Lima (2006), a adoção metodológica da Micro-História permitiu o ingresso de sujeitos sociais, como camponeses, operários, mulheres, e tanto outros indivíduos comuns, que estiveram por muitos tempos marginalizados nos escritos historiográficos. A sua inserção nas páginas da História forneceu uma nova percepção sobre os sujeitos que a integram, principalmente a estender o seu ângulo de visão para baixo e conseguir enxergar no trivial, nas massas populares, as respostas capazes de preencher muitas lacunas presentes na história oficial.

Muitas das narrativas históricas que foram constituídas em consonância com a “história vista de baixo”, empregaram na sua abordagem metodológica a Micro-História, o que propiciou uma discussão muito pertinente para a historiografia, pois incluíram nas suas narrativas as falas dos derrotados. Aliás, antes mesmo do surgimento das primeiras Ligas camponesas no Brasil, alguns pesquisadores já buscavam dar voz aos vencidos por meio da historiografia, como é o caso de Walter Benjamin, que ainda na primeira metade do século XX, defendia que dar visibilidade a esses sujeitos seria a maneira de fazer uma história a contrapelo, na qual os excluídos da História teriam a chance de contar suas versões dos fatos, revelando o que ficou escondido debaixo dos discursos oficiais dos vencedores.

Portanto, analisar os discursos construídos ao longo da década de 1980 sobre a Liga Camponesa de Sapé, possibilitar-nos-á não só compreender o processo de crescimento desse movimento, como também a formação de uma memória histórica, com um discurso pautado nessas representações, que favoreceram uma memória coletiva em que os camponeses pudessem se identificar enquanto pertencentes a esse grupo social. É importante ressaltar que foi nesse período que diversos discursos começaram a emergir, constituindo uma história para o movimento, tendo como suporte as falas dos vencidos que foram perseguidos durante a ditadura por fazerem parte da Liga de Sapé.

A partir dessas discussões, iremos verificar como a historiografia dos anos de 1980 e as narrativas estão sendo reelaboradas e consolidadas no tempo presente através de trabalhos e publicações acadêmicas mais atuais como as de Maria do Socorro Rangel (2000), Roberto Silva Muniz (2010), Victor Gadelha Pessoa (2015), Nelson Coelho (2004), Francisco de Assis Lemos (1996), além da produção do próprio Assis Lemos com Waldir Porfírio (2013). Ou seja, faremos uma análise de como tais narrativas vieram reforçar ou atenuar o que já fora dito noutras produções e, somando-se a elas, como contribuíram com as imagens ou representações que temos atualmente a respeito da Liga Camponesa de Sapé.

Assim sendo, aquilo que conhecemos sobre o movimento através dos discursos que foram produzidos, nada mais é do que uma representação do que teria sido a Liga de Sapé em um determinado contexto histórico, quando ocorreu a sua formação e atuação. Portanto, não é uma narrativa do passado tal como ocorreu, e sim uma representação de um aspecto desse passado – representação que foi construída segundo os interesses de quem planejou e se propôs a discutir sobre a temática. Desse modo, entendemos que o texto expressa a interferência do historiador, apresentando os significados atribuídos pelo profissional ao passado, como nos adverte Ankersmit (2012) ao dizer que “o passado em si é o recipiente mais ou menos passivo do significado que o historiador lhe investe” (ANKERSMIT, 2012, p. 197). Dessa forma, entende-se que o passado fica vulnerável às interpretações que os pesquisadores lhe atribuem.

Tais interpretações a respeito de determinado objeto são passíveis de leituras diferentes, por discursos diferentes, e até no âmbito de cada discurso pode surgir interpretações distintas que variam no tempo e no espaço (JENKINS, 2001). Estaria próximo daquilo que observou Keith Jenkins (2001), pois, para ele “a história depende dos olhos e da voz de outrem; vemos por intermédio de um intérprete que se interpõe entre os acontecimentos passados e a leitura que deles fazemos” (JENKINS, 2001, p. 32).

Ao propormos analisar a historiografia produzida nos anos de 1980, referentes aos movimentos de resistência no campo, estamos tentando inserir essas narrativas dentro de um contexto de produção do saber que naquele período se preocupou em romper com o silêncio em torno das Ligas Camponesas, trazendo à tona discussões que estavam em curso na década de 1960, quando ocorreu o Golpe Civil-Militar, entre elas, a necessidade de uma reforma agrária no país, em que a concentração de terra era o principal motivo para os conflitos no espaço agrário e que envolvia camponeses e latifundiários.

É notório que tais narrativas retornaram devido ao contexto vigente da época quando as disputas de interesses entre essas duas classes tão antagônicas reapareciam. Ou melhor, disputas que na prática nunca deixaram de existir, apenas estiveram camufladas durante o regime ditatorial, mas que com o processo de redemocratização do Brasil, os anseios do campesinato brasileiro emergiram e essa suposta “paz agrária” acabou se dissolvendo em sangue.

Na Paraíba, após a reabertura política, esses conflitos resultaram, por exemplo, no assassinato de Margarida Maria Alves em 1983. Ou seja, 21 anos depois da morte de João Pedro Teixeira – e a mando do Grupo da Várzea – o óbito dessa líder camponesa engrossou as estatísticas do número de trabalhadores rurais vítimas das arbitrariedades dos grandes proprietários de terras (BENEVIDES, 1985). Foi nessa conjuntura política e social que as Ligas Camponesas reapareceram como temáticas, com vários discursos sendo erguidos na tentativa de representar esse movimento. A partir de então, a postura historiográfica adotou uma nova perspectiva, dando visibilidade aos *agentes históricos* que foram por muito tempo marginalizados por uma história oficial, numa abordagem narrativa que “vista de cima” não era capaz de enxergar os sujeitos ordinários, aqueles mencionados por Michel Foucault em seu texto *Vida dos homens infames*, no livro *Ditos e escritos*. Logo, “ela vai ser o discurso daqueles que não têm a glória, ou daqueles que a perderam e se encontram agora, por uns tempos talvez, mas por muito tempo decerto, na obscuridade e no silêncio” (FOUCAULT, 2005 apud PRADO, 2014, p. 325).

A História Oral foi tomada como suporte no ensaio para composição da história das Ligas, com a qual a escrita se baseou nas memórias dos moradores que viveram e/ou vivem naquela localidade, sendo, portanto, testemunhas oculares desses eventos. Apropriamo-nos das lembranças dos camponeses e dos dirigentes que participaram do movimento e dos familiares que perderam seus entes queridos pelo fato deles terem se filiado às Ligas. São a partir dessas memórias singulares que surgirão os múltiplos discursos sobre o campesinato paraibano, referente a esse movimento de resistência.

O contexto histórico em que se situa o nosso objeto de pesquisa é marcado pelo autoritarismo e será imprescindível entender o processo que vai “da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas, pois estas produções foram bastante cerceadas” (DELGADO, 2012). Para a melhor compreensão dessa conjuntura, com relação ao autoritarismo militar ou ao contexto ditatorial no Brasil, utilizamos como referências os estudos de Carlos Fico (2004), Antônio Torres Montenegro (2004) e Caio Navarro de Toledo

(2004), que apresentam discussões sobre as controvérsias envolvendo democracia, lutas camponesas, produção científica e outros fatores que marcam o nosso estudo. Tais narrativas pós-ditadura nos levam à compreensão não só do processo de silenciamento sobre as Ligas que o precede, como também das obras surgidas posteriormente a respeito do movimento do campesinato paraibano, em que “quase” não fazem menção aos episódios de violência existentes dentro da história da Liga Camponesa de Sapé e das demais espalhadas pelo Estado.

Sendo assim, a nossa proposta pretende discutir as relevâncias desses estudos que foram produzidos sobre as Ligas Camponesas na Paraíba na década de 1980, iniciado com o processo de redemocratização do país, cruzando com as bibliografias atuais que tratam acerca da temática, para percebermos as mudanças e permanências nos discursos que foram sendo construídos ao longo de quase cinco décadas em torno desse movimento, uma vez que essas narrativas ofereceram uma enorme contribuição para a escrita acerca do campesinato brasileiro e paraibano.

Obras pioneiras, como *As Ligas Camponesas*, escrita pelo sociólogo Fernando Antônio Azevedo, em 1982, inauguraram um novo tempo na historiografia do campesinato brasileiro, trazendo para o debate discussões relevantes sobre as mudanças que ocorreram no campo nos anos 50 e 60 do século XX, tanto com relação ao modo de produção e das relações de trabalho, quanto à expropriação dos camponeses das terras em que moravam e trabalhavam e da proletarianização dos mesmos que foram elevados ao *status* de assalariados. Essas transformações foram consideradas pelo autor como a gênese dos conflitos dessas duas classes e que culminou na formação das Ligas.

No decorrer da obra, Azevedo (1982) começa a destrinchar as mudanças nos setores econômico, social e político do espaço agrário e mostra como estas alterações modificaram as relações trabalhistas no campo. Desse modo, possibilitou colocar as Ligas Camponesas de volta à ordem do dia, num momento em que as disputas dos grupos oligárquicos e camponeses reaparecem na ocasião em que o livro foi produzido. Além dessa, muitas outras obras foram concebidas nesse período com o intuito de mostrar a situação de precariedade vivenciada pelo homem do campo, assim como as explorações trabalhistas que eram empreendidas pelos latifundiários.

Dois anos após a publicação do livro *As Ligas Camponesas*, foi lançada no mercado uma obra com a mesma titulação de Azevedo, da autoria de Elide Rugai Bastos (1984), tratando do surgimento e expansão das Ligas, das modificações nas relações de trabalho

provocadas pelo processo de modernização, da interferência dos partidos políticos e de grupos religiosos na atuação do movimento, assim como da adesão da postura mais radical na luta por melhores condições de trabalho e acesso à terra. Essas duas obras, que recebem o mesmo nome, são leituras obrigatórias para aqueles que querem conhecer ou se aventurar a estudar a respeito das Ligas. São interpretações consagradas que retomamos para entender as contribuições que estas tiveram no seu tempo.

Deste modo, *As Ligas Camponesas*, de autoria de Bastos (1984), traz as divergências dentro do Partido Comunista acerca da urgência da implantação de uma reforma agrária no país, como o cerne da questão para entender a crise interna que se instalou no movimento das Ligas Camponesas nos anos iniciais da década de 1960, principalmente pelas disputas envolvendo os integrantes do PCB e os seus membros dissidentes quanto ao controle das Ligas. Aspecto esse também evidenciado nos estudos de Azevedo (1982) e nas obras de Aued (1986) e Benevides (1985), que apontam o direcionamento mais radical adotado pelo campesinato como sendo o princípio do seu enfraquecimento e vulnerabilidade perante os adversários. Segundo Aued (1986), foi nesse contexto que a hegemonia do movimento ascendente das Ligas começou a dar sinais de desgaste, ficando mais explícita na esfera política, quando as candidaturas de algumas lideranças do movimento camponês, assim como dirigentes e militantes de orientação julianista², não obtiveram êxito nos cargos concorridos ou não conquistaram uma vitória expressiva, a começar pelo próprio Francisco Julião ao concorrer às eleições de deputado federal em 1962.

Na Paraíba, a perda desse espaço pode ser sentida com o insucesso de Elizabeth Teixeira nas urnas, cujo pleito eleitoral favoreceu o agrônomo Francisco Assis Lemos (para o posto de deputado estadual), comprovando o quanto o poder estava disperso internamente. Trata-se de uma derrota vinda do próprio campesinato que decidiu eleger Assis Lemos, candidato com uma postura mais moderada e vinculado ao PCB, ao invés de optar pela líder Elizabeth, que se aproximava mais das ideias de Julião (BENEVIDES, 1985). Para Aued (1986), essa conduta por parte dos camponeses pode ser compreendida a partir das fissuras que ficaram expostas sobre a imagem harmoniosa de um coletivo, cuja feição já não retratava fielmente os contornos desenhados no início de sua fundação. Desorientados pelos novos rumos que a Liga estava trilhando, e ainda sob o impacto do assassinato de João Pedro, era

² Segundo Aued (1986), os julianistas era um grupo de pessoas dissidentes do Partido Comunista Brasileiro-PCB, que começaram a seguir as ideias do político e escritor pernambucano Francisco Julião. Ou simplesmente uma denominação para fazer referência aos indivíduos que adotavam uma postura mais radical defendida por Julião em defesa da reforma agrária baseada na radicalização da luta camponesa.

natural naquela conjuntura, principalmente com a intensificação da violência dirigida contra o homem do campo, que as dúvidas e os medos comessem a aparecer. A cisão entre os dirigentes só teria agravado tal situação, fazendo-se refletir nos comportamentos tanto dos associados quanto das pessoas simpatizantes do movimento. No tocante à essa questão, a autora argumenta que:

O ecletismo da liderança não conseguia mais catalisar o potencial mobilizado em torno das Ligas. Os ‘julianistas’, por sua vez, apregoaram mais acentuadamente a necessidade de radicalizar o movimento. Além da palavra de ordem ‘*reforma agrária na lei ou na marra*’, juntaram-se outras concitando o uso da violência também por parte dos camponeses. Confusos por uma liderança desgastada, assustados, os camponeses pareciam temer o emprego da violência, tendendo a aceitar outro tipo de orientação, cujo aspecto dominante era apenas reivindicações de melhores condições de vida; Serviço de Atendimento Médico Domiciliar de Urgência (SAMDU), Plano de Emergência, tratores, Agência do Banco do Brasil, isto tudo parecia dizer muito mais que ‘*morte ao latifundiários*’ (AUED, 1986, p. 62-63, grifos da autora).

Desta maneira, o impasse vivenciado pelos trabalhadores agrícolas acerca dessas duas orientações tão distintas – o modo da condução da luta camponesa e quais as prioridades a serem reivindicadas – acabaram pressionando os camponeses a se posicionarem sobre quais diretrizes agradavam e representavam mais o perfil da Liga Camponesa de Sapé. Pelo que ficou sublinhado na fala de Aued, o uso da violência como uma prática de contrapor os excessos do patrão, especialmente quando esta vinha transfigurada por agressões físicas, passou a ser uma alternativa adotada pela corrente julianista, visando confrontar a oligarquia agrária e o monopólio da terra. O radicalismo adotado pode ser observado durante o comando de Elizabeth Teixeira, tanto em razão da sua inclinação à essa linha, quanto pelo assassinato do seu marido (que acarretou em ameaças e perseguições tanto a ela quanto aos seus filhos) e o aumento da opressão contra os camponeses. Tudo isso deu uma tonalidade mais forte e combativa à organização.

No entanto, os novos rumos pareciam um pouco distantes dos horizontes almejados no início da fundação da primeira Liga, embora a reforma agrária estivesse no mais íntimo dos anseios dos camponeses, os objetivos principais de outrora tinham contornos delineados nos

problemas imediatos, isto é, no fim do cambão³, indenizações em caso de desapropriação das terras, melhores condições de trabalho, etc.⁴, até porque tratava-se de concepções pregadas por João Pedro, que, apesar de não esquecidas pelo movimento após a sua morte, já não ocupavam o núcleo das atenções ou não se restringiam mais apenas àquelas demandas, posto que as prioridades também se estenderam contra a concentração de terra. Mas as circunstâncias, como tudo procedeu, levaram muitos associados a ficarem desapontados, o que favoreceu a sua aproximação com as propostas do Partido Comunista, por enquadrar-se melhor num projeto original da Liga.

Foi neste ambiente tenso, e em meio a tantas divergências, que as lideranças das Ligas tentaram manter a aparência de uma suposta uniformidade, acreditando-se, com isso, poder conservar a unidade do grupo. Uma das táticas utilizadas consistia em expor aparições em público como demonstração dessa união. Tal postura foi sublinhada pela socióloga Aued (1986), como uma peculiaridade do campesinato local, que segundo ela:

Se em Pernambuco era possível estabelecer uma distinção quanto ao encaminhamento das lutas legais – PCB no Sindicato e ‘julianistas’ na Liga – na Paraíba isto não ocorreu. Neste Estado ambos, aparentemente, empenhavam-se por uma convivência que não rompesse a unidade das massas. Tanto parece ser assim que, nas concentrações e comícios, apareciam num mesmo palanque lideranças das duas forças (AUED, 1986, p. 64).

De acordo com Azevedo (1982), as alianças formadas, mesmo que temporariamente, entre o PCB e as Ligas, aconteciam em determinado contexto, em que houvesse um denominador comum, ou seja, um interesse compartilhado por ambos, como por exemplo, sair em defesa de movimentos grevistas, lutar por melhores salários, ou então, fazer oposição a algum adversário que, porventura, precisasse ser combatido para garantir a manutenção ideológica do campesinato, que naquele cenário encontrava-se ameaçado por setores da Igreja Católica.

A situação se intensificou com o processo de sindicalização no campo, em que os militantes do PCB e os grupos religiosos obtinham “favoritismo” do governo sobre

³ Cambão era o modo de exploração que consistia em trabalhos gratuitos realizados pelos camponeses (morador e foreiro) para os proprietários de terra. Os dias de trabalhos cedidos para o dono da terra (poderia ser um, dois ou mais dias de serviço), variando muito de uma fazenda para outra.

⁴ Para compreender melhor as propostas defendidas pela “Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé”, também denominada Liga Camponesa de Sapé, recomenda-se ao leitor ver o artigo 22 e 23, presente no capítulo VII do seu estatuto. Este estatuto encontra-se nos anexos deste trabalho (extraído da obra de Bernardete Aued, 1984).

concessões de cartas sindicais (que asseguravam os direitos de fundarem sindicatos rurais), apesar da prerrogativa também se estender para as Ligas Camponesas e de estas aos poucos estarem perdendo a influência sobre os camponeses (mesmo que estivesse em seu comando algumas das direções de tais sindicatos) (BENEVIDES, 1985).

Na Paraíba, o quadro de sindicalização foi apresentado por Bernardet Aued (1986) como um procedimento de sucesso visto que quase todas as associações (Ligas Camponesas) foram transformadas em sindicatos – desde a mais forte, como é caso de Sapé, até entidades menores, com pouca representatividade. No entanto, isso não significou uma “bandeira branca” nos confrontos de cunho político entre o PCB e as correntes julianistas em torno das Ligas Camponesas, embora tentassem manter uma trégua em prol da unidade do grupo. Ainda assim, evidenciava-se nas Ligas da região e em especial na de Sapé, um enfrentamento dessas posições antagônicas que atuavam de forma paralela em defesa do bem-estar do homem do campo. Segundo a autora:

A disputa era tão acirrada que, folcloricamente, chegou-se a estabelecer uma linha divisória em Sapé. Da cadeia pública em direção ao Café do Vento, mandavam Elizabeth e os seguidores de Julião, da *‘reforma agrária na lei ou na marra’*. Da cadeia em diante, seguindo para Guarabira, mandava o pessoal do PCB. Para além do folclore que é menos importante, podemos vislumbrar já as imensas dificuldades de levar adiante o movimento da Liga, cindindo internamente a começar pelas lideranças (AUED, 1986, p. 64, grifos da autora).

Na tentativa de derrubar as cercas em prol de uma reforma agrária radical, observou-se, respectivamente, a edificação de um “muro ideológico” que resultou na cisão do PCB, e por consequência, transformaria o destino das Ligas Camponesas. A nova orientação ao molde de uma reforma agrária pautada “na lei ou na marra”, foi apontada por Bastos (1984) e reiterada por outros estudiosos como um “desvio” dos propósitos até então defendidos pela organização do campesinato. Tudo isso levou a que os camponeses já não se reconheçam mais na luta que estavam travando, cujo distanciamento pôde ser notado na transmutação gradual que o movimento sofreu ao longo desse percurso. Quanto a essa abordagem, a autora faz fortes críticas, ao afirmar que:

Ao longo dos anos, as lideranças e organizações de cunho político-partidário propunham palavras de ordem, programas de lutas, que implicavam em uma homogeneização exagerada das diferentes categorias de trabalhadores rurais e suas reivindicações. Assim é que a reforma agrária acabou por impor-se,

como se fosse a reivindicação por excelência, predominante, exclusiva, única. Reforma agrária, na lei ou na marra. Nesse percurso, à medida que o movimento das 'ligas' caminhava do âmbito local ao regional, e, em seguida, nacional ocorreu uma espécie de deslocamento entre o movimento social (cada vez mais político-partidário) e as condições sociais de trabalho e vida do arrendatário, parceiro, posseiro, morador e assalariado. Quando se configurou uma espécie de partido das Ligas Camponesas, as palavras de ordem apareceram distantes, estranhas, abstratas, para muitos galileus de diferentes galileias (BASTOS, 1984, p. 114).

As considerações de Elide Bastos (1984) abordam questões pertinentes para entendermos, em parte, a crise experimentada pelo movimento. O primeiro aspecto diz respeito à pluralidade presente no campesinato: por tratar-se de um grupo heterogêneo, suas demandas foram distintas umas das outras, afinal, cada camada (ou categoria) que compõe a classe campesina ocupa uma posição dentro da relação de poder oligárquica a qual está subordinada. Por conseguinte, isso levava a uma dependência em maior ou menor grau ao patrão, especialmente se esse camponês fosse vinculado ao sistema de moradia ou qualquer outra forma de sujeição à terra. Deste modo, atentar para estas particularidades e respeitá-las seria uma maneira de demonstrar não só autoconhecimento sobre o público pelo qual se relacionava, mas saber traduzir as suas necessidades em reivindicações.

Contudo, o que foi transcorrido era o oposto disso. Ao ignorar tais características, o processo de homogeneização só trouxe estranheza para os camponeses engajados na organização, principalmente após centralizar todas as atenções, como já foi dito anteriormente, na reforma agrária radical, colocando à margem carências mais urgentes a serem resolvidas. A consequência dessas atitudes para as Ligas, de acordo com Bastos, foi a metamorfose de movimento social a partido político (BASTOS, 1984), cujas implicações puderam ser sentidas internamente na organização.

As metamorfoses do movimento social, ao longo do percurso local, regional e nacional, deixaram em segundo plano, atrás, ao lado, na beira da estrada, longe, os trabalhadores rurais, os galileus que colocaram em causa a nova fase de expansão do capital no campo. A pressa, ou a forma, de promover a transição do galileu em camponês, da massa em classe, do movimento social em partido, deixou na estrada muito das condições sociais de trabalho e vida nas quais o trabalhador rural – arrendatário, parceiro, posseiro, morador, assalariado – se reconhece primordialmente (BASTOS, 1984, p. 115).

O desejo de politizar o trabalhador rural, conscientizando-lhe sobre a importância de se unirem, de formarem organizações, de pleitearem por direitos trabalhistas e lutarem contra

os abusos perpetrados pelos latifundiários foi crescendo na medida em que as Ligas iam se multiplicando no país. A visibilidade que alcançou devido à dimensão social e política, oportunizou abordar um assunto considerado como tabu pela sociedade brasileira, que foi a reforma agrária. Este tema tocou diretamente nos pilares do direito da propriedade privada, dos quais sustentava o poder da oligarquia agrária e a sua soberba patronal. Afinal, era da concentração de terras nas mãos de uma minoria abastada que derivava os principais problemas enfrentados pelo homem do campo; elucidá-los significaria extinguir um círculo vicioso de sujeição de uma parte considerável das categorias descritas por Bastos (1984).

Ao propor uma distribuição de terra igualitária e posicioná-la como uma das prioridades a serem conquistadas, o PCB (embora fosse mais moderado nesse sentido, sobretudo no que se refere às condições como isso tudo efetivaria) e os seus dissidentes que compunham a corrente julianista, estes sim, defendendo uma conduta mais radical, arriscaram-se na diluição parcial das especificidades de cada esfera em prol da relevância dos benefícios que a reforma traria. Neste intervalo de transição ou de metamorfose para partido político, as Ligas se recusaram a fazer algumas alianças, foram perdendo outras que já existiam, sua fisionomia, como bem retrata a autora, foi adquirindo, com o tempo, traços que deixaram o seu “rosto” desconhecido para muitos participantes.

O “partido agrário radical”, no qual tinha sido transformado o movimento, teria pulado, de acordo com alguns integrantes do Partido Comunista, como Paulo Cavalcanti, Fragmon Carlos Borges (1962 apud AZEVEDO, 1982) e tantos outros, etapas cruciais para se alcançar o êxito objetivado. Dentro das críticas que foram levantadas estão a desvalorização das conquistas parciais adquiridas e o desmerecimento da organização por vias legais, além de superestimar o papel do camponês na luta do campo, principalmente ao colocar o movimento armado de inspiração cubana como modelo a ser seguido no Brasil (AZEVEDO, 1982). Portanto, há uma sintonia dos pensamentos de Azevedo e Bastos a respeito das Ligas enquanto partido com relação aos atalhos que elas resolveram seguir para chegar aos seus objetivos de forma mais rápida. Nesse aspecto, a pressa acabou deixando para trás alguns dos companheiros de causa, dado que o novo caminho a percorrer não agradava a todos e também tornava-se perigoso na medida em que confrontavam abertamente o senhorio dos latifundiários, seja por ensaiar a formação de uma guerrilha, seja por não se deixar mais intimidar pela violência e por ameaças das milícias particulares dos coronéis.

Contundo, não podemos apresentar as Ligas Camponesas (transmitindo a ideia de um todo) como um “partido agrário radical” sem fazermos algumas ressalvas que não se

enquadraram a essa “regra”. Tomamos como exemplo o campesinato paraibano, no qual a Liga de Sapé em diferentes momentos não se submeteu às orientações ideológicas dos movimentos pernambucanos. Também não adotou uma estrutura organizacional baseada na verticalidade dos poderes de decisão nas mãos de determinadas cúpulas. Isso dava à Liga de Sapé um caráter mais democrático, tanto no seu gerenciamento quanto na autonomia dos seus associados de apoiarem ou não as resoluções propostas (BENEVIDES, 1985). Ainda na perspectiva de Benevides:

O espaço real de tomada de decisão política estava interiorizado na Assembleia Geral, que era efetivamente o órgão supremo de deliberação na Liga Camponesa de Sapé. Portanto, o modelo organizacional da principal Liga paraibana superava a verticalidade e o autoritarismo das Ligas pernambucanas, engendrando um espaço literalmente democrático no interior da Assembleia Geral (BENEVIDES, 1985, p. 82).

Esse órgão⁵ tinha a função de garantir a liberdade de escolha por vias democráticas sobre as decisões que precisariam ser tomadas referentes ao funcionamento da Liga ou qualquer atividade que necessitasse da aprovação dos membros. Era constituído pelos sócios (contribuintes, beneméritos e honorários) do movimento e também competiam a eles, por meio de eleições, a escolha do presidente da diretoria, ou seja, aquele que ia representar a Liga tomando a dianteira da luta por direitos e na luta contra os latifundiários após a ocasião do assassinato de João Pedro Teixeira em 1962, quando ele ocupava o cargo de presidente da Liga de Sapé, posto que ficaria vazio com a tragédia, carecendo, portanto, de uma nova votação para eleger um novo dirigente.

Em entrevista à pesquisadora Aspásia Camargo (s/d apud BENEVIDES, 1985), da Fundação Getúlio Vargas, o camponês João Severino Gomes narra a relevância das eleições para a credibilidade da organização e, em especial, a dos candidatos, já que era uma forma de medir o prestígio de cada um, conforme fica exposto na sua interlocução:

Aspásia – O senhor achava importante que houvesse eleição?

João Gomes – Para ver aonde estava a honestidade. No meu caso eu queria saber. Uma que eu também não me interessava ficar, eu queria me achar livre porque aquilo era perigoso, e eu não tava interessado em me achar

⁵ Ver em anexo os Estatutos da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé relativos à estrutura organizacional da mesma.

dentro daquele perigo. Eu queria que me levassem, eu só queria ser um sócio conforme era antigamente. Segundo, eu queria ver a honestidade do povo e a honestidade de onde eu estava, se eu merecia confiança do povo ou não.

Aspásia – O senhor acha que a eleição é pra isso?

João Gomes – É. Eu acho que sim, aí vejo se sou digno ou não. Como é que eu posso saber se o fulano gosta de mim e que confia em mim? Não posso saber, não sou adivinhão. Quando foi no dia daquela eleição ninguém votou em Pedro Fazendeiro. Todo mundo unanimemente votou em mim. E agora, o que é que eu vou fazer? Tenho que ficar (CAMARGO, s/d apud BENEVIDES, 1985, p. 83).

A partir do que foi proferido pelo Senhor João Gomes, podemos fazer algumas ponderações acerca do contexto vivenciado pela organização, a começar pelo clima tenso que se acentuou com o homicídio de João Pedro. Afinal de contas, os tiros disparados contra ele soaram como um sobreaviso para a Liga, para que os associados não tivessem o mesmo fim do seu líder caso continuassem a enfrentar os latifundiários. Diante da atual conjectura, era natural sentir medo e o Senhor João Gomes tinha consciência do risco iminente que estava porvir se porventura fosse eleito, tanto que destacou isso na sua fala – até porque a violência muitas vezes vinha acompanhada pela impunidade dos seus praticantes. Deste modo, o assassinato de João Pedro era mais uma ocorrência a entrar na estatística de crimes praticados pelos proprietários de terra contra os camponeses.

Outro ponto relevante é que o concorrente do Senhor João Gomes se tratava de uma pessoa que gozava (na época) de uma certa estima por parte dos camponeses e posteriormente ficou conhecido na historiografia do campesinato paraibano pela intensa atuação desempenhada no interior da Liga Camponesa de Sapé, assim como Nego Fuba, Elizabeth Teixeira e tantos outros, o que colocava Pedro Fazendeiro como um forte “adversário” perante seu oponente, embora não tenha conseguido derrotá-lo nas eleições. O desfecho dessa votação entre os dois candidatos que apresentavam direcionamentos opostos acaba nos remetendo à interpretação da professora Aspásia, presente na obra de Benevides, quando se refere à orientação de João Gomes como um posicionamento que refletia mais os pensamentos e interesses da classe camponesa em contraposição aos radicais externos e à liderança populista (BENEVIDES, 1985). Talvez isso possa “justificar” ou abrir espaço para indagarmos se o insucesso de Pedro Fazendeiro teria ou não a ver com a sua inclinação à ala mais resistente da Liga.

Outra questão para pensarmos é: por que Pedro Fazendeiro e não Elizabeth Teixeira vieram a se candidatar à vaga presidencial, já que o “movimento” teria decidido que ela

assumiria a liderança com a morte do marido – como de “fato” aconteceu? A resposta desse fato poderá nos ajudar a entender um outro: a popularidade e a liderança de Elizabeth não teriam sido suficientes para que Assis Lemos saísse vitorioso na disputa direta com ela por uma vaga ao cargo de deputado estadual na Paraíba no ano de 1962? Mesmo sem quisermos entrar no mérito da questão, vale ressaltar que ao levantarmos tais interrogações, expomos lacunas que não deveriam passar despercebidas, principalmente diante de um contexto em que o papel da mulher na sociedade brasileira patriarcal nos anos 1960 permanecia bastante reprimido pelo pensamento machista. E mais, quando traduzimos essa realidade para a região Nordeste, sobretudo a zona rural, notamos o quanto esses valores estavam fortemente enraizados na mentalidade dos camponeses. E foi nesse ambiente com papéis bem definidos do que é “ser homem” e do que é “ser mulher”, que Elizabeth rompeu as barreiras impostas à figura feminina, ao sair do conforto do espaço privado para ocupar os locais públicos. Além de transgredir a representação da mulher como um ser fraco e submisso, ao chefiar um movimento cuja maioria dos seus participantes era composto por homens⁶. Isso, para a época, no mínimo provocou “estranheza” que veio também acompanhada de desconfiança. E atentando para estes fatores, vê-se que essa é uma maneira de expormos as circunstâncias e os desafios enfrentados pela “viúva de João Pedro”⁷ acerca do tempo que esteve no comando da Liga Camponesa de Sapé.

Nesse contexto, sua participação dentro da Liga se deu, a princípio, de forma tímida, conforme está descrito nas suas duas biografias, limitando-se ao preenchimento das carteirinhas dos associados, às leituras dos jornais *Terra Livre*. A transição de Elizabeth de

⁶ Com a dissolução da Liga Camponesa de Sapé, somado às perseguições dos seus dirigentes e membros associados, muitos dos documentos (fichas de associados, atas de reuniões, relatórios, carteirinhas da Liga e etc.) que estavam na sede da Liga, desapareceram. Não se sabe se foram os militares que apreenderam tais materiais, ou se o sumiço desses registros foi uma tática usada pelos camponeses que compunham a diretoria da Liga para proteger os seus filiados das perseguições e prisões que decorreram com o golpe civil-militar em 1964. Portanto, não há nenhum registro que mostre o número de sócios vinculados à associação e, por conseguinte, os seus sexos. Mas, é inegável nos estudos já realizados sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, a forte presença masculina como público principal. Contudo, é importante enfatizarmos que na dissertação de Pessoa (2015) em determinado momento, ele faz uma breve, mas contundente análise sobre a participação feminina na militância da Liga Camponesa de Sapé e nas demais espalhadas pelo país, ao tentar realçar o papel relevante que elas tiveram dentro da organização.

⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre o papel desempenhado por Elizabeth num espaço predominantemente marcado pela dominação masculina ver a tese de doutorado da historiadora Alômia Abrantes da Silva, intitulada *Paraíba, mulher-macho: Tessituras de Gênero, (desa)fiões da história*, na qual ela reserva no seu segundo capítulo, um tópico denominado “*Marcada para sofrer*”: *a guerreira e sua incompletude*, onde destacou a trajetória de Elizabeth Teixeira na luta no campo em defesa dos camponeses. Segundo a autora (2008), o caminho que Elizabeth percorreu até chegar à liderança da Liga de Sapé foi caracterizado por um processo, uma espécie de “ritual de passagem” que vai desde esposa, à viúva e posteriormente à líder. Entretanto, Silva ainda ressalta, em tom de advertência, que a militância de Elizabeth na Liga Camponesa precedia ao fato de ter encabeçado o movimento após a morte violenta do marido.

coadjuvante à protagonista só ocorreu após a tragédia que abateu a sua família. Afinal, o barulho dos tiros lançados contra João Pedro acabaria ecoando nela as lembranças da voz dele, ao questioná-la se daria continuidade ou não à sua luta, um ponto de interrogação que permaneceu por muito tempo preso ao silêncio de Elizabeth. Mas, com a morte do seu cônjuge, a resposta dada foi o nascimento de uma nova líder, como podemos observar na sua fala:

No momento em que eu vi João Pedro morto, em cima da pedra, aquilo me revoltou muito. Até aquele momento, a luta tinha sido dele. Eu ficava em casa, cuidando de tudo, das crianças, do roçado, arrancando batata, plantando inhame, apanhando feijão...

Tantas vezes, ele me perguntou se eu ia continuar a luta dele. Eu sempre me calei, eu nunca lhe dei a minha resposta...

Mas quando eu vi ali, esfaqueado de bala, eu olhei bem para ele e disse:

- João Pedro, a partir de hoje, eu marcharei na tua luta. Luta por terra, luta pelo homem do campo, luta pela mulher do campo que sofre como eu já sofri e que estou sofrendo agora. Tanto faz viver ou morrer. Eu estou disposta a enfrentar o que vier. Se eu for morta, morro, os filhos ficam... Mas eu te juro, João Pedro, eu darei continuidade à tua luta! (ELIZABETH TEIXEIRA apud BANDEIRA et al, 2012, p. 89).

As implicações que o “sim” pronunciado por Elizabeth em frente ao corpo inerte do marido acarretaram na sua vida, deixaria sequelas bem maiores e tão dolorosas quanto a perda de João Pedro. Na verdade, foi um luto vivido em múltiplas camadas. Não que estejamos julgando os atos de violências transfigurados em ameaças, ofensas verbais ou prisões realizadas por militares e polícias contra ela como algo menor. Mas, sim, porque enxergamos o suicídio da sua filha mais velha, Marluce, o atentado à vida de Paulo Pedro, seu outro filho, a separação forçada da sua prole (que ficaram para ser distribuídos entre os parentes), a fuga e entrada na clandestinidade (como sendo uma espécie de morte em vida), um fardo pesado e solitário demais para ser carregado, apesar da sua dor também ter sido compartilhada pelos seus filhos (ao rememorarem no documentário *Cabra Marcado para Morrer*, a infância que sofreram, sendo órfão de pai, longe da mãe e distantes dos irmãos).

A narrativa fílmica de Coutinho mostrou uma família esfaqueada tanto pelos tiros saídos das armas dos latifundiários quanto pelo golpe efetuado pelos militares, são personagens reais cujas histórias de vida vão se mesclando com a história da Liga de Sapé, seja através das lembranças dos filhos de João Pedro já na fase adulta acerca dos pais, seja por meio dos relatos da própria Elizabeth referentes ao marido e ao desmembramento da família. Esses indivíduos, verdadeiros “cacos em forma humana”, foram se espalhando pelos “quatro

cantos do Brasil” e até mesmo para o exterior, numa tentativa de libertar-se de um passado taxativo, em decorrência de serem filhos de quem eram, ou de um destino fatídico como aconteceu com João Pedro, no caso de Elizabeth. Sejam quais foram as razões que levaram a essa diáspora, o fato é que competiu a Coutinho a tarefa de recolher esses estilhaços. Não só dessa família, mas também dos fragmentos do filme de 1964, dos camponeses que atuaram nas filmagens, das histórias desses dois movimentos, das suas lideranças, das próprias lembranças do cineasta, enfim, daquilo que restou, conforme ele mesmo descreve:

Fevereiro de 1981: dezessete anos depois voltei à Galileia para completar o filme do modo que fosse possível. Não havia roteiro prévio, mas apenas a ideia de tentar reencontrar os camponeses que tinham trabalhado em *Cabra Marcado para Morrer*. Queria retomar nosso contato, incluindo dos fatos ligados à experiência da filmagem interrompida, a história real da vida de João Pedro, a luta de Sapé, a luta da Galileia e também a trajetória de cada um dos participantes do filme daquela época até hoje (CABRA MARCADO PARA MORRER, 1984 apud NOVAES, 1996, p. 190).

A popularidade que a obra cinematográfica proporcionou à família Teixeira, sobretudo no que diz respeito à luta do campesinato brasileiro no final na década de 1950, tomou como referência as Ligas Camponesas de Sapé e da Galileia (vistas como as duas mais importantes do país). É notório como Coutinho constrói um enredo que coloca a tragédia que se abateu sobre o patriarca João Pedro Teixeira como um episódio simbólico da violência contra o homem do campo (e em particular daqueles que contestavam a relação abusiva dos patrões). Tal relevância de *Cabra Marcado para Morrer* foi sublinhada por Regina Novaes (1996), no estudo intitulado *Violência imaginada: João Pedro Teixeira, o camponês no filme de Eduardo Coutinho*, publicado em 1996. Neste artigo, ela aponta o quanto a narrativa fílmica ajudou a popularizar em escala nacional as suas lideranças e consecutivamente os movimentos dos quais representavam. Para a antropóloga:

O filme nacionalizou a figura de João Pedro Teixeira. Foi principalmente através dele que o personagem extrapolou fronteiras regionais, se transformou em uma referência obrigatória na narrativa acerca de uma série de eventos sociais que convencionamos chamar de ‘processo de organização política dos trabalhadores rurais’. Talvez se possa dizer que sem o filme não haveria hoje nenhuma figura emblemática, da época, conhecida nacionalmente (NOVAES, 1996, p. 193).

Também compartilhamos do pensamento da autora ao conjecturar uma possível invisibilidade de muitos militantes que atuaram na resistência do campo daquele período. Essa quase ausência de personalidades famosas, distintas das apresentadas na obra de Coutinho, comprova o quanto foi deficitário o processo de construção de ícones que servissem de modelo para o fortalecimento político e identitário do campesinato brasileiro principalmente se levamos em consideração o contexto dos anos 80 em que foi produzido *Cabra Marcado para Morrer*, e as duas décadas anteriores marcadas por muitas censuras nos meios de comunicação, nas áreas culturais e científica, assim como em outros setores. Percebe-se o quanto o documentário difundiu uma discussão que, mesmo se tratando de um assunto que já estivesse sendo introduzido (de forma tímida) nos meios acadêmicos, ainda era algo muito restrito para aquele espaço e público específico.

Essa “abertura”, pode-se assim dizer, permitiu que todas as camadas conhecessem um movimento camponês de forte expressão como foi as Ligas Camponesas, a partir de uma ótica que possibilitou aos vencidos (as pessoas que participaram desta organização) contarem para o mundo tudo aquilo que vivenciaram. Não por meio de uma escrita academicista (limitando-se a nomes, dados estáticos, etc.), mas sim, viabilizando através da narrativa fílmica que tais camponeses fossem vistos e escutados pelos telespectadores, competindo a eles relatarem suas histórias diante das câmeras, criando assim, mais um relato para confrontar os discursos mirabolantes criado por padres, latifundiários e até pela imprensa com relação às pessoas que direta ou indiretamente tinham algum tipo de vínculo com as Ligas Camponesas.

Isso pôde ser evidenciado no documentário quando Coutinho exibiu uma matéria do jornal *Diário de Pernambuco*, publicada no dia 03 de abril de 1964 (portanto dois dias após o golpe civil-militar), reportando-se à produção das filmagens como instrumento de doutrinação comunista, como podemos observar no trecho da reportagem:

Neste casebre estava instalado um poderoso gerador, destinado a fazer funcionar custosa máquina de projeção cinematográfica. O filme, entre os inúmeros encontrados, que seria levado na semana do Golpe, era *Marcados para Morrer*. A película ensinava como os camponeses deviam agir de sangue frio, sem remorso ou sentimento de culpa, quando fosse preciso dizimar pelo fuzilamento, decapitação ou outras formas de eliminação “os reacionários” presos em campanha ou levados a Galileia, no interior do Estado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03 abr. 1964).

Era com esse tom alarmante que os fatos (muitos deles não condizentes com a realidade) eram noticiados nas páginas dos jornais. A todo o momento o “fantasma

comunista” era invocado pela elite agrária, pelos políticos de direita e por uma parcela significativa da Igreja Católica para culpá-los das supostas transgressões que ocorriam no país. O filme de 64 é um bom exemplo, assim como alguns episódios de incêndios nos canaviais que aconteceram no estado de Pernambuco, cuja responsabilidade foram atribuídas aos militantes comunistas, tentando associá-los às Ligas Camponesas, conforme foi destacado em um dos trabalhos realizados pelo historiador Antônio Torres Montenegro, denominado *Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)*, quando o autor expõe o quanto essas práticas eram na maiorias das vezes acidentais, e em alguns casos propositais (forçando o patrão a antecipar a colheita da cana-de-açúcar). Mas as informações que chegavam à população eram outras: advertências sobre os perigos comunistas que assombravam os interiores das fábricas, a solidez moral e familiar dos cristãos, e também era considerado o motivador dos conflitos do campo. Foram essas as notícias estampadas nas manchetes, presentes nas rodas de conversas, e todas elas, na medida em que circulavam, iam ganhando peso de verdade.

De acordo com Montenegro (2009), os mecanismos e os discursos que emergiram foram edificando uma representação do terror, com a qual se apoderaram do medo das pessoas para manipulá-las. Na sua perspectiva:

Toda uma representação do medo foi sendo oferecida à população através da imprensa falada e escrita, dos púlpitos das igrejas, dos palanques políticos, das falas dos professores, dos livros e revistas. Ao leitor, ao ouvinte, ao aluno, às pessoas, coube acreditar, completar e ampliar esse mundo que lhes era oferecido, em que eram convocados a posicionar-se, a denunciar ou, talvez, inserir-se em outras redes discursivas e rechaçar o medo, ou ter dúvidas, ou não aceitar, ou não compreender. Isto é, torna-se necessário estar atento às múltiplas formas de apropriação do medo (MONTENEGRO, 2009, p. 38-39).

Afinal, vários fatores pré-golpe civil-militar propiciaram a formulação de um ambiente fecundo para a incorporação do medo, principalmente os discursos de alguns segmentos da sociedade favoráveis ao golpe, com os quais exteriorizavam o medo à crescente atuação dos movimentos sociais no campo e na cidade, assim como pela politização de uma parcela marginalizada das Forças Armadas, somando-se à inclinação de alguns jovens universitários aos ideais defendidos pela esquerda. Esses elementos favoreceram o alarme por parte dos grupos dominantes acerca da gradativa influência que o comunismo vinha protagonizando no cenário brasileiro. Esse temor foi sendo reproduzido à nação com tonalidades avermelhadas dando a se entender que se tratava de um perigo comunista (MOTTA, 2014). Tudo isso serviu

de argumento para desencadear o golpe e implantar um governo ditatorial militar, cuja atuação repressiva provocaria uma onda de medo e censura, e consequentemente, de silenciamento.

Os efeitos colaterais dessas ações puderam ser sentidos em múltiplos aspectos e diferentes escalas. As universidades públicas foram obrigadas a se “adequarem” a esta nova fase que o país estava vivenciando, sendo controladas pelos órgãos de informação do Estado, com foi enfatizado por Motta (2014). O autor reporta-se aos métodos de vigilância utilizados pelo aparato militar para “supervisionar” as atividades que eram realizadas no âmbito acadêmico. A vigilância era constante sobre eventos de quaisquer relevâncias, indo desde cerimônia de colação de grau, seminário, palestras até contratações ou demissões de professores considerados esquerdistas, isso sem falar das censuras nas publicações de livros, revistas e periódicos. Enfim, tudo era monitorado com o intuito de neutralizar os discursos ou ideias comunistas.

Deste modo, a interrupção do filme *Cabra Marcado para Morrer*, em 1964, aquele taxado de subversivo, era seguida também pela perseguição das pessoas que fizeram parte da direção e do elenco. No documentário de 1984 alguns camponeses tiveram a oportunidade de falar sobre o que aconteceu com eles durante o regime militar. Dentre eles, observamos o caso do Senhor João Virgíneo, que narra com riqueza de detalhes as humilhações e tortura que sofreu no período em que esteve preso. Segundo ele:

Isto é o tipo de revolução? Pegar dum homem lascado que nem eu, fiquei com meus filhos tudinho morrendo de fome aí, e o Exército tomar um carrinho que eu tinha, tomar meus documentos, tomou tudo, ficou com eles. Que vantagem fez o Exército fazer uma desgraça dessa comigo? Era melhor mandar me fuzilar, não era, do que fazer uma miséria desta? Eu fiquei mais revoltado do que era. Deixar meus filhos tudinho morrendo de fome aqui e eu lascado, lá na cadeia, no cacete, no pau. Passei 24 horas dentro de um tanque de merda com água aqui no umbigo, cada rolo de merda dessa grossura, aquele caldo, aquela manipueira. Um quarto apertado, e eu. Passava assim uma hora assim, outra assim, outra hora... Passei 24 horas em pé. Só Satanás. Eu acho que não. Eu não acredito que tô vivo não, porque eu nunca vi um espírito da minha qualidade aguentar mais choque elétrico do que eu aguentei, não. Mas não tem nada melhor do que um dia atrás do outro e uma noite no meio. E a ajuda de Nosso Senhor Jesus Cristo é quem vai proteger a gente. As graças de Deus tá caindo aí de hora em hora. Confio em Deus porque essa infelicidade... um dia o povo tem de pensar quem são eles. Não é possível a gente viver a vida todinha debaixo deste pé de boi, não (SENHOR JOÃO VIRGÍNEO apud CABRA MARCADO PRA MORRER, 1984, 86':53").

As narrativas do Senhor João Virgíneo, mais do que uma experiência de vida, soaram como denúncia acerca das atrocidades que eram executadas por aqueles que se julgavam defensores da ordem. Os seus algozes todos fardados e amparados pelos cargos de militares que ocupavam, traziam nas suas bocas os discursos de conspiração comunista e de subversão para tratar os seus opositores como inimigos do estado. Sendo assim, uma ameaça deveria ser combatida a todo custo.

Na fala do Senhor João Virgíneo também percebemos um desejo reprimido. Certamente já deveria estar com ele há algum tempo, pressupondo-se que seu desejo seria revelar para o “mundo” as barbaridades que eram executadas pelo Exército durante a ditadura militar. Ele queria, desta maneira, expor uma outra versão da história oficial, na qual só as pessoas que vivenciaram tais horrores são capazes de relatar.

Em adição a esse testemunho, Eduardo Coutinho vai apresentando a história de outros camponeses como Zé Daniel, João José, da própria Elizabeth Teixeira, dos seus filhos, cada qual, ao seu modo, vai contando sobre o que sofreram na repressão ou por causa dela.

No caso de Elizabeth, o papel reservado para ela nessa trama foi o de guardiã da memória da Liga Camponesa de Sapé, uma espécie de porta voz com autoridade para falar em nome do movimento. Na medida em que vai falando de si, vai puxando os fios da história de vida de João Pedro enquanto marido, pai e líder, tecendo uma narrativa que o coloca como símbolo de resistência na luta do campesinato paraibano. Este trabalho de construção de uma figura emblemática fez com que os camponeses pudessem se espelhar em João Pedro para fortalecer suas identidades de camponeses. Começou a ser delineado logo após o assassinato de João Pedro por meio de diversos discursos que emergiram naquele período pós-morte para a construção de um herói camponês (MUNIZ, 2010). Um desses discursos foi proferido pela sua esposa, que invocava o seu nome nos palanques, nos jornais, reavivando assim, a sua memória e, portanto, fazendo-o presente (mesmo que ausente) na organização.

Quando Coutinho decidiu realizar um filme em 1964, a viúva de João Pedro prontamente aceitou o convite em participar das filmagens de *Cabra Marcado para Morrer*, assim como se dispôs em contar sobre a trajetória de resistência do marido em defesa dos direitos trabalhistas dos camponeses (informações que colaboraram na composição do enredo cinematográfico). Apesar do desejo do cineasta em querer realizar as gravações no cenário original aonde os fatos teriam ocorrido, não foi possível por conta do episódio de violência que ocorreu no município vizinho a Sapé – o município de Mari-PB – envolvendo

camponeses e funcionários da família Ribeiro Coutinho, no dia 15 de janeiro de 1964⁸. Em virtude do clima tenso ocasionado pela tragédia de Mari, as filmagens foram proibidas naquela região, sendo transferidas pelo diretor para o Engenho da Galileia, em Vitória Santo Antão-PE. Porém, novamente as gravações foram interrompidas só que desta vez por causa do golpe civil-militar.

A interrupção do filme colocava, de certa forma, um ponto final no processo que estava em curso naquele momento para a edificação de João Pedro Teixeira enquanto ícone da Liga Camponesa de Sapé, fundamentado nas declarações de sua esposa. Se o filme *Cabra Marcado para Morrer* se constitui, a título de exemplo, como o último discurso de Elizabeth logo após o golpe, também foi ele (na versão do documentário) que propiciou no início dos anos 1980, com a abertura política do regime, as primeiras declarações dela depois de um intervalo de 17 anos, quando foi obrigada a se manter em silêncio na clandestinidade, no Rio Grande do Norte, assumindo outra identidade, até ser encontrada por Coutinho, tendo a oportunidade de falar no documentário sobre os anos que passou no anonimato, assim como da luta que João Pedro empreendeu para “conscientizar” os camponeses a se organizarem na Liga de Sapé. Nesse momento ela se tornou uma espécie de guardiã da memória, um lugar de autoridade para falar sobre o movimento camponês de Sapé-PB.

Segundo o historiador Roberto Silva Muniz (2010): “[Elizabeth] cria seu território na medida em que (re)produz a memória da luta de João Pedro Teixeira, sendo a partir dessa mesma memória que ela puxa os fios para construir a sua história e se constituir como um marco dentro da história das Ligas Camponesas” (MUNIZ, 2010, p. 27). Sendo assim, *Cabra Marcado para Morrer* se constitui como mais um desses fios dos quais Elizabeth se apossou para tecer uma memória histórica para o campesinato paraibano. Tática também usada por Eduardo Coutinho para compor o seu documentário, em que ele se apropria das memórias dos seus entrevistados, bem como das próprias recordações, para dar um sentido à sua trama. Para Jean Claude Bernadet, o documentário de Coutinho:

⁸ De acordo com Coelho (2004), esse trágico episódio ficou conhecido como “A tragédia de Mari”, devido ao grande número de vítimas resultado no confronto que envolveu de um lado, os camponeses e o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino, e do outro, os empregados e os policiais que estavam em comitiva rumo à Fazenda Olho d’Água, onde se encontravam tais camponeses participando de um mutirão. O conflito entre Antônio Galdino e Fernando Gouveia, administrador da Fazenda Santo Antônio, pertencente à família de Renato Ribeiro Coutinho, teria desencadeado um confronto generalizado entre os camponeses companheiros de Galdino e os vigias e policiais aliados de Gouveia, deixando um total de 11 mortos, incluindo eles dois.

É uma obra feita de fragmentos do próprio filme de 64, da vida de Elizabeth Teixeira e de seus filhos, dos camponeses de Engenho Galileia. E cada um incluindo o próprio Coutinho, vai recolhendo seus pedaços tentando não emendá-los, mas reconstruí-los (BERNADET, 2003 apud SANTOS, 2008, p. 106).

Portanto, uma obra composta por muitas memórias, são emaranhados de fios soltos, lembranças que vão ganhando sentido à medida que vão se cruzando com outras recordações, cujo traçado criado por Coutinho vai dando forma a um “passado” que esteve por muito tempo “esquecido”, silenciado pela repressão de 1964 ou reprimido no interior de uma memória traumática, que, pela experiência de ter vivido momentos sombrios, ficaram escondidos. Percebemos que Coutinho relata essas memórias na tentativa de representar esse passado que em um determinado momento ele também fez parte. Mas evocá-las não significa ter acesso aos acontecimentos passados, e sim, ter uma representação, a partir das interpretações que tais indivíduos fizeram/fazem a respeito desses fatos. Segundo Ecléa Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1994 apud AUGUSTIN, R; AUGUSTIN, S, 2012, p. 123).

Desse modo, rememorar esses acontecimentos foi o que transformou *Cabra Marcado para Morrer* em um trabalho à parte, pois ao contrário das outras obras já citadas, e sobre aquelas que ainda faltam ser mencionadas, ele é o único que dá oportunidade ao seu público, por meio de narrativa fílmica, de conhecer a história da Liga Camponesa de Sapé e também da Liga da Galileia, a partir de uma perspectiva diferente, cujo ângulo nos deixa tão próximos das pessoas entrevistadas que nos passa a impressão de que elas estão nos contando confidentemente sobre suas experiências. Somos capazes de vê-los e ouvi-los, enxergar os semblantes nos rostos desses camponeses a cada pergunta respondida, o tom da voz e as pausas dadas ao relembrar algumas cenas do filme, da perseguição dos militares, da exploração do trabalho combatida pelas Ligas. Isso sem falar da presença emblemática de Elizabeth Teixeira que expôs a destruição de sua família para o mundo. Enfim, são muitas histórias para compor uma única história.

Para Novaes (1997), a obra fílmica fez com que Elizabeth reassumisse o seu posto não mais de tutora do movimento, mas sim de guardiã daquilo que restou dele, ou seja, das suas lembranças, na qual ela se torna uma espécie de “memória viva” da Liga Camponesa de Sapé, cujo sucesso de *Cabra Marcado para Morrer* teria lhe convertido novamente em uma pessoa pública. Ainda segundo a autora:

Foi quando ela retomou seu papel de construtora e guardiã da memória do marido e outros companheiros assassinados, da experiência coletivamente vivenciada. Após a estreia do filme, Elizabeth foi convidada a falar em vários lugares e diferentes espaços por todo o país. Através destes encontros, foi construindo uma narrativa na qual vão se articulando elementos da saga pessoal de João Pedro, da trajetória da viúva/líder/fugitiva Elizabeth e da história das Ligas. Tal narrativa é composta de uma sequência de eventos-chaves, cujo encadeamento fornece uma versão da história das Ligas do ponto de vista daqueles que foram duramente atingidos pelo Golpe Militar. Contudo, como mulher, Elizabeth adiciona à indignação frente à injustiça e à violência social, a emoção da mãe que foi impedida de conviver e ver crescer os filhos (NOVAES, 1997, p. 91-92).

Assim sendo, Elizabeth Teixeira todas as vezes que invoca o nome de João Pedro para (re)contar sua história, o reavivará no presente por meio de sua fala, atualizando não apenas a imagem dele enquanto líder, mas também a luta pela implantação de uma reforma agrária no país. Ao mesmo tempo em que este discurso também lhe posiciona em um lugar de autoridade, visto se tratar da viúva do mártir das Ligas Camponesas. Mais do que isso, ela própria se autodenominará no livro biográfico *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*, como a mártir da organização camponesa na Paraíba. Na sua narrativa, quando se refere ao período em que viveu na clandestinidade sob o codinome de Marta Maria da Costa, ela menciona que a escolha do prenome Marta foi em decorrência de ter uma filha com este nome e porque subentende ser uma palavra muito parecida com o termo mártir, que, segundo ela, consiste em uma pessoa sofrida, perseguida, de modo que ficará implícito na sua fala o papel que ela pressupõe ter desempenhado dentro das Ligas. Longe dela de querer puxar ou encompridar para si o “manto de mártir” que foi sendo confeccionado para João Pedro, ela mesma, a princípio, fiou com todos os detalhes e contornos de uma “artesã experiente” a sua própria toga.

Na perspectiva de Muniz (2010), a fala de Elizabeth implica um possível desejo de se tornar um monumento na história do campesinato paraibano na medida em que ela se apropria desse território de afetividade na condição de viúva de João Pedro para reportar-se sobre a

trajetória dele do movimento, o papel que ela desempenhou ao dar continuidade à luta do marido depois do seu assassinato, a perseguição e o “autoexílio” sofrido em decorrência da ditadura militar. Enfim, tudo que aconteceu com ela e sua família, em virtude de terem participado da Liga Camponesa de Sapé, principalmente por ocuparem cargos de liderança, fez com que Elizabeth Teixeira pudesse trafegar por diferentes vias de discursos para compor uma narrativa que permitisse ser (re)conhecida pela posteridade como uma das grandes líderes do movimento de resistência no campo nos anos de 1960.

Nesse sentido, a obra biográfica *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*, citada anteriormente, possibilitou, segundo Muniz (2010), conjecturar sobre as intenções de Elizabeth em tornar-se um *monumento* dentro das Ligas Camponesas. Afinal a escrita de uma biografia à base de entrevistas com a própria protagonista da história nos inquieta a respeito de que tipo de imagem ela quer passar de si para os leitores, ou de que forma ela quer ser lembrada por eles. Como essa representação, construída a partir das memórias de Elizabeth sobre o passado, influenciará no presente e nas gerações futuras, com relação à ideia que terão sobre a resistência camponesa e postura dos seus dirigentes?

Se atentarmos para o termo monumento, perceberemos que a sua função será, de acordo com Jacques Le Goff (1990), de perpetuar de forma voluntária ou involuntária os testemunhos do passado. Ainda em conformidade com o pensamento do autor, no tocante a este conceito, ele diz que:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 1990, s/p).

Por isso, a biografia de Elizabeth Teixeira, assim como a narrativa fílmica de *Cabra Marcado para Morrer*, contribuíram, cada uma à sua maneira, para a perpetuação da história da Liga Camponesa de Sapé, cujos discursos colocaram Elizabeth no posto de memorialista do movimento, atribuindo-lhe o direito de fala, de trazer para o presente as suas impressões do passado e que desta forma cunhasse (por meios de vários registros) uma história monumental, apresentando pessoas que ficaram emblemáticas pela coragem e sacrifícios feitos em nome de uma causa.

Além do mais, a fala de Elizabeth no final do documentário de 1984 quando se despede de Eduardo Coutinho, mostra o quanto a luta por melhores condições de vida para o trabalhador rural e urbano ainda se fazia atual naquele período, já que os problemas enfrentados no passado ainda persistiam. Como podemos verificar na sua fala:

A luta é que não para. A mesma necessidade de 64 está plantada, ela não fugiu um milímetro. A mesma necessidade está na fisionomia do operário, do homem do campo e do estudante. A luta que não pode parar. Enquanto se diz que tem fome e salário de miséria, o povo tem que lutar. Quem é que não luta por melhores dias de vida? Tem que lutar. Quem tem condições, quem tem sua boa vida que fique aí. Eu, como venho sofrendo, eu tenho que lutar e tenho peito de dizer: é preciso mudar o regime, é preciso que o povo lute. Enquanto tiver esse regimzinho, essa democraciazinha aí... democracia sem liberdade, democracia com salário de miséria, de fome, democracia sem o filho do operário e do camponês ter direito de estudar, ah... não pode, ninguém pode (ELIZABETH TEIXEIRA apud CABRA MARCADO PARA MORRER, 1984, 113'09").

É interessante que esta ideia de continuidade inserida na sua fala, ligando assim passado/presente, está alinhada a um discurso que vinha transitando naquele contexto inicial dos anos 80 a respeito da necessidade de uma reforma agrária no país, principalmente após o “reaparecimento” dos conflitos no campo, como já foi mencionado neste trabalho. Coutinho acabou trazendo à tona por intermédio de *Cabra Marcado para Morrer*, as histórias/memórias desses sujeitos que foram tão importantes para a história do Brasil. Mas, devido aos discursos oficiais, acabaram sendo apagados das suas páginas, uma estratégia de forçar o esquecimento, visto que tudo aquilo que não é escrito, dito e nem visto, não tem como ser lembrado, até porque não se torna conhecido. Interromper as filmagens de *Cabra Marcado para Morrer* em 1964 e ainda por cima taxá-lo como subversivo foi mais uma dessas manobras do regime ditatorial para apagar ou rasurar o que vinha sendo produzido em torno das Ligas Camponesas e dos seus líderes.

Essa censura nos veículos de comunicações que se estendeu também às produções artísticas (peças teatrais, cinema, eventos musicais, canções, etc.), provocou um enquadramento da produção fílmica de Coutinho (mesmo em fase de construção) em mais uma obra que foi silenciada e posta em descrédito (com intuito de manchar a imagem dos seus supostos “opositores ou inimigos”), invalidando dessa forma os seus discursos. Tudo isso era utilizado como subterfúgio pelo regime para gerar uma “amnésia nacional”. Constituindo-se, portanto, como os únicos senhores daquele momento com poderes de fazer lembrar/esquecer,

forjando assim uma memória histórica a partir da qual pudesse ter o seu poder legitimado pela sociedade. A este respeito Le Goff discorre que:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, s/p).

Cabra Marcado para Morrer, do começo ao fim é composto por memórias das personagens que apresentou no decorrer da trama, inclusive do próprio cineasta que ocupou o papel de narrador/personagem. No entanto, é curioso percebermos a narrativa fílmica de Coutinho ao reencontrar Elizabeth Teixeira e mostrar como ela vivia em São Rafael/RN, cidade onde se refugiou e passou a viver na clandestinidade com o único filho (o pequeno Carlos), que ela teria levado consigo. Na ocasião das gravações de *Cabra Marcado para Morrer* a criança já se encontrava na fase adulta. Depois de quase 30 anos da estreia desse documentário, o cineasta novamente procurou Elizabeth e seus filhos, agora para saber o que aconteceu com eles, se conseguiram reatar os laços familiares que foram bruscamente cortados pela ditadura. Essa procura rendeu-lhe um novo documentário intitulado *A família de Elizabeth Teixeira*, produzido em 2014, mesmo ano do assassinato de Eduardo Coutinho, fazendo desta obra o seu último trabalho.

O interessante nessa última produção de Coutinho é a fala de Marinês (uma das filhas de João Pedro) ao relatar sobre sua infância, o desmembramento da família e convivência com os avós maternos. Neste derradeiro ponto ela traz uma informação “reveladora” acerca do assassinato do seu pai, ao mencionar (em tom afirmativo) a participação do avô Manoel Justino da Costa como um dos mandantes do homicídio do genro, ao lado de Antônio Victor (Antônio José Tavares), que além de comerciante e vereador também era casado com a prima de Elizabeth⁹. Antônio Victor foi o comprador das terras cedidas pelo seu avô para que Elizabeth morasse com os filhos e o marido.

De acordo com a historiografia que aborda a história da Liga Camponesa de Sapé, o pai de Elizabeth sempre foi contrário ao casamento dela com João Pedro pelo fato de não concordar que ela se unisse com um homem pobre e negro. A inimizade dos dois em vez de

⁹ Essa informação que faz referência a Neves Justino, prima de Elizabeth Teixeira, está no livro *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba, deixemos o povo falar* (HAM et al, 2006).

ser diluída com o tempo, sobretudo após a atitude de Manoel Justino de acolher a filha e sua parentela nas suas terras, só aumentou depois da atuação do genro na fundação da Liga Camponesa de Sapé.

Como se sabe, com a morte de João Pedro, o nome do pai de Elizabeth chegou a ser citado no processo de investigação como um dos suspeitos do mandado desse crime ao ponto de Manoel Justino ter que prestar depoimento no inquérito policial acerca dessa violência cometida contra João Pedro (RAMOS, 1989). Contudo, até o momento a vinculação de Manoel Justino a este assassinato nunca passou de desconfiança. Entretanto, os relatos de Marinês permitiram abrir uma espécie de “caixa preta”, trazendo à tona uma “nova informação” referente ao homicídio de João Pedro Teixeira. Ela acredita que a morte do pai tenha sido planejada pelo avô.

Elizabeth também chegou a mencionar (sem dar muitos detalhes) sobre o envolvimento do pai na morte do marido, em uma das suas biografias, desta vez intitulada *Elizabeth Teixeira: mulher da terra*, na discussão que discorre sobre a emoção que sentiu ao rever os seus familiares na Paraíba, após o longo tempo que permaneceu escondida. Apesar do clima ser de alegria pela presença dela visto que muitos tinham julgado Elizabeth como morta, havia também uma sombra de receio que pairava sobre a cabeça do seu pai Manoel Justino, que interpretou os seus gestos de carinho para com ele como uma afronta em decorrência de tudo o que aconteceu entre os dois antes da sua partida. Para Elizabeth, a raiva do pai era infundada já que foi ela a principal vítima da intransigência dele contra João Pedro. Como deixou transparecer na sua fala:

Eu não tinha nenhum motivo para pedir perdão para o meu pai, a não ser o meu desaparecimento involuntário. *Quem teria que pedir desculpas era ele, porque participou do atentado que tirou a vida do meu marido.* Não quero ter raiva dele, não. Apesar de tudo é meu pai e me ajudou na hora de precisão (ROCHA, 2016, p. 211, grifos nossos).

Embora o trecho realçado acima corrobore com o que foi dito por Marinês, não devemos perder de vista os “verdadeiros” mandantes e executores desse assassinato. Nesse sentido, o livro denominado *Os crimes que abalaram a Paraíba*, escrito pelo jornalista Severino Ramos (1989), que na época do trágico episódio (que abateu sobre a família Teixeira em 1962) trabalhava no jornal *Correio da Paraíba*, é muito interessante para discorrer sobre o assunto. Devido à sua profissão, conseguiu acompanhar de perto o desfecho desse assassinato

que chocou a Paraíba e repercutiu nacionalmente. Nessa obra o autor pôde descrever “toda” a trajetória do líder camponês que suscitou na sua morte, mesclando tais informações com alguns eventos de violência que ocorreram no campo, vitimando camponeses em confronto com os capangas dos latifundiários.

Além disso, a composição de sua narrativa tentou combinar esses acontecimentos com manchetes de jornais paraibanos, que no período noticiaram os conflitos e expuseram as condições de exploração pelas quais o trabalhador rural estava sujeito. Ramos (1989) tentou, desta forma, ambientar o leitor sobre em qual circunstância se deu o homicídio de João Pedro, para que os mesmos entendessem no decorrer da trama, quem eram os “suspeitos” de serem os mandantes do crime.

A princípio, o jornalista apresenta o Grupo da Várzea como uma oligarquia rural conservadora que sempre preservou os seus privilégios com base na opressão dos camponeses. No estado da Paraíba ele cita o nome das famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges como sendo as mais influentes. E não é por coincidência que se tratam das mesmas que arquitetaram o plano de exterminar o presidente da Liga de Sapé. Estes “sobrenomes ilustres” ficaram estampados nas páginas dos jornais nas figuras de Pedro Ramos Coutinho¹⁰

¹⁰ É membro de uma das famílias mais importantes da Paraíba, cuja parentela gozava de um forte poder econômico e político na região. Além disso, vários membros de seu clã ascenderam à vida política como foi por exemplo, o caso dos seus irmãos: o fazendeiro e industrial *João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho*, que se tornou prefeito de Sapé e posteriormente deputado federal da Paraíba; e *Flávio Ribeiro Coutinho*, no âmbito político ocupando o mandato de deputado estadual e federal, e governador da Paraíba. Também teve o latifundiário *Renato Ribeiro Coutinho* que ocupou o cargo de vereador e em seguida de prefeito no município de Cruz do Espírito Santo, tendo sido eleito deputado estadual (1947-1951) e deputado federal (1967-1971) (CPDOC, s/d), sendo que este último ainda no período da ditadura militar, teve o seu nome citado no assassinato que ocorreu em Mari-PB em 15 de janeiro de 1964, envolvendo o seu administrador da Usina Santa Helena e o líder da Liga Camponesa de Mari, em decorrência de uma arma de uso exclusivo do Exército que teria sido apreendida por um grupo de camponeses no confronto com os vigias da propriedade da família Ribeiro Coutinho. Vale frisar que essa prática de ter acesso a armamento do Exército e fornecê-lo para os seus vigias, de contratar jagunços e milicianos, eram atos corriqueiros dentro do senhorio dos latifundiários para a manutenção da sua dominação perante seus subordinados. Deste modo, a presença das Ligas Camponesas na Paraíba começou a incomodar as oligarquias agrárias da região, cuja autoridade era marcada por atos abusivos, por exploração trabalhistas e por relações paternalistas como apadrinhamentos e “favores” concedidos à sua clientela para conservação do seu poder e do “curral eleitoral”, que parecia naquele momento ameaçada pela organização camponesa. Daí a atitude de eliminar seus líderes, como aconteceu com João Pedro Teixeira da Liga de Sapé em 1962 por Pedro Ramos Coutinho, além de outros latifundiários envolvidos; e também o assassinato de Antônio Galdino da Silva, presidente da ex-Liga Camponesa de Mari, em 1964 (depois transformada em sindicato), morto pelo homem de confiança de Renato Ribeiro Coutinho. A perda desses líderes camponeses, somado ao golpe civil-militar no Brasil, com a perseguição e dissolução das Ligas Camponesas no estado, favoreceu a família dos Ribeiro Coutinho, uma vez que eles continuaram exercendo livremente os seus desmandos na região, já que não havia mais questionamento e oposição acerca da relação precária de trabalho e de sistema de moradia, além de terem sido absolvidos do crime contra João Pedro Teixeira na figura de Pedro Ramos Ribeiro Coutinho, enquanto Elizabeth Teixeira teve que fugir para não ser presa, passando a viver quase duas décadas na clandestinidade e distante de sua família. Para um estudo mais aprofundado sobre a família Ribeiro Coutinho ver: MATWYCHUCK, 1997; MONTEIRO; FERREIRA, 2017; AGUIAR, s/d.

e Agnaldo Veloso Borges¹¹, como mentores do crime ao lado dos executores, os soldados Antônio Alexandre da Silva (Alexandre) e Francisco Pedro da Silva (Chiquinho), junto com o vaqueiro Arnaud Claudino. Apesar dos responsáveis diretos do crime terem sido presos, com exceção de Arnaud (que conseguiu fugir e delatar o contratante do serviço), ainda assim, não foi o suficiente para colocar um latifundiário na prisão, embora todos os indícios e provas apontassem para eles.

Sendo assim, não devemos perder de vista a posição que o grupo Ribeiro Coutinho ocupava na sociedade paraibana. Segundo Manuel Correia de Andrade, citado por Rangel (2000), das oito usinas existentes na região, cinco pertenciam ao clã Ribeiro Coutinho. Isso no contexto dos anos 1950 e 1960, marcado pela valorização do açúcar no mercado exterior, como já foi citado por Azevedo, somado à concentração de terra, os investimentos do governo federal para industrialização da região nordestina, as facilidades de crédito aos grandes proprietários de terra que propiciou o desenvolvimento econômico de alguns grupos que passaram a controlar o setor agroindustrial açucareiro, como o grupo referido (RANGEL, 2000).

Poder este que não se restringia à questão econômica, mas também abrangia a área política, posto que muitos dos membros dessa parentela ocupavam as cadeiras da Assembleia Legislativa. Quase uma espécie de “herança política familiar” deixada muitas vezes ainda em vida, do prestígio que o sobrenome e a trajetória dos seus parentes exerciam na sociedade para se perpetuar no poder. Agregado a isso, gozava de um extenso “curral eleitoral” construído

¹¹ Foi o patriarca da família Veloso Borges, cujo prestígio econômico e político possibilitou que muitos familiares ingressassem posteriormente na vida política, como foi o caso por exemplo da sua filha Virgínia Veloso Borges, tendo chegado a ser prefeita da cidade de Pilar-PB, ela também que é mãe da atual senadora da Paraíba, Daniela Ribeiro (que já foi vereadora de Campina Grande-PB e deputada estadual), o seu irmão Agnaldo Ribeiro (ambos, portanto, netos de Agnaldo Veloso Borges), além de ter sido deputado estadual e federal algumas vezes, foi ministro das cidades no período de 2012 a 2014 no governo da presidenta Dilma Rousseff, além de outros membros do clã que seguiram a carreira política. É interessante notarmos o quanto as famílias da oligarquia agrária paraibana (dando destaque para a família Ribeiro Coutinho e Veloso Borges) vem ao longo de sua trajetória perpetuando o poder, muitas vezes deixando para trás um rasto de sangue de pessoas inocentes, principalmente camponeses, seja no início da década de 1960 com o assassinato contra João Pedro Teixeira, seja nos anos 1980 com a morte encomendada da sindicalista Margarida Maria Alves. Nestes dois crimes específicos, o nome de Agnaldo Veloso Borges esteve atrelado, porém “sem prova o suficiente”, ele e todos os envolvidos acabaram absolvidos, ficando esses crimes impunes. A morte de João Pedro, a perseguição sofrida pela viúva Elizabeth Teixeira, a tentativa de assassinato contra um dos seus 11 filhos, a dissolução da Liga de Sapé e das demais Ligas Camponesas do país com o golpe civil-militar, a separação da família e a vida na clandestinidade, o reencontro com os filhos e parentes após 17 anos vivendo escondida para não ser presa. Hoje a ex-líder da Liga de Sapé encontra-se morando numa casa modesta comprada com dinheiro que ganhou no cineasta Eduardo Coutinho em virtude de sua participação no documentário *Cabra Marcado para Morrer*. Os seus filhos e netos também vivem modestamente, uma herança marcada por dor, perdas, (re)sentimentos, injustiças sofridas. Enquanto os seus algozes gozaram em vida de privilégios, e cuja descendência ainda usufrui, Elizabeth Teixeira e sua família até hoje sofre a ausência de João Pedro e as consequências dessa separação.

sob o monopólio da terra, gerando com isso uma clientela de pobre rurícolas, composta de camponeses que dependiam deles para “quase tudo” – desde um simples pedaço de terra para morar e plantar até um lugar para encontrar serviço. As estratégias utilizadas por essa elite agrária foram descritas por César Benevides de forma bem detalhada, ao acentuar que:

Perpetuava-se o sistema e a força política do latifúndio através da manipulação e do controle social do campesinato. O esquema de dominação política do Grupo da Várzea era simples: com a aproximação das eleições as feiras dos camponeses eram realizadas obrigatoriamente nas usinas da família. Evitava-se assim o contato do campesinato com a vida urbana e excluía-se a possibilidade, ainda que remota, do camponês vislumbrar outra candidatura alternativa. No dia das eleições, os camponeses eram revistados pelos vigias eleitorais dos latifundiários e administradores das usinas. O ato de votar era rigorosamente precedido pelo almoço na propriedade, a fim de eliminar o pretexto das refeições na cidade e a possibilidade de troca de chapas. O transporte era feito em caminhões dos coronéis. Cada veículo comportava 40 eleitores e 4 fiscais na proporção de 10 eleitores para um fiscal. Assim, os camponeses eram levados até a entrada das seções eleitorais e só podiam ser liberados depois do voto de cabresto (BENEVIDES, 1985, p. 24).

Além disso, o poderio político-econômico do Grupo da Várzea se consolidava por vínculos matrimoniais ora consanguíneos ora por conveniências, estreitando assim as relações com outras famílias poderosas da região, como foi ressaltado por Rangel (2000), a título de exemplo, acerca das famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, conforme descreve abaixo.

Devo acrescentar que os Ribeiro Coutinho se ligaram, pelo sagrados laços do matrimônio, com os Veloso Borges, donos de usinas no brejo paraibano, o que agravou ainda mais essa conjunção de poderes que foi a tônica dos ‘novos barões do açúcar’ (ou dos barões promovidos a condes com os incentivos do Estado, como denunciou muitas páginas atrás, Seixas Dória). Junto com os Lundgrens, que se instalaram no litoral, eles deram cara a ‘civilização canavieira paraibana’. Uma cara pouco amistosa (RANGEL, 2000, p. 226).

Vale lembrar que se tratam das duas famílias envolvidas no assassinato de João Pedro Teixeira e que, na ocasião, Agnaldo Veloso Borges acionou sua rede de contatos para conseguir escapar da prisão por intermédio de imunidade parlamentar, já que ele era o quinto suplente de deputado estadual pelo Partido Libertador, conforme foi enfatizado na obra de Ramos (1989), na qual ele ressaltou os desdobramentos que garantiram a impunidade diante desse crime. Segundo o autor:

Até sentar-se numa cadeira na Assembleia Legislativa, o Sr. Agnaldo Veloso Borges teve que percorrer um extenso labirinto, cujas saídas foram indicadas numa reunião que varou a madrugada. Eis como foi desenrolado o fio de Ariadne: com a morte do deputado Américo Maia (irmão de João Agripino), vitimado por um acidente automobilístico três meses antes, do dia 11 de janeiro, o suplente Wilson Braga passou a titular, não assumindo por encontrar-se de licença permanente, ficando na **1º suplência** o Sr. Nominando Diniz, que não assumiu por ser secretário da Educação, sendo convocado o Sr. Flaviano Ribeiro Coutinho, **2º suplente**. No dia 11, o deputado Clóvis Bezerra requereu licença para tratamento de saúde. O **3º suplente** era o deputado Carlos Pessoa Filho que, como Nominando, ocupava uma secretária de Estado, sendo convocado, então, o Sr. Flaviano Ribeiro Coutinho que, no mesmo dia 11, ingressa com o pedido de licença, dando lugar, finalmente, à convocação do Sr. Agnaldo Veloso Borges, na qualidade de **5º suplente** e que se encontrava na ante-sala do plenário na hora em que foi chamado a assumir (RAMOS, 1989, p. 97-98, grifos nossos).

Desse modo, tanto Pedro Ramos Ribeiro Coutinho quanto Agnaldo Veloso Borges permaneceram impunes nesse crime. Isso significou que mais uma vez o Grupo da Várzea levava a melhor, acrescentando mais um camponês morto à sua lista de homicídios. Entretanto, o assassinato de João Pedro parecia diferente dos outros – talvez pelo fato de transcender a ideia de que, possivelmente, os mandantes intelectuais acreditavam que matando o líder seria o suficiente para a extinção do movimento.

Ao contrário do que eles imaginavam, a Liga Camponesa de Sapé foi ganhando proporções cada vez maiores, seja na repercussão que essa tragédia acabou desencadeando, seja na imprensa ao dar visibilidade ao movimento, difundindo os discursos fervorosos de alguns deputados que se solidarizaram pela perda do líder camponês e a causa que ele defendia, confluindo com o aumento do número de associados na organização (expressando-se como o reflexo da comoção da massa campesina diante da violência contra o pai de família ou como o retrato do novo perfil adotado pela Liga de Sapé.).

Além disso, havia também a revolta da população do campo pelo crime e impunidade dos seus algozes, sobretudo porque João Pedro não foi o primeiro camponês a perder a vida nas mãos dos latifundiários, mas, pelo tamanho da revolta, parecia ser a última gota de sangue que faltava para transbordar a fúria já existente nesses camponeses, mediante tantas atrocidades que eram praticadas contra o trabalhador rural – cuja indignação até aquele instante se manteve contida. A morte do presidente da Liga talvez tenha sido o estopim ou o começo dele. Para Ramos (1989):

A morte de João Pedro Teixeira foi um erro de cálculo dos proprietários rurais (como também foi um erro terem derrubado o modesto monumento levantado no local onde ele tombou morto). Acreditavam que, com a eliminação do presidente da Liga, os camponeses se intimidariam e sua luta, evidentemente mal orientada, morreria no nascedouro.

Entretanto, diante da repercussão do acontecimento, o movimento adquiriu nova dimensão, cresceu mais ainda, sobretudo pelo apoio das elites intelectuais, dos estudantes, operários e de diversas categorias de trabalhadores. Estimulados pela imprensa, pela omissão do governo estadual e pela ação do governo federal. Os camponeses passaram a se constituir numa atuante força de agitação, até que os ventos da madrugada de 1º de abril de 1964 sopraram para bem longe seus sonhos de uma vida melhor e mais digna (RAMOS, 1989, p. 148-149).

Deste modo, a narrativa de Ramos nos é tão valiosa, não apenas pela escrita com entonação de denúncia, como foi ressaltado por José Joffily no prefácio da obra, uma vez que ele enfatiza a relevância do trabalho pela notoriedade que o jornalista aborda a violência no campo, no estado paraibano, apoderando-se da figura de João Pedro enquanto ícone do movimento camponês, para abordar a respeito dos excessos cometidos pelo Grupo da Várzea.

Ramos (1989) nos esclarece ainda acerca da intensificação dessas violências nas áreas rurais após o assassinato do seu líder, cujo confronto entre os dois grupos se acentuaram devido a vários fatores, não exclusivamente pelo que aconteceu com João Pedro Teixeira, mas pela negligência, segundo o autor, das autoridades em solucionar tais divergências, fomentando, dessa forma, a prepotência dos senhores de terra diante da impunidade dos seus crimes. Isso foi registrado de uma maneira bem enfática por Ramos ao afirmar que:

Nenhuma trégua foi conseguida entre donos de terra e agricultores desde o acirramento das tensões a partir do assassinato de Pedro Teixeira. Com a omissão das autoridades, cada facção procurava resolver os problemas à sua maneira, tendo por base a lei do mais forte. Deste modo, acentuaram-se as derrubadas dos casebres dos moradores das fazendas, agora não mais por capangas ou sicários de aluguel, porém pelos próprios fazendeiros que empreendiam frequentes incursões noturnas a fim de expulsarem, pela força, elementos que consideravam indesejáveis por estarem ligados às Ligas Camponesas ou serem delas simpatizantes. A prática repetida dessas demolições chegou quase a transformar-se numa rotina, uma espécie de *hobby*, uma diversão (RAMOS, 1989, p. 127, grifos do autor).

O próprio título do livro – *Os crimes que abalaram a Paraíba* – já nos transmite essa concepção de denúncia, uma vez que os dois assassinatos (denominados de Mercado para

morrer e O mistério de Praia Formosa¹²) dos quais ele se apropria para compor sua trama, tiveram uma grande repercussão na região. Ainda assim, notamos a “quase” ausência do homicídio da líder sindical Margarida Maria Alves, em 1983, tão marcante e dolorosa quanto o de João Pedro Teixeira, ambos mortos pelos mesmos motivos (de terem lutado em defesa dos direitos trabalhistas do homem do campo), tendo como adversário comum os usineiros que integram o Grupo da Várzea. Afinal, não foi por acaso que o autor do prefácio traz a figura de Margarida Alves para mostrar que as mortes dela (em 1983) e a do presidente da Liga de Sapé (em 1962) podem ser entendidas como uma “continuação”, em marcos temporal e espacial distintos, da resistência campesina na Paraíba e da impunidade dos coronéis. Segundo o ex-deputado federal José Joffily:

Trucidar líderes e sonhadores é supremo sacrilégio. Entretanto, os sacrilégios ainda estão por aí, cruzando nossos caminhos. Muitos até com notório poder político para garantir agora mesmo, a impunidade dos assassinos de Margarida Alves, assassinos que tentam se misturar com gente honrada e incapaz da mais cautelosa auto-crítica, ao mesmo em sinal de respeito pelos filhos e netos. *Pretendem assim, comprovar que ‘nada mudou’ e que o latifúndio é imbatível com ou sem Constituinte* (JOFFILY, 1989 apud RAMOS, 1989, p. 13 grifos nossos).

O assassinato da sindicalista de Alagoa Grande nos passa essa ideia de continuidade, que “nada mudou” – uma espécie de atualização do passado que se faz presente, até porque trata de um episódio recente para o contexto em que estava sendo produzida a obra, ocorrido seis anos antes da publicação do livro. Nesse intervalo houve o lançamento de *Cabra Marcado para Morrer* (1984), levando a público a trajetória de luta de João Pedro e Elizabeth Teixeira no comando da Liga Camponesa de Sapé, do qual Ramos se apropriou do nome do documentário para nomear um dos subtítulos desse exemplar, designado de *Marcado para Morrer*, que por si só já revela ao leitor a respeito de quem se pretende falar, devido ao sucesso do filme de Coutinho, embora não trate de uma produção pioneira acerca da temática, como foi bem lembrado no prefácio.

A obra de Ramos (1989) tem sua pertinência quando levamos em consideração a conjuntura em que ela foi constituída, isto é, no momento em que “ressurgiram” os embates

¹² O primeiro assassinato intitulado *Marcado para morrer*, refere-se à morte do líder da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, a mando do Grupo da Várzea na Paraíba. Já o segundo denominado *O mistério de Praia Formosa*, trata do homicídio do estudante Paulo Maia Guimarães, de 18 anos em uma das praias de Cabedelo, cujo desfecho envolveu muitos políticos paraibanos. De acordo com Ramos (1989), houve a participação do Cabo Chiquinho (Francisco Pedro da Silva) nesses dois crimes.

entre trabalhadores rurais e proprietários de terra, e, conseqüentemente, a pauta sobre a má distribuição de terra no país reapareceu nos anos de 1980, como já foi dito. Isso faz com que o livro – *Os crimes que abalaram a Paraíba* – torne-se mais um discurso que emergiu naquele período para inserir o protagonismo dos sujeitos ordinários na história, contestando, assim, as versões dos grupos dominantes (latifundiários), que a todo instante tentaram menosprezar e fazer desacreditar os camponeses e os seus líderes, de modo que a sua escrita deixa explícita as intenções de dar visibilidade aos oprimidos.

Fiz do jornal e do jornalismo uma trincheira de lutas, não para defender-me de inimigos irrealis ou fictícios ou de amigos ostensivos demais, porém para lutar por uma causa, a causa os humildes, dos sem voz, dos que já não tem esperanças de enxergar a luz no fim do túnel (RAMOS, 1989, p. 14).

É uma produção que traz uma narrativa com uma linguagem jornalística, constituída por recortes de jornais, manifestos, autos dos inquéritos policiais, transcrições de declarações de políticos (a favor e contra as Ligas Camponesas), dentre outros documentos que serviram de fonte para embasar a sua discussão em torno do assassinato de João Pedro Teixeira. Um dos pontos que nos chamou a atenção a respeito das manobras que foram arquitetadas por políticos conservadores para manter Agnaldo Veloso Borges em liberdade foi o discurso proferido pelo deputado estadual Joacil de Brito Pereira no plenário legislativo em 11 de abril de 1962. Essa foi a mesma sessão em que Agnaldo tomou posse do cargo de deputado estadual. Na sua fala, ele levantou várias acusações contra o camponês João Pedro Teixeira, numa tentativa de invalidar a sua luta, de transferir a responsabilidade do seu extermínio para o próprio grupo de esquerda, isentando, dessa forma, o usineiro Veloso Borges. Foi também a maneira que ele encontrou para interromper a construção de João Pedro enquanto mártir do movimento de resistência campesina, conforme podemos evidenciar nas suas declarações reproduzidas por Ramos:

Afirmou ele que o líder trucidado em Café do Vento era um elemento a serviço do Partido Comunista, tendo sido o matador, em Recife, do deputado alagoano Santana. Joacil arremessou a suposição de que o próprio Partido Comunista tinha mandado matar João Pedro, apontando-o, depois, como vítima, no intuito preconcebido de levantar as massas campesinas (RAMOS, 1989, p. 98-99).

Desmoralizar os adversários sempre foi uma estratégia usada pelo Estado e pela classe dominante para desacreditá-los ou até mesmo para justificar os atos de violências dirigidos contra eles. Logo, as pretensões de Joacil Pereira em acusar o líder da Liga Camponesa de Sapé de ser um matador de aluguel, e, portanto, um criminoso, podem ser entendidas como um subterfúgio para a invalidação do seu oponente perante a opinião pública. Em uma das entrevistas realizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas, o próprio deputado Joacil Pereira, ao discorrer sobre esse assunto, descreve o que foi dito por ele naquela sessão:

João Pedro Teixeira é que ele nunca foi um camponês. Ele era um agitador comunista profissional, que havia sido importado da "pequena Moscuzinha", que era Jaboatão, uma cidade de Pernambuco, nas proximidades do Recife, uma cidade muito comunista. E lá ele era um líder comunista e a sua profissão era a de sapateiro (JOACIL PEREIRA apud CPDOC, 2001, p. 51).

A assertiva do deputado em declarar que João Pedro Teixeira “nunca foi um camponês” é interpretada aqui como uma maneira de desvinculá-lo do movimento. Uma vez que mexe diretamente com a identidade que vinha sendo construída em relação aos indivíduos que moram e trabalham no campo, mas que, naquela conjuntura, já começavam a se organizar entre si e confrontar as pessoas que o oprimiam (os latifundiários). Deste modo:

A definição social de *camponês* é, sobretudo, uma definição política. Ela remete à maneira pela qual os trabalhadores articularam e ordenaram experiências sociais coletivamente vividas em um processo concreto de confronto e diferenciação, em curso na região, a partir do qual se delinearam os conteúdos e os contornos de sua identidade camponesa (NOVAES, 1997, p. 55, grifo do autor).

Quando Joacil reporta-se à profissão de sapateiro (a qual o marido de Elizabeth tinha desempenhado), ele quer mostrar que João Pedro não pertencia àquele mundo rural, que ele era um forasteiro oriundo da cidade, e, portanto, desconhecia a labuta das pessoas da roça. Na sua percepção, camponeses eram os sujeitos que habitavam os sítios e retiravam seus sustentos da agricultura. Nesse sentido, a definição do termo estaria “correta”, de acordo com a antropóloga Margarida Maria Moura (1986), que desenvolveu um trabalho sobre as experiências de vidas dos camponeses, no qual procurou conceituá-los. Neste estudo, o

entendimento de Joacil se enquadra em uma das diferentes acepções citadas por ela que permeia a expressão camponês.

No entanto, o deputado evidenciou apenas o passado do líder da Liga de Sapé, “esquecendo” assim de integrá-lo à atual conjuntura que ele se encontrava, ou seja: morando em uma pequena faixa de terra cedida pelo sogro, de onde obtinha o mínimo para a sobrevivência de sua família. Talvez, o “lapso de memória”, por assim dizer, possa estar relacionado ao fato dele enxergar em quase tudo uma conspiração comunista, ao ponto (quem sabe?) de julgar o modo de vida de João Pedro como uma encenação.

Ainda no que se refere ao conceito de camponês, preferimos empregá-los no sentido de uma identidade política em consonância com Novaes (1997), posto que nos anos de 1950 essa definição ganhou bastante notoriedade em nível nacional por causa do surgimento das Ligas Camponesas no Brasil. Sendo assim, o conceito fora introduzido com um teor político pelos grupos de esquerda para nomear e diferenciar o trabalhador rural engajado na luta camponesa (NOVAES, 1997). Essa nova denotação conceitual para “camponês” também trará em contraposição o conceito de latifundiário, expondo, dessa forma, a relação da luta de classe envolvendo esses dois segmentos (NOVAES, 1997).

O enfrentamento desses dois grupos provocou um enorme derramamento de sangue com os camponeses sendo as principais vítimas da fúria insana das milícias dos latifundiários. O assassinato de João Pedro Teixeira introduzido na obra *Os crimes que abalaram a Paraíba*, se tornou um ponto de referência não apenas para mostrar as atrocidades que estavam se passando nas áreas rurais contra os trabalhadores agrícolas, mas, também, enfatizar a impunidade com que tais crimes eram cometidos, sem que os responsáveis fossem punidos. O sentimento é de injustiça, de desamparo pelos poderes públicos, em especial o Judiciário, cuja “imparcialidade” costumeiramente pendia para o lado dos latifundiários. Gerava-se um clima de desconfiança e medo, sobretudo com o surgimento do “sindicato da morte”, como foi denominado pela imprensa o grupo de extermínios contratado pela elite agrária para acabar com a vida dos líderes das Ligas Camponesas, ou de qualquer camponês que estivesse contestando a autoridade secular dos latifundiários, indivíduos que ficaram conhecidos ao longo da história do campesinato brasileiro por coronéis e “sinhozinhos”.

Logo, o crime encomendado pelo Grupo da Várzea contra João Pedro Teixeira é apresentado no livro de Ramos como uma tragédia pré-anunciada através do título. Uma escrita com peso de denúncia que enquadrava as duas famílias mais poderosas do estado

como autoras intelectuais do crime, uma morte que virou símbolo da resistência campesina contra a opressão dos latifundiários, transformando o seu líder morto em mártir.

Nos estudos de Cezar Benevides (1985), é feita uma espécie de cartografia acerca do cenário político e socioeconômico do estado da Paraíba nos anos de 1950 e 1960, período em que insurgiu o movimento de resistência no campo, no qual ele delimita a sua discussão em torno da Liga Camponesa de Sapé, fazendo uma radiografia sobre o movimento para expor em que circunstâncias se constituiu a organização, como se dava a adesão dos trabalhadores rurais e quais foram os desafios enfrentados durante a liderança de João Pedro Teixeira e após a sua morte (período em que começa a surgir algumas divergências internas acerca de qual direção a Liga Camponesa de Sapé deveria seguir). Trata-se, portanto, de um panorama que tentou abarcar todos os ângulos, conjuntura em que o acirramento entre camponeses e latifundiários se estendeu, contextualizando também com o quadro socioeconômico do estado. Colocando, desta maneira, a Liga de Sapé em foco, a escrita de Benevides (1985) vai se diferenciar de outros autores, como Azevedo (1982) e Bastos (1984), por exemplo, que abordaram a temática das Ligas tomando como referência a Liga Camponesa da Galileia, em Pernambuco.

Benevides precede a sua discussão, apresentando, logo no início do texto, a Certidão de Óbito e o Guia de Enterramento de João Pedro Teixeira. Talvez tenha sido uma forma de expor para o leitor a que nível tinha chegado a violência empreendida pelo Grupo da Várzea. Tal assassinato tornou-se (nos anos de 1960) o símbolo da violência no campo, o que acabou dando visibilidade para o acirramento nas disputas envolvendo camponeses e proprietários de terra. Sendo assim, ao trazer à tona este caso, o autor pretendeu associá-lo com os acontecimentos no tempo presente (no momento em que ele escreveu), em que a luta do campesinato paraibano reaparecia e, novamente, mais uma liderança camponesa fora vítima do ódio do Grupo da Várzea, desta vez a sindicalista Margarida Maria Alves, morta a tiros de fuzil na porta de sua casa, na cidade de Alagoa Grande-PB no dia 12 de agosto de 1983.

Vincular estes dois homicídios, com temporalidades distintas, num intervalo de mais de 20 anos de um para outro, foi uma maneira de expressar o drama enfrentado por estes camponeses que perpassaram o tempo, cujo modo de exploração trabalhista ainda sujeitava os pobres rurícolas a viverem uma “vida encabrestada” pelo julgo do patrão. Nessa relação de dependência, em virtude de estarem desprovidos dos meios de produção, competia aos latifundiários cederem-lhes “benefícios” em troca de subserviências, baseada em acordos informais, o que garantia a sua hegemonia perante eles. Mas, devido à ruptura do pacto

paternalista e, principalmente, após o surgimento das Ligas Camponesas na Paraíba em 1958 e a formação dos primeiros sindicatos da região a partir de 1963, as tensões sociais só aumentaram.

As Ligas tentaram recrutar o máximo possível de trabalhadores agrícolas para se organizarem em associações para que juntos pudessem reivindicar por melhores condições de vida. Isso implicaria, especificamente, em enfrentar os desmandos dos latifundiários e as múltiplas formas de exploração pelas quais eram submetidos, a começar pelo cambão. Algumas dessas formas de exploração já estavam enraizadas nos costumes culturais, o que dificultava ainda mais a sua cisão.

Por corresponder a um grupo bastante heterogêneo, a Liga Camponesa a princípio encontrou muitos obstáculos para convencer os camponeses a aderir a organização, sobretudo os que ocupavam a condição de morador (por estar mais dependente do dono da terra). Diante disso, houve um amplo movimento doutrinário e pedagógico gerido pelas próprias Ligas Camponesas para conquistar essas pessoas para o seu quadro (BENEVIDES, 1985). Dentre as práticas instrutivas estava a “deterioração do medo”, que de acordo com Vanilda Paiva (1983), consistia no encorajamento (seja por palavras ou atitudes) empreendido pela organização, juntamente com os seus filiados, para demonstrar aos trabalhadores rurais que eles poderiam enfrentar os patrões, desde que estivessem unidos.

E este processo envolvia dois aspectos entrelaçados: por um lado os trabalhadores "aprendiam" — ao nível do discurso, da exortação — que deviam perder o medo. Por outro eles se engajavam nas "campanhas" e "exercitavam" ou comprovavam a perda do medo no próprio desdobramento da luta. Na ação concreta, na prática do enfrentamento, da contestação, do desafio, ele comprovava a igualdade fundamental de todos os homens, se via diante de situações em que podia dizer não ao patrão, obrigá-lo a negociar e a ceder, adquiria coragem para olhá-lo de frente. A ação dos líderes da Liga afirmando que isso era possível parece ter sido fundamental no caso específico do nosso entrevistado e na sua descrição de como ocorria este processo de ensino-aprendizagem pode-se captar o caráter diretivo da [sic] pedagogia posta em prática pela Liga (PAIVA, 1983, p. 92).

Atentarmos para tais ações nos ajudará posteriormente a compreender neste trabalho como essas práticas foram executadas, em especial, a atividade de enchocalhamento usado para o convencimento à adesão das pessoas que se mantiveram neutras ou contrárias à Liga Camponesa de Sapé.

Entretanto, neste momento o que nos interessa entender é que tal pluralidade de categorias acabou gerando uma preocupação de atrair o apoio dos pequenos proprietários de terras por tratar-se de uma camada que “gozava de uma posição mais privilegiada”, quando comparada a outras. Por esse motivo, a dificuldade de convencê-los era maior, vistos que eles não eram “subordinados a outro senhor de terra”¹³. Aliás, esse segmento, segundo Vanilda Paiva (1983), também era disputado ainda pelos latifundiários que começaram a se agrupar na Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba – APREP – ficando também conhecida como LILA (Liga dos Latifundiários). Tal associação, fundada pelo Grupo da Várzea, visava incorporar tantos os grandes quanto os pequenos proprietários para o seu lado. Nessa disputa, competiu ao movimento camponês tentar desconstruir a ideia que se propagou na região, de que a Liga tinha o intuito de “apossar-se das terras do povo”, assim como também de conscientizá-lo sobre a sua condição de “camponês”¹⁴, ou seja, de estimular a formação de uma identidade social¹⁵, em que eles pudessem se reconhecer fazendo parte de um mesmo grupo. Ainda sobre esse assunto, a autora descreve como se deu esta exposição de argumentos para engajá-los na luta.

Segundo relatos de participantes do movimento, nas ‘concentrações’, nas ‘reuniões’, procurava-se esclarecer que o ‘pequeno proprietário era mais um homem que estava precisando de mais terra para trabalhar’ e precisando também de ‘crédito do governo’. Era preciso esclarecer bem pois ‘muitos pequenos proprietários tinham medo da Liga, eram revoltados, eles achavam isso através do que diziam os grandes que a Liga era para tirar a terra deles’. E, quando excepcionalmente, se apresentavam nas Ligas questões que opunham associados a pequenos proprietários, a ‘Liga procurava o máximo possível para unir os dois’, e ‘pequeno era também um pobre coitado’ (NOVAES, 1997, p. 48).

¹³ Embora os pequenos proprietários de terra tivessem uma posição privilegiada (por possuírem um pedaço de terra), ainda assim não eram isentos de sofrerem algum tipo de exploração trabalhista, visto que muitos deles vendiam sua força de trabalho (em diária e empreitada) para os grandes latifundiários, sujeitados, por exemplo, ao “pulo da vara” ou qualquer outro tipo de subordinação.

¹⁴ A designação “camponês” passou a representar os trabalhadores rurais que estavam ingressados nas Ligas Camponesas, e aqueles que estavam politizados sobre os seus direitos, reivindicando desta forma melhores condições de trabalho. Porém, os latifundiários começaram a disseminar a ideia que as Ligas Camponesas iam se apossar das terras das pessoas (tanto daqueles que tinha um pedacinho de chão, quanto dos grandes proprietários de terra), alarmando assim a população local. Por isso, o termo “camponês” passou ser visto no imaginário dos rurícolas como algo ruim. Por este motivo, alguns trabalhadores agrícolas (moradores, foreiros e pequenos proprietários), principalmente este últimos, se recusavam a serem sócios da Liga para não serem chamados de “camponeses”. Diferentemente daqueles que já eram filiados e tinham decorrido do processo de politização, e que o termo “camponês” já era até empregado como título. Em Sapé, por exemplo, vimos Elizabeth Teixeira, líder paraibana, chamar seus companheiros e vizinhos ‘o camponês Firmino’, ‘a camponesa Severina’ (BARRETO, 1963 apud NOVAES, 1997, p. 53).

¹⁵ Para melhor compreensão do conceito de identidade social, ver: POLLAK, 1992.

Novaes (1997) também ressalta que o próprio presidente¹⁶ da Liga Camponesa de Sapé se tratava de um pequeno proprietário de terra, assim como alguns dos outros trabalhadores rurais que estavam na mesma condição que a dele (sendo sócios da organização). Além do mais, havia uma parcela da população que enxergava com bons olhos o movimento, mesmo não estando filiada a ele, talvez em razão da maneira com que João Pedro Teixeira tentava incentivá-la à adesão ou da forma com que ele resolvia os atritos dos camponeses com os patrões sempre buscando, na medida do possível, solucioná-los de um modo pacífico. Tudo isso acabava conquistando admiração e o respeito à sua pessoa e consequentemente ao movimento, apesar das inúmeras artimanhas utilizadas pelos latifundiários para fazer desacreditar e reprimir a organização, as artimanhas se davam através de boatos, como foi exposto na citação acima, colocando as Ligas na posição de vilã, uma vez que induzia a massa camponesa e a opinião pública a pensar que as elas viriam a se apropriar à força das propriedades do povo.

Tal concepção se difundiu com mais força no meio rural após o assassinato de João Pedro, com o alinhamento da Liga Camponesa de Sapé às ideias “julianistas”, as quais defendiam a “reforma agrária na lei ou na marra”.

Além desses atos difamatórios e das práticas de violências (físicas e morais), o sociólogo menciona um complexo aparato construído pela elite agrária para enfraquecer e dissolver as Ligas Camponesas, em que:

¹⁶ Segundo Aued (1986), o primeiro presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapé foi o proprietário Severino Alves Barbosa, dono de 50 hectares de terra. Se levarmos em consideração o contexto da época e as observações de Bastos (1984) acerca do tamanho de uma pequena propriedade de terra ou minifúndio no Nordeste nos anos de 1950, o terreno deveria ter em torno de 01 a 10 hectares. Sendo assim, o presidente da Liga de Sapé, caso adotássemos os critérios estabelecidos por Bastos, não se enquadraria como sendo um “pequeno dono de terra”, conforme teria sido apontado por Novaes (1997). Entretanto, ele está bem longe de fazer parte do Grupo da Várzea ou ser considerado um “grande latifundiário”, pelo menos não interpretamos aqui desta forma. Deste modo, talvez a palavra “latifundiário” não seja a mais adequada para definir a posição social do Senhor Severino Alves Barbosa. Além do mais, o cargo de presidente e sua posição de “proprietário” nos leva a questionar se isso teria sido apenas uma coincidência ou algo proposital já que no Engenho da Galileia em Vitória de Santo Antão-PE, os moradores que lá residiam resolveram fundar uma associação de caráter beneficente no qual convidaram taticamente o dono da propriedade Oscar Beltrão para ser o presidente honorário da associação. Tal atitude foi uma maneira que eles encontraram a fim de não bater de frente com a autoridade do patrão (uma espécie de falsa submissão). Na perspectiva de Certeau (2014), “as táticas” permitem que os sujeitos ordinários burlem as relações de poder sem que haja um confronto direto. Portanto, se atentarmos para este fato, podemos indagar se a presença do Senhor Severino Alves Barbosa possa ter sido empregada como subterfúgio ora para conquistar mais adeptos (da categoria dos pequenos e médios proprietários de terra) a filiar-se à Liga, ora com o intuito de demonstrar que a associação não representava uma ameaça para os latifundiários. Para Vanilda Paiva (1983), “o fato da Liga de Sapé ter nascido de uma iniciativa na qual estiveram envolvidos políticos do PSD paraibano fez com que alguns proprietários da região inicialmente aceitassem e até estimulassem a filiação de seus moradores, acreditando poder transferir para a Liga responsabilidade tradicionalmente assumidas pelo dono da terra (ligadas, principalmente, ao atendimento em caso de doença e morte). Esta atitude foi se modificando na medida em que a participação na Liga conduziu os moradores à contestação da autoridade do proprietário e à intensificação de suas reivindicações” (PAIVA, 1983, p. 78).

Qualquer manifestação do campesinato pelos elementares direitos humanos do trabalhador do campo, por mais pacífica que se operasse, *seria reprimida com mão de ferro, mas essa violência poderia gerar efeito negativo ou inócuo sem a mobilização de recursos destinados aos fatores envolvidos, como a imprensa, o rádio, transportes, partidos políticos e até mesmo o suborno de militares ingênuos e líderes camponeses*¹⁷. O financiamento dessas operações foi a alma da repressão às Ligas Camponesas, aos movimentos populares, nacionalistas e de esquerdas. A corrupção dos militares e até de padres era disfarçada em auxílios para obras pias ou de beneficência a cargo das senhoras dos comandantes, ou de párocos locais, supervisionados pela alta hierarquia católica (BENEVIDES, 1985, p. 69, grifos nossos).

Ao contemplar estes métodos, o autor nos permite compreender para além das práticas de violência executadas pelos grandes proprietários de terra (do qual ele reservará um dos capítulos do seu livro para dissertar sobre o assunto, inserindo na sua abordagem os atentados e homicídios de lideranças camponesas, bem como os episódios de violência envolvendo camponeses e latifundiários, a título de exemplo, a chacina que ocorreu em Mari). Isto tudo expande nosso campo de visão acoplado a uma estrutura que usou dos mais variados recursos para dissipar o movimento, seja por meio da corrupção dos militares e dirigentes das Ligas (e seus sócios), os pelegos que traíam a causa, assim como os meios de comunicação e da Igreja, devido ao alto poder de persuasão que eles tinham diante das massas, cuja influência possibilitava a manutenção da ideologia das relações de dominação dos senhores de terra para com os seus dependentes. Ou seja, sua hegemonia estava resguardada pelo direito à propriedade privada, da qual emanava o seu poder. Afinal, tratavam-se dos meios de produção que eram cedidos pelo dono da terra em troca da subserviência dos seus dependentes. Nessa relação paternalista, a tarefa de convencimento caberia à Igreja através da religiosidade dos fiéis que parecia brotar no chão nordestino com mais força talvez porque o solo fosse mais propício para as preces de um povo cativo à terra, em que os padres pregavam o nome de

¹⁷ Era comum que alguns rurícolas se infiltrassem no movimento camponês a mando dos latifundiários ou por conta própria (com intuito de obter algum tipo de vantagem perante o patrão, seja por relatar sobre o que estava sendo discutido no interior das reuniões, ou por revelar quais os companheiros de trabalho estavam envolvidos na organização). Este trabalhador agrícola, tornava-se, portanto, um espião a serviço dos grandes proprietários de terra. Tal traidor por assim dizer, começava a ser rotulado como “pelego” pelos camponeses vinculados as Ligas, ao considerá-lo como sendo aquele empregado que fica adulando ou puxando o saco do patrão. Segundo Bibiano Girard (2016), esse termo “pelego ou peleguismo” foi introduzido na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas a partir da ideia de que “o pelego, na sua forma denotativa, é o couro junto à lã retirado da ovelha para servir de assento ao cavalariano sem que este machuque o quadril no cavalgar, mas que não elimina o peso sobre o cavalo. No sindicalismo, pelego é aquele ‘companheiro’ que se deixou levar pelas insistências patronais ou que se desviou da verdadeira luta da classe a favor dos opressores” (GIRARD, 2016, s/p). Na região nordestina, o “pelego”, ficou mais conhecido como “manta” sendo colocada sobre o cavalo para depois ser colocada a cela, com a finalidade de não machucar o animal.

Deus para legitimar a autoridade dos coronéis e o “sagrado direito à propriedade privada”¹⁸, fazendo o povo crer que as posições que cada um ocupava se tratava dos desígnios do altíssimo, competindo a eles apenas obedecerem. Nos sermões, estes “servidores de Cristo” (uma ala conservadora da Igreja Católica) deixavam-se guiar mais pela cartilha dos latifundiários do que pela própria escritura sagrada, corrompidos assim pelo pecado da avareza, como bem nos chama a atenção Benevides (1985) acerca das ofertas e doações generosas entregues aos padres pela elite agrária, tudo isso para reforçar ou naturalizar uma relação secular de subordinação e clientelismo por parte dos camponeses. Para Benevides:

Explica-se historicamente as cautelas protetoras da propriedade pelo clero conservador. Vulnerado o direito de propriedade, vulnerava-se o poder político por dupla razão: filosófica e religiosa. Os dois ramos de poder sempre foram interligados por denominador comum, o direito natural, que encontra respaldo nos cânones da Igreja. Qualquer concessão mais generosa na diferença entre posse e propriedade poderia comprometer toda a infraestrutura de poder temporal e religioso, abalando os alicerces do Estado e o seu estatuto político. Estava, portanto, justificado o ponto de vista clerical de que a propriedade privada era um valor cristão a ser preservado a qualquer preço social... (BENEVIDES, 1985, p. 87).

Nesse sentido, era forte a participação eclesiástica, visando disseminar, perante o povo, o estereótipo negativo em torno das Ligas Camponesas, acusando-as de comunista, de besta-fera, de tomar as terras das pessoas, de não acreditar em Deus, enfim, de atribuir ao movimento algo ruim que devesse ser combatido, além de discriminar aqueles cristãos que estivessem vinculados às Ligas. Havia também os padres que se solidarizavam com a precariedade de vida dos camponeses e apoiavam as suas lutas, muitas vezes porque tinham medo que os católicos se desviassem da religião. Por isso, “a Igreja, para não perder os trabalhadores rurais, partiu para sua sindicalização. Colocou-se como inimiga das Ligas Camponesas. Defendendo, até então, a intocabilidade da propriedade, passou a admitir casos em que poderia haver desapropriação de terra” (LEMOS, 1996, p. 96).

Assim como Benevides, Bernardete Aued (1986) também expôs as Ligas Camponesas da Paraíba, dando destaque para a Liga de Sapé (no qual destina o segundo capítulo da sua

¹⁸ Para entender melhor o papel desempenhado pela Igreja Católica com relação às Ligas Camponesas, sugerimos a obra de Francisco Julião (1960): *Cartilha do camponês*, em que ele faz algumas críticas à postura de religiosos que advogavam a favor dos latifundiários. Além de Francisco Julião, há também o livro *Nordeste: o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 64*, de Assis Lemos (1996), que no tópico *A Igreja e a luta católica*, fala sobre a atuação dos padres dentro do movimento camponês.

obra para apresentar a formação e estrutura da organização camponesa, bem como a trajetória do líder João Pedro Teixeira à frente da associação), embora a predominância de sua discussão gire em torno das contribuições do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campesinato e em especial na criação das Ligas Camponesas no país. A autora inclui no debate a cisão dentro do partido, o que resultou em duas linhas de frente: a do PCB e a dos “julianistas”, como já foi dito. E cada uma delas, ao seu modo, tentou influenciar o movimento camponês sobre o rumo que deveria tomar. Porém, o que nos chamou mais a atenção diante de todos os pontos levantados pela socióloga no conjunto da obra, foi a postura adotada pela Liga de Sapé acerca das divergências internas ocasionadas pela disputa entre essas duas correntes. Nesse aspecto, Aued não se aprofundou no assunto, apenas evidenciou sua existência. Ela adverte acerca da distinção entre as Ligas da Paraíba e as demais do Brasil, por ter dado prioridade à manutenção da unidade do grupo (mesmo com todas as dissidências dentro do movimento), fazendo transparecer uma relação harmoniosa entre eles. Esta observação nos auxilia na compreensão de como a imagem da Liga Camponesa de Sapé, por exemplo, foi apresentada ao povo como um movimento coeso. E isso acabou refletido na representação que temos hoje sobre ela. Alguns escritos, como o de Aued (1986) e Benevides (1985) pontuam a presença dessa discordância interna (elas se deram de forma de registro), mas não existe um estudo detalhado sobre as consequências que este confronto acarretou no direcionamento da organização e no imaginário dos agentes sociais envolvidos e nem da população local a respeito das atitudes que eram executadas em prol da causa.

Entretanto, Aued (1986) destaca também que essa dissensão também foi resultado das manobras realizadas pela aristocracia rural com o propósito de fragmentar as Ligas Camponesas. Para isso utilizou-se de várias táticas de repressão contra o trabalhador rural com o intuito de desmobilizar a luta empreendida pelo campesinato, assim como atenuar os impasses entre eles, provocando um enfraquecimento no movimento. Sendo assim, dentro das medidas que foram adotadas para coagir os camponeses, no sentido de poder cercá-los por todos os lados, estavam:

- a) Intimidação, ameaças, espancamento ao morador que fosse encontrado com a carteira de associado da Liga; expulsão do morador que se recusasse a dar o cambão, que se evidenciasse como ‘reivindicativo’; destruição de roçados de subsistência (através da invasão do local pelo gado), antes que a colheita fosse totalmente efetuada; invasão de domicílios; destruição de moradias;

b) Cooptação, oferecendo trabalho, sobretudo àquele que se apresentasse com características de liderança, num local distante, em geral, uma usina ou fazenda do mesmo grupo (sendo, quase sempre despedido em seguida) (AUED, 1986, p. 52).

Além dessas “repressões internas” enumeradas acima pela autora, havia também as externas, que, assim como a primeira, tinham a finalidade de reprimir todas as formas possíveis de atos e pensamentos naquele contexto e que viessem a contestar a autoridade dos grandes proprietários de terra. Muitas dessas ações coercitivas eram executadas por representantes da justiça (por meio da polícia) para empreender a aparência de legitimidade ou legalidade aos atos contra o camponês, principalmente no que diz respeito às suas lideranças. Como podemos observar nos procedimentos de “repressão externa” realizadas, encontram-se:

- a) Prisão de lideranças, intimidação para que elas fossem ao Quartel de Polícia prestar esclarecimentos;
- b) Criação de destacamentos e Quartel de Polícia nas redes dos municípios cuja mobilização era mais intensa;
- c) Formação e utilização do serviço de ‘polícia particular’ – a capangagem – em quase todas as usinas e fazendas;
- d) Assassinatos de líderes (AUED, 1986, p. 52).

Tais mecanismos de coerção acabaram intensificando ainda mais o processo de cisão dentro da organização, dando, assim, brecha para que as orientações “julianistas” que pregavam “reforma agrária na lei ou na marra” também suscitassem o uso da violência por parte dos camponeses (AUED, 1986). Esta última alegação foi justificada a partir do relato de um camponês como sendo uma reação a todos os atos de violência que foram cometidos ao longo da história contra o homem do campo pelos latifundiários, de acordo com sua fala, presente em uma nota de rodapé, que diz:

Durante duzentos anos os proprietários oprimiram, roubaram, surraram e mataram os camponeses; agora eles estão também começando a ser mortos. Acho que vão começar a recuar, a agir de outra maneira. Por isto, acho que a violência vai diminuir a até acabar... Violência chama violência. Nós não recuamos e os proprietários também não vão recuar. Não tem mais remédio. Agora a coisa vai ter que ir até o fim, quando um vencerá o outro (CARNEIRO, 1963 apud AUED, 1986, p. 100-101).

Percebe-se na fala do entrevistado a impressão de uma ideia de resposta às opressões sofridas e até mesmo uma percepção um tanto ingênua em acreditar que a extinção da violência pudesse ser conseguida por meios violentos. O fato é que o uso desse recurso não foi muito bem visto pelos camponeses, segundo Bernardete Aued (1986), deixando, assim, eles mais inclinados a aceitarem um outro tipo de orientação diferente da “julianista”. Contudo, tal observação não denota que estes artifícios não tenham sido utilizados pelo movimento, mas isso dependeria muito da influência das lideranças sobre as Ligas Camponesas.

No caso das Ligas da Paraíba, o que se percebeu foi a existência de tais atos com maior ou menor intensidade nas organizações, sobretudo no que diz respeito à Liga de Sapé (a primeira do estado e a maior do Brasil) que, portanto, gozava de um grande prestígio perante as demais. Enfim, Aued (1986) e Benevides (1985), bem como outros estudiosos sobre a temática, expuseram o predomínio da influência do PCB sobre as organizações camponesas paraibanas, seja no processo de sindicalização, de apoio político (no caso das eleições em que Assis Lemos foi eleito deputado estadual), sempre atuando de forma moderada na defesa da reforma agrária e dos direitos trabalhistas.

Tais informações identificam-se a partir das narrativas de camponeses e de ex-dirigentes das Ligas da Paraíba incorporadas em literaturas recentes¹⁹, cujo respaldo se dá por meio de fontes orais. São recordações que em determinados momentos citam “o radicalismo” nas atitudes dos membros das Ligas, do próprio movimento em si, ora em tom de crítica, demonstrando total discordância, ora reconhecendo, mas justificando tais condutas, ou tentando entendê-los no contexto em que estavam inseridos. São vários sujeitos com visões distintas acerca das Ligas e as interpretações que se aproximam e reforçam a memória coletiva, outra vez provocam certos embates em torno dela. Fato natural, tratando-se de memória. Contudo, a questão aqui foi notar a forte presença da Liga de Sapé de condicionar as outras Ligas Camponesas a terem uma postura mais “ousada” diante das arbitrariedades dos latifundiários. Isso significa que a influência do PCB, defendida por estes autores, talvez não tenha ocorrido em sua predominância já que os meios pacíficos de luta advogados pela corrente do Partido Comunista Brasileiro eram poucos significativos (embora envolvesse seus simpatizantes –

¹⁹ São obras que tivemos acesso cuja abordagem pautada de fontes orais traz os testemunhos de camponeses e ex-dirigentes das Ligas Camponesas na Paraíba. Cada um, ao seu modo, contribui para entendermos o que foi e o que representou para o homem do campo um movimento que encorajou os trabalhadores rurais a não mais baixarem as cabeças perante os grandes proprietários de terra.

lideranças, membros das Ligas) e os problemas do dia a dia das Ligas eram enfrentados de modo semelhante ao que era difundido pelos julianistas.

Vale ressaltar que a prática da violência empregada pelos camponeses será a todo o momento interpretada aqui e ao longo desse trabalho como uma autodefesa dos integrantes da Liga em oposição aos latifundiários e daqueles que direta ou indiretamente se mantiveram ao lado dos patrões (sejam através de sua postura ou por meio de sua “neutralidade”). Nosso objetivo não foi e nem será o de igualar a conduta desses camponeses, ao se apropriarem do uso da violência, com a do latifundiário nessa luta de classe, até porque estes pobres rurícolas estão longe de possuírem o mesmo tipo de arsenal e dispor de milícias particulares tal como os grandes proprietários de terra. Inclusive, as motivações que os levaram a cometer tais atos são distintas das dos latifundiários. O que eles fizeram, na verdade, foi se apoderarem e inverterem as regras do jogo²⁰ impostas pelos seus “paternais” algozes.

2.2. Entre mudanças e permanências: o século XXI como um campo de possibilidades de escritura da Liga Camponesa de Sapé

Além das literaturas da década de 1980, também utilizamos bibliografias mais atuais. Nesse panorama, um nome bastante expressivo nos estudos sobre as Ligas Camponesas na Paraíba é o da historiadora Maria do Socorro Rangel (2000), com sua dissertação *Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das ligas camponesas na Paraíba*, em que faz uma abordagem sobre o movimento a partir de várias perspectivas, abordando a maneira como esses conflitos no campo foram sendo representados pela imprensa, principalmente pelas matérias escritas pelo jornalista Antônio Callado, cujas reportagens denunciavam não apenas as irregularidades dos projetos introduzidos pelo Estado para o desenvolvimento da região nordestina, mas também as violências cometidas pelos jagunços dos proprietários de terra contra os trabalhadores rurais.

Para a autora, o Nordeste foi ganhando, com os discursos da elite agrária, um contorno de território subdesenvolvido, cujo desenvolvimento só seria possível através dos investimentos governamentais para amenizar tal situação (RANGEL, 2000). Além desta preocupação econômica, havia o tom alarmante nas manchetes de jornais a respeito dos confrontos travados no campo nordestino, em que a má distribuição de terra no país só seria

²⁰ Ver: FOUCAULT, 2016.

resolvida com a implantação de uma reforma agrária, questões que começaram a ser colocadas em pauta na Câmara Federal no ano de 1959, quando os políticos favoráveis e contrários tentaram justificar suas posições referentes ao plano de execução da referida reforma.

Segundo Rangel (2000), aquele teria sido um ano emblemático devido à sentença judicial favorável à permanência dos camponeses no Engenho Galileia e pelos debates calorosos no congresso sobre a reforma. Os escritos da autora colocaram em destaque as falas dos camponeses para relatar como eram suas relações com os donos das terras, ou em que momento o contrato simbólico que os uniam fora quebrado, problematizando os motivos que fizeram com que eles aderissem às Ligas Camponesas. Enfim foram destacados pela autora o modo como se originou e quais os procedimentos da Liga de Sapé, de acordo com as lembranças dos camponeses e de Elizabeth Teixeira.

A historiadora destaca as relações patronais no campo a partir dos depoimentos dos trabalhadores rurais da Paraíba. Segundo ela:

Esses laços pessoais que definiam as relações de poder no engenho e na usina, teriam se exacerbado com o fim da escravidão e as concessões que compunham o sistema de moradia (casa, trabalho, acesso à terra, direito de criar, acesso à água, à lenha, ao mel, e ao barracão, que fornecia também auxílio financeiro nas situações-limite), teriam encoberto a dimensão compulsória da dominação. *Portanto, o equilíbrio entre a coerção e o consentimento era regra fundamental nesse sistema de dominação. Por isso, a violência só seria utilizada nas ocasiões em que as transgressões ameaçavam romper esse equilíbrio e por isso também era o cumprimento das regras da moradia, que delimitava o perfil do bom patrão e do bom morador* (RANGEL, 2000, p. 297-298, grifos nossos).

A partir do que foi realçado acima, percebemos que diante dos mais variados mecanismos de dominação, o sistema de moradia era o que mais gerava dependência e, portanto, o que mais subordinava o camponês ao proprietário de terra, pois nele estavam acopladas diversas normas que precisavam ser seguidas à risca, e, dentre elas, encontrava-se o uso da violência enquanto instrumento de coibição para manter a ordem. Sendo assim, as pessoas que procuravam moradia tinham consciência do emprego dos castigos físicos em caso de desobediência ao patrão. Comportamento que nos faz lembrar a postura de um pai para com o filho quando este comete alguma indisciplina, ou seja, é uma espécie de poder legitimado pelos laços paternos cuja competência é transferida para a autoridade dos latifundiários por meio do “paternalismo”. Internalizando isso, a partir de uma relação secular

de dominação que vai se perpassando de uma geração a outra (de pai, filhos, netos, etc.), torna-se um ciclo vicioso que se fazia presente no cotidiano, uma realidade que já existia antes mesmos deles terem nascido. Esse sistema também permite identificar por intermédio dessas regras quem seria um “bom patrão” e um “bom morador” (levando-se em consideração as concessões que os grandes proprietários de terra faziam ao ceder terreno e não restringindo o que os camponeses deveriam plantar, auxiliando em caso de doença ou em outras necessidades, e em contrapartida recebiam deles lealdade e obediência).

Mas vai um pouco além desses acordos, possibilitando interpretarmos a utilização dessa violência como uma prática legitimada por essas relações tradicionais no campo. Valendo-se das memórias dos camponeses paraibanos, em especial das do que participaram da Liga Camponesa de Sapé, e partindo dessas experiências individuais, Paiva (1983) constatou que no imaginário popular os trabalhadores rurais viam estes atos de violência como um procedimento “natural”, desde que ocorressem só com as pessoas que não cumprissem o combinado. Ou seja, só com “cabra safado”, pois “gente de responsabilidade”, que desempenhava suas funções corretamente, não carecia de punição. Mas, caso ocorresse, essa violência era vista como ilegítima já que havia critérios para o uso da força, alicerçada em padrões éticos que eram compartilhados no meio rural.

Portanto, a atuação violenta dos padrões era naturalizada possivelmente pelo pacto paternalista, mas que nas entrelinhas haviam as práticas ideológicas da classe dominante de mascarar as suas arbitrariedades (como esses atos de violências físicas e morais) contra o camponês, levando-lhe a conceber tais métodos como algo necessário para estabelecer a ordem na relação, como se fosse um tipo de remédio amargo, porém indispensável para que houvesse uma relação sadia.

Em *Cabra Marcado para Morrer*, essa postura pode ser evidenciada quando Coutinho apresentou uma cena improvisada pelos próprios camponeses numa situação de negociação entre eles e o administrador, encabeçado por João Pedro Teixeira sobre o aumento do foro. A imagem de um pequeno grupo de camponeses se aproximando da casa-grande, com os chapéus nas mãos como sinal de respeito para com a pessoa a quem iria se dirigir, que neste caso consiste na pessoa do administrador da fazenda, pode ser interpretado como um gesto de “reverência” para com o seu superior (mesmo se tratando de um funcionário e não propriamente do dono das terras, mas que hierarquicamente estava acima dos camponeses). Entretanto, a presença deles naquele momento significa a contestação de uma injustiça sobre o acréscimo do preço do foro. De um lado, os administradores posicionados no alpendre da

casa e abaixo deles encontravam-se os trabalhadores rurais situados no terreiro. É interessante frisarmos que um dos rurícolas estava um pouco afastado do grupo e com o chapéu na cabeça (e é justamente este camponês que tentará agredir o administrador Vieira). O diálogo encenado nos dá uma noção do que acontecia no interior dessa relação, envolvendo patrão e empregado. Como podemos observar abaixo num diálogo extraído do documentário de Eduardo Coutinho:

Administrador: Que história é essa, vocês não deviam ter vindo de comboio. Quando é para pagar o foro, só vem um só. Isso é feio pra vocês. Eu vou mudar a situação da moradia de vocês. Tá muito perto um do outro.

João Pedro: Nós estamos pagando direito, mas o senhor quer pra mais da conta.

Administrador: João Pedro, você é o cabeça. É quem inventou essas ideias.

Camponês: Ele não é o cabeça, é pelo os alcanço do acordo pelo que tá ocorrendo pode fazer um apelo razoável do que é merecedor.

João Pedro: É a necessidade que obriga a nós complicar o caso.

Camponês revoltado: Olhe seu administrador, um caso que eu digo, que estou muito agitado com o senhor (com tom de raiva).

Administrador: Tá revoltado, não devia. Seu filho morre, eu dou o enterro. Sua mulher adocece, boto na maternidade. Nada falta pra vocês.

Camponês revoltado: O senhor está muito fraco, precisa de uma conclusão mais forte (com tom de raiva).

Administrador: Você pensa pouco. Parece que está doido, não tem ideia no juízo. Você é meio bruto.

Camponês revoltado: Eu vou resolver essa parada com o senhor. (O personagem parte pra cima do administrador. E é segurado pelos companheiros).

Administrador: Não vê que o senhor de engenho não morre, administrador não morre. Só quem morre é camponês (Aqui o administrador mostra um revólver).

João Pedro: Seu Vieira, o nosso caso não é brigar com o senhor. Mas não podemos pagar o aumento.

Administrador: Vocês são meus e eu sou de vocês. Quero que vocês fique satisfeito comigo. Eu não quero brigar. A terra é da gente tudo, mas essa ideia de não aumentar o foro eu não assino agora. Só posso assinar quando o patrão chegar da capital, daqui uma semana. Eu tenho que cumprir as ordem do patrão.

João Pedro: Bom, pode esperar uma semana num é. Conforme a resposta do patrão, nós damos a nossa resposta.

Administrador: Vão pensar melhor pra viver. A vida é doce, vão pra casa, converse com a família, acabe com essa história, nós tamo junto.

João Pedro: Semana que vem a gente volta pra saber dar resposta.

Camponês: Ainda vai chegar o dia, que o senhor vai querer fazer o que estar fazendo e não pôde (CABRA MERCADO PARA MORRER, 1984, 37'16") (sic).

O episódio expõe várias questões que servem de subsídio para entendermos como funcionava este vínculo de exploração disfarçado de paternalismo, em que os favores eram cedidos em troca da subserviência. Isso pode ser constatado em duas passagens na fala do administrador: uma quando ele faz menção aos benefícios prestados e a outra quando ele ressalta a preocupação de querer agradar os trabalhadores, expondo, dessa maneira, uma reciprocidade entre eles. Há também um trecho no qual ele expressa explicitamente o uso da violência para aqueles que decidem se rebelar contra os excessos patronais. Ao dizer: “Não vê que o senhor de engenho não morre, administrador não morre. Só quem morre é camponês”, entende-se que esse fragmento discursivo, além de nos revelar acerca da coerção que o homem do campo era vítima, principalmente no que diz respeito à impunidade dos seus opressores, também nos possibilita enxergar o trágico destino dos camponeses que “ousassem” confrontá-los. Além do mais, contrapor um grande proprietário de terra acarretava um risco para o camponês principalmente diante dos laços de dependência que os uniam.

Isso não significava necessariamente um conformismo por parte deste diante da situação que se encontrava, mas, sim, infere-se que o mesmo agia com cautela nas suas reações contra o patrão, conforme é destacado por Socorro Rangel (2000). Por isso que a autora faz inúmeras críticas sobre o posicionamento da Bernardete Aued (1986) acerca do movimento camponês, em especial quando esta discorre sobre a atuação dos rurícolas, enxergando-lhes como coadjuvantes na luta empreendida pelas Ligas Camponesas. Contudo, Rangel não ignora a influência, tão enfatizada por Aued, do Partido Comunista Brasileiro para o surgimento e a expansão das organizações camponesas no país, mesmo considerando essa intervenção do PCB um tanto maximizada na literatura da socióloga, que a todo o momento, segundo ela, tentou contar a história das Ligas a partir da performance desse partido. Mas, o ponto que mais a inquietou foi a negação do camponês enquanto sujeito político, minimizando a sua participação ou reduzindo-o à massa de manobra dos grupos envolvidos, sem levar em conta as experiências individuais e coletivas pelos seus direitos, cuja luta se dava tanto abertamente, por meio das Ligas Camponesas, quanto no seu cotidiano, através de táticas de sobrevivência diante das regras que lhe eram impostas.

Assim, as experiências de fazer acordo, dos enfrentamentos e até das desistências do contrato de moradia, não podem ser menosprezados ou hierarquizados, por que cada uma delas, a seu modo, informaram a mobilização social que se institucionalizou com a criação das Ligas

Camponesas. Essa possibilidade, construída a partir da memória, indica que mesmo a dominação mais violenta, mais cruel, mais pretensamente absoluta, não excluía a construção de alternativas pelas quais os camponeses tanto lutaram. Desconsiderar isso, seria compactuar com a ideia de que os camponeses eram despreparados, desinformados, desqualificados para a ação política, sendo no máximo, ‘palha seca’, que acesos por outros, pusessem fogo nesse sistema de exploração. Essas memórias que trabalhamos anteriormente são um contraponto à leitura de que as Ligas foram resultado só da ação de líderes políticos e/ou partidos (RANGEL, 2000, p. 305).

Rangel nos apresenta uma concepção de camponês que até aquele momento não tinha aparecido na historiografia vigente. Isto é, mostra-nos um camponês na qualidade de sujeito da sua história, que apesar de estar inserido num sistema de dominação, tentou, na medida do possível, encontrar brechas ou até mesmos criá-las no seu cotidiano, para adquirir mais liberdade e mais autonomia, mesmo que essas prerrogativas possam parecer pequenas. Ainda assim, é o bastante, como ela própria advertiu, para nos revelar que o poder dos latifundiários não era absoluto, conforme eles pensavam e pregavam. Esta percepção, baseada nas experiências de vida dos seus depoentes (que eram camponeses), faz com que a historiadora tenha apreendido as diversas formas com que os conflitos e o modo de exploração eram vivenciados por esses trabalhadores rurais.

O estudo de Rangel também nos permite enxergar o sistema de moradia (enquanto um forte vínculo de dependência ao patrão) para além desse lugar de sujeição, evidenciando no seu interior atos de resistências, muitos deles camuflados em obediências, embora a autora exponha que reconheça e compartilhe da mesma opinião de Novaes (1997) a respeito da hesitação desses rurícolas em associar-se às Ligas Camponesas pelo fato de ocuparem a posição de moradores-foreiro, e, portanto, estarem mais subordinados aos proprietários de terra. Ela também observa que tal conduta deve ser avaliada para além da “passividade” dos camponeses, considerando:

Que esse procedimento, mais do que submissão, indica cautela, cuidado e por isso, as tentativas de acordo, também deve ser visto como embates cotidianos e não simplesmente como submissão às regras com as quais eles só poderiam lidar a partir da aceitação. Ou seja, a escolha de não quebrar as regras nem sempre significava ausência de questionamento a essas regras (RANGEL, 2000, p. 304).

Tal argumentação assemelha-se com o discurso de James Scott, quando se refere à deferência (submissão, obediência) como uma prática que também pode ser interpretada para além do significado que o ato em si pode demonstrar. Até porque, segundo ele:

Em qualquer posição, um indivíduo *usa de deferência* para com outro situado mais acima. Vista desta maneira, a deferência é uma das consequências de um sistema de estratificação e não a sua causa. É por isso que corremos o risco de cometer um erro grave sempre que inferimos o que quer que seja acerca das crenças ou atitudes de alguém unicamente com base num acto de aparente consentimento. Em bom rigor, não temos fundamento algum para retirar semelhante conclusão, pelo que faremos melhor em considerar o termo deferência como a “a forma de interacção social que ocorre em situações que envolvem o exercício da autoridade tradicional” (SCOTT, 2013, p. 55) (*sic*).

O antropólogo também adverte que as atitudes de conformidade que os indivíduos expressam externamente em relação às normas estabelecidas pelos seus superiores, podem transmitir, preferencialmente, a imagem de resignação aos olhos de quem observa. Deve ser olhado com cautela, mesmo sendo a maneira mais segura de ver as coisas. Porém, ela pode conter vários significados embutidos em um comportamento. Desse modo, uma determinada conduta, a título de exemplo, pode tratar-se de uma ação habitual ou uma precaução para assegurar algum tipo de vantagem, bem como pode ser uma dissimulação ou um desejo sincero de respeito a um superior (SCOTT, 2013).

Essas ponderações são bastante pertinentes e nos ajudarão na compreensão dos assuntos tratados no terceiro capítulo. Por exemplo, como o camponês que tentou manter-se “neutro” nesta disputa, envolvendo latifundiários de um lado e Ligas Camponesas de outro (no qual este último lutava por melhorias de vida do homem do campo) e consequentemente as conquistas que fossem sendo adquiridas (por este movimento) também iriam beneficiá-lo sem lutar. Ou seja, ele não sofreu nenhum tipo de represália por não ter se filiado ao movimento, ao contrário dos outros camponeses que abraçaram a causa e, em razão disso, sofreram “retaliações conjuntas ou simultâneas”, como a perda do emprego, da casa, do terreno para plantar, bem como a dificuldade de encontrar um novo trabalho (incluindo aqui a moradia) em virtude da má reputação que era disseminada pelo antigo patrão aos demais proprietários de terra sobre eles. Isso sem falar da perda de alguns familiares e da própria vida em prol do movimento.

O sistema de moradia era uma prática predominante entre a população do município de Sapé. 70% do seu contingente estava na condição de morador, conforme os dados levantados por Afonso Carneiro, presente na obra de Aued (1986). Sendo assim, esta “neutralidade”, “passividade” e até mesmo “indiferença” dos trabalhadores rurais à não adesão às Ligas, ou o não enfrentamento com o latifundiários, possuem contornos não muito bem definidos, nuances que precisam ser entendidas considerando a pluralidade das categorias, os laços paternalistas e tantos outros elementos que compunham essa relação de dominação entre os senhores de terra e os seus subordinados. Em outras palavras, a posição de “neutralidade” por mais que o termo nos passe a ideia de isenção, de apartidário, vale lembrar que “ser neutro” também é um posicionamento. Afinal, quem ganha e quem perde com a neutralidade do camponês? E por que se manter neutro naquele contexto do confronto? Quais as consequências ou as ausências de tal neutralidade para a vida do trabalhador rural?

Na dissertação *a Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapecirica*, o autor Aldo Silva de Mendonça (2013) faz um levantamento das condições de vida dos moradores daquela região, tomando como referência tanto os dados etnográficos (atas, documentos, mapas e tabelas, etc.) quanto as memórias de antigos moradores que ainda residiam naquela localidade e que puderam contar suas experiências na época das Ligas Camponesas, visto que a Liga de Mamanguape foi a segunda maior liga do estado da Paraíba e também do Brasil, de acordo com os estudos realizados por Moraes (2012). Sendo assim, o antropólogo fez uma cartografia acerca da economia, da organização social e principalmente com relação ao sistema de moradia, uma prática que já existia e que continuou após a instalação da Companhia de Tecidos Rio Tinto²¹, indústria pertencente à família Lundgren. O antropólogo procurou, por meio dessas memórias coletivas, entender como foi se forjando a identidade do grupo que configura a comunidade de Itapecirica. Dentro desse enredo encontramos um ponto que aflui com a nossa pesquisa, expresso em relatos de camponeses que fazem menção aos métodos de violências (física e simbólica) empregados pelos integrantes das Ligas Camponesas contra os indivíduos que se mostravam contrários aos ideais defendidos pelo movimento. Mendonça (2013) ainda adverte que não se trata de uma memória de contraponto, de ser a favor ou contra as Ligas, e, sim, de apresentar as múltiplas leituras que estes “pequenos agricultores” tinham acerca dessa organização, exteriorizando a imagem presente no imaginário popular daquela comunidade rural sobre as Ligas, muitas vezes marcada, segundo o autor, por dualismos e imprecisões.

²¹ Sobre a Fábrica de Tecidos de Rio Tinto e a luta dos trabalhadores na mesma, ver: VALE, 2008.

Sendo assim, o depoimento do Senhor Severino, quando descreve sobre um episódio acerca da mobilização liderada pelos membros da Liga, cujo objetivo era fazer a derrubada da vegetação de uma determinada área para o plantio, revela-nos um panorama de como era conduzida a luta no campo, embora não fique explícito no texto e nem na sua fala se tal recordação é decorrente de suas lembranças sobre o fato ou se trata de uma “memória herdada” de alguém que ele incorporou às suas, tornando-as suas. O fato é que sua fala traz questões bem pertinentes sobre o modo de agir das Ligas, apesar de que o autor não tenha apontado nenhuma reflexão crítica a respeito disso, limitando-se apenas a reproduzir o discurso do Senhor Severino como uma alternativa de interpretação acerca do movimento. Deste modo, as rememorações desse camponês direcionam um outro olhar para as Ligas, contemplando as vicissitudes. Como podemos verificar na sua narrativa:

A derrubada do mato de Camilo Barro e quem não participava das atividades da Liga Camponesa falava em colocar o chucaio, o camponês era contra o latifúndio, quem não era camponês era latifúndio. A polícia tomou as armas, mandou tomar as carteirinhas da Liga Camponesa, quem não entregou jogou no mato. A Liga Camponesa foi ruim porque tomava as coisas dos outros. Meu pai e meu tio apoiavam a Liga Camponesa, eu era pequeno nessa época (SENHOR SEVERINO apud MENDONÇA, 2013, p. 70-71) (*sic*).

Em consonância com a fala do Senhor Severino, encontramos os relatos do senhor Paulo Severino, que, assim como ele, ao remexer nas suas lembranças, se deparou com um dos capítulos de sua história que esteve indiretamente entrelaçada ao movimento campesino: consiste na experiência de ter vivenciado junto com seu pai a perseguição promovida pela Liga para com aqueles que, diante do dilema de ter que optar em qual dos lados deveriam ficar, “escolhiam” o dos latifundiários, conforme fica exposto na sua fala:

No tempo da Liga Camponesa sofri muito, pois tinha que dormir no mato escondido com meu pai. O meu pai era um vaqueiro da fazenda teve que seguir a lei dos homens da usina, caso contrário perderia a morada; mas quem não participava da Liga Camponesa podia receber um chucaio (SENHOR PAULO SEVERINO apud MENDONÇA, 2013, p. 71) (*sic*).

Nota-se que tanto o primeiro entrevistado quanto o segundo trazem nas suas falas a exposição de um espaço agrário dividido, cujo dualismo entre as partes envolvidas parece não deixar brecha para a “neutralidade”, uma vez que ser a favor ou contra já traduz em que lado você está e quem são seus “inimigos”; não existindo, portanto, um meio-termo para aquelas

peessoas que não se enquadravam em nenhum dos dois grupos. Outro ponto em comum entre os dois depoentes inseridos na obra de Mendonça é a presença do chocalho como uma prática usada para retaliação contra as pessoas que se recusavam a participarem das atividades desenvolvidas pelo movimento. No entanto, o autor também apresenta as memórias do Senhor Ludgero como uma variante às demais já citadas, exteriorizando uma outra concepção da Liga mais próxima da versão predominante na historiografia campesina, na qual aponta o surgimento e trajetória desta organização como um momento de “libertação” do homem do campo às opressões das oligarquias rurais, quando diz:

Hum! A Liga Camponesa pra mim foi uma bença. Antes da Liga Camponesa as casas era tudo de paia, setenta por cento. Você pagava um dia de serviço por semana, a diária. Quando a Liga Camponesa chegou acabou a diária... chegou seu Joflei, Francisco Julião, Assis Lemos... o advogado de Guarabira, Osmar de Aquino, chegava e fazia reunião com a gente e dizia: – Me diga uma coisa vocês paga aqui o quê? – A gente paga uma diária por semana. – A casa que vocês mora é boa ou ruim? – Tudo é casa de paia. – Olha a Companhia. tá robando vocês, por direito era prá vocês dá um dia de serviço por mês, não por semana, a Companhia. tá robando vocês. É o seguinte de hoje por diante nós vamos falar com a Cia. pra vocês ficarem pagando um dia por mês. Aí a Companhia. promoveu uma ação contra a gente pra despejar tudo. Botou sete homens pais de família, eu e meu irmão que morava ali... quando pensar que não. – Olhe vocês nem plante mais e vão desocupar as casas (SENHOR LUDGERO apud MENDONÇA, 2013, p. 71-72) (*sic*).

As declarações do Senhor Ludgero colocam as Ligas Camponesas como sinônimo de benção, uma coisa boa no meio de tantas injustiças cometidas pelo dono da fábrica de tecido de Rio Tinto quanto ao sistema de moradia. As diferentes interpretações dos moradores da comunidade de Itapecirica em torno das Ligas ajuda-nos a entender como a memória é um lugar de disputa, de (res)significações, de traumas, de censuras. E talvez este último quesito nos permita indagar (mas em tom de observação) porque os episódios de violências, de divergências internas, presentes nas recordações destes camponeses e de outros tantos que pudemos verificar durante a execução da nossa pesquisa, mantiveram-se por muito tempo em silêncio, “desconhecidos” no âmbito acadêmico, porém sussurrados e compartilhados entre os familiares e rodas de amigos, de maneira discreta e até temerosa. Na realidade, falar sobre as Ligas Camponesas gera até hoje, para muitos dos camponeses, um certo desconforto e desconfiança, devido a repressão que sofreram durante o regime militar, tornando-se uma espécie de “tabu” entre eles. Portanto, carece de sensibilidade e muito cuidado na hora de

abordar esse assunto com tais rurícolas. Porém, é relevante destacar que muitos estudiosos que abordaram a temática das Ligas Camponesas paraibanas a partir da tradição oral, não tiveram, em algum momento, contato com estes relatos acerca dos incidentes que ocorriam nas campanhas das Ligas.

Em estudos recentes tais procedimentos aplicados pelas Ligas paraibanas já vêm sendo apontados em alguns trabalhos científicos e obras não acadêmicas, para tanto, ainda de forma bastante tímida, consistindo mais em mostrar a sua existência em virtude de ser um assunto que vem se tornando cada vez mais corrente na tradição oral, fazendo com que os estudiosos que adotam as fontes orais como método de pesquisa, se deparem com lembranças como esta acerca deste movimento. Não se trata de apresentar uma outra versão para a história das Ligas Camponesas paraibanas e que esta seja predominante com relação à anterior, nem julgo se tratar de uma versão e sim de um fato, em que os próprios membros e ex-dirigentes das Ligas, como é o caso de Elizabeth Teixeira e Assis Lemos (da Liga de Sapé) reconheceram a prática do uso do chocalho e outras formas de adesões não tão convencionais para convencer a população rural (referindo-se aos indivíduos indecisos e os que mantiveram fiéis ao latifundiários) a filiar-se à organização.

A própria Elizabeth Teixeira fala a respeito dessa conduta rígida do movimento após a morte do marido, quando os companheiros de luta estavam revoltados com aquela situação de impunidade. Isso é citado em duas obras biográficas escritas sobre a sua vida, uma organizada pela socióloga Lourdes Maria Bandeira et al (2012), denominada *Eu marcharei na tua luta: A vida de Elizabeth Teixeira*, e a outra escrita por Ayala de Almeida Rocha (2016) com a titulação: *Elizabeth Teixeira - mulher da terra*. Em um dos trechos da biografia elaborada por Bandeira, Elizabeth cita esse comportamento hostil aos camponeses:

Agora, eu quero dizer que o chocalho apareceu depois do assassinato de João Pedro. Enquanto ele atuou, não houve chocalho, mas com o assassinato dele, a massa ficou em desespero, a massa queria partir para coisas mais difíceis, a massa do campo não se conformava. Então, partiu-se para muitas coisas, para o chocalho, para o desespero, houve fogo nas palhas das canas... (ELIZABETH TEIXEIRA apud BANDEIRA et al, 2012, p. 119).

A morte de João Pedro aparece como um divisor de água na condução do movimento. Uma ação de violência que acarretou uma reação violenta por parte dos seus companheiros. Essas práticas de violência no campo empreendidas pela luta de classe serão discutidas com mais afinco no próximo capítulo.

Deste modo, literaturas como a de Coelho (2004), Veloso (2005), Van et al (2006), Bandeira et al (2012), Pessoa (2015), Rocha (2016) e tantos outros que dialogaram nas suas narrativas com fontes orais e por meio de manchetes de periódicos, acabaram enfatizando nas suas discussões (mesmo de modo introdutório, ou apenas como registro, sem que houvesse uma análise mais aprofundada sobre a questão) as práticas de “persuasão” utilizadas pelas Ligas Camponesas para obterem tanto mais adeptos, quanto opor-se aos pelegos e aos grandes proprietários de terra. Em uma advertência realizada pelo historiador Victor Pessoa (2015), ele destaca o quanto os trabalhadores rurais, apesar das opressões, encontravam mecanismos para revidar as ofensas e as agressões que sofriam. O que demonstra que eles não assistiam a tudo de forma passiva, “muito pelo contrário”, conforme pode ser constatada na fala de Dona Isabel, depoente que o autor referencia para embasar a sua argumentação. As lembranças dessa camponesa sobre um episódio do qual vivenciou, nos dá uma perspectiva de como os rurícolas reagiam aos abusos dos patrões e dos seus funcionários mais fiéis, conforme é observado nos relatos de Dona Isabel:

Sabe de uma coisa, a gente vai fazer o seguinte – se juntou aquele povo todo – a gente vai levar um chocalho grande pra achocalhar João Gomes, o administrador. Vou passar agora lá, se ele soltar uma piada pra gente, a gente vai levar ele achocalhado, e ele vai no meio gritando: Ligas Camponesas! Agora não sei quem contou pra ele, que ele fugiu de casa. Quando o pessoal passaram na fazenda, ele fugiu por trás, ninguém sabe por onde foi (DONA ISABEL apud PESSOA, 2015, p. 107) (*sic*).

Além do emprego do chocalho, havia também o uso da força física para pressionar os agricultores a participarem das campanhas realizadas pelas Ligas. Segundo a narrativa do Senhor Severino, o recrutamento das pessoas para engrossar a multidão decorria algumas vezes de forma involuntária dos participantes, como fica realçado na sua fala:

Às vezes um fazendeiro que tava tomando as terra dos morador pra plantar de cana, aí tal dia vai juntar o povo pra ir, aí juntava o pessoal – muita gente num sabia, né [...] quem sabia, muitos já se escondia pra num ir. Aí ia se escondendo pra num ir. E aquele que se escondia pra num ir a turma quando saía, que ia na casa dele, que ele num tava, entrava dentro de casa e pegava ele a força e ele tinha que ir mesmo. Quer queira, quer não, ele ia, né (SENHOR SEVERINO apud PESSOA, 2015, p. 114) (*sic*).

É importante atentarmos que tanto o relato de Dona Isabel quanto o do Senhor Severino se refere a uma ação coletiva, ou seja, o encorajamento deles de enfrentarem os latifundiários era oriundo de uma operação em conjunto possivelmente pelo fato de que agir de modo individual o colocaria em posição de vulnerabilidade perante o patrão (ficando à mercê da violência ou da retaliação mediante a perda da moradia ou do emprego), algo que poderia ser “evitado” se agisse em grupo, ficando desta forma protegidos pelo anonimato em razão da dificuldade de identificar os autores da ação. E também era uma maneira de agregar mais força ao movimento, dando a entender que mexendo com um camponês se compraria uma briga com todos. Isso sem falar que a estratégia de reunir o maior número possível de “adeptos” visava intimidar os adversários (já que se encontravam em menor número, porém bem armados).

Deste modo, constata-se uma conduta violenta das Ligas Camponesas para estimular a população do campo a participar dos atos de resistência em defesa dos direitos do trabalhador rural, principalmente no que diz respeito aos atos de injustiça com relação à expulsão de moradores, destruição de lavouras, etc. São apontados no texto de Pessoa (2015), com base nas declarações de tais camponeses (que atuaram no movimento, ou daqueles que foram testemunhas oculares), abusos cometidos pela Liga de Sapé. Tal afirmação coincide com os testemunhos dos nossos entrevistados quando rememoram sobre a atuação da Liga Camponesa de Sapé, sobretudo no que se refere ao comportamento das pessoas do campo que se escondiam para não serem levados contra a própria vontade para integrarem os mutirões em prol de algum camponês que estivesse sendo prejudicado pelo patrão. Isso é perceptível nas recordações do Senhor Zé Carvalho, um dos moradores de Anta do Sono, comunidade pertencente ao município de Sapé, que embora não fizesse parte do movimento, acabou presenciando algumas ações realizadas pelos membros da Liga neste sentido.

Eu sei que dia de domingo eu, quando chegasse dia de domingo o povo [da Liga Camponesa de Sapé] saía assim aquele comboio de gente pegando o povo, aí tinha dia de domingo que eles [as pessoas] se escondia dentro da mata, uma vez pegaram não sei quem foi botaram um chocalho, fazia tudo isso (Senhor Zé Carvalho, entrevista concedida à autora em: 15 out. 2018) (sic).

A fala do Senhor Zé Carvalho, somada à narrativa anterior de Severino, permite-nos ter uma noção de como o clima era tenso no campo paraibano, independente de qual lado o sujeito estivesse, ou simplesmente não optasse por lado algum, isso não isentaria a pessoa de

sair ileso nessa disputa envolvendo estes dois grupos antagônicos. Para Pessoa (2015), o radicalismo adotado pela Liga de Sapé, presente nos relatos do Senhor Severino, retratou uma organização com contorno um tanto “agressivo”, no qual as:

[...] Ações é contado por Sr. Severino, que mostra o caráter muitas vezes autoritário do movimento, ao forçar que trabalhadores, inclusive jovens menores de 18 anos, a participar das ações das Ligas de resistência ou de pressão, mesmo contra suas próprias vontades. O autoritarismo não se limitava apenas aos camponeses, mas englobava também outras pessoas que apareciam de passagem, por exemplo, numa rodovia. Membros do movimento paravam os carros de passagem e obrigava que o motorista gritasse ‘Viva as Ligas Camponesas, Cuba, Viva Julião, presidente João Goulart’, etc. Atos de depredação às vezes também eram comuns, muitas vezes fugindo do controle das lideranças das Ligas, quando se travava de invasão de propriedades para reivindicar, sobretudo, direitos trabalhistas (PESSOA, 2015, p. 114).

Tal representação das Ligas Camponesas paraibanas, em especial a Liga de Sapé, é relativamente desconhecida no âmbito acadêmico, mas bastante familiar nas rodas de conversa de uma parcela da população rural local mais restrita, principalmente entre a camada mais idosa. Talvez a ausência dessas memórias nas páginas historiográficas do campesinato paraibano possa ser apreendida a partir da necessidade de se construir simultaneamente um ícone e uma história para o movimento, em que a massa pudesse se identificar fazendo parte dela, processo esse iniciado ainda nos anos de 1960 com o assassinato de João Pedro Teixeira, líder e fundador da primeira Liga do estado, cujos discursos da sua esposa, da imprensa e de alguns políticos, ocasionaram um ambiente propício para o surgimento de um mártir.

A partir de Muniz (2010), podemos observar a importância dos discursos produzidos naquele período para a constituição da imagem de João Pedro Teixeira enquanto herói camponês. Contudo, em decorrência do golpe civil-militar de 1964, ainda em consonância com a ideia do autor, ocorre uma ruptura na representação que estava sendo edificada em torno dele, sendo retomada só em meados da década de 1980 com a redemocratização do país, no qual a emergência da temática – Ligas Camponesas – aparece interlaçada à necessidade de debater a reforma agrária para solucionar os graves problemas enfrentados novamente no campo brasileiro, principalmente na região nordestina.

A partir dos discursos da imprensa paraibana de 1960 e das literaturas produzidas nos anos 80, Muniz (2010) vai descobrindo os fios narrativos que compuseram esse enredo para transformar João Pedro numa figura emblemática dentro das Ligas e fora dela, tornando-se

símbolo da resistência no campo. Esta confecção sobre João Pedro foi, segundo o autor, um trabalho realizado por vários artesões em temporalidades distintas; e cada um deles, à sua maneira, contribuiu para a representação que temos hoje acerca de João Pedro. Para o historiador:

[...] Mostra como ele [João Pedro Teixeira] foi construído em função de ser um herói camponês, operação que começa a fabricar o herói a partir do ano de 1962. O ano de sua morte que é também o começo da sua instituição com herói que se dá por meio da apropriação da sua história de vida, edificada como um marco na história das Ligas Camponesas. A partir da morte de João Pedro, ele surge em meio a outro espaço de vida em forma de texto por meio das narrativas que o imprimem para que ele seja visto como o herói camponês. Essa escrita que o tornou herói se constitui, na mesma medida, como um acontecimento, porque é a partir dela que começa a sacralização do seu corpo como herói camponês, tornando-o emblema e exemplo de história de vida a ser citado em eventos que tematizam a história como a memória da luta pela reforma agrária (MUNIZ, 2010, p. 24-25).

Essas escrituras, ao invocar o nome de João Pedro Teixeira, vão atribuindo a ele um passado, uma história (contada na terceira pessoa), seja através de manchetes de jornais, da fala de sua esposa Elizabeth Teixeira, por ser portadora de uma memória legitimada pelo fato de ter convivido e participado da trajetória do marido. Mais do que isso, ressalta-se o fato dela ter seguido os passos do marido, dando continuidade à luta de resistência, mesmo com toda a intensificação da violência em torno dela e do movimento. Não foi por acaso que Eduardo Coutinho se apropriou de suas memórias e a posicionou na condição de guardiã das memórias da Liga Camponesa de Sapé, dando, assim, mais visibilidade à organização campesina e seus protagonistas, fornecendo, portanto, subsídios por meio de *Cabra Marcado para Morrer*, para erguer o “*Cabra*” (João Pedro Teixeira) como o ícone maior desse movimento.

Assim como Socorro Rangel, o cineasta Eduardo Coutinho também reativa as memórias de Elizabeth quando inicia sua discussão sobre a temática das Ligas Camponesas da Paraíba a partir dos depoimentos da viúva do líder assassinado, constituindo uma espécie de mapeamento da trajetória do marido (do começo do namoro, no casamento, ele enquanto esposo e pai dos seus filhos, a luta empreendida por João Pedro na pedreira de Jaboatão em Pernambuco e posteriormente em Sapé-PB, a perseguição que sofreu pelos latifundiários, culminando com o seu assassinato), criando, enfim, um inventário que só fez reforçar os signos que foram sendo construídos ao longo dos anos pela historiografia sobre João Pedro, colaborando para a petrificação da imagem que temos atualmente. De acordo com Muniz:

É importante salientar que o fato de o historiador fabricar uma história de um personagem não significa que ele está fazendo uma biografia. Esta história a ser narrada neste texto não é uma biografia do herói camponês, uma narrativa de sua vida. Trata-se de pensar como ele foi constituído para ser visto e lembrado como herói camponês, ou seja, um monumento dentro da história das Ligas Camponesas (MUNIZ, 2010, p. 20).

Por isso a importância da obra de Muniz para entendermos como as literaturas acerca de João Pedro Teixeira acabaram influenciando na concepção dele enquanto símbolo de heroísmo, devendo, portanto, ser lida como a construção de uma representação pautada por vários discursos com o intuito de torná-lo um monumento. Daí a relevância de fazermos esse balanço historiográfico para concebermos o contexto da época em que essas obras foram escritas, o que foi dito sobre as Ligas e percebermos como as produções que surgem atualmente vão reelaborando outros discursos, ou até mesmo reforçando os já existentes, o que possibilita identificarmos, desta forma, as mudanças e permanências que permeiam o que é dito acerca da temática.

3. VIOLÊNCIA EXTERNA CONTRA E DAS LIGAS CAMPONESAS

3.1. A ruptura do paternalismo como pacto simbólico de dominação

Para entendemos os motivos que levaram à ruptura do paternalismo é preciso analisar o contexto socioeconômico vivenciado no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, que determinou profundas mudanças no país. Essas transformações foram ocasionadas pelo desejo do presidente Juscelino Kubitschek de desenvolver o país em sua totalidade, visto que havia uma disparidade regional entre o Nordeste, considerado atrasado, e as demais regiões apresentadas como modernas e desenvolvidas. Foi mediante esse contexto que o governo federal criou projetos com o objetivo de tirar a região nordestina desse *status* de subdesenvolvimento (RANGEL, 2000). Uma das alternativas encontradas foi o financiamento agrário, em que as oligarquias puderam investir na modernização do campo e desta forma ampliar sua produtividade. Além disso, é importante ressaltar que fatores externos relacionados à alta no preço do açúcar no mercado estrangeiro, propiciaram um ambiente favorável para que os proprietários de terra estendessem suas plantações de cana-de-açúcar, fazendo-os romper com os acordos paternalistas firmados com os camponeses (AZEVEDO, 1982).

A incorporação do capitalismo no setor agrário foi desvendada por Azevedo (1982) como o principal responsável nas alterações das estruturas que sustentaram esse complexo sistema oligárquico em que seus mecanismos de dominação, até então baseados no paternalismo, e que teriam aos poucos se desfeito na medida em que o capital avançou em direção aos canaviais, principalmente após o aumento dos preços do açúcar no mercado internacional nos anos 50 e 60 do século passado, fator que estimulou muitos produtores a ampliarem suas áreas de cultivo da cana-de-açúcar e conseqüentemente a desapropriar as terras destinadas aos moradores e foreiros. Quando não era isso, aumentava-se o foro para compensar a “desvantagem” de terem suas propriedades ocupadas por esses camponeses.

Tal medida teria provocado uma ruptura na tradicional relação de trabalho, caracterizada pela dependência que ligava os trabalhadores rurais que estavam submetidos ao sistema de morada, ao proprietário de terras. Para Afrânio Raul Garcia Júnior e Moacir Palmeira (2001), esta forma de subordinação colocava o camponês em condição desigual, uma vez que, desprovido dos meios de subsistências, ficava à mercê dos caprichos dos latifundiários, os únicos capazes de lhe conceder o direito de uso das terras, cuja concessão deveria ser retribuída com obediência e lealdade para com os seus “benfeitores”. Desse modo,

o elo que os uniam era constituído por uma série de obrigações recíprocas, forjando assim as bases do pacto paternalista. Ainda em conformidade com os pensamentos dos autores:

Ao ‘pedir morada’ (M. Palmeira, 1976), um chefe de família exibia ao senhor de engenho que estava destituído das formas elementares de prover seu grupo doméstico: nem possuía terras para trabalhar e assegurar seu sustento, nem dispunha de casa ou moradia para abrigar os seus. Assim, ao entrar na propriedade, *contraía com o proprietário uma dívida moral* que ultrapassava em muito o valor material dos elementos de vida que recebia do novo patrão (GARCIA JÚNIOR; PALMEIRA, 2001, p. 49, grifos nossos).

A “dívida moral” destacada acima, abre-nos um leque de possibilidades para compreendermos como os arranjos provenientes dessa relação de poder invisível, acordado entre camponeses e latifundiários, funcionavam no seu interior. Um pacto simbólico de dominação que pode ser entendido a partir do pensamento de Pierre Bourdieu (1989), quando alega que as pessoas envolvidas devam estar de comum acordo, embora pertença a classes distintas, já que elas estão inseridas em uma relação simbólica de interesses principalmente porque estes contratos informais, embasados na palavra, trazem consigo não só o compromisso da reciprocidade entre as partes envolvidas, como também uma carga de dependência muito forte para aqueles que ocupam uma baixa posição nessas hierarquias de poder. Na prática, são indivíduos que estão sujeitos às exigências dos seus patrões, mas que vêm de uma cultura rural em que os dispositivos simbólicos de exploração (como moradia, foro, arrendamento, barracão, pulo da vara, cambão e tantos outros) são “naturalizados” pela classe dominante para legitimar o seu poder sobre os dominados. Ou seja, fazendo-os acreditar que as obrigações e as subserviências prestadas eram meras retribuições ou até mesmo agradecimentos aos “inúmeros favores” recebidos. Portanto, um artifício quase eficaz para obstrução de uma tomada de consciência por parte destes sobre sua condição de explorados, dificultando desta forma, que tais indivíduos possam se rebelar contra uma opressão que eles ignoram ou fingem desconhecer-la, por considerá-la como normal.

Deste modo, Bourdieu (1989) trata o poder simbólico como sendo uma habilidade de persuadir o outro de uma maneira tão intensa que é capaz de fazê-lo enxergar o mundo e tudo à sua volta, conforme a ótica de quem o induziu, exercendo sobre ele um controle capaz de influenciá-lo acerca de algo ou realizar alguma atividade sem que para isso use da força física ou econômica para convencê-lo. Entretanto, esse poder só é possível quando o indivíduo reconhece essa interferência como legítima, não a julgando como arbitrária. Afinal, o poder

simbólico só funciona dentro de uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeito (BOURDIEU, 1989), cujo êxito só é efetivo se as pessoas acreditarem de fato na sua legitimidade e se os indivíduos que o fizeram pensar assim, caso contrário, ela se torna inoperante, pois propicia um despertar de consciência do subordinado das reais situações abusivas, na qual eles estão expostos, ficando assim propensos a se rebelarem contra aquele estado arbitrário. Nessa direção, Bourdieu defende que:

A destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a *tomada de consciência* do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objectiva e o aniquilamento da crença: é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da *doxa*, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas (BOURDIEU, 1989, p. 15, grifos do autor).

A partir do que foi dito, percebemos o quanto o poder simbólico presente nos mecanismos de dominação é enraizado no imaginário popular dos trabalhadores rurais por meio do pacto paternalista, em que os poderes invisíveis acabam agregando a esses contratos uma legitimidade. Para E. P. Thompson (1998), esse acordo corresponde a uma “relação de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência” (THOMPSON, 1998, p. 17). A esse “paternalismo”, considerado pelo autor como um termo bastante complexo, remete à primeira impressão a um vínculo de pai e filho, no qual “sugere calor humano, numa relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial” (THOMPSON, 1998, p. 30). Portanto, uma relação de dependência que gera obrigações recíprocas de um indivíduo para com o outro.

Para entendermos a relação de reciprocidade, é necessário, como nos adverte Thompson (1998), compreendermos os pormenores desse espetáculo de “teatro” e “contrateatro” envolvendo esses dois indivíduos com interesses tão antagônicos, que contracenam entre si com o propósito de vigiar-se mutuamente, representando os papéis que lhes cabem nesta “relação paternal” cênica. Isto é, o poder dominante tenta manter o controle dos seus subordinados por meio de um teatro, cujo roteiro eles mesmos “escreveram”. Enquanto isto, os seus dependentes vão criando mecanismos para se oporem, sem que haja

(na maioria das vezes) um enfrentamento direto com essa autoridade, dissimulando, portanto, uma obediência daquilo que lhe é imposto, fazendo o seu contrateatro (THOMPSON, 1998).

Esses conceitos nos ajudam a compreendermos a interpretação da relação paternal presente no espaço agrário nordestino entre camponeses/moradores e os proprietários de terras, em que o primeiro prestaria lealdade e obediência, e o segundo “devia ser objeto de proteção e ajuda quando alvo de dificuldades, sobretudo as associadas a enterros, doenças, nascimentos ou querelas com indivíduos de fora da propriedade” (GARCIA JÚNIOR; PALMEIRA, 2001, p. 49). No entanto, no interior dessa relação podemos encontrar alguns casos de ressentimentos por parte desses trabalhadores rurais contra os seus senhores, muitos deles ocasionados pelas injustiças cometidas e o não cumprimento dos seus deveres. Contudo, devido à relação de dependência que os “prendem”, eles resolvem reagir às arbitrariedades sem confrontar diretamente os latifundiários, camuflando assim suas intenções, num verdadeiro “contrateatro”.

Trazendo para a nossa realidade, podemos perceber isso nos relatos do Senhor João Lopes da Silva, ex-trabalhador do Engenho Mamulenga, em Pernambuco, que fala a respeito de sua relação para com o dono do engenho, elucidando um episódio no qual ele teria necessitado de um favor do patrão para resolver um problema de saúde de sua esposa, porém não teria obtido uma resposta favorável. Como ele mesmo afirma:

Quando a mulher adoeceu aí fui lá; disse: “Seu Júlio, eu quero que o senhor me empreste dez mil réis, para comprar um vidro de remédio para a mulher”. Seu Júlio respondeu: “é, João Lopes, eu vou...”. Eu ganhava naquele tempo dois mil réis e quinhentos réis, naquela época. Ele disse: “é, eu vou aumentar para três mil réis, não posso emprestar dinheiro não!”. Eu digo: “Tá certo”. Vim para casa (SENHOR JOÃO LOPES apud MONTENEGRO, 2010, p. 75) (sic).

Na concepção do Senhor João Lopes, essa recusa representou o rompimento definitivo do pacto que o unia ao patrão, pois este último não desempenhou a sua função de ampará-lo diante de uma necessidade. E dadas essas circunstâncias, ele tratou de elaborar toda uma tática para se libertar das amarras “paternais”, aguardando o momento certo para agir (visto que já estava à procura de um novo emprego e também se dedicou ao máximo no seu trabalho com intuito de mostrar ao patrão o seu valor) (MONTENEGRO, 2010). Quando consegue atingir seu objetivo, parte dele a iniciativa de novamente procurar o proprietário do engenho, mas agora para desfazer o compromisso firmado. Como podemos ver na sua fala:

“Pronto, seu Júlio, está aqui sua enxada, só sou morador do senhor até hoje, de hoje em diante não sou mais”. Aí ficou: “O que é isso, seu João?”. Digo: “É sim senhor, seu Júlio, porque eu quero um patrão quando eu precisar da minha necessidade, precisar dele, mas de um patrão, quando chega minha necessidade, ele não me serve, para mim não dá” (SENHOR JOÃO LOPES apud MONTENEGRO, 2010, p. 76) (*sic*).

É essa a prática de evitar o confronto direto, de criar oportunidades, de esperar a hora certa para atuar, e simultaneamente nesse intervalo de tempo, dissimular uma deferência para com o patrão. Era uma das diversas táticas utilizadas pelos trabalhadores agrícolas, quase sempre individualmente, para expressar seus descontentamentos.

Outro exemplo típico desse caso é mencionado pelo historiador Antônio Torres Montenegro (2010), quando descreve alguns incidentes ocorridos nas lavouras canavieiras de Pernambuco. São casos de incêndios nos quais a imprensa e as autoridades locais classificaram-nas como atos criminosos e atribuíram, a princípio, a responsabilidade aos comunistas e às Ligas Camponesas. Vale lembrar que foi nessa região que decorreu o nascimento das primeiras Ligas Camponesas, cujas opressões provenientes dessa relação paternalista já estavam ficando insuportáveis, dando os primeiros sinais de seu enfraquecimento, sobretudo após a valorização do produto da cana-de-açúcar no mercado internacional e da modernização no campo (AZEVEDO, 1982). Porém, muitas dessas ocorrências de incêndios não passaram, segundo Montenegro (2010), de subterfúgios empregados por camponeses para conseguir alguns benefícios no trabalho, como ele mesmo menciona. Assim sendo, esse autor explica que:

Muitos incêndios eram acidentais, enquanto outros constituíram táticas dos próprios trabalhadores para serem contratados. O incêndio obrigava que o proprietário cortasse a cana imediatamente ou, do contrário, não conseguiria vendê-la à usina. Embora o preço do feixe cortado de cana queimada fosse menor, o trabalhador conseguia cortar uma quantidade maior, o que aumentava seu ganho (MONTENEGRO, 2010, p. 160-161).

É através dessas artimanhas executadas por camponeses, sujeitos ordinários que na sua prática cotidiana são capazes de burlar a ordem vigente, atribuindo outros significados àquilo que lhe são impostos, que assimilamos a tática de resistência que Michel de Certeau (2014) chamaria de “artes de fazer”, a partir das quais os indivíduos anônimos dissimulam uma passividade, fingido aceitar as regras dos jogos da classe dominante, quando na realidade estão “trapaceando” para atingir seus interesses. Como é possível perceber, teoricamente tais

práticas se assemelham bastante com o conceito de contrateatro utilizado por Thompson, assim como também são condizentes com “as práticas cotidianas de resistência” enfatizadas pelo antropólogo James C. Scott, quando trata na obra *A dominação e arte de resistência: discursos ocultos*, as formas como os camponeses lutavam por melhores condições de trabalho, resistindo contra a exploração que sofriam sem confrontar diretamente os latifundiários. Nas palavras de James C. Scott (2013):

A simulação da aceitação da ordem dominante e do respeito pelas normas dos discursos público, como os seus gestos e rituais de deferência e de respeito, deve, então ser vista como um teatro em que se encena a submissão e partilha das normas e regras das elites dominantes, não só com o objetivo da salvaguarda e proteção dos dominados, mas também , em muitos casos, como formas da retórica com que estes tentam obter vantagens decorrentes da invocação das normas que permeiam o discurso oficial, em particular do paternalismo invocado pelos grupos dominantes (SCOTT, 2013, p. 08).

Essa prática foi denominada pelo autor como “formas cotidiana de resistência”, sendo identificadas nas inúmeras maneiras disfarçadas de submissão, tais como: “fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (SCOTT, 2002, p. 12). Além disso, Scott nos chama atenção para interpretarmos a resistência cotidiana dos camponeses como sendo algo tão importante quanto o enfrentamento direto por meio de revoltas e até mesmo revoluções, embora seja essa última que tenha inspirado mais os estudos sobre resistência camponesa (SCOTT, 2002).

São notórias as diversas táticas adotadas pelos camponeses diante das estratégias dos latifundiários, que não mediam esforços para punir a todos que não cumprissem suas ordens, gerando medo aos camponeses e a quaisquer outros subordinados que atuassem sorrateiramente contra o seu opressor. Isso significa que mesmo que os ganhos com esses artifícios fossem menores se viessem de formas mais lentas, eles estariam assegurados pelo anonimato (SCOTT, 2002). Ou seja, teoricamente falando, subentende-se que mesmo escondidos por uma capa de deferência, os camponeses foram capazes de cometer os mais variados atos de insubordinação. Ou, como diria Edward Thompson:

É exatamente numa sociedade rural, em que toda resistência aberta identificada ao poder vigente pode resultar em retaliação imediata – perda da casa, emprego, arrendamento, senão vitimação pela lei – que tendemos a

encontrar os atos obscuros: a carta anônima, o incêndio criminoso da lenha ou da casinha, o gado jarretado [...]. O mesmo homem que faz uma reverência ao fidalgo de dia – e que entra na história como exemplo de deferência – pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães (THOMPSON, 1998, p. 64).

As transformações pactuais mais acentuadas emergem à medida em que os camponeses começam a perder os seus benefícios, muitos deles considerados os pilares do pacto paternalista, como o direito de residir nas terras de seus patrões, receber ajuda quando houvesse necessidade, e tantas outras vantagens que estão incluídas nesse acordo. Isto é, a postura deles muda no momento em que este pacto é desfeito, dando assim início ao enfrentamento direto com os latifundiários, sendo a violência, na maioria das vezes, o único diálogo existente entre eles. É importante frisar que são forças desiguais se confrontando, tendo de um lado os camponeses desprovidos material e financeiramente, e do outro, os grandes proprietários de terra que compunham a elite social e agrária de então. Foi nessa luta desigual, ou nessa conjuntura, que os trabalhadores rurais ingressaram nas Ligas Camponesas, para formarem frente ao autoritarismo de seus patrões.

O impacto dessa ruptura ainda pode ser notado nas falas daqueles que sentiram na pele a mão pesada dos seus “protetores”. Percebemos isso na fala do Senhor Severino, que relembra os momentos que passou quando o dono das terras em que ele morava pediu que desapropriasse o terreno.

Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. A terra era muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora, e a ambição dele cresceu pra cima do meu canto. Aí não teve outro jeito senão enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali eu não podia sair, não, senhora, que eu tinha nascido e me criado naquela terra, criado meus filho tudo e não podia sair, não, senhora. Foi quando um clarão alumiou o meu juízo e eu pensei: era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim. É isso que eu posso lhe dizer (SENHOR SEVERINO apud RANGEL, 2006, p. 462) (*sic*).

A recusa do senhor Severino em deixar as terras pode ser considerada o primeiro sinal de confronto de sua suposta relação “harmoniosa” com o patrão, ato que foi visto como uma ofensa pelo proprietário, que reagiu empregando a violência como forma de imposição da sua autoridade. Assim, como nos conta o Senhor Severino:

Vi as roça sendo destruída. Os pé de banana, os pé de milho, os pé de feijão. Aqueles cachão de banana, já quase madurinha, e eles cortava assim, né, e ia amontoando num canto e depois metia a foice pra cima, que nem pra salvar as banana os desgraçado servia. Era a lei do cão, dona. Só podia ser. E eu ali vendo aquele dismantelo, meus óio num pode esquecer nunca. Pode, não. Eu nunca tinha posto os óio em cima de tanta desgraça, tanta miséria que num sei, até hoje não sei como meu coração não estourou (SENHOR SEVERINO apud RANGEL, 2006, p. 462).

Esses relatos inseridos no texto de Rangel nos dá um panorama acerca de como viviam os camponeses na Paraíba na década de 1950, e como funcionava a “benção” do paternalismo, que estabelecia uma certa “harmonia” ou “equilíbrio” na relação desses dois grupos antagônicos. Os conflitos entre eles foram surgindo de forma gradativa no momento que os proprietários resolveram estender suas áreas de cultivo da cana-de-açúcar e consequentemente expulsar os moradores que residiam nessas terras. Quando não fazia isso, aumentava-se o foro, objetivando dessa forma, compensar essa ocupação sem prejudicar sua margem de lucro (se o terreno fosse plantado com cana-de-açúcar) (AZEVEDO, 1982).

Os proprietários das terras também aumentaram os dias do cambão²², uma prática de exploração que a Liga de Sapé, na liderança de João Pedro Teixeira, lutou acirradamente para que fosse extinta. Assis Lemos, um dos ex-dirigentes da Liga Camponesa de Sapé, fala a respeito dessa mobilização promovida pelo movimento ao tentar convencer os patrões a acabar com essa forma abusiva de exploração e até mesmo a procurar as autoridades competentes para que eles pudessem definitivamente solucionar essa questão:

Assim foi se conseguindo uma vitória atrás da outra, até que houve uma reunião, em João Pessoa, entre um grupo de proprietários e as ligas camponesas, onde o governo conseguiu um acordo, que a partir daquele dia estava acabando com o “cambão” na Paraíba. Quem conseguiu isso? Que grande vitória foi essa? As Ligas Camponesas (ASSIS LEMOS apud TARGINO et al, 2011, p. 98).

Apesar dessa vitória ter sido uma conquista importante para as Ligas Camponesas na Paraíba, já que o cambão ainda continuou a existir nos outros estados nordestino, os dilemas dos camponeses não se resumiam a ele, pois além da expropriação dos camponeses das terras (quando os proprietários não queriam pagar nenhum tipo de indenização pelas benfeitorias

²² O cambão era uma espécie de trabalho gratuito que os moradores eram obrigados a prestar aos donos das terras que residiam. A quantidade de dias trabalhados sem remuneração poderia girar em torno de um a três dias por semana, mas a quantidade de dias dependia muito de uma fazenda/propriedade para outra.

realizadas), também havia a proibição do acesso à ela, ora porque precisava desse terreno para o plantio da cana, ora para evitar aborrecimento com o camponês/morador que estava agora sendo assessorado pelas Ligas.

Nesse sentido, entendemos que o movimento oferecia resguardo jurídico por intermédio dos seus advogados, colocando em pé de igualdade a palavra de um “senhor de terra” com a de um “camponês” dentro de um tribunal. E isso era algo inconcebível no imaginário cultural de uma sociedade rural paternalista que sempre internalizou nos camponeses a “legítima dominação” para com ele. O que essa postura significou para ambas as partes provavelmente foram percepções bem distintas. Enquanto os latifundiários enxergavam tais situações como uma afronta (desde a organização dos trabalhadores agrícolas até os processos judiciais), ao contrário, os camponeses viam nas Ligas uma oportunidade legal para conseguir vencer os excessos abusivos de seus patrões.

Para Novaes (1997), quando um trabalhador do campo acionava a justiça para dar entrada em um processo trabalhista contra o latifundiário era porque naquele momento ele já se reconhecia como camponês, dando indícios de sua adesão às Ligas, seja pela retirada da “carteirinha do camponês”, seja pelo enfrentamento aos latifundiários, ou em razão dele deixar o espaço privado e ocupar os lugares públicos. Nesse sentido, é plausível aceitarmos que:

A experiência coletiva de perder o medo, elemento fundamental na interiorização da dominação, exigiu, no decorrer do processo, o reforço da identidade do *camponês*, como aquele que adere a um grupo e passa a partilhar seus símbolos e representações, diferenciando-se de outros trabalhadores que não pertencem à mesma organização (NOVAES, 1997, p. 53).

Talvez com relação à perda do medo exposto por Novaes, seja mais adequado relacioná-lo com o enfrentamento deste sentimento do que com a ausência dele diante de uma conjuntura em que os camponeses já tinham perdido quase tudo (terras, roçado, emprego, casa) e não alimentavam a perspectiva de conseguir tais benefícios em outros lugares, exceto o “emprego”. O enfrentamento tornava-se a única saída para aqueles que já não tinha mais nada a perder, como foi lembrado na fala do Senhor Severino: “foi quando um clarão alumiu o meu juízo e eu pensei: era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim” (SENHOR SEVERINO apud RANGEL, 2006, p. 462). É incontestável que as Ligas Camponesas através do seu caráter coletivo, deram um suporte aos trabalhadores rurais,

politizando-os e dando um apoio assistencialista com tudo isso, os encorajando ao embate com os patrões. Inclusive transferindo pra eles a responsabilidade, conforme Novaes (1997), dos auxílios prestados pelos donos das terras. Mas isso não invalidou o medo destes trabalhadores com relação aos latifundiários, entretanto, as Ligas possibilitaram expressar publicamente os ressentimentos contidos nessa “relação paternal”, sem as máscaras usadas no palco do contrateatro. Segundo James C. Scott (2002):

Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes (SCOTT, 2002, p. 11).

Portanto, não seria prudente conferir às Ligas e aos seus líderes a atribuição de ter conscientizado as massas camponesas na sua condição de explorados, uma vez que elas já possuíam essa consciência ao se utilizar das táticas cotidianas de resistência para lutar de forma silenciosa contra os seus opressores num ambiente de dependência. O que as Ligas representaram naquele contexto, contudo, foi a organização desses trabalhadores agrícolas em uma ação coletiva, cujas táticas foram a partir de então evidenciadas (SCOTT, 2002; 2013; TARGINO et al, 2011).

É importante ressaltar que as transformações que ocorreram no meio rural após a ruptura desse pacto paternalista, desencadeou uma série de acontecimentos que resultou na proletarianização do trabalhador do campo, visto que o sistema de moradia, principal símbolo da relação paternalista entre morador-patrão, já não era compatível com a nova realidade imposta à sociedade rural. Como podemos notar na fala de Azevedo:

A proibição pura e simples do sítio ou roçado e da criação de animais até ao aumento constante do foro e as pressões diretas e violentas, como a destruição das lavouras branca pelos capangas dos engenhos e usinas, tinha como objetivo colocar, tanto o trabalhador rural como o camponês, em inteira disponibilidade para o capital, transformando-os numa mercadoria a ser adquirida no mercado, em troca de um salário (AZEVEDO, 1982, p. 51).

Portanto, foram sobre essas condições que sucederam a transição das antigas relações de trabalho para o processo de assalariamento, cuja expropriação do produtor direto, somada à quase ausência dos direitos trabalhistas no espaço agrário, foram abrindo espaço para que camponeses reivindicassem melhores condições de trabalho, encontrando nas Ligas Camponesas um instrumento de luta contra os latifundiários.

Vale acentuar que a proletarianização dos camponeses não veio acompanhada por direitos trabalhistas já conquistados pelo operariado urbano no Governo de Getúlio Vargas (1930-1954). De acordo com Lessa (1985 apud MONTENEGRO, 2010), “a sindicalização rural, embora prevista pela consolidação das Leis Trabalhistas, compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, é barrada pela pressão do bloco agrário” (LESSA, 1985 apud MONTENEGRO, 2010, p. 79). Embora a sindicalização no campo começasse a dar os seus primeiros passos nos anos finais de 1950, foi em 1963 que conseguiu ter mais notoriedade em virtude da atuação dos membros do Partido Comunista Brasileiro, “julianistas” e da Igreja Católica. Cada um na sua perspectiva deu contribuições na formação de sindicatos, alguns até substituindo e/ou coexistindo com as associações das Ligas Camponesas. O interesse desses grupos na fundação dos sindicatos era justamente manter o controle da instituição para poder monitorar os camponeses (NOVAES, 1997). Ainda de acordo com os discursos de Novaes (1997), a “disputa” pelas lideranças nos sindicatos só era viável com a fundação e reconhecimento deles, e neste requisito, quem esteve na liderança e obteve êxito primeiro, foram os religiosos católicos.

É pertinente destacarmos que a Igreja não via com bons olhos as Ligas Camponesas, principalmente aquelas que adotavam um posicionamento mais radical para solucionar os problemas no campesinato e que incitava o povo a lutar pela distribuição de terra nas concepções de Francisco Julião – “reforma agrária na lei ou na marra”. Como pode ser evidenciado na fala do Senhor Manoel Hortêncio, um pequeno proprietário de terra que integrou a diretoria do Sindicato do Trabalhador Rural – STR de Arara:

E os padres e a Igreja com medo das Ligas, porque *as Ligas faziam absurdos*, aí apressaram todo o mundo e criaram um sindicato assim na pressa. O padre me encontrou e me convidou, eu aceitei. Eu era presidente da Congregação Mariana, que ele mesmo tinha fundado (SENHOR MANOEL HORTÊNCIO apud NOVAES, 1997, p. 65, grifos nossos).

Talvez seja possível que ao (re)pensar sobre os absurdos cometidos pelas Ligas Camponesas referenciados na fala do Senhor Manoel, tais pensamentos estejam relacionados à postura que o movimento camponês na Paraíba adotou após o assassinato do líder da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira, e da aproximação que os dirigentes dessa organização tiveram com as ideias defendidas por Julião, incluindo algumas práticas radicais no meio rural. Por se tratar de uma das maiores Liga do Brasil, ela tinha uma grande influência sobre as demais Ligas do estado, possivelmente isso possa ter acarretado um radicalismo generalizado, algo que será discutido com afinco no quarto capítulo desse trabalho. Neste momento, iremos nos deter apenas no que diz respeito ao rompimento dessa relação paternalista com as suas acepções e consequências, e dentre elas está a proletarização do camponês (destituídos de boa parte dos direitos trabalhistas presentes no setor urbano). Só a partir da criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, se tornou praticável a sindicalização rural com a ampliação dos direitos do operariado ao homem do campo.

Foi neste contexto que surgiram os sindicatos no espaço agrário e as disputas por diferentes grupos para compor sua organização. Muitas dessas instituições foram denominadas, segundo Novaes (1997), de *sindicato do padre*, *sindicato da Liga*, *sindicatos da foice*, *sindicato do chocalho*, para fazer alusão sobre quais influências tais corporações seguiam. Apesar dos religiosos desejarem impedir atuação das Ligas perante os camponeses, encontravam certas dificuldades, já que muitos dos seus membros também eram adeptos das Ligas. Como pode ser constatado no depoimento do Senhor Cícero, filiado ao SRT de Pilões:

O povo tinha muita atenção à Igreja e também tinha medo dos patrões... ia pro sindicato. Mas também lá tinha trabalhadores que participaram da Liga e do sindicato. Apoiavam o padre, eram pessoas escolhidas pelo vigário, gente que andava com o rosário na mão, eram da irmandade. Mas tinha deles que acreditavam mais na proposta das Ligas, é que combinava mais com a necessidade deles. Naquele tempo não existia a lei. Era delegado de Polícia do patrão e a chibata. No sindicato tinha mais pequenos produtores. Mas o pessoal da Liga era mais moradores sujeito ao cambão, mais explorado. (...) Naquela época era muito essa questão do cambão, não é? Mas os patrões diziam: Não vai lá porque é o sindicato da foice, o sindicato do chocalho (SENHOR CÍCERO apud NOVAES, 1997, p. 68).

Os discursos do Senhor Cícero deixam transparecer bem mais do que as divergências entre esses sindicatos, pois muitas delas não atendiam as necessidades dos seus associados, em função de um público bastante heterogêneo, que embora fossem camponeses, tinham as suas especificidades de explorações. Vale ressaltar que as transformações ocorridas na relação

de trabalho resultaram nessa aproximação dos trabalhadores rurais com os grupos que emergiram para defendê-los das opressões dos latifundiários – mas é bom lembrar que foram as Ligas Camponesas as primeiras a dar-lhes assistência.

A partir das reflexões de Bourdieu (1989) quando apresenta o *poder simbólico* como sendo uma habilidade de persuadir o outro, e a de Thompson (1998) que nos ajuda a compreender como funcionaram os bastidores desse enorme espetáculo encenado no “teatro” e “contrateatro” da sociedade rural paternalista, é possível assimilar como se davam as táticas e estratégias empreendidas pelos atores das lutas que envolveram os camponeses, os latifundiários e as Ligas da Paraíba na segunda metade do século XX. Enfim, são no baixar das cortinas, em razão da ruptura do paternalismo, que conseguimos ver os seus atores sem as máscaras e as falas pré-decoradas. Desse modo percebemos os mecanismos de sobrevivência por parte dos camponeses que viviam temerosos com seus patrões, que até certo momento possibilitaram uma relação de troca e benefícios (mas vale ressaltar que os latifundiários foram os mais favorecidos nesses acordos). Porém, logo essa relação exploratória com jugo desigual foi aos poucos despertando nos trabalhadores agrícolas uma reação diante das arbitrariedades e deveres não cumpridos por parte dos seus senhores. Foi nesta conjectura que as Ligas Camponesas surgiram, a partir da necessidade dos homens do campo se organizarem para se ajudarem mutuamente e também fazer frente aos abusos praticados pela oligarquia agrária, reivindicando, no entanto, direitos trabalhistas e terras, não mais abaixando a cabeça e pedindo a benção à autoridade “paternal” dos latifundiários.

3.2. A queda de braço entre latifundiários e camponeses

Neste tópico iremos conduzir uma análise em torno dos conflitos travados entre camponeses e latifundiários, enfatizando vários episódios de violências praticadas por ambos os lados. Para tanto, tomamos como suporte as literaturas usadas no segundo capítulo, pois nelas estão inseridas inúmeras ocorrências de atos desse tipo. Dentre os episódios podemos citar alguns, como: o assassinato de João Pedro Teixeira a mando do Grupo da Várzea, as ameaças dirigidas à Elizabeth Teixeira por ter dado continuidade à luta empreendida pelo marido, e a tentativa de homicídio do seu filho (Paulo Teixeira, de 11 anos²³) quase três meses

²³ Essa informação foi extraída de uma entrevista que Elizabeth Teixeira concedeu à *Revista Teoria e Debate* no ano de 1995 ao editor de “T&D”, Alípio Freire, e o dirigente nacional do PT, Hamilton Pereira. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1995/12/02/elizabeth-teixeira/htm>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

depois da morte de João Pedro. Mas não é apenas a família Teixeira que estava na mira dos latifundiários, eram todos os camponeses, sobretudo aqueles associados às Ligas, seja a de Sapé ou das demais espalhadas pela Paraíba.

No livro *Marcado para morrer: a saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder, João Pedro Teixeira* (RAMOS, 1989), há um artigo do jornal *Correio da Paraíba*, escrita pelo advogado Nizi Marinheiro que descreve bem as formas de violências vivenciadas pelo homem do campo naquele período. Segundo a matéria, o que acontecia nesse confronto dos camponeses com os latifundiários é que os trabalhadores eram:

Postos para fora dessas terras por mero capricho de seus proprietários, sem qualquer indenização pelas lavouras, pelo pequeno sítio, às vezes vindo de outras gerações do pobre rurícola; que paga o seu foro em dinheiro e em dias de trabalho por cada semana, inclusive dos familiares, sem contar as arbitrariedades do patrão, com a soltura do gado nas plantações e violências outras, como surras, ameaças de mortes, prisões e espancamentos por policiais sempre dóceis e solícitos às ordens desses mandões desabusados (MARINHEIRO, 1962 apud RAMOS, 1989, p. 24).

Os excessos de arbitrariedades cometidos pelos grandes proprietários ocasionaram muitas vezes uma reação por parte dos camponeses e das próprias Ligas, como foi o caso do embate acontecido em Mari, na Paraíba, em 15 de janeiro de 1964, cujo incidente deixou 11 mortos, todos feridos a tiros e/ou a golpes de ferramentas agrícolas. O protagonismo dessa chacina, que ficou conhecida como “A tragédia de Mari”, foi um acontecimento que envolveu o presidente da Liga de Mari²⁴, Antônio Galdino, e o gerente da Usina São João, Fernando Gouveia. Aliás, foi desse episódio que Nélson Coelho (2004) retirou as informações que deu origem à sua obra, inclusive ao título – *A tragédia de Mari*.

O que antecede esse trágico episódio talvez nos ajude a entender o desenrolar dessa trama que culminou na chacina. Segundo o jornalista Nélson Coelho, horas antes do confronto envolvendo Galdino e Gouveia, um grupo de camponeses se encaminhava para a Fazenda Olho D’Água para compor o mutirão organizado por Galdino no preparo e plantio do terreno, pois há alguns dias eles já vinham ocupando aquele espaço sem nenhuma resistência por parte do dono. Na ocasião foram impedidos pelos administradores da Fazenda Santo Antônio de passar próximo àquelas imediações uma vez que os camponeses tinham o

²⁴ Embora tenhamos nos referido a Antônio Galdino (conhecido também como Carioca) como líder da Liga Camponesa de Mari, o fato é que na época em que sucedeu essa tragédia a associação da Liga de Mari tinha se transformado em sindicato rural no qual Galdino ocupava o cargo de presidente, isso de acordo com as informações do jornalista Coelho (2004).

propósito de convidar os trabalhadores daquele local para se juntarem ao mutirão (COELHO, 2004). Tais informações podem ser confirmadas nas palavras do próprio jornalista, pois detalhadamente ele descreve o episódio, mostrando que:

Alguns camponeses, representando os companheiros de mutirão, foram barrados pela força de armas de grosso calibre. Eram dois os funcionários da fazenda que estavam montados em jumentos. Houve uma alteração violenta com os camponeses. Um entrevero generalizado, resultou do desarme do administrador da fazenda, Arlindo Nunes da Silva, que terminou *sendo dominado, agredido, desarmado e enchocalhado* (COELHO, 2004, p. 47, grifos nossos).

Com base nessa descrição, podemos identificar o quanto o trabalhador rural já não se sujeitava às ordens e nem às intimidações dos latifundiários e dos seus capangas²⁵. O fato de eles terem reagido à postura agressiva dos administradores, mesmo estes estando armados, revela-nos uma nova conduta não mais regularizada na subserviência e complexo de inferioridade diante de um dispositivo de poder. Provavelmente o fato de estarem em maior número os tenham encorajado a essa ação conjunta contra os seus opositores. Mesmo obtendo êxito no confronto, os camponeses não se contentaram em render o “feitor” e também usaram do mesmo mecanismo de dominação e violência, tanto física quanto moral, ou seja: além de espancá-lo, ainda o enchocalharam²⁶. Essa última agressão talvez tenha um peso maior para o ofendido visto que afeta diretamente o seu brio. O fato de ter sido enchocalhado publicamente era enxergado como uma humilhação, independentemente de ter sido uma ação pública ou privada.

Somado a isso, ainda houve a apropriação do revólver do administrador – arma de uso exclusivo do Exército, que pertencia ao seu patrão, mas que naquela ocasião estava sob seu domínio. As consequências desse primeiro conflito, sobretudo a apreensão do revólver, desencadeou horas depois um segundo confronto, agora envolvendo as lideranças desses dois

²⁵ Capanga é o termo utilizado para denominar os administradores ou seguranças dos latifundiários, assim como também as suas milícias particulares.

²⁶ Neste trabalho, utilizaremos o termo “enchocalhar” para se referir à prática empregada por camponeses e latifundiários de colocar um “chocalho de boi” no pescoço do seu oponente. Mas no decorrer do texto o leitor também irá se deparar com a expressão “achocalhar” e seus derivados usados por outros autores para reportar-se (também) a esse método aplicado no início da década de 1960 nos conflitos no campo envolvendo essas duas classes. A razão de usarmos este termo “enchocalhar” em detrimento da palavra “achocalhar”, está relacionado aos significados atribuídos no Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa (em formato digital) que define esse primeiro termo (enchocalhar) como procedimento vinculado à prática de inserir o chocalho em animais. Já o segundo (achocalhar) faz menção à ornamentação de pessoas com chocalhos, e também de indivíduos que são fofoqueiros.

grupos, cujo desfecho trágico marcaria a história do campesinato paraibano (COELHO, 2004).

Após ser informado da ocorrência, Gouveia se dirigiu à Fazenda Olho D'Água acompanhado dos funcionários e de alguns policiais fortemente armados, participou da confusão com o intuito de reaver o revólver Smith & Wesson DA calibre 45 do usineiro Renato Ribeiro Coutinho, pois a arma naquele momento se encontrava de posse dos camponeses do mutirão (isto é, a arma já havia sido entregue ao presidente da Liga de Mari). De qualquer forma, não se sabia ao certo se o objetivo de Gouveia era apenas recuperar o objeto de modo pacífico ou revidar a afronta sofrida pelos subordinados. O fato é que durante uma conversa que teve com Galdino na presença de todos os camponeses do mutirão e do próprio grupo que veio o escoltando, ele conseguiu que este devolvesse o revólver (COELHO, 2004). Mas segundo os relatos de um dos camponeses que sobreviveram àquele conflito, como é o caso do Senhor Pedro Arimatéia da Silva, conhecido também como Canário, as coisas pareciam estar transcorrendo “bem” com a devolução da arma, quando algo fugiu do controle, como ele descreve:

Prestava a atenção nos gestos dos homens. Pude ver o nervosismo do sargento, parece que Pinto, portando um rifle, cujo cano era cheio de buracos. E foi justamente este *militar que gritou para o doutor da usina, dizendo para enchocalhar Carioca*. Havia outro militar também armado. *Ele não merecia aquela afronta. Era um homem pacato, temente a Deus!* E aí, meu amigo, foi um horror. Tiroteio e gritaria. O pobre do Carioca tombou com a mão no coração. O doutor Gouveia teve a cabeça achatada com um golpe de enxada. Valeu tudo. Enxadas, enxadecos, chibancos, foices, facas, facões, chuços, tudo se transformou em arma mortal naquela brigalhada toda. Era sangue pra todo lado. Gente morrendo. Pessoas feridas, gemendo. Um alarido. O fim do mundo. Depois, um milagre. Caiu uma pesada chuva, um aguaceiro de dez minutos (SENHOR PEDRO ARIMATEIA apud COELHO, 2004, p. 62-63, grifos nossos).

A fala do Senhor Arimatéia, além de nos informar acerca das circunstâncias que suscitaram esse trágico evento, também traz de forma bem descritiva as disparidades de arsenais usados entre os grupos envolvidos. Afinal, enquanto o primeiro grupo, pertencente à classe latifundiária, ostentava armamento pesado, a começar pelo revólver apreendido pelos camponeses de posse do administrador, ainda contava com o apoio das milícias particulares, muitas delas constituídas também por policiais condescendentes com as atitudes abusivas das oligarquias, cujo incidente de Mari é um bom exemplo disso. Já o outro lado, composto por

camponeses, equipados apenas de ferramentas de trabalho como instrumento de defesa nessa luta entre (des)iguais.

Também não podemos ignorar o grito que ecoara nas lembranças do senhor Arimatéia, proferido pelo sargento Cleiton Pinto Soares para que houvesse o enchocalhamento do líder dos camponeses, tendo em vista que essa atitude soava como resposta à afronta efetuada pelos trabalhadores rurais ao vigia (segurança), e à tentativa de submeter seu dirigente a uma humilhação pública que servisse de exemplo para os outros camponeses, ou para que eles não ousassem mais desafiar a autoridade dos proprietários de terra. Contudo, esse objetivo não chegou a se concretizar, uma vez que houve uma reação por parte dos camponeses. Um embate entre esses dois grupos com interesses divergentes ocasionou não a vitória de um grupo em detrimento de outro, mas a derrota de ambos, pois a intensidade do conflito fez com que “todos” tombassem.

Além desse episódio, teve também o assassinato do líder camponês Alfredo Nascimento que residia (na condição de morador) no ano de 1961 na Fazenda de Miriri, situada entre as cidades de Sapé e Mamanguape, pelo jagunço Capa de Aço, que logo após ter matado Alfredo foi atacado por camponeses e morto de forma brutal: com golpe de foice e tendo seu corpo cortado em pedaços (TARGINO et al, 2011; LEMOS, 2008; VAN HAM et al, 2006; RAMOS, 1989). De acordo com as informações contidas na obra de Antônia Maria Van Ham et al (2006), fornecidas pelo senhor José Hermínio Dionísio (morador de Sapé²⁷ e que na época participou da Liga de Alhandra e ainda ocupou o cargo de delegado da Federação das Ligas Camponesas do estado), esse pistoleiro, que também era policial reformado, foi contratado pelo latifundiário Pedro Ramos com a função de matar camponeses, principalmente aqueles que o afrontava (VAN HAM et al, 2006).

Na entrevista do Senhor Francisco Antônio da Silva (morador do Assentamento Dona Helena²⁸ no município de Cruz do Espírito Santo) à religiosa irmã Tonny, ele também mencionou esse episódio de contenda entre os camponeses e os capangas que resultou na morte de Alfredo. Segundo ele:

²⁷ De acordo com Van Ham et al (2006), no período das Ligas Camponesas o Senhor José Hermínio Dionísio morava na cidade de Alhandra-PB, com forte atuação no movimento de lá, também fiscalizava e animava as reuniões das Ligas das quais ele saía visitando. No momento da entrevista realizada em 2002 por Van Ham (irmã Tonny), ele residia no bairro Rua Nova, na cidade de Sapé.

²⁸ Segundo Van Ham (2006), o entrevistado no período das Ligas Camponesas morava nas proximidades de Miriri, município de Sapé. Também é importante ressaltar que boa parte das entrevistas presentes no livro *Memória do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba* foi extraída da Consulta Popular-PB, realizada em 2002. A partir desse trabalho de coleta de depoimento de pessoas que direta ou indiretamente participaram das Ligas, ou foram testemunhas oculares, foi elaborada a Cartilha Consulta Popular-PB, em 2002, e o livro citado acima, publicado em 2006.

Eles vieram, não sei em que dia da semana, os trabalhadores estavam, uma turma de trabalhado, trabalhando perto na estrada central, onde hoje é a pista, assim na estrada do outro lado. O pessoal estava trabalhando, aí chegaram esses três homens – Capa de Aço, Mala Velha e, tinha mais, Zé Caetano. Chegaram junto desses homens, os homens estavam trabalhando, pararam, pararam de trabalhar. Aí alguém disse: “O que vocês querem?”. E os homem falaram: “A gente quer o que vocês quiserem”. Aí eles foram metendo fogo, metendo fogo. Foi então que os trabalhadores se reuniram e também meteram fogo nele. Botaram abaixo do cavalo, atiraram num, ele caiu – Parece que foi o Mala Velha. Depois, pegaram o outro – Capa de Aço – meteram fogo, mataram Capa de Aço. Aí, quando atiraram em Alfredo, Alfredo caiu, mataram. E ali começou aquele... aquela guerra (SENHOR FRANCISCO ANTÔNIO apud CONSULTA POPULAR, 2002, p. 36-37) (sic).

Percebe-se então que a ação de Capa de Aço, juntamente com outros jagunços, não foi algo aleatório e sim premeditado, o que eles não planejaram é que a data que eles marcaram para Alfredo morrer também seria o dia que eles tombariam. A postura dos trabalhadores agrícolas de não se acovardar na presença do afamado pistoleiro fica em evidência no modo como um dos camponeses indagou as suas intenções. Novamente uma intervenção coletiva dos rurícolas os impulsionava a combater esses valentões que os aterrorizava.

As narrativas desse episódio vão se somando às recordações do Senhor Antônio Domingos (trabalhador rural do Povoado Sapucaia, em Sapé), que fala sobre esse acontecimento mesmo não tendo presenciado o acontecido, mas que conhecia a história em virtude da repercussão que o ato violento teve na região, afinal se tratava de mais um crime contra os camponeses a mando dos patrões, cuja consequência foi o assassinato de uma das lideranças do movimento camponês. Todavia, o que o opressor não esperava, aconteceu, a reação por parte dos camponeses que por tanto tempo foram oprimidos, mas que naquele momento se encontravam frente a frente com seu algoz, e esse confronto deixou mortos tanto do lado dos camponeses quanto do lado dos latifundiários, pois culminou também com a morte de um dos mais perigosos e conhecidos matadores da Paraíba, Capa de Aço. Para o Senhor Antônio Domingos:

Quando houve o golpe, mataram um tal de “Capa de Aço”, [pois dizia-se] que bala não entrava nele. Aí, então cortaram esse homem de foice. Os camponeses o cortaram. Eu não vi, disseram, mas foi verdade. Cortaram em pedacinhos e juntaram tudo num saco. Cortaram mesmo, porque dizia que era “Capa de Aço”, mas dessa vez era de foice. Os camponeses não tinham aço para não ser cortado. Então, houve isso, sabe? Isso aí, foi antes do golpe. Quando veio o golpe, foi através disso aí. Os policiais foram lá e trouxeram gente presa. E quanto vinham, já no chicote, e passavam todos banhados de

sangue (SENHOR ANTÔNIO DOMINGOS apud VAN HAM et al, 2006, p. 132-133).

Neste mesmo contexto de conflitos houve a morte do proprietário Rubens Régis, que à época ocupava o cargo de tesoureiro da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, também denominada pelos camponeses de Lila (Liga dos Latifundiários). Segundo o jornalista Severino Ramos (1989), este latifundiário teria ido juntamente com outros fazendeiros à Fazenda Jucuri, em Sapé, de propriedade de Durval Gomes Falcão, com o intuito de derrubar um casebre no qual residia um agricultor e sua família. Quando estava quase tudo pronto para a demolição, foi alvejado por um tiro de fuzil disparado por um camponês. Ainda em conformidade com o autor (RAMOS, 1989), a morte de Rubens Régis teria feito dele um mártir dos latifundiários, um segundo “João Pedro Teixeira do lado de lá” (RAMOS, 1989, p. 129). Com este homicídio, os donos de terras usaram o perfil de mártir como manobra política da *Liga dos Latifundiários* para sensibilizar a opinião pública, colocando-se na posição de vítimas, que arriscavam suas próprias vidas tentando resguardar o direito à propriedade privada, que estava ameaçada por camponeses, muitos deles orientados por comunistas, e também por não contarem com ajuda do Estado, que agia de forma displicente diante da situação.

Eles também pretenderam atribuir a responsabilidade do assassinato de Rubens Régis ao deputado estadual Assis Lemos, devido sua forte atuação nas Ligas Camponesa da Paraíba, colocando-o como suspeito desse crime. Tal acusação teria partido do deputado Joacil Pereira, que em uma entrevista para o jornal carioca *Diário de Notícias*, afirmou a presença de Assis Lemos na fazenda onde ocorreu o homicídio dias antes dessa fatalidade e que no momento do assassinato ele estava presente portando uma metralhadora INA. Assis Lemos nega categoricamente sua participação (LEMOS, 1996).

Provavelmente colocar Assis Lemos como alvo de investigação foi uma estratégia encontrada pela elite agrária de apresentar para a sociedade paraibana uma imagem negativa e até mesmo um alerta para não se juntar às Ligas Camponesas. E também uma forma de se livrar ou colocar na dúvida a opinião pública com relação aos casos de violências pelos quais os proprietários de terras eram acusados de praticarem contra os trabalhadores rurais de suas fazendas, lavouras e das demais propriedades, até porque nos primeiros anos década de 1960, os casos de violências no campo se intensificaram, sobretudo após o assassinato do líder da Liga de Sapé em 1962. Para tanto, os atos de violências que até então eram algo praticado

exclusivamente pela aristocracia rural, passaram naquele contexto também a serem usados pelos camponeses como reação aos crimes e às arbitrariedades empreendidas pelos latifundiários. Nesse sentido, percebe-se o caos estabelecido entre latifundiários e camponeses, na Paraíba, por volta do início da década de 1960, pois:

Nenhuma trégua foi conseguida entre donos de terra e agricultores desde o acirramento das tensões a partir do assassinato de Pedro Teixeira. Com a omissão das autoridades, *cada facção procurava resolver os problemas à sua maneira, tendo por base a lei do mais forte*. Deste modo, acentuaram-se as derrubadas dos casebres dos moradores das fazendas, agora não mais por capangas ou sicários de aluguel, porém pelos próprios fazendeiros que empreendiam frequentes incursões noturnas a fim de expulsarem, pela força, elementos que consideravam indesejáveis por estarem ligados às Ligas Camponesas ou serem dela simpatizantes. A prática repetida dessas demolições chegou quase a transformar-se numa rotina, uma espécie de *hobby*, uma diversão (RAMOS, 1989, p. 127, grifos nossos).

A partir das palavras que estão realçadas no texto, especialmente as que se referem ao pensamento “tendo por base a lei do mais forte”, fica subentendido os conflitos travados entre camponeses e latifundiários, personagens distintos, com interesses divergentes e que representavam grupos opostos. Em confrontos como esses, entre forças tão desiguais, fica fácil prever quem estaria em condições de vantagem, posto que é o proprietário de terra que usufrui a seu bel prazer do armamento de uso exclusivo do Exército, que contrata capangas e que tem apoio dos policiais. Os métodos adotados por estes latifundiários foram explicitados na fala por Ramos (1989), que aponta as demolições dos casebres como uma prática corriqueira entre os patrões, mas também enfatiza a resistência dos trabalhadores rurais, que a seu modo tentavam resolver os impasses provocados pelos proprietários. Assis Lemos também sinaliza a respeito disso, destacando como os camponeses agiam diante dos excessos patronais:

Como as ações de indenização interpostas na justiça pelos advogados das Ligas demoravam a ter uma solução, a Federação das Ligas resolveu enfrentar a situação, na forma de ‘dente por dente, olho por olho’. Os casebres eram derrubados num dia e, no mesmo dia ou no máximo no dia seguinte, um grupo de camponeses os reconstruíam (LEMOS, 1996, p. 151).

Acredito que a expressão popular “olho por olho, dente por dente”, usada pelo autor para se referir às circunstâncias vivenciadas no campo, teve sentido a partir de quando os

camponeses começaram a proceder da mesma maneira com que eram afrontados, isto é, quando suas casas eram derrubadas, como o próprio Assis Lemos menciona, vinham os camponeses das Ligas e construíam outras. E quando eram as lavouras que eram destruídas pela soltura dos gados a mando dos patrões, os companheiros de luta vinham em forma de mutirão e replantavam, e até mesmo quando um camponês tombava assassinado por ordem dos latifundiários, os seus jagunços ou seus homens de confiança também caíam. Mas não podemos esquecer que tais reações não os colocavam em pé de igualdade com os proprietários de terra, cuja “lei do mais forte”, citada por Ramos, dava vantagem para o senhorio.

Apesar dessa desvantagem, os camponeses não recuavam, sabiam que poderiam contar com as Ligas, e na maioria dos confrontos, eles sempre estavam em maior número. Como podemos identificar na fala do Senhor Damião Cardoso Farias (morador de Mucatu - Alhandra e membro da Liga Camponesa daquela região), quando relata sobre a ocorrência de enfrentamento com os capangas do patrão:

Teve dois pistoleiros dentro de Subaúma, lá em Alfredo Ferreira, ele amedrontando os trabalhadores, os moradores. Ajuntou-se mais de cem trabalhadores, fomos lá, a gente ia pegar todos dois, mas nós só pegamos um, tomamos o rifle dele, ele implorou para nós não matar ele, lá. Um deu 1 conto de réis, outro deu 5 mil réis, e de lá de dentro da mata ele se sumiu, não foi nem pro Alfredo Ferreira, e o rifle dele nós tomamos. Fizeram isso porque eles queriam matar o povo. Dois pistoleiros pra matar trabalhador, por que os trabalhador acharam que não deviam mais ser escravo de pagar condições e Alfredo Ferreira revoltou-se e botou dois pistoleiros. O que não fosse pra sair de Subaúma, era pra desocupar mesmo, ou desocupava ou morria ou pronto (SENHOR DAMIÃO CARDOSO apud VAN HAM et al, 2006, p. 72-73) (*sic*).

Entender o que é esse enfrentamento, seguido de uma vitória sobre um adversário bem mais forte do que eles, representou muito para a autoestima do grupo, principalmente em uma cultura paternalista que internalizava a superioridade de seus oponentes com relação a eles, podendo, dessa forma, revidar as agressões, as ofensas, as humilhações que sofreram, submetendo os jagunços e os latifundiários em uma condição degradante, posição até então ocupada por eles. O desejo de liberdade fazia com que eles não se sujeitassem mais às explorações trabalhistas impostas pelos patrões.

Com referência a esse assunto, para Elizabeth Teixeira (presidente da Liga de Sapé após a morte de João Pedro), a imagem que os camponeses tinham sobre o proprietário de

terra ia aos poucos se deteriorando na medida em que a luta avançava e as conquistas apareciam, sobretudo quando ela (a luta) vinha acompanhada de um enfrentamento direto contra o latifundiário, e este era obrigado a recuar, amedrontado com a força das Ligas. Em entrevista à advogada e educadora Ayala Rocha, a viúva do líder João Pedro Teixeira afirmou que:

As dificuldades eram grandes, mas estávamos acumulando vitórias. O que era muito importante. De vitória em vitória, o poder do ‘sinhozinho’, o todo poderoso estava caindo, mostrando o homem ‘frouxo’ que ele era. Com que espanto os empregados viam os seus patrões trêmulos, diante do grupo de trabalhadores que os cercavam. É bem verdade que, assim que íamos embora, ele voltava a ser o ‘senhor’ de sempre. Aos olhos dos seus empregados, nunca mais seria o mesmo (ROCHA, 2016, p. 81).

Ainda na perspectiva de Elizabeth, as disputas visavam melhorias nas condições de trabalho do homem do campo, quando as reivindicações só eram atendidas mediante o elevado número de camponeses que se concentrava em frente às fazendas, ou seja, a força do movimento se dava através dessa união dos trabalhadores. Essa atitude fazia com que os latifundiários se vissem acuados e “dispostos” a atender os representantes da Liga, conversando com eles, segundo Elizabeth, “de igual para igual”, sem poder algumas vezes exteriorizar a contrariedade às exigências solicitadas pelos dirigentes (ROCHA, 2016). Tal coletividade é rememorada nas narrativas do Senhor José Cardoso (morador de Mucatu – Alhandra), tanto na ação com o intuito de colocar um fim à exploração que os trabalhadores agrícolas estavam subordinados, quanto à performance de impor “respeito” por meio do medo ao seu oponente, sentimento já conhecido por ele e pelos seus companheiros. Contudo, vê-lo nos olhos dos seus opressores, parece ter um outro significado, uma certa “legitimidade” nas suas ações, dado que eles lutavam pelo bem comum de sua classe. Segundo ele:

Juntava um grupo de trabalhador, assim como hoje, se junta um grupo de trabalhador e vai para um acampamento, uma invasão. Naquele mesmo tempo, nós não ia pra invasão, mas ia diretamente para a casa do fazendeiro pra que ele liberasse o trabalhador. Não era isso Seu Antônio? Eles corriam com medo. Eles corriam com medo. Eles corriam com medo, porque eles viviam explorando o trabalhador e a gente não queria que eles fizessem aquilo. E a gente ia direto. Não era, Seu Antônio? Ia direto. Ia na fazenda e dizia: “- Olha você não teja explorando os trabalhador, não”. E desde esse tempo, as braças, as contas que eles davam para os trabalhador, as quadras que davam para os trabalhador pra ele limpar, era de 13 por 12. Hoje e

naquele tempo que a LC foi quem cortou, cortou um quatro da braça (SENHOR JOSÉ CARDOSO apud VAN HAM et al, 2006, p. 246) (*sic*).

Além da narrativa do Senhor José Cardoso, há também as recordações do Senhor Damião Cardoso a respeito de outro acontecimento que ocorreu logo no início da sua filiação à Liga de Alhandra, em que ele, juntamente com seus companheiros, conseguiu alcançar um desfecho favorável contra os latifundiários que teriam cometido uma arbitrariedade contra um camponês. Segundo ele:

A primeira vez que eu participei foi pra tirar a carteira e depois que eu me associei eu participei de um movimento, e que nós pegamos um proprietário em Alhandra. Nós pegamos um proprietário fizemos ele cavar a terra com as unhas, plantar maniva, que ele devorou a lavoura do trabalhador... Na noite em que vieram pegar compadre Antônio Amâncio, dentro de casa, ele ficou dentro de uma levada, a água passando por cima, e polícia e capanga queimando as filhas dele de piola de cigarro, fizeram a filha dele tomar um litro d'água de madrugada e perguntando por Antônio Amâncio, e Antônio Amâncio atrás de casa dentro de uma levada num mês de maio (SENHOR DAMIÃO CARDOSO apud VAN HAM et al, 2006, p. 72) (*sic*).

Percebe-se também no relato do Senhor Damião a inadequada atuação da polícia que realizava os mesmos atos violentos que os capangas do latifundiário. Ou, dizendo de outra forma, nesse relato é perceptível a presença da violência como recurso de poder, pois expõe tanto a violência de um lado quanto a do outro, uma vez que os camponeses se valendo da quantidade de contingente, acabaram se apropriando dos mesmos atos para vingar as atitudes do outro, gerando uma violência entre iguais e também entre os desiguais. Enfim, foram situações como essa que levaram Pedro Fazendeiro, um dos dirigentes da Liga de Sapé, a ser torturado, após ter ganho uma causa na justiça contra o proprietário que ele era sitiante, como nos conta o Senhor José Hermínio Dionísio, filiado à referida Liga:

Mandou Pedro Fazendeiro arrancar o sítio de laranjeiras, bananeiras e uma boa produção de macaxeira, tudo em lugar fértil. Pedro Fazendeiro reagiu... Pedro Fazendeiro contava com a participação do Dr. Ramiro Fernandes, seu advogado, que conseguiu uma indenização de 35 mil cruzeiros, entre os anos de 1957 e 1960. [...] O que fez Pedro Ramos, sem necessidade, mandar um fazendeiro, de nome Aristeu Casado, usando um trator, abrir uma estrada por dentro do mandiocal, fazendo enorme destruição. (...) E aí mandou a polícia de Sapé prender Pedro. E chegando à cidade, o Coronel Luiz de Barros já o esperava, na sede das Ligas Camponesas, para torturá-lo, chegando a

rebeitar um maxilar e dois dentes (SENHOR JOSÉ HERMÍNIO apud CONSULTA POPULAR, 2002, p. 34) (*sic*).

As lembranças desses camponeses, sujeitos anônimos na historiografia do campesinato paraibano, são peças de um quebra-cabeça que proporcionará, no final, uma visão de diversos ângulos dos conflitos envolvendo trabalhadores rurais e latifundiários. Mas ainda assim, não considero isso o bastante para compreendermos nuances que este enfrentamento provocou na vida de cada indivíduo, os significados singulares que cada um atribui a partir de suas dores, mágoas, (res)sentimentos, episódios de violência, experiências nas Ligas, ou até mesmo nas cenas que não viveram, mas testemunharam, ou as conheceram de ouvir falar.

Afinal, cenas como essas iam se repetindo nas usinas e nos canaviais, uma verdadeira queda de braço entre camponeses e latifundiários, lembrando que as consequências são notórias e que acarretaram um elevado número de homicídios.

Compreender esse enfrentamento e as razões que o provocaram, é tentar encontrar o fio solto da meada, principalmente referente à postura assumida dos camponeses que já não abaixavam a cabeça para os proprietários de terras e nem recuavam diante das ameaças sofridas. É pertinente ressaltar que esse homem trabalhador do campo não estaria mais na posição de aceitar as barbáries advindas de seus senhores e o sentimento de irmandade pelos seus companheiros que sofriam injustiças estavam neste contexto, andando junto com o sentimento de revolta e desejo de se posicionar e resistir. Tais sentimentos de resistência e forças para lutar contra o opressor podem ser compreendidos a partir de Nietzsche (s/a apud DOURLLEN, 2004), quando Michele Ansart Dourlen trata sobre o ressentimento e violência direta nas revoltas de oposição (reação), se contrapondo ao autoritarismo de um governo e/ou um sistema opressor, defendendo que:

O homem do ressentimento é incapaz de esquecer as ofensas (reais ou imaginárias); também se torna obcecado, pela incapacidade de exteriorizar as pulsões hostis recalcadas. Ora, a este respeito, a percepção das práticas revolucionárias mostra que, entre os revolucionários e os resistentes acontecia, ao contrário, a memória da humilhação, da injustiça e/ou da opressão dominadora, que favorecia a expressão de hostilidade e revolta. Assim, eles se livraram dos sentimentos de impotência e, ao mesmo tempo, concebiam sua ação como um combate contra a apatia da população; suas denúncias da propaganda e suas ações, pelos exemplos de revolta que propunham, destinavam-se a despertar os desejos de libertação (NIETZSCHE, s/a apud DOURLLEN, 2004, p. 363).

Entretanto, é perceptível na fala de Nietzsche, apresentada por Dourlen, o desejo também de *libertação*, anseio esse que estava ardendo no coração dos camponeses que não aguentavam mais o sofrimento, a perseguição, as mortes e os direitos negados pela classe dominante. Uma retaliação nos moldes do adversário garantiria a eles a possibilidade de lutar e mostrar para os latifundiários que não iam mais abaixar a cabeça e aceitar o que por muito tempo lhes foi imposto. Logo, infere-se que o opressor não aceitaria essa resistência vinda dos camponeses e mecanismos de combates seriam planejados, pois de acordo com Nietzsche:

O ódio recalcado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada. Este ódio não é menos ‘recalcado’ e contido que aquele do escravo: insere-se na prática dos dominantes de conter as manifestações de seu ódio e desejos de vingança (NIETZSCHE, s/a apud ANSART, 2004, p. 19).

Nesse aspecto, é importante frisar que talvez essa nova conduta dos camponeses, que encontraram conscientização dos seus direitos e força para lutar, estaria relacionada à sua participação nas Ligas, que além de auxiliar em questões judiciais, também os defendiam das divergências com os latifundiários. Isso despertou aos poucos nos trabalhadores rurais uma consciência de classe por meio da qual eles se reconheciam como pertencentes àquele grupo. De acordo com Edward Thompson (1987):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 1987, p. 10).

A força da coletividade presente nas Ligas encorajava os camponeses a responderem algumas vezes às agressões que recebiam no mesmo tom de violência. Para Arlette Farge (2011), o afrontamento é uma forma de resposta à violência e é dela que nasce a liberdade e capacidade de substituir as regras que as antecede por outras regras. Competindo assim, aos indivíduos delimitarem o sistema de violência que os constroem para desfazer-se dele ou até substituí-lo por outro modo de regulação. Deste modo, é importante entender como essa violência foi empregada no interior de uma relação de classes distintas, em que cada uma dela

atribui um significado às suas ações agressivas, tanto físicas quanto morais, ocupando o papel de vítima ou de agressor, ou os dois simultaneamente.

Assim, não devemos entender as causas desse enfrentamento se restringido apenas ao poder dessa coletividade, mas também pela forma violenta com que eles perderam o seu líder João Pedro Teixeira, brutalmente assassinado a mando do Grupo da Várzea em 02 de abril de 1962. Há um sentimento de impunidade presente nesse crime que teve como executores o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra (Arnaud Claudino) e os policiais Antônio Alexandre da Silva (Gago) e Francisco Pedro da Silva (Chiquinho). Este último foi quem acusou Agnaldo Veloso Borges como mandante do atentado, embora na época as suspeitas também incidiram-se sob o sogro de João Pedro, o Senhor Manoel Justino, um pequeno proprietário de terra que descontente com a participação do genro neste movimento e após a recusa dele de sair da propriedade que lhe pertencia, resolveu vender o sítio (em que João Pedro juntamente com a família morava) ao vereador Antônio Victor (também suspeito do crime), uma vez que o homicídio adveio numa emboscada na estrada que liga Café do Vento²⁹ a Sapé, quando João Pedro retornava da capital João Pessoa, aonde foi tratar sobre o litígio da desapropriação do terreno em uma audiência com o advogado da Liga, José Gomes da Silva, e o jurídico Miguel Paiva, que defendia os interesses do novo proprietário das terras. Este último advogado, contudo, não compareceu ao compromisso (RAMOS, 1989; CARNEIRO; CIOCCARI, 2011).

A revolta dos camponeses contra as arbitrariedades dos latifundiários acabou se intensificando com a morte do seu líder, fazendo com que eles tivessem uma postura mais agressiva na luta por melhores condições de trabalho, como nos relata Elizabeth Teixeira:

A massa estava em desespero, inconformada com o assassinato de João Pedro, inconformada com a falta de justiça. Foi depois disso que o homem do campo partiu para o chocalho e era muito difícil para a gente controlar. Nas passeatas, todos iam para a estrada, tudo com foice e enxada na mão, para topar o que viesse pela frente (ELIZABETH TEIXEIRA apud BANDEIRA et al, 2012, p. 119-120).

Portanto, a violência passa a ser quase o único diálogo em um cenário social que aparentemente tinha se tornado uma “terra sem lei”, quando uma ação violenta resulta no final em uma reação do mesmo nível de agressividade com que a primeira foi praticada. Talvez

²⁹ A estrada referida hoje corresponde à rodovia 073 que recebe o nome de João Pedro Teixeira em homenagem ao líder da Liga de Sapé assassinado no trecho localizado à margem do povoamento de Barra Antas do Sono/Sapé-PB.

essa tenha se convertido na única regra que começou a reger os conflitos no campo entre camponeses e latifundiários. A respeito dessa violência, Elizabeth argumenta:

Eu aprendi que *a violência traz mais violência*. O camponês detesta agir com violência, mas quando não há outro jeito, tem que ir à luta. Veja o que os coronéis fizeram com os camponeses, enquanto eles não reagiram?! Quando eles atiravam, a gente também tinha que atirar, senão acabávamos morrendo. Isso não é ser radical. Essa era a realidade do campo criada pelos proprietários das terras. Se não fizéssemos o que fazemos, não conseguiríamos dar prosseguimento à luta. O engraçado é que eu nunca vi os proprietários serem considerados radicais. Eles é que são verdadeiramente radicais. Concorda? O que a Liga Camponesa não queria era ver os camponeses continuarem a ser explorados, torturados, assassinados, terem suas lavouras destruídas, serem despejados sem reagir. O que queríamos era que não houve mais viúvas e órfão da luta. Queríamos terra para trabalhar! (ROCHA, 2016, p. 157-158, grifos nossos).

Os casos de violência no campo se multiplicavam como erva daninha. Além do assassinato de João Pedro, houve um ataque a dois dos dirigentes do movimento camponês de Sapé, o agrônomo Assis Lemos e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), que foram atacados na cidade de Itabaiana-PB no dia 13 de setembro de 1962, na sede da Liga Camponesa daquele local pelos irmãos Manfredo e Milton Veloso Borges, acompanhados de alguns capangas. Tal espancamento deixou os dois hospitalizados (RAMOS, 1989). Para justificar essa agressão, o presidente da “Liga dos Latifundiários”, o Senhor Eitel Santiago, enviou um telegrama para alguns deputados que compõem as classes conservadoras da Assembleia Legislativa, comunicando o episódio. Segundo a sua narrativa, ele afirma que:

Ontem na cidade de Itabaiana, cerca de dez horas, dois jovens membros da família Veloso Borges, num ímpeto de sua justa revolta e em defesa dos brios e honra de seus parentes vilipendiados, praticaram desforço pessoal contra o agrônomo Assis Lemos e o agitador Pedro Fazendeiro, nos quais produziram lesões corporais de natureza leve. Não houve emprego de armas de fogo de qualquer natureza nem resultaram consequências mais graves do triste episódio. A Associação dos Proprietários Rurais lamenta, sinceramente, a ocorrência que deriva, todavia, de erros anteriores, uma positividade do velho brocado: *a violência gera a violência* (EITEL SANTIAGO apud RAMOS, 1989, p. 125-126, grifos nossos).

Assim como nos fala Elizabeth Teixeira, do lado das Ligas Camponesas se concebeu os atos agressivos executados pelo movimento como respostas às ações praticadas pelos proprietários de terras quando diz “a violência traz mais violência”, demonstrando certa

legitimidade na violência, apresentando-a como alternativa de defesa. Esse argumento também foi utilizado pelo senhor Eitel Santiago da parte dos latifundiários, ao afirmar que “a violência gera violência” para referir-se à violência cometida por membros da elite agrária contra as lideranças das Ligas, ou seja, “a regra que permite que seja feita violência, a violência” (FOUCAULT, 2016, p. 69). Isso nos ajuda a compreender como essa prática funcionava dentro deste ambiente conflituoso entre trabalhadores rurais e latifundiários, em que os primeiros, devido a vários fatores, resolveram se apropriar dessas regras para também ditar as normas do jogo, ou no mínimo tentar “jogar como igual”.

Portanto, só analisando as estruturas internas que sustentam tal dominação, que podemos conhecer os meios a partir dos quais a violência funcionou no embate entre as duas classes antagônicas, e como as normas que regiam tal relação, a princípio paternalista, foi se deteriorando e abrindo espaço para a constituição de novas regras, que foram sendo adaptadas pelos dominados conforme as suas necessidade. Por isso que Farge (2011) adverte que o historiador deve estar atento aos mecanismos de dominação e de violência presentes em cada momento histórico e/ou em cada acontecimento violento, refletindo sobre eles e suas regras e como estas podem ser (re)interpretadas e transformadas.

3.3. Confronto no campo: da violência física à moral

Partiremos da análise do conceito de violência³⁰ adotado por Robert Muchembled (2014), que a define como sendo “uma relação de força que visa submeter ou constranger o outro” (MUCHEMBLED, 2014, s/p). Tal designação nos permitirá compreender as diferentes formas de violência aplicadas no campesinato paraibano com o objetivo de não só ferir fisicamente, mas também de humilhar os seus oponentes. Nos escritos do advogado e então deputado federal Francisco Julião, denominado *Que são as Ligas Camponesas* (1962), nos chama a atenção Severino Ramos (1989), faz uma descrição das ações violentas perpetradas pelos grandes proprietários de terra contra o camponês, apresentando assim uma dimensão das situações vivenciadas por esses rurícolas. Segundo as narrativas de Julião:

Derrubam os casebres e arrancam de trator, as fruteiras dos camponeses rebelados contra o aumento extorsivo do foro, o cambão, o vale do barracão, o capanga, o salário de fome. Arrastam-nos de jipe, deixando-os em carne

³⁰ “Surgida no início do século XIII, a palavra ‘violência’, que deriva do latim *vis*, designando ‘força’ ou ‘vigor’, caracteriza um ser humano de carácter irascível e brutal” (MUCHEMBLED, 2014, s/p).

vivas. Amarram-nos sobre o caminhão como se faz com o gado e passeiam até a cidade. Com um ferro em brasa marcam-lhe o peito e as nádegas. Um é posto lambuzado de mel sobre um formigueiro. Outro é metido numa cuba cheia d'água, permanecendo noite e dia a pão seco, servindo-se daquela mesma água contaminada pela urina e pelas fezes, onde fica mergulhado até a boca. Um terceiro é caçado como uma raposa e morto a tiros de revólver e rifle. E quando a família põe uma cruz tosca de madeira, como é de costume, no lugar onde tombara, a fúria do latifúndio se abate sobre a cruz, que é desfeita em pedaço, tem havido até camponeses mutilados em presença de outros, sendo os pedaços de sua carne jogados aos cães para servir de exemplo. Existe o caso de um desgraçado que teve os testículos presos a uma gaveta no interior do seu próprio mocambo de capim, a que atearam fogo em seguida (FRANCISCO JULIÃO, 1962 apud RAMOS, 1989, p. 36).

Os atos de violências denunciados pelo advogado foram se somando aos relatos dos camponeses e de seus familiares a respeito dos casos de agressões sofridas por eles em várias literaturas que abordaram as Ligas Camponesas como temática. Na obra *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba - deixemos o povo falar* (2006), organizada por Antônia Maria Van Ham (irmã Tonny), existem alguns depoimentos de pessoas que testemunharam ocorrências de abusos pelos administradores da fazenda contra seus companheiros. São narrativas que nos permitem entender a gravidade da situação vivenciada pelo homem nordestino, sujeitado aos desmandos dos latifundiários cujo desejo de “liberdade” incitado pelas Ligas era suprimido em tom de ameaça e violência. A insegurança que expelia naquele ambiente hostil que o campo teria se transformando, é exposto na fala do Senhor Sebastião Severino Monteiro:

Aqui ninguém era nem doido para dizer que tinha a carteira de agricultor, porque o homem aqui sangrava na goela. Matava mesmo. Eu conheci duas mortes feias, aqui muito pertinho, numa casa de farinha ali. Eu sei contar isso porque eu vi, escutei os tiros... Um foi passar o arame, a bala pegou mesmo ele ficou engalhado em cima da ponte. Quando foi passar, atiraram... Mataram os dois homens. Passaram duas redes por aqui, dois enterros de rede, a rede pingando sangue, pelo fundo da rede, uma coisa que nunca na minha vida eu tinha visto... Isso foi uma coisa que nunca mais ninguém se esqueceu disso, nunca mais, nunca mais. Mas porque Deus é tão justo, lá em cima tem um tribunal que lá só paga quem deve (SENHOR SEBASTIÃO SEVERINO apud CONSULTA POPULAR, 2002, p. 34) (*sic*).

Embora essa violência contra os camponeses já existisse antes da formação das Ligas, percebe-se uma intensificação com o movimento camponês, uma vez que muitos desses abusos estavam relacionados ao fato de os trabalhadores rurais terem se associado a essa

organização. Por isso havia muita cautela por parte dos camponeses para que eles não fossem descobertos como participantes das Ligas. Havia o medo de sofrer algum tipo de represália, ou coisa pior, como é mencionado nas narrativas do Senhor Sebastião, tendo em vista que os camponeses eram caçados, feito animais, pelo simples fato de serem sócios das Ligas. Outro caso semelhante, no que diz respeito a essa perseguição, nos é contado pela Senhora Maria José (Zeza), que relata a experiência vivenciada pelo seu tio, que foi confundido como integrante do movimento. Segundo Zeza:

Na época, meu tio Manoel Pinto era lavrador. Tinha um trabalhador com o mesmo nome dele (o padrinho de José Félix que havia discutido com Dr. Aloízio), então pegaram meu tio, prenderam, passou 24h preso, (amarrado) e eles ameaçando ele, e ele dizendo que os documentos não era dele; que ele não tinha tirado a carteira. A não ser se fosse trabalhador dele, e ele não sabia que trabalhador tinha que tirar carteira (Da Liga Camponesa). (...) Então vieram buscar o trabalhador dele, após 24h..., levaram o trabalhador com o mesmo nome. Espancaram. ... Disseram que da pisa que levou ele não era homem para trabalho nenhum, mas... (O tio) ficou com um problema nervoso e nunca mais ele ficou bom, porque de ver tanta coisa de (...) espancar trabalhador dele, só porque ele tinha tirado a carteira (DONA ZEZA apud VAN HAM et al, 2006, p. 59-60) (*sic*).

Os hematomas da agressão sofrida pelo Senhor Emanuel Pinto transcenderam o físico e adentraram ao psicológico, pois a tortura a que foi submetido, e principalmente a cena violenta que assistiu contra o seu empregado, afetou sua saúde. Também encontramos histórias de outros trabalhadores rurais que desenvolveram distúrbios mentais acarretados por tais ações. A extensão dessas violências vai aumentando em cada relato que os camponeses vão descrevendo. A crueldade presente nos abusos dos proprietários de terras não tinha limites, seja nas demolições das casas, plantações destruídas, espancamentos, mortes, enfim, uma enorme lista que não se restringirá apenas à violência física, mas também à moral. Conforme o depoimento de Maria do Carmo Aquino (apud TARGINO et al, 2011), diversos fazendeiros se aproveitavam da sua condição de patrão para desonrar (violentar sexualmente) as moças virgens camponesas que moravam nas dependências de suas propriedades, visto que os pais eram obrigados a se conformarem com essa vergonha, caso quisessem permanecer nas terras, ou continuarem vivos. Em uma sociedade brasileira patriarcal, em que os costumes estão assentados nos valores morais familiares, uma ofensa como esta, principalmente no mundo rural, no qual são vividos mais à flor da pele, é uma afronta que se estende à toda a parentela (TARGINO et al, 2011).

Porém, esses casos de humilhações não paravam por aí, bastava uma oportunidade para que os patrões impusessem sua autoridade perante seus subordinados, seja por meio da força física ou rebaixando-os publicamente (e moralmente). Segundo Elizabeth Teixeira, essa violência era um procedimento considerado normal pelos latifundiários, uma vez que eles se consideravam os senhores capazes de criarem suas próprias leis, e estas regeriam também as condutas dos seus dependentes (moradores e empregados). Para tanto, de acordo com o pensamento do patrão, quem ousasse desobedecer tais leis estaria sujeito aos castigos “merecidos”. E a rigorosidade das penalidades iria depender do seu delito (ROCHA, 2016, p. 72). Podemos evidenciar isso nas falas dos camponeses Artur José Carvalho e Dona Josefa Davi da Silva, ao narrar sobre um episódio de violência empreendido contra um camponês que vivia em condições precárias com sua família. Nesse episódio, o camponês sem ter o que comer, se dirigiu ao patrão para pedir um adiantamento em vale, mas o mesmo se recusou a atender o pedido, criando com isso uma situação que expressa tanto a violência física quanto moral, como é possível perceber nas palavras do Senhor Artur e da Dona Josefa:

Eu não tenho vale hoje. Só segunda-feira quando trabalhar. Aí o cabra ia passar sábado e domingo com fome até segunda-feira, quando trabalhasse. Ele foi daqui pra casa (...) “- O que encontrar, uma perua, um pinto, um bode, eu pego mato e como. Então eu vou roubar. Eu não vou morrer de fome”. Aí pegou duas peruas lá meio dia no sol quente tava nas moita, lá. Pegou as duas peruas, estava torrando uma. Disseram: “- teu morador pegou uma perua ali, e vai comer”. Ele disse: “- Vai nada”. Vai, num vai, aí, pegou um tal dum velho Pedro, que era vigia da Usina, que mora aqui... Aí, pegaram o homem, (...) amarraram a perua no pescoço, que nem um gancho, com a mão pra trás. A perua, uma estava morta, já torrando. Amarraram com a mão pra trás e a perua na frente... Aí, ele, seu Pedro e (...) Manoel Gonzaga, vigias da Fazenda, (...) saíram machucando. Quando chegou na rua: Aí você grita: “- Sou ladrão de perua”. Ele saiu gritando (...) todo ensanguentado... de pau. Na rua gritando: “- Sou ladrão de perua. Sou ladrão de perua...”, aí levaram para o delegado (SENHOR ARTUR E DONA JOSEFA apud VAN HAM et al, 2006, p. 91-92) (*sic*).

O caso desse camponês, trabalhador e pai de família, que num ato de desespero gerado pela urgência da fome, furtou duas peruas, explicita muito bem o que se entende por violência moral, uma vez que em nenhum momento ele agiu às escondidas talvez por achar que essa atitude não fosse vergonhosa visto que se tratava de suprimir a necessidade de sua família, mas que acabou sendo denunciado como ladrão perante a sociedade e a justiça. Ou seja, as consequências de sua conduta foram da agressão física à agressão moral, representando para aquele camponês um ato de humilhação duplamente qualificado, justamente pelo fato de ter

sido espancado e principalmente por ter sido submetido a desfilar nas ruas, gritando que era ladrão. Isto significa que ele acabou sendo exposto para a sociedade como um bandido, sendo desmoralizado em todos os sentidos que um homem nordestino poderia ser. Tal episódio serve de exemplo para ilustrar as punições que os rurícolas recebiam por desobedecerem ou praticarem alguma falta, como falamos anteriormente, mas também pode ser tomado como exemplo para refletirmos sobre as condições de vida de muitos camponeses que viviam em extrema pobreza, forçados assim a se sujeitarem às diferentes formas de exploração trabalhista, dentre elas o vale barracão (local pertencente ao patrão onde eram efetuadas as compras de gêneros alimentícios e utilidades domésticas, no qual mais uma vez os trabalhadores eram ludibriados financeiramente). A dependência que os uniam ao patrão, além de subordiná-los, reduzia suas autoestimas que eram constantemente colocadas à prova pelas humilhações que suportavam.

Outro caso que também é lembrado pelo Senhor Artur e por Dona Josefa está relacionado a um incêndio que ocorreu nos canaviais da propriedade gerenciada por Luiz Carlos, no Engenho Novo, município de Sapé, em que o mesmo desconfiava ter sido uma ação praticada por algum dos trabalhadores que estavam no corte da cana, como pode ser constatada nas falas dos dois:

Aí, Dr. Luiz Carlos disse: “- Oh! Martins, tu viu quem botou fogo nessa cana?”, “- Doutor, o senhor tem um vigia, o senhor bote seu vigia pra olhar, que não sou vigia de ninguém não”. Aí ele com a metralhadora, ele pegou um saco ali. E disse: “- Missias, abre esse saco aí e manda esse homem entrar para dentro”. Um saco de estopa. Aí o homem entrou para dentro do saco pra não morrer na hora, (...) amarraram a boca (do saco), ... jogaram na caminhoneta e levavam para Engenho Novo. (...) E saíram juntando os outros, (...) perguntando quem tava no corte da cana na hora. 27 pessoas, cada uma levou uma pisa. [...] Aí prendeu todos os trabalhador que estavam e levaram para Engenho Novo, lá para Dona Helena [nome do atual assentamento]. Não tem um galpão grande? Levaram para aí, e aí, o pau falando... Amarraram assim pelo mocotó, pendurado num pau (...) de pesar algodão. Penduraram aí, puxava: “- Porque agora vão andar de avião? – Vocês sabem quem botou fogo na cana?”, aí, o cara: “- Sei não, sei não”. “- Pois vão andar de avião”. Balançavam o caminhão, quem nem uma canoa e metia o cacete para lá e para [cá] (SENHOR ARTUR E DONA JOSEFA apud VAN HAM et al, 2006, p. 90-91) (*sic*).

Como já foi dito aqui, a prática de incêndios nas plantações de cana-de açúcar era um dos recursos empregados pelos camponeses contra as explorações dos seus patrões, ou para adquirir alguma vantagem. Apesar das narrativas desses camponeses não especificar

exatamente se teria sido ou não um ato executado pelos trabalhadores agrícolas, subentende-se que as suspeitas do gerente recaíam sobre eles. Essa ocorrência, mais do que exteriorizar a violência física direcionada aos trabalhadores rurais, traduz a certeza da impunidade que os administradores presumiam ter. Ainda de acordo com testemunhos desses dois camponeses, a ação teria ocorrido durante o dia, e convenhamos que numa só operação ter 27 pessoas capturadas, presas e torturadas é um número bastante elevado.

Na manchete publicada no jornal *A União* no ano de 1994, mais um evento de atrocidade praticado pela oligarquia agrária contra os trabalhadores agrícolas foi descrito nas suas páginas. Nelas estão presentes os métodos que eram utilizados para desapropriação dos terrenos, e o requinte de crueldades direcionadas aos camponeses, transmitindo-nos a ideia de insegurança e total abandono no campo, como pode ser evidenciado na matéria pautada na entrevista do professor Cláudio Santa Cruz Costa:

Camponeses e moradores eram expulsos das terras, as casas de palha queimadas e as pequenas lavouras de subsistência confiscadas sem a menor indenização. Os programas geralmente se realizavam à noite, quando famílias inteiras eram despertadas pelas tochas incendiárias sem o menor aviso prévio. E lá se iam, pelas madrugadas, em demanda do horizonte, o pequeno rebanho apavorado. Eram mulheres e crianças que gemiam e que choravam, deixando para trás o tugúrio em chamas (A UNIÃO, 1994 apud LEMOS; PORFÍRIO, 2013, p. 20).

Cenas de horrores como essas são frequentes nas falas dos camponeses, mesmo daqueles que não chegaram a participar das Ligas Camponesas, são lembranças traumáticas que dificilmente sofrem com o processo de erosão do tempo, o “único” que seria capaz de desbotar as cores das imagens que eles presenciaram e alguns vivenciaram, mas como apagar da memória episódios que descrevem como se tivessem sido ontem, ignorando a passagem do tempo, no qual seis décadas depois não foram suficientes para fazê-los esquecer? Feridas que estão ainda entreabertas, que insiste em latejar todas as vezes que são indagados a falar sobre o passado das Ligas, dos seus entes queridos, dos amigos ou companheiros que perderam, da violência que sentiram na pele ou daqueles que viram o outro sendo alvo dela.

Vale ressaltar que ações violentas como essa não era algo exclusivo dos proprietários de terras, visto que os camponeses também se utilizavam de alguns mecanismos para contrapor as decisões ou atitudes dos patrões. Uma dessas manobras era atear fogo nos canaviais, como foi mencionado por Wilson José Félix Xavier (2010) na dissertação: As

práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964). Em alguns casos motivados por vingança, como menciona Manuel Correia de Andrade (1963), pois os trabalhadores, se sentindo injustiçados, acabavam incendiando as lavouras dos latifundiários. Havia também aqueles que foram conduzidos por outros interesses, como a necessidade de trabalho. Podemos citar como exemplo o caso dos camponeses no estado de Pernambuco que usavam dessas táticas para serem contratados pelos proprietários na colheita da cana, uma vez que queimadas elas deveriam ser imediatamente vendidas para as usinas, caso contrário acarretaria um enorme prejuízo para os donos (MONTENEGRO, 2010, p.160-161).

Além dos incêndios, existia a prática dos enchocalhamento, método empregado por camponeses para humilhar os proprietários e todos aqueles contrários às Ligas. N’*A Tragédia de Mari*, Néelson Coelho (2004) narra que o confronto envolveu um grupo de agricultores, membros da Liga de Mari, com dois vigilantes da Fazenda Santo Antônio, e que na ocasião os camponeses resolveram colocar o chocalho no pescoço do administrador após ser dominado e agredido, sofrendo moralmente essa ofensa. Para analisarmos a gravidade desse “insulto” no universo rural, apoiamo-nos no conceito de representação de Roger Chartier (2002), a partir do qual a sociedade atribui significados diferentes a certas práticas e símbolos compartilhados na sua cultura, dando-lhe sentidos, muitas vezes naturalizados no seu imaginário, mas que tais práticas do presente possuíam no passado, em determinado tempo e contexto histórico, uma outra definição. Essa concepção de representação nos ajuda a entender como o uso forçado desse instrumento inserido no espaço agrário nas disputas envolvendo camponeses e latifundiários, foi visto por ambos como forma de humilhação.

Na perspectiva de Novaes (1997), as Ligas Camponesas da Paraíba utilizavam-se desse artifício para tentar convencer as pessoas que não queriam aderir ao movimento por medo de represália do patrão. Tal objeto quando colocado no pescoço do camponês, tinha o sentido de mostrar a sujeição do indivíduo ao latifundiário, ou seja, aquele sujeito estaria representando o animal domesticado do patrão. Relacionando-o às práticas de violência empreendidas nas lutas em questão, significa dizer que ao colocar o chocalho no pescoço de um trabalhador agrícola e fazê-lo desfilar diante das pessoas, os membros das Ligas tinham por objetivo mostrar o quanto ele era submisso ao seu senhor e que isso precisava mudar.

Nessa perspectiva, a antropóloga Regina Novaes (1997) explica como acontecia o processo de ressignificação simbólica do chocalho dentro do movimento de luta, empreendido pelos membros das ligas camponesas:

Transformaram o ‘chocalho de boi’ em um símbolo, Conferiam-lhe – por um lado – o poder de relembrar seu próprio passado de sujeição e, através dele, celebravam o presente em que se viam com poder para andar e decidir (‘quem vai agora chocalhar?’). Instrumento de reafirmação de identidade, o chocalho passa a compor a retórica partilhada do grupo, como se ajudasse dissipar o medo dos próprios camponeses engajados nas lutas (NOVAES, 1997, p. 54).

Essa vida encabrestada também é citada por Elizabeth Teixeira para se reportar ao modo como os camponeses eram dominados pelos patrões, estando presos por um “cabresto”, que os deixava a mercê das vontades dos seus “donos”. Uma experiência de “escravidão” que devia ser desfeita, e isso só seria possível por meio da criação das Ligas, conscientizando o homem do campo a se organizar para lutar por melhores condições de trabalho (ROCHA, 2016). Nas entrevistas realizadas com camponeses, a historiadora Maria do Socorro Rangel (2006) tenta expor os significados que eles vão atribuir às suas vivências e como essas acepções vão estar atreladas à ideia de encabrestamento das suas vidas sobre o controle dos latifundiários. Na fala do Senhor Damião se encontra a descrição acerca da sua afiliação ao movimento e o que isso representaria para o presente e o futuro do camponês, ao dizer que: “aí, quando eu conheci a Liga, eu entrei, porque só nós tudo unido podia libertar a terra e libertar o home, ter a esperança que os meninos nunca fossem cativo, nem da cana nem do patrão” (SENHOR DAMIÃO apud RANGEL, 2006, p. 471) (*sic*).

Portanto, o movimento recorreu ao uso desse utensílio (o chocalho), até então empregado exclusivamente nos animais, mas que a partir de então também seria usado para submeter no plano simbólico os seus adversários a uma humilhação. Essa tática que a Liga de Sapé, e as demais Ligas Camponesas espalhadas pelo estado da Paraíba, utilizaram, daria outro contorno à resistência camponesa. Afinal, “ser *camponês*, neste contexto, é se diferenciar a um só tempo do próprio passado, e de outros trabalhadores ‘encabrestados’, no presente, para se opor ao *latifúndio*, isto é, às normas e regras que regulamentavam sua vida no interior das grandes propriedades” (NOVAES, 1997, p. 55, grifos do autor).

Mais um episódio em que o uso do chocalho aparece como artifício de submissão está nas memórias do deputado Joacil de Brito Pereira³¹, que faz um quadro de como atuavam esses camponeses:

³¹ O deputado paraibano no contexto histórico da época adota uma postura contrária às Ligas Camponesas na Paraíba. De acordo com o seu depoimento ao CPDOC (2001), tal posicionamento se deu por razões ideológicas, por acreditar em um perigo comunista iminente no país, não por ele ser um latifundiário. Até porque segundo ele, só depois que passou um tempo afastado da política, e por ter melhorado a sua condição financeira, ele

As estradas bloqueadas. Trezentos, quatrocentos, até quinhentos homens no leito das rodovias. Quase todos portando armas. Obrigavam os carros a parar e os passageiros a dar vivas a Julião, a Goulart, a Assis Lemos, a ‘Nego Fuba’, a ‘Pedro Fazendeiro’, a Fidel Castro, ao ‘diabo a sete’.

Ficavam ali, humilhados, desmoralizados, dando vivas a tudo e a todos, como eles mandavam, e, por fim, recebendo de presente um chocalho pendurado no pescoço. Bastava perguntar o nome e a pessoa responder. Se reconheciam, diante da resposta, como proprietário rural, comerciante, ou político que não rezasse pela cartilha dos comunistas, diziam logo: - bota o chocalho nesse safado (PEREIRA, 1997 apud PESSOA, 2015, p. 63).

A violência moral descrita acima era aplicada por trabalhadores rurais contra os proprietários de terras, administradores das usinas e indivíduos que não quisessem aderir ao movimento das Ligas. Ainda assim Pessoa (2015) pressupõe que tal prática não seja originária desses camponeses, mas que seja assim, uma apropriação do recurso usado pelos latifundiários para sujeitá-los – no qual eles estariam, segundo Foucault (2016), invertendo as regras do jogo, para uma nova forma de dominação, pois:

É justamente a regra que permite que seja feita violência à violência e que outra dominação possa dobrar aqueles que dominam. Em si mesmas, as regras são vazias, violentas, não finalizadas; elas são feitas para servir a isto ou àquilo; elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros. Grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-la, utilizá-las ao inverso e volta-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras (FOUCAULT, 2016, p. 69-70).

Essas inversões das regras do jogo da violência podem ser encontradas em alguns textos que dão sinais de casos de “enchocalhamento” provenientes dos proprietários de terras, como nos relata os estudos de Victor Gadelha Pessoa (2015), que se baseia metodologicamente em fonte orais, contendo depoimentos de agricultores que destacam essa violência moral por parte dos latifundiários, dando assim a ideia de que os trabalhadores rurais não foram os precursores dessa agressão simbólica, muito pelo contrário, eles teriam se apoderado desse método para fazer frente aos patrões e às demais pessoas que não compartilhavam dos ideais das Ligas. Como pode ser evidenciado na fala do autor ao afirmar que:

comprou um terreno em Alagoinha com 155 hectares. Também possuía outro terreno com 240 hectares no município de Mulungu. Uma parcela dessa terra era da sua esposa, que a tinha herdado do pai.

De acordo com os diversos relatos que trataram do ‘enchocalhamento’, podemos concluir que inicialmente foi uma prática utilizada pelos capangas que representavam os interesses dos latifundiários, mas que o camponês acabou por utilizar da mesma estratégia para humilhar os trabalhadores rurais não filiados as Ligas, com o objetivo de fazer com que servisse de exemplo para outros trabalhadores que se recusavam a participar das Ligas Camponesas (PESSOA, 2015, p. 98).

Deste modo, as reflexões do historiador Victor Gadelha Pessoa (2015) são pautadas nas memórias de camponeses da cidade de Sapé e circunvizinhança, que chegaram a testemunhar ou participar da Liga Camponesa daquela região. São depoimentos que foram colhidos pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM/PB) e dentre esses testemunhos, que mencionam as práticas de violências com emprego do chocalho por parte dos proprietários de terra, está o da Senhora Ana Justino de Oliveira descrevendo como os latifundiários procediam, mas que ao ser indagada sobre a prática inversa, deixa-nos dúvidas que merecem ser problematizadas.

Sobre o chocalho, pelo que lembra, acontecia da seguinte forma: os camponeses estavam trabalhando normalmente, e então chegava o ‘latifúndio’ (geralmente homens a mando dos proprietários), achocalhavam alguns camponeses e desapareciam com ele, pois possivelmente o proprietário já havia descoberto da vinculação de seus trabalhadores com as Ligas e ordenavam aos prepostos a perseguição. A família ficava esperando até que outros trabalhadores informassem, pois não dava nem tempo do achocalhado avisá-lo. O chocalho era do tipo que se coloca no gado, geralmente. *Quando questionada se camponeses também faziam isso. Dona Ana responde negativamente, acusando apenas o ‘latifúndio’. Disse que nunca presenciou alguém ser achocalhado, mas afirma que presenciara camponeses passando com chocalho perto de sua casa* (SENHORA ANA JUSTINO apud PESSOA, 2015, p. 99, grifos nossos).

Apesar de o autor tomar como base os testemunhos dos entrevistados, é importante fazermos algumas ressalvas a respeito das afirmações trazidas por ele, afinal a historiografia do campesinato paraibano, que trata particularmente da Liga Camponesa de Sapé, só recentemente vem abordando (e ainda de maneira tímida) a prática do chocalho no interior do movimento camponês. Muitos dos seus dirigentes, como Assis Lemos e Elizabeth Teixeira, por exemplo, que já escreveram ou possuem biografias escritas sobre suas experiências nas Ligas Camponesas, quando fazem menção a respeito desses episódios de violência com uso do chocalho, não atribuem em nenhum momento essas ações como sendo precursoras dos latifundiários. É importante frisar que tais argumentações poderiam ser usadas por eles como

um artifício para justificar o porquê de as Ligas terem se apossado desse método. Também seria uma excelente resposta contra as inúmeras críticas dirigidas por seus adversários (latifundiários, políticos de direita, alguns membros da Igreja Católica) contra o movimento, com o intuito de criar uma imagem negativa sobre o mesmo. E mais, como podemos apreender a partir do fragmento textual cedido à CEVPM/PB, quando questionada sobre a prática por parte dos camponeses, a depoente afirma que nunca presenciou alguém ser enchocalhado, mas afirmara que presenciara camponeses passando com chocalho perto de sua casa (PESSOA, 2015), ficando subentendido que ela não saberia com exatidão quem teria sido o autor da ação.

Tais pressupostos confluem com a fala de Elizabeth Teixeira, que por sua vez deixa explícito o seu desconhecimento sobre a origem desse procedimento, independentemente de quem tenha introduzido, ao dizer que: “eu não sei nem dizer como apareceu a história do chocalho. Eu só sei dizer que, quando a massa sabia de um trabalhador que era bajulador do patrão, os camponeses iam atrás dele, amarravam um chocalho no pescoço dele e faziam-no dar vivas à Liga Camponesa” (ELIZABETH TEIXEIRA apud BANDEIRA et al, 2012, p. 119).

Já o ex-deputado Assis Lemos entende que a criação da prática do enchocalhamento surgiu como uma tática para recrutar mais pessoas para o quadro de sócios das Ligas, exatamente aquelas que estavam “indecisas” e resistiam em filiar-se à organização, daí colocava-se o chocalho com tal propósito.

Surgiu, então, a ideia do ‘chocalho’. Esse instrumento é utilizado no gado, para evitar que alguma rês se desgarre do rebanho e se perca. Os camponeses que, após todas as argumentações, insistissem em não comparecer à reunião da Liga, eram levados à força, com um chocalho pendurado no pescoço. Só os doentes eram dispensados. O camponês era conduzido à cidade e colocado no meio da multidão, junto aos outros ‘enchocalhados’. Ficavam expostos aos olhares e submetidos a uma grande humilhação (LE MOS, 1996, p. 73).

Sendo assim, o enchocalhamento seria uma ofensa à moral de quem era enchocalhado, com a ação expressando simbolicamente a violência tanto para um camponês quanto para um latifundiário. Além do mais, nas literaturas que utilizamos, e das poucas que fizeram registro sobre o chocalho, a única que faz referência de ser uma prática também dos proprietários de terras, é a dissertação de Victor Pessoa, intitulada *As Ligas Camponesas da Paraíba: História*

e *Memória* (defendida recentemente, em 2015), pois até então as ocorrências de enchocalhamento por parte da elite agrária, quando aparecem nessas bibliografias estão relacionadas a uma ação anterior de enchocalhamento promovida pelos membros das Ligas Camponesas. Um exemplo disso foi o episódio da chacina que ocorreu na cidade de Mari, em que Coelho (2004) expõe que o desejo de retaliação (enchocalhamento), que um dos integrantes do grupo dos latifundiários pretendia realizar contra o líder da Liga de Mari teria aumentado as tensões nas negociações para a devolução do revólver, resultando no confronto aberto. Ou seja, de acordo com a literatura que antecede a dissertação de Victor Pessoa (2015), o enchocalhamento teria sido uma prática originária dos camponeses para com os outros camponeses que não aderissem aos interesses da Liga e/ou que estivessem ligados ao latifundiário, mas que os latifundiários a incorporaram à sua lista de práticas de violência.

Outra questão que merece nossa atenção no texto de Pessoa (2015) são as informações contidas na fala de Dona Ana Justino de Oliveira referentes a dois casos que ela teria presenciado sobre enchocalhamento, assim como as demais informações presentes no seu testemunho à Comissão da Verdade da Paraíba, usado por Pessoa. Quase todas as informações são contraditórias com relação às informações que a própria depoente prestou à pesquisadora Antônia M. Van Ham (2002).

Um exemplo de contradição no depoimento da senhora Ana Justino de Oliveira pode ser encontrado no caso de um dos camponeses que ela disse que teria sido enchocalhado e em seguida desaparecido pelos latifundiários e voltado muitos anos depois. Trata-se do Senhor Antônio Pedro Eugênio. Esse mesmo camponês também foi entrevistado por Van Ham, cuja entrevista pode ser encontrada nas páginas desse mesmo livro. No depoimento do Senhor Antônio Pedro ele explica que resolveu fugir para não ser pego por participar das Ligas (e que o episódio mencionado ocorreu por causa do golpe civil-militar, com as perseguições dos seus dirigentes e todos que participaram), contrapondo assim os relatos de Dona Ana Justino. Também no relato de Dona Ana Justino, quando questionada por Van Ham sobre a prática do chocalho no campo, ela nega que tenha sido usada na liderança de João Pedro Teixeira, ficando subentendido que fora uma prática usada pelos camponeses após a morte do líder, indo ao encontro daquilo que ela diz no depoimento à Comissão da Verdade de que nunca presenciou o ato de enchocalhamento, nem por parte dos camponeses e nem por parte dos latifundiários. Só viu passar...

Além disso, nos relatos das pessoas que entrevistamos não nos deparamos com a versão defendida por Victor Pessoa (2015). A presença do uso do chocalho foi apresentada

pelos nossos depoentes como uma prática da Liga de Sapé, quando questionados se os grandes proprietários de terra também se utilizavam desses artifícios, eles diziam que não.

3.4. Invertendo as regras, ditando as normas: o chocalho como instrumento de submissão

Para uma melhor compreensão sobre o assunto, iremos fazer uma breve análise histórica do chocalho, ou de como este objeto foi introduzido no espaço agrário. Esta análise visa conceber as mudanças de sentido atribuídas ao chocalho ocorridas no tempo e no espaço, ou seja, em que momento este instrumento teria ganhado outra conotação, ou permanecido com a mesma, mas com outra finalidade, principalmente quando foi inserido como símbolo de dominação nessas disputas de classes. Além disso, verificaremos historicamente se essa prática teria sido algo exclusivo das Ligas Camponesas na Paraíba, ou se também teria existido nas demais Ligas espalhadas pelo território brasileiro. De tal maneira, há necessidade de retomarmos algumas referências bibliográficas e buscarmos outras, com o intuito de fazer um levantamento mais completo sobre a questão.

De acordo com Sousa (2017), a utilização do “chocalho de boi” começou a ser introduzido no Brasil ainda nos primeiros tempos do século XVI no período colonial, com a função de auxiliar os vaqueiros na tarefa de monitoramento dos gados. Deste modo, ficavam suspensos nos pescoços dos bois com a finalidade de localizar o animal a partir do som do chocalho, em que a badalada denunciava o ponto em que estavam posicionados. Sendo assim, uma forma de vigiá-lo, de controlar os seus passos. Mas essa estratégia de inserir tal instrumento poderia variar muito da necessidade de cada animal ou rebanho, ou seja, às vezes eram colocados apenas em determinados animais, porque este se desgarrava da manada, ou por serem aqueles animais (os guias) que eram seguidos pelos demais, conduzindo, portanto, ao destino do curral ou para uma nova pastagem. Além disso, o chocalho era inserido em torno do pescoço através de uma coleira (marra) que servia também para identificar quem era o proprietário do animal, uma vez que poderia ser cravado o seu nome caso se desejasse, ou ser enfeitada (VERISSIMO, 2008).

Quando passou a ser incorporado nos confrontos envolvendo camponeses, latifundiários e trabalhadores rurais no início dos anos 1960³², o chocalho serviu para

³² Nas bibliografias que utilizamos, algumas delas fundamentadas em fontes orais (de ex-participantes da Liga de Sapé, seus ex-dirigentes e camponeses que não aderiram ao movimento, mas testemunharam aquele

subjugar os seus adversários a uma humilhação pública, os reduzindo à condição de animal, domando não por um cabresto que faz com que o boi não seja senhor de suas próprias vontades, mas por um instrumento que controla qualquer movimento dado. É uma forma de perseguir, de vigiar sem ser notado, mas também de se fazer presente por meio do objeto, do qual quem usa sabe que as badaladas os denunciarão.

Para Novaes (1997), o uso do chocalho de boi utilizado pelos membros da Liga Camponesa na Paraíba, representava “a sujeição ao patrão, o ‘cabresto’ dos animais” (NOVAES, 1997, p. 54) embora concordamos com a autora acerca do primeiro significado atribuído, o segundo parece esquivar-se um pouco da denotação desse utensílio no mundo rural (se bem que ela empregou no sentido simbólico da palavra para se referir a como os camponeses interpretavam essa prática, fazendo menção à dominação que os patronatos exerciam sobre os seus subordinados, portanto, aos camponeses). Já Elizabeth Teixeira vai designar que tal ação foi aplicada contra a covardia dos trabalhadores agrícolas que não queriam se associar ao movimento camponês, muitos deles amedrontados pela repressão que poderiam sofrer dos latifundiários, como fica evidenciado na sua fala, em uma conversa que teve com o jornalista Antônio Callado ao afirmar que:

"Quando o camponês é covarde e ainda tem medo do patrão a gente dá umas lapadas nêle ou bota chocalho de boi no pescoço". Quem me dizia isto em Sapé, com a luz de um candeeiro a querosene a lhe acentuar as maçãs salientes do rosto, era Elisabete Teixeira, líder camponesa na Paraíba, mulher do líder assassinado Pedro Teixeira (CALLADO, 1964, p. 19).

Covardia é um sentimento derivado do medo, o que é muito natural sentir quando estamos diante de um oponente bem mais forte, mas em uma sociedade patriarcal, em que a figura da “cabra macho”, da honra pessoal, da valentia que é a todo o momento colocado à prova no solo nordestino, ser taxado como covarde é uma afronta, principalmente se ela vem acompanhada de um ato ofensivo como enchocalhamento, que segundo Elizabeth, se tornou um procedimento reconhecido pelos camponeses como símbolo de covardia. Ao descrever a chacina que ocorreu em Mari-PB, Callado faz referência à representação que era imputada no

acontecimento histórico), apontam em sua maioria que a prática do enchocalhamento que só passou a ser empregado pelos camponeses da Liga de Sapé posteriormente ao assassinato do líder João Pedro Teixeira em 02 de abril de 1962, salvo algumas exceções que alegam ter sido utilizados ainda sob a administração de João Pedro.

imaginário camponês a respeito dessa tática de inserir o “chocalho de boi” no pescoço nos seus adversários.

Na Paraíba, que pegava a boa febre histórica de Pernambuco, houve um teste sangrento, dia 15 de janeiro deste ano. Um capataz valentão da Usina Santa Helena, da família Ribeiro Coutinho, jurou que ia botar chocalho de boi no pescoço de Antônio Galdino, presidente do Sindicato Rural de Mari. Ora, acontece que cincerro em pescoço de caboclo quer dizer que o sujeito é covarde. Entre os membros dos Sindicatos e das Ligas os chocalhos tilintavam no pescoço dos que não tinham coragem de exigir com voz de homem aquilo que o latifundiário deve. Entre os camponeses essa ordem infamante do chocalho não tinha resultado em morte nenhuma. Mas como é que Antônio Galdino, presidente de Sindicato e pai de cinco meninos, ia aceitar o chocalho numa coleira de Usina? Reagiu e foi fuzilado por um sargento da Força Pública que acompanhava o capataz. O sargento foi prontamente chacinado a foiçadas pelos camponeses e houve uma rápida e feroz batalha em que morreram quatro camponeses e seis adversários (CALLADO, 1964, p. 14).

Além de expor as representações em que estava agregada sob a prática do enchocalhamento neste episódio, o jornalista também revela que os latifundiários usavam esse método para humilhar os camponeses, como já tinha sido mencionado aqui nas narrativas de Nelson Coelho (2004). Contudo, vale lembrar que as circunstâncias em que tudo ocorreu foi originado de um primeiro enchocalhamento por parte dos camponeses contra os administradores dos latifundiários, e estes por sua vez, segundo Coelho, teriam ido ao encontro dos camponeses para recuperar o revólver e “supostamente” revidar a ação agressiva. Mas para Callado (1964), o único intento dos integrantes do grupo do usineiro foi afrontar o líder dos camponeses, Galdino, o estigmatizando como covarde no momento em que desejava inserir o “chocalho de boi” no seu pescoço. À essa ideia de covardia presente nessa prática de enchocalhar as pessoas, Elizabeth Teixeira também a atribui como uma reação contra os camponeses que eram bajuladores dos patrões e daqueles que se infiltravam nas reuniões delatando sobre os assuntos que eles discutiam. Na sua perspectiva:

O chocalho surgiu depois do assassinato de João Pedro Teixeira. Não soubermos nunca quem foi a ideia. O chocalho era usado no camponês que era ‘badalo’ do proprietário e que, para ganhar algum favor ou só para agradá-lo, era capaz de delatar um companheiro. Era colocado também, naquele camponês traidor, aquele que ia às nossas reuniões a serviço do proprietário, para informá-lo sobre tudo que ocorria nas nossas reuniões. Colocamos o chocalho também em alguns fazendeiros, mas só quando era muito necessário. Aí colocávamos o chocalho e exigíamos que gritassem: -

Viva as Ligas Camponesas! Tente imaginar o que isso representava para os camponeses que eram tratados pior do que animais, sem qualquer consideração e respeito, acumulando miséria em cima de miséria, ofensa em cima de ofensa, sem poder descortinar um futuro melhor para si e sua família. Recolhendo as migalhas, tirando o chapéu e agradecendo (ROCHA, 2016, p. 157).

Percebe-se então que no imaginário camponês o “chocalho de boi” tem inúmeros significados³³ no confronto envolvendo camponeses e latifundiários, seja para expor o indivíduo como traidor, fofoqueiro, bajulador, covarde, encabrestado (sujeitá-lo simbolicamente à condição de animal e também vigiá-lo), apresenta uma única função naquele contexto: humilhar moralmente quem é enchocalhado. Na perspectiva de Assis Lemos (1996), o método só era aplicado pelas Ligas para convencer os agricultores indecisos a filiar-se ao movimento, forçando eles a participarem das reuniões/comícios, onde lá teriam a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as Ligas, o que elas defendiam, as conquistas já adquiridas, enfim, persuadi-los a aderir ao movimento. Ainda em consonância com ele, muitas dessas pessoas acabavam se associando às Ligas logo após serem enchocalhadas, chegando até mesmo a agradecer, se tornando futuros líderes em defesa da reforma agrária.

Para Pessoa (2015), o emprego dessa prática de enchocalhamento só foi aplicado nas Ligas Camponesas na Paraíba, não havendo casos de enchocalhamento nas outras Ligas espalhadas pelo Brasil. Nas literaturas que utilizamos também não detectamos nenhum fato que faça referência sobre episódio de enchocalhamento, independentemente de ter sido usado por proprietários de terras ou por membros das Ligas em outros estados do país.

No entanto, tal abordagem ainda é recente na historiografia do campesinato paraibano, do movimento de resistência campesina que fez uso desse procedimento nos primeiros anos que antecede o golpe civil-militar no país, embasando-nos aqui nas obras que consultamos que tratam sobre essa temática das Ligas Camponesas na Paraíba e do Brasil, muitas delas constituídas a partir de fontes orais, das memórias daqueles que vivenciaram tal acontecimento (sejam como participantes e/ou testemunhas oculares) que ao falar sobre as Ligas, acabam citando alguns casos de violências com uso do “chocalho de boi” executados pelos integrantes das Ligas paraibanas, por latifundiários (tomando como apoio os estudo de Victor Pessoa) entre si, e contra os outros trabalhadores rurais, pessoas simples que não

³³ Além das designações que utilizamos neste texto, algumas delas proveniente dos autores aqui já citados a respeito da prática de enchocalhamento podemos encontrar as mesmas definições ou outras em: ARAÚJO, 2010; ZENAIDE, 2014; SILVA, 2013; SANTOS, SILVA, 2016.

queriam adentrar as Ligas. Ou seja, se só agora essas informações começam a emergir de forma acanhada, trazendo à tona essa prática de enchocalhamento adotada nas lutas do campesinato na Paraíba, quem sabe no futuro venhamos a nos deparar com episódios como estes, em que essa prática foi praticada em outros estados através das Ligas Camponesas. Na interpretação de Luiz Mário Dantas Burity (2017):

Essa prática [enchocalhamento], mesmo que eficaz em alguns casos, pode ser observada como uma permanência do autoritarismo no universo camponês de representação do mundo, o chocalho enquanto símbolo de repressão e submissão, nesse sentido, não estava ali à toa, ele reduzia pessoas à condição animal, semovente, como, em tempos de colônia e império, foram tratados os escravizados (BURITY, 2017, p. 08).

A observação feita pelo historiador é muito pertinente, sobretudo se levarmos em consideração que nesses dois períodos escravocratas, o método de inserir chocalho no pescoço das pessoas para subjugar-las como animais foi muito utilizado para castigar e vigiar os escravos fujões, em que os chocalhos eram anexados em uma argola de ferro (colar) que era colocada no pescoço, possuíam algumas hastes com pontas retorcidas (geralmente três), cujo comprimento deveria ficar em uma posição superior à cabeça, para quando os escravos fugissem pela floresta, tais hastes pudessem ficar presas nos galhos das árvores, dificultando assim, a fuga deste cativo. Já o chocalho era pendurado em um desses ganchos com a função de delatar as suas movimentações, nas quais as badaladas o denunciavam. Este instrumento é conhecido por várias denominações: libambo, gargalheira, gorilha (LARA, 1988; SANTOS, 2013; GELEDÉS, 2012).

Outro ponto que será debatido se refere ao sentido de como esse objeto era visto no entendimento dos camponeses e por que escolher o chocalho em detrimento de outras ferramentas para sujeitar os seus oponentes. Diante dessas indagações, fundamentamos nossa pesquisa com os relatos dos camponeses que vivenciaram aquele momento histórico das Ligas Camponesas na Paraíba, especialmente da Liga de Sapé, quando realizamos entrevistas com moradores remanescentes dos municípios de Sobrado³⁴ e Sapé. Compreendemos que ao reativar as memórias dos nossos entrevistados, estaremos sujeitos a escutarmos interpretações do passado com ressignificações do presente (DELGADO, 2006). Muitas delas são

³⁴ O município de Sobrado na época das Ligas Camponesas pertencia à Sapé, tendo sido emancipada somente em 29 de abril de 1994. Por isso, muitos moradores dessa localidade (boa parte pessoas idosas) foram testemunhas oculares desse evento histórico.

lembranças individuais, que divergem da memória coletiva, mas que foram se redirecionando para a Liga Camponesa de Sapé na década de 1980, e que continuamente foram sendo reatualizadas para o presente.

Ao falarmos em memória coletiva temos que ter cuidados, porque assim como as memórias individuais, elas também são uma construção, partindo, sobretudo, de grupos de pessoas que tentam construir uma memória para uma determinada comunidade, categoria, movimentos sociais, etc. (HALBWACHS, 1990). As falas dos depoentes, embora sejam singulares, baseadas nas próprias experiências, acabam ecoando nas vidas de outras pessoas, resultando no cruzamento de suas lembranças com as vivências do passado do “outro”. Ou seja, falar de si é ao mesmo tempo proferir o “outro”, como nos adverte Maurice Halbwachs, quando diz:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p. 26).

São essas percepções que nos ajudaram a analisar os testemunhos com um outro olhar, observando o contexto de todo um cenário em que os sujeitos estão inseridos, em que essas recordações na maioria das vezes são transmitidas pela tradição oral, difundidas para os familiares, amigos, vizinhos, grupos. São memórias compartilhadas cuja intencionalidade é que os fatos não sejam esquecidos, sendo perpassados de uma geração para outra. Sobre este processo contínuo de rememoração, Patrick J. Geary (1996 apud CANDAU, 2016) defende que:

Longe de ser o compartilhamento espontâneo de uma experiência viva e transmitida, a memória coletiva foi também orquestrada, não menos que a memória histórica, como uma estratégia favorecendo a solidariedade e mobilização de um grupo através de um processo permanente de eliminação e escolha (GEARY, 1996 apud CANDAU, 2016, p. 47).

Portanto, a memória compartilhada se constrói e se reforça por acréscimos e eliminações das experiências vividas (CANDAU, 2016). Nas quais, segundo Delgado (2006), as representações do passado são quase sempre caracterizadas por disputas e tensões, não

havendo assim neutralidade em qualquer forma de abordagem do mesmo. Contudo, o fato de atentarmos para esta questão está vinculado à ausência de algumas experiências que também fizeram parte das Ligas Camponesa de Sapé, cujo silenciamento na historiografia nos fazem pensar que tipos de memórias foram sendo privilegiados em detrimento de outras para constituir, assim, a história do movimento camponês. Deste modo, ao abrirmos espaço para que estes camponeses falem sobre suas experiências do passado relacionadas à Liga de Sapé, e mais precisamente ao que se refere ao emprego no chocalho e outras formas de violência empregadas no campo por esses dois grupos (camponeses e latifundiários), também é uma maneira de pensarmos como essas violências físicas e morais são vistas no imaginário dos trabalhadores rurais.

Podemos tomar como exemplo a história de vida do Senhor Severino, que foi relatado no texto *Pedagogia e luta social no campo paraibano*, escrito por Vanilda Paiva (1983)³⁵. São narrativas repletas de recordações da Liga Camponesa de Sapé, das violências aplicadas pelos patrões e até dos membros da Liga contra os camponeses. É importante enfatizarmos que as experiências desse indivíduo são utilizadas pela autora para representar a situação vivenciada pelo homem do campo na Paraíba dos anos 1960 e 1970.

Nos relatos do Senhor Severino conseguimos perceber algumas concepções de agressões, as quais ele nomeia como “legítima” e “ilegítima”, referindo-se à sua aplicabilidade por parte tanto dos latifundiários quanto dos camponeses. De acordo com suas lembranças, ele retrata como era o seu patrão:

Ele era um proprietário brabo. Ele por um lado dava pancada, ele machucava, ele pisava, ele matava. Tudo ele fez. Mas em gente safada; gente de responsabilidade ele não dava. Ele dizia: homem se mata, mas não se dá; cabra safado se dá (SENHOR SEVERINO apud PAIVA, 1983, p. 84) (sic).

Percebe-se então, que no imaginário do Senhor Severino havia atitudes consideradas aceitáveis quanto ao uso de atos violentos e outras não, conforme menciona Vanilda Paiva (1983), ao examinar a fala e as circunstâncias vivenciadas por ele (o entrevistado) no cenário paraibano.

³⁵ A autora faz uma observação em uma nota de rodapé comunicando aos leitores que o nome do entrevistado, assim como o da fazenda, são fictícios. As razões dessa postura estão relacionadas à preservação da integridade do depoente devido o contexto em que foi realizada a entrevista.

Portanto, a violência do dono das terras contra o "cabra safado" era legítima, sem que Severino visse aí o conflito de classes ou o absurdo do arbítrio. No campo, quem pode faz a lei e o proprietário bom é aquele que tem critérios claros na distribuição da violência. A violência praticada sem tais critérios, sem estar orientada por padrões éticos compartilhados no campo, esta era uma violência ilegítima. Era ilegítima, por exemplo, a violência praticada pelo proprietário de Miriri que expulsava seus moradores e mandava derrubar suas casas com trator; era ilegítima a dos "empregados da usina" que pretendiam "dar lição" aos trabalhadores rebeldes, emprestando legitimidade à resposta violenta dos trabalhadores como ocorreu nas mortes de Mari e mesmo em Miriri (PAIVA, 1983, p. 84).

Ainda de acordo com as interpretações da autora sobre o discurso do Senhor Severino, referente às situações que levam à prática da violência, e como esta pode justificar algumas ações ou invalidá-las, podemos ver ainda que:

Ele distingue entre a violência legítima e a ilegítima tanto para proprietário quanto para trabalhadores. A dos primeiros perde a legitimidade quando ultrapassa certos limites e atinge "gente de responsabilidade"; dentro daqueles limites ela é um fator que assegura a ordem e a autoridade. Já a violência do trabalhador só é legítima quando falharam todos os meios pacíficos de luta e quando é defensiva. É preciso andar dentro da lei, evitar oferecer justificativa para a reação violenta dos proprietários. Violência desnecessária era, para ele, desordem e "a lei não permite assim". Já em relação a uma espécie de uso pedagógico da violência física entre os próprios trabalhadores, ele a considera legítima dentro de certos limites (PAIVA, 1983, p. 84).

É pertinente falarmos que a postura desse camponês nos faz lembrar a relação "paternalista" discutida no primeiro item desse capítulo, em que as relações dos camponeses com os latifundiários eram marcadas por costumes e estigmas reconhecidos como obrigações recíprocas pelas partes envolvidas, o que corresponderia à relação de "teatro" e "contrateatro", na percepção designada por Thompson (1998) para se referir à dependência de uma categoria à outra, as quais se vigiavam mutuamente.

Isso fica perceptível na expressão "cabra safado", citado pelo patrão de Severino para se reportar ao trabalhador que não cumpria com suas obrigações para com ele, e na de "gente de responsabilidade" para todos aqueles que exerciam satisfatoriamente suas tarefas. Era naquele ambiente agrário que a prática da violência ia se difundindo no imaginário da população rural como uma ação necessária para estabelecer a "ordem" e o cumprimento dos acordos firmados. Tais violências se tornaram mais frequentes com a formação das Ligas

Camponesas, pois foram usadas como represália à atuação do movimento e de intimidação dos camponeses por não se filiarem à Liga.

Para Thompson (1998), é comum em uma sociedade rural que toda resistência aberta, quando sendo identificada pelo poder vigente, sofra algum tipo de retaliação imediata, seja na perda da casa, arrendamento, etc., por isso alguns desses enfrentamentos aconteciam por meio de deferência dissimulada: “o mesmo homem que faz uma reverência ao fidalgo de dia – e que entra na história como exemplo de deferência – pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães” (THOMPSON, 1998, p. 64). Essa tática de “contrateatro” foi muito usada pelos camponeses antes do surgimento das Ligas, sendo uma maneira que eles encontraram para não bater de frente com os donos das terras, conduta que foi se transformando em um enfrentamento aberto com a criação da Liga.

Entender esses conflitos a partir de vários ângulos, seja no “teatro” ou no “contrateatro”, nos possibilitou analisar como o uso do chocalho foi um método encontrado pelos camponeses para inverter as regras que lhes envolviam. Seria uma espécie de descortinamento dos interesses encenados nesse palco da simulação. A partir de então houve um confronto direto em que as violências físicas e morais, “legítimas” e “ilegítimas”, foram também aplicadas por eles (os membros das Ligas) visando mudar as regras do jogo.

4. VIOLÊNCIA ENQUANTO ARMA DE CONVECIMENTO

4.1. A radicalização da Liga Camponesa de Sapé: “reforma agrária na lei ou na marra”

Segunda-feira, 02 de abril de 1962, tombava na estrada que ligava Café do Vento à cidade de Sapé-PB mais um camponês assassinado a mando do Grupo da Várzea. Desta vez tratava-se de João Pedro Teixeira, líder e fundador da Liga Camponesa de Sapé. Esse acontecimento trouxe significativas consequências para o futuro da Liga, configurando-se como um divisor de águas na história do movimento, o que pôde ser evidenciado no crescimento do número de associados à organização, na nova postura que o movimento foi incorporando após a perda do seu líder, assumindo um caráter mais agressivo na forma de organização da luta camponesa. Isso implicou na intensificação dos atos de violência, por vezes direcionados ao trabalhador rural, tendo em vista que frente ao ato de barbárie dirigido a João Pedro, fazia-se necessário reorganizar e redirecionar os mecanismos de luta com a perda de sua principal liderança. Somado a tudo isso, havia a emergência das ideias de Francisco Julião de radicalizar a luta em defesa da reforma agrária “por meio da lei ou na marra”, que encontrou em solo paraibano terreno fecundo, uma vez que a conjuntura paraibana, notadamente marcada pelo assassinato de camponeses, apresentava-se como um solo propício à disseminação de tais ideais.

O impacto e a revolta decorrente da morte de João Pedro geraram na população local uma comoção coletiva que por sua vez veio acompanhada de uma ação de solidariedade para com o movimento, impulsionando desta maneira, os camponeses que estavam indecisos a se posicionarem em aderir à organização, frustrando assim as pretensões dos latifundiários que acreditavam que após o assassinato de João Pedro Teixeira a Liga de Sapé iria dissipar-se (BENEVIDES, 1985). Na visão de Elizabeth, em consonância com o pensamento do autor, a morte do seu marido surtiu efeito contrário ao esperado pelo Grupo da Várzea, pois possibilitou a mobilização do trabalhador rural em torno da Liga, e consequentemente, no enfrentamento aos grandes proprietários de terra. Segundo ela:

Se o objetivo desse bárbaro crime foi acabar a luta dos camponeses pelos seus direitos, acabar com as Ligas Camponesas, o latifúndio se saiu muito mal. Foi depois da morte de João Pedro que a luta camponesa cresceu e se fortaleceu. Parece que o homem do campo, revoltado com tamanha injustiça e violência decidiu seguir o caminho do mártir. O número de associados da Liga de Sapé chegou a quase 20 mil, no início de 1964. Muitas outras Ligas

Camponesas em todo Estado foram fundadas e em outras grandes lideranças surgiram. O movimento camponês passou a enfrentar os proprietários sem medo e se tornou uma grande força na Paraíba (ROCHA, 2016, p. 121).

Deste modo, o ponto de partida para entendermos o que originou a radicalização da resistência no campo parte do princípio de que o assassinato de João Pedro Teixeira condicionou esse reposicionamento da Liga de Sapé e das demais Ligas espalhadas pela região. Diante desse contexto, se tornou notória a preocupação dos cidadãos paraibanos de ocorrer uma revolta generalizada – a ponto da imprensa local, por meio de uma matéria escrita pela jornalista Germana Vidal para o jornal *O Norte* no dia 04 de Abril de 1962, destacar o quanto esta tragédia poderia acentuar ainda mais as divergências entre esses dois grupos (camponeses e latifundiários), desencadeando um possível confronto aberto. Nas palavras de Vidal: “combater uma ideia por meios violentos, eliminando a vida dos seus líderes, nunca foi uma [forma] hábil de solucionar problemas. Contribui, ao contrário, para acirrar os ódios, exacerbar as paixões, incutindo nos espíritos o sentimento da honra que não admite recuos” (VIDAL, 1962 apud MUNIZ, 2010, p. 70).

Tais sentimentos descritos na reportagem retrataram muito bem aquilo que estava se passando naquele momento na área rural visto que os camponeses ainda abalados com os últimos acontecimentos, não haviam processado a perda do seu líder, e isso poderia gerar um motim com riscos de sair do controle dos dirigentes da Liga e por extensão estabelecer um desvio das convicções até então defendidas pelo movimento. Nesse sentido, os receios expressos nos meios de comunicação também eram compartilhados pelas lideranças da Liga Camponesa de Sapé, que enxergavam como uma imprudência a possível adoção de uma conduta mais drástica para a organização, uma forma de reivindicarem os seus direitos e suas perdas.

A velocidade e as circunstâncias em que tudo acontecia requeria cautela dos dirigentes principalmente para tentar acalmar os ânimos exacerbados dos trabalhadores agrícolas, cuja revolta era alimentada pelo desejo de justiça e também de vingança³⁶, ambos sentimentos que naquela situação se misturavam, diluídos na dor do luto, da impunidade, da injustiça contra o homem do campo, a ponto de não saber mais distinguir aonde começava um e terminava o outro. Elizabeth Teixeira, pessoa central na Liga de Sapé após a morte de João Pedro, quando ocupou o cargo de líder do movimento, expôs não apenas suas emoções mais íntimas, mas

³⁶ Para melhor compreendermos os sentimentos presentes nos movimentos de resistência, ver: ANSART, 2004; DOURLIN, 2004; KOUBI, 2004.

também as motivações que a massa campesina estava tendo naquele ambiente de violência e impunidade:

Presenciava toda aquela tragédia sem derramar uma lágrima. Era grande a revolta dentro de mim. Um ódio..., mas um ódio que exigia uma atitude, uma reação. A minha vontade era de chamar os companheiros, quinhentos mil... dois mil... que quisessem me acompanhar e com enxada, pá, foice e peixeira fôssemos invadir as fazendas, acabando com tudo: com o Agnaldo Veloso Borges e seus capangas, a moradia da fazenda, a cana. Botar fogo em tudo, mas tudo mesmo! Deixar a terra limpa. Eu sabia que bastaria uma palavra minha para os companheiros me seguirem e darem o troco que o latifúndio merecia. Bastava só uma brasa, bem pequena, para os companheiros de João Pedro Teixeira incendiarem tudo. Mas, Nego Fuba, Manoel Alexandrino, preocupados, vieram conversar comigo, para que eu desse uma força no sentido de evitar essa reação, porque não era esse o objetivo da Liga, e isso iria atrapalhar a luta. Olhei bem para eles e quase contei que os meus pensamentos combinavam muito bem com os pensamentos dos camponeses. [...] Mesmo depois de um certo tempo da morte de João Pedro, esse momento de loucura voltava, e só passava quando me lembrava de que iria arriscar os companheiros e de que as grandes lideranças estavam, a todo custo, segurando o campo, tentando impedir uma reação violenta. Eu deveria estar errada. Mesmo pensando assim, eu não conseguia impedir que essa ideia voltasse sempre. Cheguei até a fazer planos, não confiava nem no governo e nem na justiça, apesar das promessas (ROCHA, 2016, p. 109-110).

O fato de Elizabeth ter aceitado as orientações dadas pelos integrantes que compunham a diretoria da Liga Camponesa de Sapé a respeito de como o movimento deveria proceder a partir daquele momento, não impediu o comportamento agressivo que a organização foi incorporando ao longo do tempo, até porque a ação violenta dirigida contra o presidente da Liga (o assassinato de João Pedro) resultou em uma reação também violenta por parte dos seus companheiros – uma espécie de carta branca para que estes respondessem à violência dos latifundiários quase com o mesmo tom de agressividade com que eram atacados.

A manchete publicada pelo jornal *O Norte* deixa isso bem claro, quando nos informa, de acordo com Muniz (2010), sobre a preocupação que a autora da matéria evidencia sobre possíveis casos de excessos que poderiam ser cometidos pelos camponeses nas disputas com os grandes proprietários de terras. Segundo a reportagem de Vidal:

Quem matou João Pedro? Quem atentou contra a vida de Pedro Fazendeiro? Quem matará centenas e os milhares João Pedro que tomarão de agora em

diante? Os latifundiários? A polícia? Ou certos espíritos de porcos que desvirtuaram o verdadeiro sentido das Ligas Camponesas para acender na alma humilde da gente do campo, o estopim da revolta? Quantos terão pegados por aí afora, o “direito” de incendiar propriedades, de se apossar delas por bem ou por mal? Quantos terão ditos aos camponeses que o comunismo é o verdadeiro caminho? Quantas vezes ter-lhe-ão apontado os exemplos da China, de Cuba ou da Rússia? Esta feita à onda, não resta dúvida, conseguiu-se a agitação que se queria. Promoveu-se a ação. E agora recebe a reação o peito inocente de João Pedro e os peitos inocentes dos que lhe sucederão. Não era essa finalidade das Ligas, decerto. Mas, então por que atiraram um fósforo aceso, perto de tanta palha seca? (VIDAL, 1962 apud MUNIZ, 2010, p. 69).

Com um caráter alarmante, o texto jornalístico acabava aos poucos se cumprindo: os conflitos envolvendo camponeses e latifundiários se tornavam cada vez mais frequentes e acirrados. Isso sem falar da aproximação de Elizabeth com as ideias de Julião no que concerne à implementação de uma reforma agrária radical no país e, ao que tudo indica, as vias pacíficas não estavam surtindo os efeitos esperados, visto que esbarrava ora na burocratização, ora na má vontade dos parlamentares em aprovar tal projeto (muitos desses deputados eram grandes proprietários de terra ou filhos e netos de latifundiários). Para Elizabeth, “era exatamente essa a reforma agrária que os camponeses brasileiros estavam precisando e precisavam conquistá-la, de qualquer jeito. Até na marra. Aliás, estava certa de que os nossos caminhos teriam que ser os mesmos de Cuba” (ROCHA, 2016, p. 148), visto que era recente para aquele contexto o exemplo da ilha caribenha que havia implantado ali uma estrutura fundiária mais igualitária voltada para a redistribuição de terra de cunho social em decorrência do movimento revolucionário de 1959, que teria colocado fim ao monopólio do latifúndio.

Deste modo, a adoção de uma conduta mais ofensiva dava à Liga Camponesa de Sapé outro perfil, talvez justificada por uma autodefesa, cuja atuação já não tolerava mais recuos, agressões, perda de companheiros. Assim sendo, a luta pela “reforma agrária radical” foi vista como alternativa para solucionar, em parte, os problemas enfrentados pelo campesinato brasileiro. Fora isso, havia o emprego da violência por parte dos camponeses, seja como resposta às arbitrariedades sofridas, mas também como uma maneira de desconstruir a imagem do “sinhozinho onipotente” perante os seus subordinados (que eram pessoas simples, que olhavam com respeito e temor a figura ora de um “pai”, ora de um opressor). Na perspectiva de Paiva:

Para romper com o medo do proprietário era preciso romper com os padrões tradicionais de autoridade no campo, quebrar a imagem do proprietário que - pela violência ou pelo paternalismo ou ainda (e mais frequentemente) por uma combinação dos dois - a todos submete (PAIVA, 1983, p. 90-91).

Portanto, ao detectar a forte representação simbólica do patrão, as lideranças da Liga de Sapé tentaram quebrar no imaginário popular a imagem que foi culturalmente edificada em torno dos latifundiários, principalmente o medo que eles tinham de contestar a autoridade (muitas vezes abusiva) dos donos da terra. Assim sendo, a medida adotada para que houvesse tal ruptura foram ações que decorreram do enfrentamento desse poder opressivo mediante atos contestatórios quer por intervenções simples (como realizar abordagem no meio da estrada, tentar fazer acordos com os patrões para que eles reconsiderassem algumas decisões desfavoráveis ao seu morador ou seu funcionário, o que posicionava a organização na condição de mediador entre essas duas partes) ou a algo mais complexo (através de processos judiciais, realizações de mutirões para construção de casas ou lavouras que foram destruídas, assim como no levantamento de cercas que eram derrubadas pelos jagunços a mando dos latifundiários), que colocava em xeque tal autoridade. Conforme Elizabeth Teixeira:

Um jeito que encontramos de enfraquecer os proprietários, diante dos seus moradores e de outros camponeses, era cercar o fazendeiro na estrada, impedindo a passagem do seu carro até que ele gritasse:

- Viva as Ligas Camponesas!

Parece uma bobagem, mas era muito importante, porque rompia o sentido de poder, temor e respeito que os proprietários impunham aos seus moradores. Não era habitual colocarmos chocalhos. O chocalho surgiu depois do assassinato de João Pedro Teixeira (ROCHA, 2016, p. 157).

Romper com o medo que os camponeses sentiam dos ricos, dos latifundiários através dos enchocalhamentos e outras formas de violência, era uma tática de quebrar a prepotência e a figura invencível dos proprietários de terra. De acordo com Elizabeth:

As dificuldades eram grandes, mas estávamos acumulando vitórias. O que era muito importante. De vitória em vitória, o poder do sinhozinho, o todo poderoso estava caindo, mostrando o homem 'frouxo' que ele era. Com que espanto os camponeses viam os seus patrões trêmulos, diante do grupo de trabalhadores que os cercavam. É bem verdade que, assim que íamos embora, ele voltava a ser o 'senhor' de sempre. Aos olhos dos seus empregados, nunca mais seria o mesmo. Não adiantavam as ameaças, os gritos ordenando aos capangas que fossem avisar aos policiais, aos militares

e políticos mais chegados; o ‘atrevimento daqueles desordeiros, comunistas, subversivos’ (ROCHA, 2016, p. 81-82).

Por conseguinte, a dimensão corrosiva que tais procedimentos acarretaram na representação desses senhores de terra foi o suficiente para um desgaste (por meio desse processo) na sua imagem e consequentemente do medo que os rurícolas sentiam dos “temidos patrões”. Porém, os efeitos desses atos vão além disso, pois permitiu segundo Paiva (1983), uma reavaliação pelos camponeses da sua autoimagem, enxergando-se agora enquanto sujeitos da sua própria história, senhores de suas vontades, e desta maneira se reconhecendo na “qualidade de gente”, sem ser mais anulado pela prepotência dos senhores de terra. Ainda de acordo com o pensamento da autora:

A imagem do proprietário acuado, fugindo ou tendo que negociar, fazia-os acreditar em sua própria força, mostrava-o como um indivíduo igual aos demais, igual aos trabalhadores. E na negociação já não se tremia de medo nem se abaixava os olhos, porque a união e o rompimento da privacidade das fazendas dificultavam ao proprietário mandar dar uma "pisa" ou matar. Na contestação de atos concretos revela-se ainda incipiente contestação do autoritarismo tradicional do campo, o reconhecimento do trabalhador por ele mesmo como gente, a imposição deste reconhecimento ao patrão, a conquista do direito de agir de acordo com seus interesses e de se recusar a ordens absurdas, de exigir respeito por direitos mínimos (PAIVA, 1983, p. 88).

Porém, este método ofensivo de reivindicar pelos seus direitos e também como resposta às violências sofridas, acabou não sendo enxergado por todos os membros da Liga com bons olhos, havia muitos daqueles que reprovavam o novo comportamento. Tal insatisfação também era compartilhada pela população local que no período de João Pedro olhava com certa simpatia para o movimento a ponto de ficarem muito sensibilizados com a morte do líder camponês. Após o acontecido muitos até ingressaram na organização. No entanto, o povo foi identificando nas atitudes da Liga Camponesa de Sapé um distanciamento do modo de conduzir as divergências entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terra. Essa postura inflexível da Liga após o trágico episódio com João Pedro Teixeira e sob o comando de Elizabeth Teixeira foi lembrado pelos nossos entrevistados como um momento de transformação dentro da Liga, o que refletiu no rumo que ela teria tomado.

No depoimento de Dona Maria, moradora de Barra de Antas e uma de nossas entrevistadas, ao recordar sobre o tempo das Liga Camponesas na Paraíba, em especial a Liga

de Sapé, em que participou de algumas reuniões na condição de simpatizante e não como filiada à associação, nos relata sobre a atuação de João Pedro à frente do movimento, distinguindo o seu modo de proceder do da sua esposa. Segundo ela:

[No tempo de João Pedro Teixeira] Era mais calmo, ele era na calma, chamava o povo pra seguir a Liga Camponesa tudim, mas não era com violência. Era tudo na calma, na união, ele chamava pra conversar tudinho, e era tudo na união, num era assim com violência, só apareceu violência depois que mataram ele que ela ficou tomando conta. Aí dela era tudo na violência (Dona Maria, entrevista concedida à autora em: 28 jan. 2019) (*sic*).

Esse radicalismo presente na liderança da Liga Camponesa também foi enfatizado na fala do Senhor Antônio Epitácio, ex-sócio da Liga de Sapé e também residente da comunidade de Barra de Antas. É importante atentarmos para a questão de ele ser ex-participante, pois trata-se de uma visão de quem esteve de dentro, de quem acompanhou as reuniões, as campanhas, os procedimentos de resolução dos embates com os patrões, ou seja, é a interpretação de quem conheceu estreitamente João Pedro e sua família. Em suas recordações ele aponta o assassinato do presidente da Liga como o início da revolta campesina na Paraíba, ao mesmo tempo em que descreve quase como um inventário a imagem que ele tinha de João Pedro. Ele também deixa exteriorizar a postura mais enérgica do movimento estimulada pelas orientações de Elizabeth, como podemos verificar abaixo:

O que eu posso te dizer é isso, João Pedro Teixeira era um líder camponês, um homem especial, um homem que lutava pelos pobres, corria pelas usinas e nesses períodos dele pelas usinas ele era muito criticado pelos ricos, pelos fazendeiros, e por causa disso ninguém gostava dele, tá entendendo? Mas ele sempre lutou pelos pobres, sempre trabalhou a favor dos pobres, e isso chegou a um ponto que ele de tanto correr atrás, pra lá pra cá, chegou ao ponto que chegou até a morte dele. Só que depois que ele morreu, mataram, que ele não morreu, que mataram ele, aí as coisas foram modificando, houve muita revolta, as pessoas revoltado, a esposa dele Elizabeth Teixeira também é uma pessoa especial. Mas nesse ponto, ela começou, incentivando o povo né? Apareceu aquela incentivo de: “vamos fazer serviço tal, vamos serviço tal”, e naquilo as pessoas que saía junto, se fosse tudo bem, se fosse a favor bem, se num fosse muitas vezes eles mandavam buscar onde tivesse que seja homem, ou que seja garoto, ou que seja rapaz eles levava, se quisesse ir certo, e se não fosse eles diziam que naquele tempo ia na marra né? Levaram até pessoas com chocalho no pescoço, rebocado e eu nesse dia mesmo me levaram, eu tava jogando lá no canto, a gente gostava do baralhozinho e tava jogando, quando eles passaram, aí diziam logo: “vai ou não vai? Se num for vai na marra” (Senhor Antônio Epitácio, entrevista concedida à autora em: 23 jan. 2019) (*sic*).

Embora a narrativa do senhor Antônio Epitácio exponha atos de violência (por meio de ameaças e o uso do chocalho) como alternativa de pressionar as pessoas a participarem das campanhas que eram organizadas com viés social (seja para integrarem a um mutirão ou para engrossar o coro nas negociações com os proprietários de terra), o que nos chama mais atenção é o fato dele ser sócio da Liga, e mesmo assim “ser forçado” a comparecer às campanhas (que normalmente aconteciam aos domingos, em razão de tratar-se do dia de folga dos camponeses). Percebe-se então que o uso da violência, seja física ou moral, não era uma prática executada pelas Ligas apenas contra os funcionários bajuladores do patrão, e das pessoas simpatizantes dos latifundiários, mas sim de todos aqueles que de alguma forma não concordassem com os ideais defendidos ou com o modo como as coisas eram conduzidas pelo movimento. Todos estavam sujeitos a sofrer algum tipo de represália, inclusive os próprios membros da Liga (ora para servir de exemplo, ora para persuadi-los naquele curto espaço de tempo em que estariam nas reuniões e nas campanhas, quando os rurícolas tinham a oportunidade de escutar as suas propostas, de presenciar as ações da Liga em prol do homem do campo, quiçá a aderir a organização e, principalmente, para tentar manter a coesão do grupo).

Outro aspecto que observamos foi a preocupação do senhor Antônio Epitácio de preservar a imagem de Elizabeth, mesmo discordando de algumas das suas atitudes, ele nutria um respeito muito grande pela trajetória de vida e luta dela. Ele também reconhece que na época de João Pedro a postura de agir da Liga era mais pacífica (claro dentro de um limite, visto que estamos falando de um poder oligárquico com fortes traços de autoritarismo, mesmo que algumas vezes viessem disfarçados de paternalismo). Além do mais, não podemos esquecer a intensificação da violência após a morte de João Pedro, o que instigava assim uma reação mais drástica por parte do movimento contra o grande proprietário de terra, e daquelas pessoas que na altura dos últimos acontecimentos ainda se mantinham neutros nessa disputa envolvendo a Liga e os latifundiários, ou indiferentes à causa defendida pela organização. Segundo o Senhor Antônio Epitácio:

Eu creio que foi revolta por causa que mataram ele. Porque o pessoal gostava dele, num era só os camponeses não, quer dizer, os trabalhadores. Os que tinha raiva dele era os usineiro, essas pessoas que eles iam lá, vamos dizer, eu tenho um filho meu, dois filhos meu, trabalhando na usina, aí lá eles se sente prejudicado por qualquer coisa dentro da usina, eles lá falavam com ele, que ele ia bater lá falar com o usineiro o porque que tava acontecendo isso com filho de fulano ou com fulano, e o porque que vocês

tão maltratando ele, que isso não pode acontecer. Aí aquelas pessoas gostavam dele de coração por causa disso, porque ele era um líder, mas ele ia conversar, ele num prejudicava as pessoas pobre. Ele ia diretamente ao chefe, ao patrão pra que isso não acontecesse, levava na conversa, se a conversa fosse pesada aí podia ter uma discussão, podia ter uma coisa. Mas quando ele ia, ele ia só, ele num ia chamar eu, nem meu filho não, ele ia só. Só bastava dizer pra ele: “Seu João, tá acontecendo isso e isso, e o fazendeiro tal”, ele ia lá conversar com esse fazendeiro: “tá acontecendo isso com fulano, isso não pode acontecer e tal”, então era essas coisa que ele tinha aquele apoio de todo mundo. Eu creio que ter crescido mais foi depois do assassinato dele que as pessoas ficaram revoltadas (Senhor Antônio Epitácio, entrevista concedida à autora em: 23 jan. 2019) (*sic*).

De acordo com o depoimento do Senhor Antônio Epitácio, quando tinha algo para ser intermediado com os latifundiários, João Pedro normalmente ia sozinho conversar com o dono da fazenda ou então com o administrador acerca das arbitrariedades que estavam sendo praticadas contra o morador, o foreiro, enfim, contra os camponeses, independente da sua categoria. Só depois do desfecho não favorável do caso era que João Pedro, segundo a literatura que analisamos e também pela fala do Senhor Antônio Epitácio, procurava reunir alguns camponeses formando um grupo para remediar os danos causados pelo latifundiário (como reconstrução de casas, de lavouras, indenizações pelo tempo trabalhado, etc). Ainda em conformidade com as narrativas dele, menciona o carinho e respeito que o povo nutria por João Pedro, principalmente em decorrência do seu comportamento na condução dos impasses com os patrões. Em seguida, destaca o método de Elizabeth de resolver os problemas. Como fica enfatizado na sua narrativa:

Do jeito de João Pedro. Era mais pacífico, era uma coisa mais tranquila, num existia nada de bagunça. Porque ele só trabalhava sempre assim, sabe? Eu digo bagunça, num tô que ninguém foi bagunceiro pra depois dizer assim: “Antônio tá falando de fulano, fulano, fulano”, as coisas que eu vi foi depois que ele foi morto e veio a revolta, aí piorou. Antes era melhor porque ele lutava pelos pobres, mas ele só, num andava com turma. E depois que ele morreu que ela passou a tomar a liderança, aí tinha aquela turma pra obrigar as pessoas que não queriam ir, pra ir. São essas coisas que eu posso lhe dizer (Senhor Antônio Epitácio, entrevista concedida à autora em: 23 jan. 2019) (*sic*).

O que podemos inferir do fragmento acima é que, ao contrário de João Pedro, a liderança de Elizabeth foi marcada por uma postura mais firme no sentido de bater de frente com os fazendeiros, não admitindo mais recuo diante de suas afrontas. Sendo assim, quando havia a necessidade de um confronto com o proprietário de terra, os dirigentes da Liga de

Sapé (incluindo aqui Elizabeth) pediam que os membros da associação fossem convocados para participarem. Porém, no percurso da viagem até chegar ao destino da concentração (ou seja, na fazenda), cujo trajeto era longo e na maioria da vezes realizado a pé, chegando algumas a serem realizadas em caminhões (quando tratava-se de solucionar os problemas de locais mais distantes ou cidades vizinhas), ao longo do percurso o grupo (ou a turma) ia “convidando” as pessoas que encontravam no meio da estrada para comporem a multidão que estava se formando ao longo da caminhada.

Porém, a recusa das pessoas em aderir “as campanhas” soava para a Liga como uma omissão, mais do que isso, uma depreciação de todo o esforço, perigo e perdas que eles estavam vivenciando em prol da liberdade do trabalhador rural (de ter acesso a um pedaço de terra pra plantar, direitos trabalhistas respeitados, melhores condições de vida). Deste modo, quando encontravam um camponês que se negava a segui-los, os participantes da Liga acabavam forçando (através de ameaças, violência física e moral) a sua incorporação “às campanhas”, assunto que iremos analisar de forma mais abrangente no segundo subitem desse capítulo. Por ora, o que interessa é saber como a visão do senhor Antônio Eptácio a respeito da Liga, seja durante o gerenciamento de João Pedro e posteriormente o de Elizabeth Teixeira, está em consonância com as recordações de outro ex-sócio da Liga Camponesa de Sapé, o Senhor Totó Braz, residente de Anta do Sono. Conforme suas lembranças, ele descreve como se dava a atuação dessas duas lideranças em temporalidades distintas:

Ela [Elizabeth Teixeira] andava com aquele pessoalção todo, lá vai, lá vem, mas João Pedro era mais querido do que Elizabeth. Mas ela também lutava sobre isso, só que num era aquele cordão de João Pedro Teixeira. João Pedro Teixeira era mais respeitado, respeitava mais, e Elizabeth falava muito, mas a mesma luta. Era porque ela falava muito, e ela às vezes incitava do povo invadir, quebrar e coisa. E João Pedro num incentivava ninguém pra isso (Senhor Totó Braz, entrevista concedida à autora em: 15 out. 2018) (*sic*).

Embora o Senhor Totó Braz tenha deixado transparecer no seu depoimento um posicionamento mais favorável a João Pedro Teixeira, ele teve o cuidado em pontuar que a luta desempenhada por Elizabeth era a mesma do seu marido, isto é, a favor dos mais pobres, o que não o inibiu de apontar os erros que foram cometidos pela Liga Camponesa durante a administração dela. O fato de ele ter sido sócio da associação nos mostra o quanto o interior do movimento estava fragilizado, desarmônico com o novo perfil adotado, afinal, tanto o Senhor Totó como o Senhor Antônio Eptácio foram filiados à organização e ambos relataram

nas suas entrevistas este descontentamento, apesar de reconhecerem a relevância do movimento. O que nos leva a acreditar tratar-se de uma “visão compartilhada”³⁷ por uma parcela expressiva de camponeses (ex-sócios). Ainda que essa interpretação venha a princípio soar como uma contradição pelo fato da Liga Camponesa de Sapé ter se tornado no comando de Elizabeth a maior Liga Camponesa do Brasil (como já foi dito anteriormente), mostrando assim seu grande potencial e poder de influência, esse fato não anula o outro, se levarmos em consideração que muitos membros da Liga que permaneceram, assim como os novos camponeses que a integraram, o fizeram por várias razões, dentre elas o medo de represálias.

Vale lembrar que o crescimento numérico dos associados foi decorrente de dois fatores: o primeiro a comoção do assassinato de João Pedro Teixeira, gerando uma revolta e adesão ao movimento, argumentos esses utilizados por ex-dirigentes, como foi o caso de Elizabeth, para justificar tal crescimento, bem como presentes na fala do nosso depoente, o Senhor Antônio Epitácio. O segundo seria “a pressão” utilizada para convencer as pessoas a integrarem o movimento, embora esse último argumento não apareça nas referências literárias que usamos, como sendo o motivo dessa expansão. Mas como esse assunto poderia aparecer nas bibliografias se (relativo ao uso da violência para o convencimento dessas pessoas indecisas) foi por muito tempo silenciado na história da Liga Camponesa de Sapé, surgindo só recentemente, salvo algumas exceções?

No que diz respeito à forma de recrutamento dos camponeses e qual seu propósito, a narrativa do Senhor Totó Braz é bem enfática:

Elizabeth agia mais, como eu num era chegado bem a ela, mas ela agia com mais agressões, mais coisa, fazia aquele cordão de gente, ia praquelas fazenda e eu num ia, mas sabia que pra lá tirar os morador dum canto e butava noto. Era aquilo né, eu num ia, mais quem ia me dizia que até as vezes eu me escondia, com medo deles me pegar e me levar a força praquela canto. Era [Elizabeth], e no tempo de João Pedro não (Senhor Totó Braz, entrevista concedida à autora em: 15 out. 2018) (sic).

³⁷ Existe algumas obras que trabalham com a temática da Liga Camponesa de Sapé e de outras Ligas espalhadas pela Paraíba, como foi o caso das obras *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar* (2006), livro organizado pela freira Antônia Maria Van Ham (irmã Tonny) com a participação de outros colaboradores, *João Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores*, de autoria da Consulta Popular, *Pedagogia e luta social no campo paraibano*, escrita por Vanilda Paiva (1983). Cada uma delas trouxe na sua abordagem uma discussão com fontes orais, expondo relatos de alguns ex-sócios da Liga de Sapé, e de camponeses que não participaram, mas que foram testemunhas do modo de agir do movimento, apresentando não só entrevistas que exaltam a luta das Ligas Camponesas para trazer benefícios para o trabalhador rural, como também depoimentos que embora reconheça os esforços da associação, estavam insatisfeitos com a postura agressiva da Liga.

A partir da fala do Senhor Totó Braz percebemos que o intuito do movimento camponês ao se utilizar da prática da violência (física e moral) como subterfúgio de convencimento das pessoas à adesão, foi também uma forma de concentrar mais força nas realizações dos mutirões para executar as benfeitorias, como ficou explícito no depoimento do Senhor Totó, quando citou o episódio em que a Liga tinha se organizado para retirar um camponês morador de uma fazenda e alojá-lo em outro local. O intrigante foi o fato dele não ter participado desse ato mesmo sendo membro da Liga, deixando expresso em seu discurso o medo que sentia de ser obrigado a participar desse evento, ao ponto de se esconder para não ser levado à força.

As palavras de Elizabeth na citação abaixo, no que se refere às “campanhas”, corroboram com o que foi dito na entrevista do Senhor Antônio Eptácio acerca da postura dela, de reunir uma “turma” de camponeses como estratégia para pressionar o proprietário de terra a ceder nas negociações, diferente de João Pedro que só usava desse recurso em último caso. De acordo com Elizabeth:

A luta foi acontecendo de fazenda em fazenda, conforme a organização dos camponeses. Agimos sempre da mesma forma à medida que o grupo de camponeses dirigia-se à propriedade, outros camponeses iam engrossando o grupo e no lugar combinado juntavam-se aos que viviam na propriedade. Juntos iam para a sede da fazenda. Aí, aquele mundo de camponeses gritava: - Não aceitamos mais dar os dias de condição (trabalho), vamos pagar o foro com dinheiro! Não aceitamos mais ser pagos com ‘vale barracão’, queremos nosso salário em dinheiro! Depois, um grupo era escolhido para representar os companheiros e ir conversar com o proprietário. Conversavam de igual para igual. É sempre importante lembrar que a nossa força estava ligada ao número de camponeses mobilizados. Na caminhada, o grupo ia crescendo. O número de camponeses que participavam da ‘visita’ era sempre muito superior ao que havíamos solicitado (ROCHA, 2016, p. 80-81).

Apesar de ser ressaltado por Elizabeth que o número de pessoas que participavam dessas campanhas era bem maior do que o que ela tinha requisitado, esse aumento foi decorrente da introdução de camponeses que iam sendo incorporados ao longo do percurso. Ela não especifica o que levava essas pessoas (que não faziam parte da Liga) a deixar tudo o que estavam fazendo naquele instante para compor uma multidão (quase uma espécie de passeata), caminhando estrada a fora até chegar no seu destino para ir “trabalhar voluntariamente”, ou ver os dirigentes da associação negociando com os patrões e discursando para o povo. Deste modo, mesmo não discorrendo sobre o assunto, alguns pontos

que foram levantados por ela assemelham-se com as falas dos nossos depoentes, exceto no que diz respeito ao método de convencimento (que ela não mencionou).

Por conseguinte, esse radicalismo adotado pela Liga Camponesa de Sapé não foi um fator que se restringiu apenas a esse movimento, pois é sabido que havia também a presença do uso do chocalho, espancamento, ameaças e mortes nas outras Ligas Camponesas na Paraíba (PESSOA, 2015). Provavelmente deve ter ocorrido uma grande influência da Liga de Sapé por se tratar da maior do estado, com 12 mil associados³⁸, seguida da Liga de Mamanguape, com 10 mil (MORAIS, 2012). Posto isto, a associação camponesa de Sapé, possivelmente pode ter inspirado as outras organizações a empregarem essa postura mais enérgica na luta pelos seus direitos, inclusive pelo fato de muitos dos dirigentes da Liga de Sapé terem participado de comícios, passeatas, feiras, enfim, manifestações populares, discursando sempre com o intuito de “conscientizar” e mobilizar as massas camponesas para engajar-se nesse radicalismo (AUED, 1986). De acordo com Aued, “[o termo] radical possuía significado idêntico que o revolucionário” (AUED, 1986, p. 65). Desta forma, os contatos que tais lideranças tiveram com as outras Ligas acabaram possibilitando a interferência na maneira de operar dessas organizações.

Vale frisar que este radicalismo também veio acompanhado do lema “reforma agrária na lei ou na marra”, influenciando assim não apenas a sua atuação, como também a perspectiva das reivindicações (que não mais se limita às questões de caráter assistencialista e às contestações sobre as arbitrariedades trabalhistas as quais o homem do campo estavam sujeito), acrescentando à sua pauta a reforma agrária por via mais radicais. A inclinação da Liga Camponesa de Sapé a essa “nova” diretriz foi explicitada por Elizabeth da seguinte forma:

O nosso maior objetivo era conquistar a reforma agrária radical, custasse o que custasse e levasse o tempo que levasse. É preciso repartir a terra, para os que nela trabalham. É muita injustiça a terra ficar concentrada nas mãos de poucos que geralmente, nunca sujaram as mãos nessa terra. Apesar disso, são os que fazem e acontecem com os que nela trabalham. A imensidão dos trabalhadores rurais ou tem pouca terra para plantar ou pior ainda, não tem nem um pedacinho de terra (ROCHA, 2016, p. 139).

³⁸ Constatarmos a partir da literatura que aborda a temática sobre as Ligas Camponesas no Brasil, que existe divergências no que dizem respeito ao número exato de associados que estiveram presentes na Liga Camponesa de Sapé.

A ideologia de uma reforma agrária radical, o acirramento dos conflitos entre camponeses e latifundiários, principalmente porque este último teria intensificado o uso da violência direcionada contra os camponeses, fizeram com que a Liga Camponesa de Sapé não só não recuasse como também respondesse às agressões sofridas, respaldada pelo direito de reagir em legítima defesa, o que proporcionou um ambiente bastante tenso e perigoso no campo paraibano. Até porque acenar naquele momento com a bandeira de uma “reforma agrária radical” era alimentar os anseios de muitos daqueles camponeses que sempre sonharam em ter um pedaço de chão para chamar de seu. Muito embora isso não signifique que todos os rurícolas que faziam parte da Liga de Sapé tinham tal objetivo, como nos mostra Rangel (2000), ao referir-se à experiência dos camponeses da Paraíba, em que muitos integravam o movimento camponês com a esperança de continuarem a ter acesso às terras cedidas pelos latifundiários, cuja permanência já era motivo de celebração, ainda que os seus “direitos” fossem gradativamente restringidos.

Os confrontos cada vez mais frequentes entre esses dois grupos estavam tomando uma proporção cada vez mais alarmante, em que tanto o povo quanto a imprensa estavam amedrontados ciente da gravidade da situação em que o campo se encontrava. Se de um lado havia a notícia de casos de homicídios de camponeses, expulsão de moradores, espancamento de trabalhador rural, casas queimadas, lavouras destruídas, e etc., da outra parte, como resposta, havia propriedades sendo invadidas pelas Ligas para pressionar os proprietários a fazerem concessões, administradores da fazenda sendo enchocalhados, greves sendo realizadas nas usinas pelos camponeses, para que houvesse um aumento nos seus rendimentos, processos judiciais abertos colocando em xeque a autoridade dos donos de terras que se viam agora obrigados a terem que indenizar os moradores pelas benfeitorias, pela permanência dos mesmos nas terras, enquanto a justiça não desse o parecer final. O somatório de tudo isso teria transformado as áreas rurais em uma arena de combate para estes dois polos antagônicos.

Em meio a esse caos foi lançada ainda em 1962 a candidatura de Elizabeth Teixeira e a de Assis Lemos à vaga de deputado estadual, ambos apoiados pelas Ligas Camponesas do estado. O ano de 1962 é um ano emblemático, destacado por Elizabeth na sua biografia *Elizabeth Teixeira: mulher da terra*, como um ano que a marcou com ferro em brasa em virtude do assassinato do marido, do atentado que quase tirou a vida de seu filho Paulo Pedro, do suicídio da sua filha Marluce, mas também acrescentou ter sido o ano que ela assumiu a liderança da Liga de Sapé após a morte de João Pedro, atendendo assim ao pedido feito

pessoalmente pelo então presidente do Brasil, João Goulart, e por fim, se candidatou às eleições, por muita insistência segundo Elizabeth, do advogado e deputado Francisco Julião (do qual ela criou um forte vínculo de amizade) e de alguns dirigentes do movimento. Entendermos essas duas candidaturas para o mesmo cargo, significa identificarmos a ponta desse *iceberg* no que se refere às divergências internas do movimento, visto que elas foram um reflexo das dificuldades de se encontrar um consenso entre eles, tanto em relação à candidatura, quanto ao rumo que a Liga estava trilhando, sobre a postura aguerrida empregada até mesmo no que diz respeito aos discursos que eram proferidos.

O posicionamento forte de Elizabeth Teixeira em reivindicar os direitos trabalhistas do homem do campo e uma reforma agrária radical que segundo ela “custasse o que custasse e levasse o tempo que levasse” (ROCHA, 2016, p. 139), deveria ser defendida. Somado a isso, havia “as palavras duras” pronunciadas nos atos públicos (campanhas, reuniões e comícios) clamando por justiça para que o crime contra o seu marido não viesse a cair no esquecimento e que os verdadeiros culpados, se referindo ao Grupo da Várzea, fossem punidos. Todos esses elementos citados acabaram moldando o perfil da Liga Camponesa de Sapé sobre o comando de Elizabeth e dos outros companheiros dirigentes.

Para Francisco Julião (1982), o tom agressivo dos discursos, acrescido das discordâncias dentro da Liga, foi o que teria provocado o insucesso na candidatura da presidenta da Liga de Sapé. Pois segundo ele:

O movimento se dividiu bastante, porque os próprios companheiros que conduziam a campanha de Elisabete eram muito sectários, tinham uma linguagem muito violenta. Quando falavam nas concentrações, usavam uma linguagem tão violenta que perdiam votos. Quem queria votar não podia, porque era o camponês analfabeto. Eu explicava, para que falassem uma linguagem um pouco mais flexível, mais aberta, para ganhar o voto dessa gente. Eu dizia: "Estamos em campanha e não em uma guerra. Vocês falam como se estivessem em uma guerra. As palavras de vocês são palavras de quem está comandando um processo violento. Nós estamos em uma campanha eleitoral onde existem e leitores que estão mais ou menos preocupados com a posição dos candidatos. Esses eleitores, evidentemente, não querem uma guerra; querem é votar, nas urnas, em candidatos que defendam os seus interesses" (JULIÃO, 1982, p. 107-108).

É pertinente destacarmos que a avaliação de Julião (em tom de crítica) sobre a Liga de Sapé e das atitudes de Elizabeth acerca desse “radicalismo desmedido”, vem de certa maneira contrariar os discursos historiográficos do campesinato paraibano em torno da sua pessoa, não

no sentido de apontá-lo como sendo o grande influenciador para que o movimento camponês dessa cidade engajassem na luta pela “reforma agrária radical”, adotando assim um modo mais firme de atuação, mas sim, o apresentando como um dos maiores responsáveis por pregar uma revolta aguerrida no campo, “que na lei ou na marra” a reforma agrária saísse do papel. Porém, a sua narrativa recomendando mais cautela, que os companheiros da diretoria da associação camponesa fossem mais moderados nas palavras, especialmente Elizabeth, com o intuito de conquistar a simpatia do público, vem de algum modo, refutar a imagem de um “militante extremista”.

Nessa entrevista para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (1982), Francisco Julião faz uma autocrítica quando questionado por Aspásia Camargo a respeito das Ligas Camponesas e das reivindicações em prol de uma radicalização na luta por uma reforma agrária no país. No depoimento Julião admite que tanto ele quanto os seus companheiros de luta se deixaram fascinar pelo exemplo da Revolução Cubana, cujo movimento tinha dado muito certo, querendo assim “implantar Cuba na América Latina”, no caso dele para o Brasil, o que acabou prejudicando de alguma forma o movimento do campesinato brasileiro, pois muita gente, segundo ele, acreditava ser possível um “transplante” colocando no seu país aquilo que estava funcionando em Cuba, sem levar em consideração a realidade ou a particularidade de suas nações. Daí a razão disso não ter funcionado.

Na Paraíba, o seu contato com a Liga Camponesa de Sapé e a aproximação com Elizabeth Teixeira fez ele perceber que tal “radicalismo” do movimento³⁹ foi consequência da postura intransigente dos companheiros que orientavam as campanhas, usando-se de uma linguagem muito violenta. Juntando a isso, ele enfatiza o despreparo político da nova líder, o machismo da época e um outro elemento, que particularmente acredito ter sido uma

³⁹ Com relação a esse radicalismo no campo promovido pelos seus companheiros das Ligas Camponesas, Julião declara: “imediatamente, tratei de pôr uma pessoa em contato com o Clodomir para lhe dizer: ‘você estão cometendo uma série de erros gravíssimos, que podem comprometer o movimento’. Afinal de contas, consegui tirar toda essa gente dos dispositivos e liquidar com tudo isso. Mas eles vinham muito acelerados, e era preciso metê-los em um grande movimento de massas, para ver se desaceleravam um pouco. Por isso e que os meti na campanha de Pernambuco e da Paraíba e tive que aguentar o radicalismo da sua linguagem, para tratar de amenizar e de contemporizar. Isso influiu muito para a diminuição dos meus votos e para aumentar o ataque que era feito contra mim e, na Paraíba contra a Elizabeth. Foram comandar a campanha de Elisabete, na Paraíba, elementos que estavam saindo desses dispositivos, e, por conseguinte, levando um cheiro de pólvora para a campanha. Esses fatores todos influíram muito e também serviram para golpear a liga. Ainda havia a ideia de que pensávamos na possibilidade de uma violência armada com os camponeses. Em verdade, nunca pensei nisso; sempre fui contrário a essa possibilidade, porque eu partia da ideia de que era preciso mobilizar, conscientizar, organizar os camponeses de todo o país. Eu chegava mesmo a admitir a hipótese de formular uma espécie de partido do salário mínimo. Eu considerava que isso já seria uma revolução para os camponeses, em um latifúndio tradicional que não podia pagar salário mínimo” (JULIÃO, 1982, p. 113).

percepção bastante humanizada da parte dele, que se trata de ter enxergado Elizabeth⁴⁰ para além da sua armadura, interpretando sua conduta “radical” como a autodefesa de uma mulher ferida. Como podemos observar na sua fala:

No entanto, Elizabeth foi derrotada por Assis, por essa coisa toda. Se ela fosse uma pessoa com certa experiência política ou se fosse o marido dela, se fosse o João Pedro Teixeira, creio que poderia ganhar essas eleições, mesmo com toda essa coisa que o Assis fez. Mas, em Sapé, ele podia ter tido uma votação extraordinária. Há também aquele negócio do machismo do Nordeste, votar em uma mulher... Todas essas coisas contribuíram. *E ela era uma oradora que, quando falava, radicalizava mais do que os próprios companheiros. Usava uma linguagem feroz. Ela estava profundamente ferida, saindo de uma situação terrível com a morte do marido. Então tinha uma linguagem muito dura* (JULIÃO, 1982, p. 111, grifos nossos).

A partir da citação identificamos duas questões que nos servem como indicadores para compreendermos simultaneamente a conduta de Elizabeth Teixeira à frente do movimento. O primeiro quesito diz respeito às pessoas ou aos companheiros que estavam em sua volta (na função de aconselhar, apoiar, de dar assistência), incluímos aqui também os membros da diretoria – todos eles andavam com Elizabeth, nos atos públicos, nas campanhas, tudo o que eles viessem a fazer de bom ou de ruim de alguma forma estaria associado à imagem dela.

É importante atentarmos para isso porque de acordo com as ressalvas feitas por Julião ao longo de sua entrevista à Fundação Getúlio Vargas, ele menciona a existência de pessoas com postura sectária no movimento de Sapé, bem como companheiros que já tinham participado de dispositivos de guerrilhas. Naquele momento, diz, “foram comandar a campanha de Elizabeth, na Paraíba, elementos que estavam saindo desses dispositivos, e, por conseguinte, levando um cheiro de pólvora para a campanha. Esses fatores todos influíram muito e também serviram para golpear a liga” (JULIÃO, 1982, p. 113). Portanto, as interferências de alguns companheiros de luta no interior da Liga de Sapé acabaram dando uma postura mais violenta à organização, inflamando ainda mais por meio dos seus discursos a revolta preexistente entre os camponeses sapeenses.

⁴⁰ Vale frisar que apesar dos motivos pessoais que contribuíram para essa conduta um tanto “radical” de Elizabeth Teixeira, não devemos ignorar que ela também era fruto de uma conjuntura em que houve uma intensificação da violência por parte dos latifundiários, uma passividade pelo governador da Paraíba, Pedro Gondim, bem como do presidente do Brasil, João Goulart (que tinha pedido segundo disse, que ela assumisse a liderança da Liga de Sapé após a morte do marido), mas que até aquele momento não tinha feito nada para concretizar a reforma agrária no país.

Outro ponto a ser considerado diz respeito à importância de apreendermos “a pessoa em si” de Elizabeth Teixeira, para além do título de líder e de toda representação simbólica agregada à sua personalidade forte, e assim compreendermos suas ações dentro do contexto de um ser humano extremamente machucado. Os acontecimentos de 1962: assassinato do marido, atentado a um filho e suicídio de uma filha marcaram profundamente sua história de vida e consequentemente sua história de luta. Diante de tantas perdas e o curto espaço de tempo para vivenciar o luto, foi suplantado pela necessidade de ir à luta, uma luta que mesclava os sentimentos de perda de uma filha e da mulher que tem seu grande amor e companheiro de batalha covardemente assassinado (cabe pontuar que por amor a João Pedro, Elizabeth rompeu com sua família, abdicou de uma vida confortável financeiramente, visto que o seu pai tinha posses, enfrentou as críticas e preconceitos das pessoas pelo fato do seu cônjuge ser pobre, negro e analfabeto) de modo que tudo que foi construído até então foi desmoronando diante de seus olhos sem que os responsáveis fossem punidos.

Somado a tudo isso, havia nos seus ombros o peso da responsabilidade de ter “herdado” após a morte de João Pedro a liderança da Liga Camponesa de Sapé, um episódio trágico que transformou a sua vida por completo, colocando diante da mulher pacata, cujas “tarefas” eram cuidar da casa, dos filhos e de vez em quando do roçado, a liderança de um movimento de grande proporção e outras obrigações que ocupariam muito o seu tempo. Conforme podemos evidenciar na sua fala:

A prática do dia a dia era tão intensa que nem me dava tempo para ficar lamentando. Isso não quer dizer que eu não sofria a dor de ver meu marido assassinado, meu filho ter levado um tiro e minha filha ter-se suicidado. Eu sabia que não era a minha família a única família vítima da violência dos latifundiários. Mas a cada golpe, ia ficando mais forte, à medida que reagia. Estava certa de que a minha resposta contra toda essa violência era a minha luta, a nossa luta para exigir os nossos direitos (ROCHA, 2016, p. 139).

Talvez a impossibilidade de viver seu luto, diante do desafio e a forma abrupta com que assumiu a chefia do movimento, sem nenhuma preparação prévia, conforme foi destacado na narrativa de Julião (1982) e nos estudos de Bernardete Aued (1986), isso sem falar das atitudes violentas de alguns companheiros nas campanhas, nas reuniões da Liga, acabaram refletindo na administração de Elizabeth Teixeira à frente da Liga de Sapé. Porém, não devemos cometer o erro de confundir essa fragilidade de Elizabeth em decorrência das perdas e dos compromissos assumidos de forma inesperada com fraqueza, pois não é visto que ela

teve muita coragem e força para dar continuidade à luta da Liga Camponesa de Sapé, cujos perigos eram iminentes. E embora em alguns momentos ela possa ter sido influenciada por algumas pessoas, no final das contas, não se permitiu ser manipulada, como bem enfatizou o jornalista Antônio Callado (1964), ao citar que o pulso forte de Elizabeth teria frustrado as pretensões daqueles que achavam que poderiam controlá-la.

Convenhamos que diante de tantas perdas, muitos foram os (res)sentimentos interiorizados por Elizabeth Teixeira (dor, raiva, justiça, amor), potencializando uma mescla de emoções que a transformaria em uma outra mulher, como a própria expõe: “realmente, a revolta, o ódio, foi me transformando numa outra mulher. Esses sentimentos mudam muito as pessoas. Mas, eu não deixei morrer dentro de mim, o amor – era o amor que me empurrava para a luta e para cuidar dos meus filhos” (ROCHA, 2016, p. 125), o que logicamente refletiu na sua atuação e nos discursos proferidos pela mesma a partir de então, como é perceptível no fragmento que segue:

Mesmo não vencendo as eleições, eu considerei importante essa luta. Nunca fizemos tantos discursos, era subir em outro palanque e fazer outro discurso. Era muito importante essa conversa com os companheiros. Fomos abrindo brechas em áreas desprovidas de qualquer trabalho de conscientização. Acho que conseguimos despertar muitos companheiros para a luta. *Fui meio radical nesses discursos, apontava os criminosos e, muitas vezes dizia que queria ver tal e tal proprietário, tal e tal policial e tal e tal soldadinho, e tal e tal administradores e tal e tal... pendurado no poste. Dava os nomes de todos os criminosos que mataram nossos companheiros de luta e exigia justiça. Denunciava a exploração, a fome etc...* (ROCHA, 2016, p. 141, grifos nossos).

Esses discursos bastante fervorosos que eram proferidos por Elizabeth nesses atos públicos, incitavam ainda mais a revolta do povo, ao mesmo tempo em que algumas pessoas que faziam parte do movimento se sentiam amedrontadas com tudo aquilo. Afinal, essa conduta mais agressiva de reivindicações desviava-se do que até então tinha sido pregado por João Pedro Teixeira, por isso que nas recordações do Senhor Biu Daniel, morador da comunidade de Areia Branca, município de Sobrado, ele conta a partir da sua experiência enquanto ex-sócio da organização campesina o modo violento com que a Liga passou a agir, uma espécie de vingança pelo que aconteceu a João Pedro. Porém, ele vai mais além na sua fala quando atribui às pessoas que acompanhavam Elizabeth como sendo as responsáveis dessa “desordem” no campo, como podemos observar em sua narrativa:

A sede era ali na frente da prefeitura hoje, a sede de João Pedro, era um povoado quando fazia a reunião igualmente do sindicato rural hoje, que enche de gente e coisa e tal. Ele nunca fez baderna com ninguém, só pegou essa baderna depois que mataram ele em vingança da viúva querer fazer, mas num era ela também que fazia, já era o povo. Hoje mesmo tem esses governadores, o povo num é quem fica batendo? (Senhor Biu Daniel, entrevista concedida à autora em: 17 out. 2018) (*sic*).

O Senhor Biu Daniel chega a descrever com riqueza detalhes de como acontecia as práticas de violências dirigidas pelas Liga de Sapé contra a população. No seu depoimento ele manifesta total discordância em tais atitudes (tanto no uso do enchocalhamento quanto nas invasões nas propriedades). Segundo ele:

Foi um destroço, no caso foi um destroço. Porque, se era pra dar uma certa liberdade ao povo, mas o povo tava ficando amedrontado com a violência que essas pessoa que tá aí fazia. Não ela que fazia, quem fazia era o povo que vivia com ela, o povo. A própria Elizabeth, o povo dela era quem fazia num era ela quem fazia. Era o povo que vivia com ela que fazia as estripulia no mundo, chocalhava o povo, ficava correndo atrás, pegando a força pra ir fazer as coisas na propriedade alheia, isso aí a gente não podia compartilhar com isso. No meu ponto de vista eu acho que era errado, que ela sabia ou num sabia a gente também não sabe, só que o povo é quem fazia. Que nem dessa vez que apareceu mais ou menos uns trezentos homem e o povo tava avisado. Próprio teu tio Pedro que a gente gostava de caçar, só vivia no mato escondido (Senhor Biu Daniel, entrevista concedida à autora em: 17 out. 2018) (*sic*).

É importante atentarmos para um aspecto presente na fala do Senhor Biu Daniel no que se refere ao comportamento do pessoal que andava com Elizabeth. Contudo, não podemos perder de vista que se trata de um aglomerado de gente que contava com quase 300 pessoas, conforme os relatos do nosso depoente, em que muitos desses camponeses participavam do movimento porque eram filiados, compartilhavam dos seus ideais (embora tivessem entre eles aqueles que não gostavam mais do modo de atuação) enquanto outros só o faziam porque eram forçados a participar. A partir disso podemos supor o quanto era complicado para os dirigentes organizar a multidão e a dificuldade de controlar essas pessoas, principalmente a forma com que eles saíam pegando as pessoas que encontravam no caminho. Imagine como se dava atuação daquele camponês que já ia contrariado ou daqueles infiltrados diante das outras pessoas? Se algo acontecesse de ruim nas “campanhas”, e até mesmo quando ocorreu o golpe civil-militar e se implantou a ditadura no país, quem poderia ter sido os primeiros

traidores que iriam delatar os “companheiros”? Ou quem sabe, entregar “suas cabeças” para os patrões no sentido de revelar seus nomes?

4.2. Enchocalhar para acordar: conscientizar a classe camponesa por meio da força

Voltando ao universo de nossos entrevistados, tomaremos aqui as lembranças do Senhor Antônio Epitácio no tocante a um caso que aconteceu na comunidade de Anta do Sono, envolvendo os membros da Liga Camponesa de Sapé, do qual ele também fazia parte, e um vaqueiro (empregado) da fazenda de lá – onde eles tinham indo realizar uma “campanha” relacionada à expulsão de um camponês e sua família que estavam naquela propriedade na condição de morador. A finalidade dessa concentração seria realojar esse morador expulso conduzindo-lhe de volta para sua casa em segurança. No entanto, quando o pessoal da Liga chegou ao local encontrou certa resistência por parte do funcionário, iniciando assim um confronto, conforme exposto em sua narrativa:

Era tipo esse de lá mesmo, esse de Anta que nós fomos. Foi porque eles botaram um morador pra fora, dentro de Anta. E nós fomos pra pegar a mudança do cara e levar de volta pra mesma casa dele. Foi nessa hora que o vaqueiro se revoltou-se, e ele já deve ser morto também, não me lembro mas já deve ser morto, *na hora que ele se revoltou por causa que nós, quer dizer levaram a gente, que eu num ia de bom gosto não que eu sou, num tinha aquele prazer de estar porque eu sabia que tinha problema*. Mas nesse dia eu fui e era pra pegar uma mudança que eles tinham tirado do lugar o morador, e nós fomos pra voltar o morador pra casa dele, foi nessa hora que o vaqueiro se revoltou lá e deram cacete nele lá, quebraram a cabeça dele, o sangue correu pra lá e lá vai. Mas isso os fazendeiros botavam pra fora, só que se ela fosse de volta ele tinha que aceitar o pessoal. Mas num tenho lembrança assim de fazendeiro nesse tempo bateu em camponês não. Botava pra fora, porque tinha aqueles camponeses que num leva em conta, porque você sabe que ainda hoje tem, cada pessoa que participa de uma coisa, uns é revoltado, outros é unido, outros é contra qualquer coisa, naquele tempo tinha. Tinha pessoas que era camponês, mas num levava em conta aquilo, os fazendeiros também num tinha revolta não, porque eles num era desses agitado que complicava as coisas (Senhor Antônio Epitácio, entrevista concedida à autora em: 23 jan. 2019, grifos nossos) (*sic*).

Com base nesse episódio, é possível inferir que a prática do chocalho como forma de convencer as pessoas a participarem do movimento não foi o único recurso ou método utilizado pelos membros da Liga de Sapé, havia também o emprego da violência física, mesmo se tratando de uma agressão dirigida contra um empregado do patrão, visto por eles como um bajulador, preferindo tomar partido do latifundiário que apoiá-los. Entretanto, é

importante evidenciarmos que a atitude do vaqueiro, assim como a postura de muitos que viviam na dependência do patrão, se dava muitas vezes por medo de retaliações que poderiam ir da perda do trabalho, da casa, a surras ou até à morte. Então, para não se indispor com os proprietários de terra e nem com a Liga Camponesa, muitos camponeses procuraram manter-se neutros, o que resultou em represália tanto de um lado quanto do outro, uma vez que diante daquela conjuntura não havia espaço para neutralidade.

Para evitar confronto entre as partes envolvidas alguns empregaram como tática engajar-se no movimento (participando nas campanhas, nos mutirões) ao mesmo tempo em que continuavam sendo fieis aos patrões, como iremos analisar posteriormente no caso do Senhor Severino Rosendo. Por ora o que nos interessa saber ainda com relação à fala do Senhor Antônio Epitácio diz respeito ao seu descontentamento com a atuação da Liga, sobretudo ao mencionar que só participou desse evento em decorrência de ter sido forçado. O fato de ser ex-membro da Liga e não ter visto com bom grado muitas das atitudes empregadas demonstram o quanto internamente, embora exteriorizasse o contrário, a organização estava desarmônica e fragilizada.

Deste modo, o uso da violência física e moral com o objetivo de persuadir tanto as pessoas adentrarem ao movimento quanto nele permanecerem, não foi uma estratégia que teve boa aceitação entre os próprios sócios e nem entre a população local (cuja simpatia conquistada na época de João Pedro teria ajudado a gerar novos adeptos, mas diante das atuais circunstâncias iam se deteriorando ao poucos). Em outros relatos o Senhor Antônio Epitácio descreve como se dava a ação da Liga para recrutar seus sócios e também mencionou acerca da prática do enchocalhamento dos camponeses (sócios e não membros) que se recusavam a participar das concentrações.

Não. Eles iam pra lá, quem chocalhava os camponeses, aqueles que não queriam ir. João Cavalcante mesmo, não sei se foi Duda Barbosa, foi um deles, que levaram chocalho também, tinha um forró lá em Anta, não sei se foi Duda, foi um dos meninos dos Barbosa que foram com a gente também lá pra Totó Braz, que a gente tava tocando e lá ele se revoltou com a Liga “Se não for, você vai logo pro chocalho”, e tinha um dos meninos da casa que era meio esperto, era o mais assim, não sei dizer o nome dele, porque tinha Paulo, tinha um deles lá que mais assim, exaltado. Tinha uns daqui que já morreu, o filho de Otacílio, que já hoje já é falecido, ele gostava de botar o chocalho também, e ia buscar a gente nas pedreira, muitas vezes eles viam buscar a gente trabalhando. “Elizabeth mandou dizer que tem um serviço pra fazer em tal canto, mandou avisar aqui que precisa de todos vocês lá, agora mandou recado, se não forem ela manda buscar”, e quando vai buscar já vinha pesado. As pessoas que, vamos dizer, eu me revoltasse pra

não ir “Não, num vou por isso, por aquilo”, tem que ter uma justificação, você tem que ter um pai doente, ou você tá doente, ou você tem uma pessoa doente, tudo bem, mas se você fosse contra e dissesse que não ia, aí eles levavam na marra, como eles falavam naquele tempo, levar na marra. Colocavam o chocalho, e eu vi sendo maltratados pessoas andando com a gente sendo maltratado, nesse período (Senhor Antônio Eptácio, entrevista concedida à autora em: 23 jan. 2019, grifos nossos) (sic).

A partir da fala do Senhor Antônio Eptácio podemos constatar que muitos dos que participavam dessas campanhas os faziam sob ameaças, não agindo de forma voluntária nas atividades de caráter social que eram desenvolvidas pela Liga. Tais concentrações poderiam acontecer no meio da semana visto que na narrativa do Senhor Antônio Eptácio ele ressalta que estavam trabalhando junto com outros colegas quando eles foram convidados a integrar a campanha (vale lembrar que isso só acontecia em caso excepcionais, pois normalmente esses eventos realizavam-se nos domingos). Já no que tange à questão do enchocalhamento a um dos membros da família dos Barbosa, no qual ele teria presenciado, foi um episódio bastante citado por alguns dos nossos entrevistados, como por exemplo, na fala de Dona Maria e do Senhor Totó Braz (personagem também referenciado no episódio).

Dona Maria não participou do movimento, sendo apenas testemunha ocular do mesmo. Mas teve seu cunhado Manoel Claudino, casado com sua irmã Lena, enquanto integrante da Liga Camponesa de Sapé, ela o considerava o braço direito de Elizabeth Teixeira. Todas essas aproximações deixaram Dona Maria a par dos acontecimentos no entorno do movimento. Assim sendo, ela destacou não só o caso envolvendo Duda Barbosa, como também uma cena que tinha presenciado durante uma concentração da Liga. De acordo com ela:

Como foi? Eles chamavam pra ir, e eles não queria ir, botava o chocalho no pescoço e fazia eles andar e mais balançando o chocalho. Num sei que você conhece aquele, aquele Duda Barbosa, parece que Duda Barbosa, uma vez chocalhou ele e chocalhou Seu Odilon, tio do meu esposo. E fazia eles balançar o chocalho, e gritava pelas Ligas Camponesas “Viva a Liga Camponesa!”, e eles tinha que gritar, morrendo de raiva. Aí teve uma ocasião que um dia de festa de Natal, eu tava num terreiro e veio meus irmão que tinha saído daqui escondido, aí vinha aquela tropa de gente, vinha um senhor de idade que ele já morreu também, era Augusto de França, aí quando ele passou derradeiro de tudo, chegou perto de mim e disse “Tá vendo minha filha, que sofrimento de nós, isso é um sofrimento triste, porque a gente bota um almocinho na mesa, a mulher da gente faz um pirãozinho pra gente almoçar, dia de hoje a gente numa situação dessa. Eu tava comendo e me tiraram da minha mesa e eu vou agora nessa situação”

(Dona Maria, entrevista concedida à autora em: 28 jan. 2019, grifos nossos) (sic).

A narrativa de Dona Maria demonstra o quanto a prática do enchocalhamento lhe marcou profundamente. Embora ela não tenha sido enchocalhada, Dona Maria vivenciou tais acontecimentos não só pelo fato de ter tido conhecimento acerca deles, como também por ter presenciado alguns deles, como foi o caso do idoso camponês Augusto de França, cujo desabafo ainda ecoava na sua memória, provocando nela mais indignação. De acordo com a mesma, ao colocar o chocalho e fazer com que as pessoas caminhassem gritando na frente da multidão dando “Vivas à Liga Camponesa”, além de ser uma humilhação, causava ainda mais revolta ao enchocalhado que obedecia “morrendo de raiva”, conforme suas palavras.

Dona Maria também destaca que os seus irmãos em diversos momentos foram “convencidos” pelo grupo de Elizabeth Teixeira a ingressarem nessas “campanhas”, muitas vezes sendo obrigados a se esconderem para não irem e quando encontrados, foram forçados a participarem. Algumas vezes a casa em que ela morava junto com os pais e os irmãos foi invadida pelos membros da Liga de Sapé à procura deles. Assim sendo, na medida em que ela vai narrando esse caso, diferentes sentimentos vão sendo reavivados (medo, raiva, indignação) acrescentando às suas palavras um tom de revolta, sobretudo pelo o que sua família havia passado por causa da Liga Camponesa. Conforme podemos observar no trecho que segue:

Emanuel Claudino, parece que é da Silva, nem me lembro mais. Mas ele já morreu, tá vivo mais não. Aí ele era um homem muito violento, tudo dele era na violência, porque o que ela ensinava pra eles era violência. Porque no tempo do marido dela num era assim. Ele era um homem que levava tudo na calma, mas depois que mataram ele, que tiraram a vida dele, aí ela desesperou-se e tudo dela era na violência, só fazia tudo era na violência. Aí eles ficavam tudo agitado comigo e com a gente por causa disso, porque quando ia chegar esse dia eu ficava tocaiando meus irmãos, aí quando era no domingo eu num saía de casa pra canto nenhum, porque era vigiando meus irmãos, por causa deles. Porque eles já dizia: “olhe, amanhã a gente vai sair, eu quero que a senhora vá esconder seus irmãos”, eu digo “eu num escondo nenhum, eles mesmo é que seguem, porque você quer obrigar eles a ir a força sem eles querer? Eu nunca vi uma lei dessas que vocês têm hoje, que é uma lei que é só pra judiar com o pessoal, quer que o pessoal faça as coisa a força, que isso num deveria ser assim não tudo em violência”. Tanto que quando os menino chegava, botava o almoço dos menino, comia tudo nas carrera, aí quando eu escutava as gritaiagem deles em cima, eu corria que larguei tudo ali, saía pela porta da cozinha, fazia carreira. Quando da fé, eles chegavam na porta, tudo com aquelas foice nas mãos, outro era com enxada, outro com machado, outro era até com espingarda, era tudo armado assim, aí

ficava tudim assim na porta e ele entrava pra dentro de casa. Teve uma vez que ele entrou, minha mãe num tava em casa, ele foi olhar até pra de baixo das camas da gente, pra ver se os menino tava escondido. Quando minha mãe chegou que eu disse a ela, “Tivesse em casa ele num tinha feito isso”, mas ele era desse tipo, se a pessoa fosse reclamar ele até disse que ia bater na pessoa (Dona Maria, entrevista concedida à autora em: 28 jan. 2019) (*sic*).

Percebe-se na fala de Dona Maria que ela associa toda essa atuação violenta do movimento camponês à liderança de Elizabeth Teixeira desvelando outra percepção (bem mais simpatizante) da Liga de Sapé quando era comanda por João Pedro. O fato dela ter tido o seu espaço privado violado, os seus familiares sendo forçados e humilhados a participarem contra a sua vontade foi provocando nela um desconforto, um ressentimento que aos poucos foi apagando (mais não por completo) a imagem de outrora que ela tinha do movimento. As críticas realizadas por Dona Maria não era pelo o que a Liga defendia, mas pelo modo agressivo com que atuava. Ela não conseguia conceber a ideia de alguém ter que forçar o outro agir contra sua vontade, daí o questionamento dela ao dizer: “eu nunca vi uma lei dessas que vocês têm hoje, que é uma lei que é só pra judiar com o pessoal, quer que o pessoal faça as coisa a força, que isso num deveria ser assim não tudo em violência”. No entanto, o uso da violência seja ela física ou moral por parte da Liga Camponesa, foi uma estratégia de luta utilizada primeiro para “pressionar os patrões a negociar ou ter que ceder”, segundo “como represália aos latifundiários e seus bajuladores”, e terceiro “como um modo de persuadir os camponeses a adesão” principalmente diante da passividade de muitos camponeses que não tinham uma “consciência de classe” formada. É claro que essa postura correria o risco de ser interpretada por eles como uma violação ao direito do livre arbítrio, marcando assim de forma negativa a imagem sobre a Liga.

É relevante também observamos que as armas que ela aponta como sendo utilizadas pela Liga Camponesa são instrumentos de trabalho dos camponeses (enxada, foice, falcão), pois se algo viesse a dar errado, resultando num confronto com os proprietários ou os capangas, essas ferramentas seriam as únicas armas que eles tinham para se defender. Esses utensílios também são mencionados no depoimento do Senhor Biu Daniel quando cita um episódio de enchocalhamento após um camponês ter se recusado a ingressar na “campanha” para a realização de uma atividade em uma propriedade. Segundo ele:

Agia levando o caba a força pra qualquer lugar pra fazer serviço nas propriedade a força. Ia a força, ou apanhava. Ali mesmo na Lagoa do Padre,

eu não vi que eu não tava presente porque eu num fui, foi nesse dia chamaram um caba ali, o cara bateu a mão na arma, só que eu não vi que eu não tava lá que eu já tava dispensado do caso, meu caso foi primeiro, e esse caba morava lá onde é Duda, de Maria Virginio. Pronto, o caba morava prali, o caba armou-se numa pistola e tomaram a pistola do cara e foi pro chocalho balançando até chegar lá na casa. [...] porque o véi se meteu a besta, o que se metesse a besta vai pro pau num tinha boquinha não, você tá pensando que ia uma pessoa com a mão pelada? Uma foice, um ferro de cova, uma espingarda, uma enxada, todo tipo de ferramenta eles levava. Era as arma que usava. Arma também, arma de fogo eu num vi ninguém com ela, se tinha era escondido, eu num vi. Eles tomavam de quem apresentava arma pra eles, eles tomavam e obrigava o caba ir a força (Senhor Biu Daniel, em entrevista concedida à autora em: 17 out. 2018) (*sic*).

Nota-se que a recusa deste camponês soou para a Liga como uma afronta, principalmente depois dele ter tentado reagir e cujo desdobramento foi ele ser desarmado e em seguida enchocalhado (sofrendo desse modo uma humilhação pública). Afinal, as consequências de uma recusa, tomando aqui como referência a fala do Senhor Biu Daniel, eram agressão física e o enchocalhamento, o que deixa evidente que além das ameaças e o uso do chocalho, a violência física também foi empregada nessas “campanhas”. Em outra ocorrência, dessa vez lembrada por Dona Maria, cujos relatos giram sempre em torno dos irmãos e do cunhado (membro da Liga de Sapé), ela narra uma cena em que um dos seus irmãos foi obrigado a trabalhar para o cunhado no serviço da casa dele:

Agora eu lembro sim, que meu irmão foi judiado pelo cunhado dele, fez ele trabalhar a força lá no serviço. Que puxaram ele, foram buscar ele no serviço que ele tava fazendo, que ele tava cavando um terrenozinho pra plantar umas sementes de inhame, aí foi os dois, o Chico Augusto, o Antônio Pedro, finado Antônio Pedro que morava aí na Barra, foram buscar ele lá no trabalho e puxaram ele a força pra trabalhar na casa desse meu cunhado. Quando chegou lá ele disse que num trabalhava, pegaram uma enxada e deram a ele, ele danou a enxada no chão que quebrou a mecha da enxada, e ele foi obrigado de novo e fizeram trabalhar a força. Ele se agarrou-se com o pé de manga assim, e arrastaram ele do pé de manga e fizeram ele trabalhar a força, ele trabalhou chorando e trabalhando. [O meu cunhado] ele era o vigia da Elizabeth Teixeira. Capanga, digo que era capanga dela. Sei que quando foi na hora do almoço que largaram pra almoçar, chamaram ele pra almoçar e ele disse: “eu vou almoçar em casa”, “não, você vai almoçar com a gente”, ele disse “não, vou pra casa, vou almoçar em casa”, “mas você ainda vem trabalhar?”, “venho”. Aí ele foi pra casa, chegou em casa nem almoçou nem nada, ele chamou “Eu vou embora agora mãe, eu vou lá pra Boa Vista”, ele saiu por detrás de casa, desceu pela vagem, tudo cheio de cana, ele foi por dentro da parte de cana, subiu e foi-se embora pra Boa Vista, chegou lá e conversou com o vigia, contou pro vigia, né? O que tinha acontecido com ele, aí o vigia foi e disse: “fique aqui comigo, vamos esperar que eles venham buscar você aqui”, aí foi e deu uma arma a ele e ficou com outra

“vamos esperar se eles vem”. Esperaram, esperaram e não veio, quando foi de tarde ele foi embora, quando foi no outro dia ele saiu pra fora e se ajoelhou-se no terreiro aí fez assim: “minha nossa senhora do desterro eu tenho fé em Deus que há de aparecer uma pessoa que acabe com essa Liga Camponesa, que eu vou andar na igreja dela e compro um maço de vela e vou acender pra ela lá na igreja dela, e vou fazer uma visita pra ela se isso acontecer”, ajoelhado de doze hora do dia, ainda hoje eu me lembro disso ele no terreiro na frente de casa (Dona Maria, entrevista concedida à autora em: 28 jan. 2019) (*sic*).

A partir deste testemunho nota-se que embora o irmão de Dona Maria tenha sido forçado a participar, em nenhum momento ele foi espancado ou enchocalhado pelos camponeses filiados à Liga, possivelmente a ação que ele participou trata-se de um caso à parte do movimento, visto não referir-se a uma “campanha”, mas sim, de um pequeno mutirão organizado entre eles para ajudar o companheiro Manoel Claudino no serviço da sua casa (que neste caso, era o cunhado de dona Maria e também do irmão dela). Até porque o número de camponeses que ela citou, somado ao convite que o irmão recebeu para almoçar no local onde trabalhou, revela que houve a colaboração de poucas pessoas, o que demonstra que não foi uma atuação desenvolvida pela associação e sim por alguns membros. Mas, pelo fato de Dona Maria acreditar que o cunhado possuía uma posição de destaque na Liga Camponesa, o colocando como uma pessoa que gozava da confiança de Elizabeth, e como a ação foi desenvolvida na sua residência junto com pessoas filiadas ao movimento, ela atribui essa violência contra o irmão à Liga de Sapé.

Ainda com relação a este episódio é pertinente atentarmos para o comportamento do irmão de Dona Maria, que diante daquela situação de humilhação, se revoltou ao ponto de sair da sua casa para procurar refúgio em outro lugar e acabou se “aliando” ao funcionário do latifundiário, o que demonstra o quanto essa estratégia de luta poderia ser uma espada de dois gumes, no sentido de poder atrair o camponês para o lado da Liga ao mesmo tempo em que poderia repeli-lo.

O uso da violência seja por meio de agressão ou pelo o método de enchocalhamento (sendo este último algo muito ultrajante para o indivíduo que sofria a agressão), foi historicamente alinhada a uma cultura nordestina de pessoas valentes, de “cabra-macho” que não admite desfeita – mas no instante que é colocado o chocalho no seu pescoço parece que sua honradez “cai por terra”, é tratado na condição de animal, um gado, daí a razão do chocalho, um gado que será conduzido para as reuniões, para as “campanhas”, porque na visão dos membros da Liga Camponesa, esses camponeses já eram gados antes mesmos do

chocalho, pois se deixavam guiar ou influenciar pelos patrões. Sendo assim, nas reuniões eles teriam a oportunidade de conhecer as ideias que o movimento defendia e assim poderiam tomar consciência que os latifundiários eram os donos das terras, porém não eram os seus donos, que embora eles precisassem do emprego, eles não eram escravos para se submeter a tudo que o senhor de terra mandava.

Deste modo, a prática do enchocalhamento era uma maneira de “conscientizá-los” e persuadi-los a aderirem a causa da Liga Camponesa, mas também uma forma de fazer com que eles perdessem o medo dos patrões, que engrossassem as fileiras das “campanhas ou das concentrações”. Desse modo, alguns eram convencidos por meio de ameaças, outros porque foram forçados, havia aqueles que iam por curiosidade ou que já estavam porque eram sócios, havia também aqueles que eram simpatizantes da causa, enfim a multidão ia crescendo, ia impondo respeito por onde passava, quando chegava nas fazendas, os patrões e os administradores se amedrontavam diante daquela aglomeração de gente, o que facilitava as negociações dos dirigentes do movimento com os senhores de terra. Todos esses mecanismos de resistência rompiam aos poucos o medo que estes camponeses sentiam do patrão e simultaneamente abriam brechas para a percepção do quanto eles, unidos, poderiam fazer frente aos abusos dos patrões, dando a impressão que estavam então de igual para igual.

Tal violência não servia apenas para agrupar o maior número possível de pessoas para o movimento, havia também o objetivo de humilhar os seus adversários, ou seja, os latifundiários, e todos aqueles lhe representavam (os seus empregados de confiança, os afilhados, os bajuladores, os pelegos), enfim, ser envergonhado perante os seus subalternos, quebrando desta maneira com a imagem dos grandes proprietários de terra como tendo um “poder onipotente”. Mas, essa violência moral também respigava em maior ou menor grau em outros camponeses e eram justamente essas pessoas que estavam alheias a tudo aquilo, que não tinham nenhum vínculo com os senhores de terra porque eram pequenos proprietários de terras (o que não os isentavam de que indiretamente também fossem explorados pelos latifundiários).

Essa passividade de não interagir com o movimento, de não se reconhecer como pertencente à mesma classe, não era bem visto pelos membros da Liga Camponesa de Sapé porque eles estavam na linha de frente, correndo o risco de perderem sua moradia, empregos, os companheiros de luta, a própria vida, enquanto os demais camponeses estavam indiferentes, insensíveis quanto às expulsões de moradores, lavouras destruídas, aos mutirões e as campanhas desenvolvidas pela Liga cujo intuito era reparar os malefícios causados pelos

patrões, construindo casas, levantando cercas, etc. Eram atos como estes que tais camponeses se recusavam a cooperar, sendo, portanto, “convencidos” à base de métodos violentos.

De acordo com Francisco Julião (1982), a região de Sapé era composta por muitas pequenas propriedades de terra, e em torno dela sempre existia uma grande usina onde os camponeses trabalhavam como assalariados, gozando assim da prerrogativa de não precisar alugar terra. Por isso, muitos desses camponeses quando procurava a Liga de Sapé para se associarem, o faziam por causa da assistência jurídica ofertada pelo movimento. Julião chegou também a mencionar na sua obra *Cambão: a face oculta do Brasil* (2013), que o minifundiário⁴¹ era um pobre coitado, muitas vezes sendo obrigado a vender sua força de trabalho em razão de não conseguir suprir suas necessidades só a partir dos ganhos retirados da sua terra. Acrescentado a isso, havia o medo de perder sua pequena propriedade sobre qualquer tipo de ameaça, então o latifundiário aproveitava-se desse sentimento para apresentar a reforma agrária como risco à sua propriedade (JULIÃO, 2013).

Nesse sentido, a existência de um número significativo de pequenas propriedades na extensão de Sapé, em maior ou menor grau, interferiu na incorporação deles na organização, como podemos perceber no depoimento de Dona Áurea, moradora de Anta do Sono, cujo pai tinha sido vaqueiro em uma das propriedades do médico e latifundiário José Marinho Falcão, localizada na região de Maraú, sendo expulso posteriormente por ter sido sócio da Liga de Sapé, onde atuava ao lado de Elizabeth Teixeira. Segundo ela, a razão da Liga Camponesa de Sapé não ter obtido muito apoio dos camponeses que moravam da comunidade de Anta do Sono (próximo à casa que foi de João Pedro) onde atualmente ela reside, decorreu da revolta do povo pensar que iam ceder terra para o pessoal da Liga. Conforme ela relata:

Daqui mesmo dessa região que eu moro minha filha, que eu saiba ninguém [participou da Liga], porque aqui era o lugar que mais era contra essas Ligas

⁴¹ Na perspectiva de Francisco Julião (2013), o pequeno proprietário, seria: “[o] minifundiário, o camponês de pouca ou quase nenhum terra, de menos de um hectare, tal como existe o de dois, de cinco, de dez. a maioria deles vive sob permanente ameaça de perder o punhado de terra a que se agarra como o náufrago toma um pedaço de pau. Nunca pode trabalhar exclusivamente para si. Parte-se em dois. Quase sempre arrenda outro sítio junto ao dele quando não é forçado a alugar o braço a um latifundiário seu confinante. Essa é a regra. [...] O minifundiário faz parte assim da imensa corte dos sacrificados. Leva, muitas vezes, a vida mais dura e incerta que a do foreiro ou posseiro, pois a terra em que trabalha, a sua terra, se esgota, de ano para ano, por falta de adubo, de rotatividade de cultura e de repouso, e ele se esgota com ela. As razões do seu esgotamento são as mesmas em outras palavras, ou seja, a alimentação insuficiente, a monotonia e o excesso de trabalho. A possibilidade de vir, um dia, a perder o seu pedaço de terra o apavora bem mais do que a que ocorre com o foreiro e parceiro. O sentimento de propriedade privada entranha-se nele com tanta força que o leva facilmente para o caminho da reação mais obscura. O latifundiário explora esse sentimento para se opor à ideia de qualquer reforma agrária. Por isso, fracassam sempre as primeiras tentativas no sentido de ganhar o minifundiário para a luta contra os grandes senhores de terra. Há que ir com muito jeito e devagar” (JULIÃO, 2013, p. 109-110).

Camponesas. Porque eles não queria, não queria ceder as terras pra ninguém. Não apoiava não, muitos deles não apoiava, tinha muita raiva. Porque como eu falei pra você, eles não queria ceder terra pra ninguém, pra outras pessoas que vinha pra trabalhar, querer fazer as suas moradia assim, alguma coisa. Eles não dava, e isso era confronto (Dona Áurea, entrevista concedida à autora em: 25 jan. 2019) (*sic*).

As rememorações de Dona Áurea nos revelam a relutância de alguns camponeses (nas suas imediações durante o período das Ligas) em apoiar o movimento, pois acreditavam na possibilidade de vir a perderem seu pedaço de chão, daí a forma cautelosa de agir. Contudo, é necessário frisar que esse receio de “perda”, apesar de existir, não era algo predominante no espaço rural, posto que nas falas dos nossos entrevistados há um discernimento da parte deles de compreenderem que as Ligas Camponesas só realizavam essas “invasões” nas fazendas dos grandes proprietários de terra, chamados por eles “dos ricos”, como fica evidenciado na fala de Dona Áurea, ao relembrar sobre a atuação de João Pedro nas concentrações que ele efetuava:

Sim minha filha, tinha bastante que queriam matar ele porque ele invadia aqueles terreno, né? Com aqueles camponês, foi o problema que mataram ele foi através disso, esses pessoal que mandaram matar ele foi por causa disso, que ele tinha esse problema de acudir o pobre e eles não queria, né? Não gostava, não queria de jeito nenhum. Então quando ele ia pra essas fazenda com aquele povo, aí chegava lá eles era agredido, pra matar ele. E até que fim terminaram o que eles queriam fazer (Dona Áurea, entrevista concedida à autora em: 25 jan. 2019) (*sic*).

As lembranças de Dona Áurea também corroboram com a imagem que vai se formando sobre João Pedro e os seus modos de proceder, presente nas memórias do Senhor Nilton, residente de Anta do Sono, mas que no tempo da Liga morava em Corredor, município de Sapé. Ambos reconhecem que a Liga de Sapé, assim como as demais, só trabalhava em benefício do homem do campo, em favor dos pobres, cujos conflitos existentes eram decorrentes dos confrontos entre a Liga Camponesa e os grandes latifundiários. Como fica exposto nas palavras do Senhor Nilton:

Eles invadia as terra dos patrão, dos grande, né? O patrão, e queria invadir, tomar conta, né? Como esses sem-terra de hoje, eles num invade e num ganha. Agora esses sem-terra de hoje já foi uma entrada desse tempo da Liga Camponesa, que muita gente ganhou terra. Todo mundo ganhou e patrão perdia, num pagava o INCRA direito das terra completo, e só pagava pela metade então, ia ser que tomava conta. A respeito dele [João Pedro

Teixeira], é por causa que ele queria uma coisa melhor, né? Mas a melhora dele os povo não queria. Os que queria invadir, né? Achava que era um negócio errado, porque eles queria ganhar as terra do patrão, invadir as terra, um bocado ainda invadiu. Aí teve esse negócio de Dotô Agnaldo mandou pegar um caminhão de gente numa segunda feira de carnaval, e Seu Luiz Celino ali, que era o machante que matava boi ali. Eu sei que muita gente levou pau, outro levou coçada de espingarda e tudo, e foi desse jeito que ‘Euclisa’ escapou fedendo, foi pro Rio de Janeiro lá morreu (Senhor Nilton, entrevista concedida à autora em: 21 out. 2018) (*sic*).

Além do Senhor Nilton atestar que a Liga Camponesa de Sapé “invadia” apenas as propriedades dos patrões, ele também ressaltou que muitos dos camponeses não compartilhavam com as atitudes da Liga de querer se “apropriar das terras” alheias, mesmo se tratando das terras dos latifundiários, enxergando-as provavelmente como um desrespeito à propriedade privada. Isso sem falar das consequências que tais atos poderiam acarretar ao camponês, isto é, ser alvo ainda mais da violência dos patrões, como foi evidenciado pelo Senhor Nilton ao citar uma cena em que os rurícolas foram duramente punidos a mando do proprietário Agnaldo.

Outro aspecto referenciado nas recordações é a comparação que ele faz das Ligas Camponesas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, posicionando o mesmo como sendo derivado das lutas empreendidas pelas Ligas, colocando-as como uma espécie de progenitora do MST. É interessante que o direito à propriedade privada presente de forma subliminar nas palavras do Senhor Nilton, também vem acompanhado de obrigações, de deveres que carecem ser cumpridos pelos patrões para serem legitimados, como o pagamento dos seus direitos de propriedade ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, caso contrário, as terras estariam irregulares e propícias para serem ocupadas pelos sem-terra (vale salientar, que as Ligas Camponesas já haviam sido extintas quando este órgão foi criado em 09 de julho de 1970 durante o regime militar).

Essa valorização com relação às normas, “dos direitos e deveres” que o Senhor Nilton atribui, talvez possa ser entendida se levarmos em consideração a cultura na qual ele estava inserido, em que o homem do campo preza muito pelo valor da palavra, dos acordos firmados, das regras estabelecidas muitas vezes nos costumes (que ninguém sabe como surgiram mais elas estão ali, no cotidiano, impondo limite). No período da Liga Camponesa de Sapé o Senhor Nilton não se enquadrava na condição de minifundiário, e sim de morador de uma das fazendas localizada em Corredor, estando dessa forma preso ao laço de dependência com o patrão. Esses “dons e contradons” alicerçados nos costumes foram delineando a relação entre

eles e isso fica internalizado nele, o que se reflete na sua percepção de ver o mundo. Conforme evidenciado abaixo:

Naquele tempo, eu era solteiro. *Passava lá em casa o povo com os que queria tomar conta do que é alheio, né?* Porque tipo, da conta da fazenda e do patrão, um negócio assim. *Então, a gente num era disso. A gente pagava os direito da gente certo*, ele passava lá em casa com esse povo, aí ele perguntava “E esse aí?”, “Desse aí é de paz”. Mas os outro queria invadir as terra, que era no tempo das Liga Camponesa, entonce na segunda feira de carnaval veio um caminhão de Pilar, de Dotô Agnaldo, com uma turma de gente de lá, eu sei que bateram em muita gente (Senhor Nilton, entrevista concedida à autora em: 21 out. 2018, grifos nossos) (*sic*).

Observa-se no discurso do Senhor Nilton um tom de crítica acerca das “concentrações” que eram executadas pela Liga Camponesa de Sapé, o que de certa forma o posicionou ao lado daquelas pessoas mencionadas por ele, que discordavam da conduta do movimento, pelo fato dos camponeses invadirem as propriedades dos patrões. Até porque, ele achava que em decorrência de ser morador e estar cumprido as suas obrigações em dia, estaria resguardada a sua permanência na terra, não sofrendo assim as consequências de uma expulsão. Talvez ele acreditasse que essas expropriações fossem derivadas do não cumprimento por parte dos rurícolas dos seus deveres, ou seja, do não pagamento dos seus direitos. Sendo assim, a ação da Liga de invadir as fazendas para coagir a permanência do morador, além de contrariar a autoridade do patrão, fosse visto talvez como algo ilegítimo, sobretudo por desejar “tomar as terras” dos latifundiários. Na sua narrativa, o Senhor Nilton tenta esclarecer que era morador e pagava o direito à moradia, expondo também que não desejava as terras do seu patrão. Segundo ele:

Naquela época a gente trabalhava nas fazendas nós num tinha nada dos patrão não, nós era morador da fazenda, nós num tinha terra, nós era morador e pagava o direito da terra que a gente morava. Num era pra dizer que ele tinha, pra dar terra a gente, que a gente queria a terra dele não. A gente era morador da fazenda (Senhor Nilton, entrevista à autora em: 21 out. 2018) (*sic*).

Na verdade, a percepção do Senhor Nilton com relação ao patrão e à relação trabalhista no campo era diferente das experiências da maioria dos nossos entrevistados, se tornando desta forma, exceções em meio à regra. Isso porque o Senhor Nilton enxergava o seu patrão como sendo uma pessoa muito boa e generosa, já que o proprietário lhe cedia um bom

pedaço de terra para plantar, assim como o deixava ter suas próprias criações. Existia, portanto, um “vínculo harmonioso” entre eles. O Senhor Nilton também destaca que nunca presenciou ou até mesmo escutou de alguém que algum empregado da fazenda onde morava chegou a sofrer algum tipo de violência a mando do patrão. Conforme relata abaixo:

Eu sei da minha fazenda, meu patrão num bateu em nenhum não. Vê esses negócio foi o lado de Dotô Agnaldo, mas do meu patrão não. Meu patrão era muito bom pra gente, a gente pagava o dia de condição, o roçado grande a gente criava gado, criava tudo que queria. Tinha o roçado grande e tinha o terreno pra criar. Criava boi, essas coisa aqui no Corredor, era bom pra gente, num vou dizer que ele era ruim não, né? Dizer o que é, dizer que ele nunca bateu em ninguém, eu nunca vi dizer não. Agora ele tinha um feitor que era, tinha um de Pilar que era ruim que soltava quente, morreu de esmola. A gente chegava do serviço, ele num dava a hora ele, era a hora que ele chegava. Não, num era vigia da fazenda não. Era os empregado do patrão da roça. Pra feitorizar os trabalhador. Era [fiscalizar]. Num era bem de capanga não, que eu num via isso de capanga lá não. Eu morei lá vinte e quatro anos, nós saímos de lá porque no tempo onde morou Manoel, morava ali. Aí ele num queria que a gente trabalhasse, queria só criar gado, criar boi; nós era da agricultura, ia fazer o quê? Aí saiu todo mundo de lá (Senhor Nilton, entrevista concedida à autora em: 21 out. 2018) (*sic*).

Essa “relação harmoniosa” que foi descrita pelo Senhor Nilton converte-se numa naturalização das práticas tradicionais de exploração do trabalho do homem do campo, cujo os dias de serviço cedidos gratuitamente ao patrão (que era o dia de condição ou cambão) era visto como um procedimento comum, das obrigações recíprocas baseada nos costumes do paternalismo. Também não ignorava a existência de um “feitor” na propriedade cuja função seria fiscalizar o seu trabalho e dos outros camponeses (vinculados pelo sistema de moradia, ou por ser apenas empregados). É interessante que tal “harmonia” é arranhada pela insatisfação que ele sentia com relação ao feitor, um homem intransigente que desrespeitava as horas extras trabalhadas por ele e seus companheiros. Para o Senhor Nilton, as arbitrariedades que eram cometidas contra ele e seus companheiros eram exclusividade do “feitor”, isentando o patrão de qualquer responsabilidade pelos seus infortúnios.

Apesar de não gostar do feitor, ele não o considerava como um capanga, alguém que representasse uma ameaça, mas demonstrou uma satisfação ao contar que o feitor foi castigado pelas suas maldades, quando teria no final da vida “morrido de esmola”. A naturalização fez com que o Senhor Nilton não enxergasse o dia de condição, as horas adicionais de serviços e a sua expulsão repentina das terras do patrão depois de 24 anos sendo morador dele pagando rigorosamente os seus direitos – não só ele como também os demais camponeses que estavam

na mesma situação que ele. Saíram todos sem direito a nada, deixando para atrás as suas casas, lavouras, árvores frutíferas, tudo que construíram durante anos virou um espaço para pastagens. Afinal, o seu “bondoso patrão” já havia decidido ocupar toda aquela área com a criação de gado. Em nenhum momento teve a consideração de indenizá-los pelo tempo e as benfeitorias que os moradores realizaram no seu terreno.

Eram casos como este que a Liga Camponesa de Sapé combatia, dando assistência jurídica para que o morador quando fosse expulso não saísse sem os seus direitos garantidos (isto é, indenizados) ou então, tentando evitar a sua saída, o que se dava por intermédio de uma aglomeração de camponeses dentro da propriedade para pressionar o patrão a desistir, conforme podemos observar na fala do Senhor Totó Braz ao expor as propostas defendidas pelo movimento, a partir das lembranças que ele tinha sobre João Pedro Teixeira:

Eu conto de mim, que a luta de João Pedro Teixeira era por mais liberdade pra o trabalhador no campo, era mais liberdade. Mais terra pra trabalhar, um ganho melhor, como hoje chegou, ele não alcançou, mas chegou hoje os Sem-Terra, esses Sem-Terra por aí, pronto, a luta de João Pedro Teixeira era pra isso. Ele era uma ótima criatura, respeitador, andava sem nenhum canivete, eu provo isso. É, ele dizia: “olha, se foro hoje é uma coisa extraordinária, quem trabalha na terra precisa, precisa de pagar foro? Num precisa de pagar foro, esse cambão que existe aí, toda semana um dia de graça, nós tamos trabalhando pra acabar com isso. Ninguém quer tomar a terra de ninguém não, nós queremos liberdade” (Senhor Totó Braz, entrevista concedida à autora em: 15 out. 2018) (*sic*).

É interessante que a palavra “liberdade” irá aparecer em oposição à exploração que os camponeses eram submetidos, presos ao regime excludente cuja origem está enraizada na concentração de terra do país. Ao rememorar a fala de João Pedro: “ninguém quer tomar a terra de ninguém não, nós queremos liberdade”, o Senhor Totó Braz nos permite entender que o intuito da organização camponesa era acabar com as injustiças trabalhistas e o modo de sujeição nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, esclarece que o objetivo da Liga nunca foi tomar a terra de ninguém, isso não significa que o líder camponês fosse contra a reforma agrária e sim que a luta era direcionada contra os grandes latifundiários e não aos pequenos proprietários de terra.

Por isso que nas falas anteriores do Senhor Nilton ele reconhece que o movimento da Liga Camponesa de Sapé lutava em defesa dos trabalhadores rurais, o fato é que naquele contexto ele não se identificava com a causa, pois ainda não possuía uma “consciência de classe”. As invasões das terras dos latifundiários citadas por ele ao longo da entrevista não

têm um significado denotativo de hoje (com relação ao MST em que se apropria da propriedade improdutiva e nela permanece até que o caso seja resolvido judicialmente). No caso da Liga Camponesa, essas “invasões” correspondiam ao grupo de camponeses (numericamente significativo) que se dirigia à fazenda com o objetivo de pressionar uma negociação (a diminuição do foro, o fim do cambão, o aumento no valor da diária, a permanência de um morador ou a indenização dos mesmos pelas benfeitorias que realizou enquanto esteve morando no sítio). Solucionada a questão eles retornavam para casa.

É pertinente observarmos, que assim como o Senhor Nilton, havia tantos outros camponeses que enxergavam o modo de exploração como algo natural, ou às vezes tinham consciência, mas que diante da sua condição de dependência acabavam se “conformando” com aquela situação de subordinação, como podemos inferir no caso do Senhor Severino Rosendo, quando este se refere ao seu patrão João (com o codinome Joãozinho), como sendo uma pessoa boa por permitir a criação de animais e o plantio de lavouras:

Era. Seu Joãozinho era um caba bom, [nós] pagava um dia de condição, mas num bulia com a gente não. Tinha terra pra trabalhar e tudo [...] A gente trabalhava lá, mas [o proprietário] ainda pagava. [O valor pago] só dava pra gente fazer um lanche lá com o dinheiro que eles pagavam, somente, comia ali mesmo. Era [uma forma de exploração], acho que era. Acho que era, mas a gente achava que era bom, porque só um dia, porque tinha terra pra trabalhar demais, criava gado, animal solto. Era [um dia de condição], o cara trabalhava o tanto que quisesse, e criava o tanto de bixo que quisesse dentro do cercado dele, ele nera ruim não o Vêi Joãozinho. E os caba [da Liga] ainda queria fazer coisa demais, queria fim a força plantar roça dentro do terreno pra tirar no tempo, olha como é que pode? E a gente não, pai plantou, mas plantou na vagem, umas vagem que tinha quando Seu Joãozinho botou o gado, a gente arraquemos, mas a bixa tava com uns seis mês, seis mês a sete mês. Nós fizemos farinha, comemos farinha que só a gota serena, e demos a bixo e tudo. Era muita coisa e não tivemos uma dor de cabeça (Senhor Severino Rosendo, entrevista concedida à autora em: 24 jan. 2019) (*sic*).

O discurso do Senhor Severino Rosendo nos permite entender vários aspectos dessa relação paternalista entre morador e patrão. Até porque a sua relação com o proprietário de terra se aproxima muito das concepções também levantadas pelo Senhor Nilton, ambos, cada um com os seus respectivos padrões, achavam os donos da terra um “bom patrão” em razão de não proibirem a criação de animais, bem com concederem um bom terreno. Mesmo trabalhando uma vez por semana na propriedade do patrão (fornecendo a ele o dia de condição) ainda assim vislumbrava tal situação como algo “vantajoso” posto que pudesse

usufruir do terreno da maneira que desejasse. É curioso que na sua fala ele menciona que recebia um valor simbólico pelo serviço prestado, visto que o “cambão ou dia condição” consistia em trabalhos gratuitos em que o morador e o foreiro eram obrigados a se disponibilizar ao patrão. Já o “dia de condição”, em consonância com sua fala, refere-se em conceder um dia de serviço ao senhor da terra com remunerações bem abaixo do valor vigente. Tal característica também foi apontada na entrevista de Dona Maria e está presente no estudo de Giuseppe Tosi (1988), em que define o “dia de condição” por semana como sendo dia gratuito ou pago com ordenados inferiores ao preço em vigor. Conforme pode ser sinalizado no discurso de Dona Maria:

Ele pagava o dia de serviço, ia somente pela aquela obrigação que o morador tinha daquele dia, mas ele pagava o dia de serviço de cambão, era porque tinha todos os moradores tinha que ir um dia por semana desse dia de serviço. É, pelo fato de morar na terra. Não, eles pagavam o dia de serviço, agora tinha que ir toda semana. Toda semana tinha que ir nesse serviço. Agora eles pagavam não era no preço que corria o dia de trabalhador, sabe? Ele pagava menos, num pagava o dia completo como era de ser conveniente de pagar. Uma comparação, se fosse cinquenta real ou quarenta real, no tempo era conto de réis, nem lembro mais como era naquele tempo, aí eles não pagavam, pagava só metade, era como a ajuda que eles tivesse dando na propriedade (Dona Maria, entrevista concedida à autora em: 28 jan. 2019) (sic).

Assim como o “cambão”, o “dia de condição” também foi um mecanismo de exploração contra o trabalhador rural e o Senhor Severino Rosendo tinha plena consciência disso, a ponto de admitir se tratar de uma exploração, ao mesmo tempo em que diz não se importar com tal fato, apontando supostas vantagens nisso, mesmo quando o seu patrão soltou o gado na sua lavoura de macaxeira que estava nova (ainda de 07 meses) forçando desta forma, a colheita antes do tempo; ele não encarou este fato como sendo um problema. Muito pelo contrário, o Senhor Severino Rosendo criticou as atitudes dos integrantes da Liga de Sapé de querer plantar numa área cercada e ainda colher no tempo certo e tentou se distinguir desses camponeses, expondo não só sua reprovação a tais atos, como afirmando ter procedido de modo diferente, visto que seu pai teria resolvido plantar na vargem do terreno não prejudicando desta forma o dono da terra, cuja atuação arbitrária, desencadeou, segundo ele, um momento de fartura para a sua família. É pertinente assinalarmos que a conduta abusiva do patrão para com a parentela do Senhor Severino Rosendo foi algo “consentido” por eles, já que o seu pai tinha se dirigido ao patrão para comunicá-lo que iria plantar no terreno (em

razão de estar sendo pressionado pelos membros da Liga), mas que ele não se preocupasse, pois quando precisasse ocupar com os gados poderia fazê-lo. Como fica evidenciado na sua narrativa:

[As Ligas Camponesas] ela surgiu pra tomar o que é dos outro. Era sim, pra tomar as terras do povo, pra você ficar liberto trabalhando dentro de cercado do povo, plantando roça, plantando tudo o que quisesse, que num era pra plantar. [E a razão de não plantar] [...] porque era cercado. E eles queria tomar a força, plantar lavoura dentro do cercado, aí começou o cacete nos caba por mó disso. A gente trabalhava também, a gente plantemos lavoura dentro do cercado, porque foi o jeito a gente plantar, mandaram plantar e eu plantava. *Aí pai plantou, plantou, mas disse a seu Joãozinho: “Seu Joãozinho, eu vou plantar, mas se o senhor soltar seu gado, pode soltar dentro da minha roça, pode soltar. Porque quando o gado comer a maniva, eu arranco a mandioca”, aí disse: “tá certo”, aí pronto num teve nada, os outros tudo na carreira e a gente lá em casa num tivemos uma dor de cabeça* (Senhor Severino Rosendo, entrevista concedida à autora em: 24 jan. 2019, grifos nossos) (sic).

Esse comportamento do pai do Senhor Severino Rosendo é lido aqui como uma “tática de dissimulação” para não se indispor com nenhum dos lados dessa disputa entre as Ligas Camponesas e proprietários de terra, tanto que ele não se recusou em cultivar em um local cuja área era exclusiva do patrão (embora discordasse da atitude da Liga). No entanto, simultaneamente procurou o dono da terra para justificar sua ação, colocando o terreno à disposição no momento que este achasse oportuno até porque, tanto o pai do Senhor Severino Rosendo quanto ele tinham consciência que se confrontasse a autoridade dos latifundiários, como muitos dos camponeses o faziam (incentivados pela Liga), pedindo uma indenização pelo roçado destruído, corriam o risco de serem agredidos, expulsos, e para completar o infortúnio desses infelizes, em consonância com as palavras do Senhor Severino Rosendo, eles ainda perdiam a causa da indenização, conforme descreve abaixo:

Quem não coisava eles deixava só um tempo. Tinha um tempo, sabe? Tinha o tempo certo que ele tirava o gado e o povo trabalhava, quando chegava o tempo eles soltava o gado. Aí plantava a roça, mas a roça o gado comia, aí lá ia indenizar, prejuízo do cara dali queria que o cara [o patrão] indenizasse a roça. [Desde modo, o trabalho realizado estava perdido?] Perdia, perdia. Se você não quisesse confusão com o patrão você tinha que perder, tinha que perder. Agora se quisesse confusão era mais ruim. Mas num ganhava não, fizeram confusão, muitos caba que fizeram confusão. Esse Leonel mesmo, fez confusão, o filho dele fez confusão e num ganharam, ganharam nada, o gado comeu mesmo e pronto. Cabou-se. Ganharam não, e ainda levaram

muito casquete na cabeça (Senhor Severino Rosendo, entrevista concedida à autora em: 24 jan. 2019) (*sic*).

A partir do depoimento do Senhor Severino Rosendo e os exemplos citados por ele sobre as consequências que os camponeses sofriam em decorrência do enfrentamento com o patrão, percebemos que mesmo que fosse para exigir os seus direitos, eles eram vítimas de represálias, sobretudo alvo de violência, a partir das quais os autores ficavam impunes assim como as destruições das lavouras. Diante dessa conjuntura, o Senhor Severino Rosendo e seus familiares tinham a percepção que se manter “neutro” ou quando optar por um dos lados não seria uma atitude que fosse sinônimo de garantia. Afinal, se ele escolhesse ficar no lado dos latifundiários (no qual ele considerava o Senhor Joãozinho como um “bom patrão”) sofreria retaliação por parte da Liga Camponesa que enxergava na sua postura um desrespeito e uma traição à luta empreendida, e se optasse pelo movimento camponês seria vítima da desforra dos proprietários de terra, ficando desprovido do sítio, da casa, do emprego, sendo surrado ou morto. Diante desse impasse, resolveu agir por meio de uma “falsa deferência”, atuando nos dois lados.

Não gostava das Liga, né? Mais ou menos. Não gostava do serviço dela? Mais ou menos. O negócio foi mais ou menos que ela perdeu por causa que o povo, acho que não gostava dessas Ligas. O povo não gostava dessas Ligas, maior parte do povo não gostava, e quem era que tinha as coisas não gostava, só quem gostava era o pobre mesmo que não sabia assinar nada. E assim mesmo eu num gostava, meu pai num gostava, mas a gente não se importava com eles, sabe? Num ligava eles fazer isso, quando chamava a gente, a gente ia, só pra dizer que a gente ia, sabe? Pra num ser estourado deles, a gente tinha que ir, mandava eu ir. Pronto, ninguém nunca se aperriou, nem Seu Joãozinho se aperriou e nem os caba da Liga (Senhor Severino Rosendo, entrevista concedida à autora em: 24 jan. 2019) (*sic*).

Para além dessa tática de “deferência dissimulada” o que também nos chama atenção é a percepção do Senhor Severino Rosendo de justificar de quem gostava e, portanto, de quem era a favor da Liga Camponesa de Sapé, justamente as pessoas pobres. No entanto, ele ressalta que as pessoas que possuíam alguma coisa (podendo ser tanto os pequenos proprietários de terras quanto os latifundiários), não apoiavam o movimento. No que se refere aos camponeses pobres, ele tenta classificá-los segundo a sua compreensão de que eram pessoas mais humildes e que não tinham nenhuma instrução, apesar de ele reconhecer que se enquadrava nessa “listagem” enquanto humilde e analfabeto. O Senhor Severino Rosendo é

categórico em afirmar que tanto ele quanto o pai não gostavam da Liga Camponesa. Essa alegação acaba nos remetendo às ponderações feitas pelo Senhor Antônio Epitácio, quando lhe questionamos acerca do porquê de muitos camponeses que eram explorados pelos grandes proprietários de terra, não se reconhecerem na causa e desta forma não aderirem ao movimento, pois não o enxergava com bons olhos. A sua resposta, enquanto ex-membro da Liga Camponesa de Sapé, nos dá um panorama acerca dos pensamentos de muitos camponeses que integravam a Liga a respeito dos rurícolas que não eram solidários à luta empreendida pelo campesinato. É claro que devemos atentar que tal discurso não representa a opinião de todos os sócios envolvidos, contudo, nos possibilita ter uma noção não só das divergências internas com relação ao modo de condução da organização, como também a visão que alguns filiados tinham sobre a indiferença e passividade dos trabalhadores rurais frente ao movimento. Como fica exposto na fala do Senhor Antônio Epitácio:

Porque num tem hoje a mesma coisa de Lula? Lula pra mim foi o melhor presidente que teve, melhor presidente que nós teve foi Lula, mas tem muitos pobre de esmola que eu vejo aqui “Que Lula é ladrão”, criticando Lula, porque Lula foi quem deu vida ao pobre, era o mesmo que no tempo das Ligas Camponesas, ela dava cobertura ao pobre, mas tem muito pobre, mais pobre do que muitos que tavam dentro que era revoltado porque não sei. Porque como é que eu sou pobre e tem uma pessoa que tá me dando cobertura, eu vou ser contra ele? Num existe isso. Então tinha essas pessoas que mesmo sendo pobre, dependendo da Liga Camponesa eram contra, porque num sei, porque se é pra tá lutando pelos trabalhador eu vou ter que apoiar, né? Eu num era assim, desses fanáticos que tá dentro que a vontade dele onde tiver é tá quebrando o pau. Eu tinha minha carteirinha, quer dizer, depois que acabou o movimento, mas eu nunca fui contra eles mesmo quando tava aqui, que Elizabeth morava ali. Tanto que hoje onde ela chegar aqui a gente é amigo, por isso que eu tô falando isso aqui, não quero que ela leve isso que eu teje falando dela, que eu disse que depois que João Pedro morreu, mataram ele, modificou. Num tô falando dela, tô dizendo que as pessoas começaram fazendo coisas que não era pra fazer, não é que eu teja falando dela, da família dela, a gente viveu esse tempo aqui separados, eu num sei onde é que eles andam, mas todos eram amigos da gente aqui, a gente nunca foi de dizer assim: “Elizabeth mora ali, a gente é contra ela” nunca não, nunca houve isso não. *Só que tem pessoas no meio, e teve que prejudicava as vezes a campanha. Tem pessoas de dentro da campanha que prejudica*, né aquela história que eu tava dizendo de Lula, que Lula sempre deu cobertura ao pobre, mas o pobre errado, o pobre safado é contra ele. Por quê? Se dependia dele, que foi o único que pra mim foi o presidente que teve no país até agora e num vai chegar nenhum daqui a cem anos mais não (Senhor Antônio Epitácio, entrevista concedida à autora em: 23 jan. 2019, grifos nossos) (sic).

A partir da fala do Senhor Antônio Epitácio percebe-se a incompreensão que muitos participantes da Liga sentiam sobre as razões pelas quais os camponeses não aceitavam em se associar à Liga de Sapé, afinal de contas era um movimento que segundo ele, trabalhava em defesa dos pobres. Até o Senhor Severino Rosendo, que se dizia contrário à Liga, admitia que a associação lutava a favor dos mais humildes. É bem verdade que na procura de fazer justiça pela morte de João Pedro e acabar com as arbitrariedades no campo, cuja violência praticada pelos latifundiários se tornava marca registrada de tal forma que algumas vezes literalmente deixavam marcados a ferro em brasas os seus moradores e empregados como gado ou como um escravo ao terem seus corpos violados com o nome do seu “sinhozinho”, se intensificou a força do movimento e o assassinato de João Pedro Teixeira fez com que a Liga de Sapé não recuasse, mas reagisse a tais violências naquela conjuntura.

O clima no campo ia ficando tenso e os conflitos cada vez mais constantes, já não havia espaço para “neutralidade” dos camponeses, como já foi dito ao longo dessa pesquisa. Esse tal “radicalismo” presente na Liga de Sapé deve ser entendido por vários nuances, dentre eles o assassinato do seu líder, a dor de Elizabeth Teixeira, os procedimentos, de acordo com o Senhor Antônio Epitácio, de alguns integrantes do movimento que acabou prejudicando a atuação nas “campanhas”, enfim são múltiplos os aspectos que resultaram nessa postura inflexível do movimento perante seus adversários e daqueles que não se sensibilizavam com a causa.

Deste modo, as lembranças de Dona Maria, do Senhor Antônio Epitácio, do Senhor Severino Rosendo e de tantos outros colaboradores de nossa pesquisa, expõem episódios sobre a Liga Camponesa de Sapé que não nos deparamos nas literaturas do campesinato paraibano, esses casos vão se repetindo nas falas dos nossos entrevistados sejam eles ex-sócios ou testemunhas oculares sobre esses acontecimentos. São narrativas que nos provocam estranheza ao mesmo tempo em que nos instiga e desafia a abrirmos espaço para que essas vozes possam romper o silêncio. Contudo, devemos ter cuidado para que essas recordações que emergem não venham invalidar a luta e as memórias existentes sobre a Liga Camponesa de Sapé. Portanto, tudo isso requer muita cautela, pois estamos tratando de memórias, singularidades, embates de memórias.

São a partir dessas lembranças que conseguimos entender esse clima de medo instaurado no campo na década de 1960, ou este silêncio que está presente na historiografia e nas vidas de trabalhadores rurais que ainda hoje falam sobre os acontecimentos que ocorreram há mais de cinquenta anos, com o mesmo medo de outrora. São vozes cortantes, pausas

contínuas, e nesses intervalos do silêncio apenas os seus semblantes denunciavam, naqueles instantes, a dor de lembrar. Tal temor não se dava unicamente devido aos abusos dos latifundiários, mas à conjuntura que se formou com a radicalização no movimento. Como foi narrado pela camponesa Maria José Félix Nascimento a respeito dessa situação: “o pessoal tudo calado com medo de falar, porque nessa época era muita opressão, tanto o pessoal da usina quanto o pessoal da Liga Camponesa” (MARIA JOSÉ apud VAN HAM et al, 2006, p. 82).

É pertinente entendermos que os episódios de violência física e moral conduzidos pela Liga Camponesa de Sapé, algo tão frequente nas falas dos nossos entrevistados, devem ser analisados tomando como perspectiva os estudos de Vanilda Paiva (1983), quando faz referência a essas cenas de arbitrariedades aplicadas pelo movimento camponês como uma prática com teor instrutivo, ou seja, como sendo um “uso pedagógico da violência”. Ela respalda tal pensamento baseada no depoimento do Senhor Severino, um camponês que participou da Liga Camponesa de Sapé, em que de acordo com ela:

A violência era usada como forma de assegurar a adesão dos próprios trabalhadores ao movimento. Isto porque, explica ele, quando ouviam os líderes na praça, todos estavam de acordo. Depois ficavam com medo e mudavam de ideia. Ora, se o problema era o medo do proprietário, os trabalhadores respondiam com o medo do movimento. O temor da liderança de que os trabalhadores mudassem de ideia era grande e pode ser visto claramente na recusa em mandar apenas um trabalhador para negociar em Sapé como sugerira o proprietário de Umbu, pois no caminho o patrão podia fazê-lo mudar de ideia, seja com promessas, seja com ameaças, seja com violência. *Eles estavam de acordo com o que ouviam na praça, mas tinham seus interesses imediatos a defender, medo de perder o roçado e de sofrer repressão por parte do patrão* (PAIVA, 1983, p. 84-85, grifos nossos).

O “uso pedagógico da violência” apontado por Paiva, nos ajuda a compreender as razões que levavam o movimento camponês de Sapé a proceder de forma violenta até com os próprios sócios da associação. Como nos relatou os Senhores Antônio Epitácio, Biu Daniel e Totó Braz, que embora fossem membros da Liga tanto eles quanto os demais companheiros de luta, ainda assim sofriam ameaças de agressões, de colocar o chocalho no pescoço, caso eles não comparecessem quando convocados pelos dirigentes a participar das “campanhas ou concentrações”. No caso do Senhor Antônio Epitácio, por exemplo, ele chegou a mencionar que os integrantes da Liga foram buscar ele e os colegas no trabalho (na pedreira) para irem participar de uma concentração, visto que muitos dos filiados conheciam quem participava

das reuniões, dos mutirões e etc., já que alguns eram vizinhos, parentes, conhecidos, enfim, então muitos saíam recrutando, ora a pedido dos dirigentes, outras vezes por conta própria, para que essas pessoas comparecessem nas “campanhas”. Por isso muitos membros da Liga iam nas casas desses camponeses comunicá-los que tal dia ia ter “concentração”, quando chegava a data marcada e eles não compareciam, iam buscar nas suas casas (podendo sim, em caso de recusa desse camponês, os integrantes do movimento enchocalhá-lo), para servir de exemplo aos demais que porventura quisesse desistir do movimento (por não concordarem mais com os rumos que a organização estava tomando, por medo, ou por qualquer outro motivo). Esses atos de ir buscar na casa, de ameaçar, de enchocalhar, de agredir os companheiros, foi uma maneira encontrada para inibir ou evitar deserções entre eles. Por isso, os camponeses membros da Liga vigiavam uns aos outros.

Paiva (1983) nos adverte acerca disso quando se reporta à coerção entre os próprios associados da Liga Camponesa, e como esta violência também vai se estender para com os outros camponeses, que tinham optado a ficar do lado dos patrões. Conforme podemos observar nas suas ponderações, fundamentadas na vivência do Senhor Severino:

O trabalhador tinha direito a ter medo, a ponderar os riscos, mas não a ficar contra, a não ser solidário. Se o medo se traduzisse na fuga das "campanhas" ou se o trabalhador se solidarizasse com o proprietário – conquistado por promessas ou acuado pela violência – então era legítima a coação exercida sobre ele pelos demais trabalhadores, desde que mantida em certos limites. Era correto, por exemplo, que eles se vigiassem entre si para evitar deserções. No entanto, ele condena a reprodução de formas de violência utilizadas pelos proprietários para assegurar a submissão, entre os próprios trabalhadores. Não era, pois, correto, "achucaiar os latifúndios", ou seja, não era "de lei" colocar no pescoço do trabalhador que não queria participar das "campanhas" um chocalho de gado para atestar a sua submissão. Ele também não aprovava as ameaças físicas aos medrosos e que terminavam por desembocar em acidentes com ferimentos. Havia que encontrar outras formas para conseguir a união, o consenso (PAIVA, 1983, p. 85).

É perceptível, não só a partir do que foi exposto acima por Paiva, como também da própria falar do Senhor Antônio Eptácio, ao se referir que muitos camponeses pobres da comunidade local não se reconheciam com a causa defendida pelo movimento, chegando até a comparar a indiferença e a revolta das pessoas para com a Liga Camponesa no passado, com a ingratidão no tempo presente com relação ao ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Esse exemplo usado pelo Senhor Antônio Eptácio foi a maneira que ele encontrou para associar o passado ao presente, no que concerne à ausência de solidariedade da própria “classe

pobre” dos camponeses de outrora e da massa trabalhadora de hoje. Inclusive a citação de Paiva mostra o quanto os camponeses do movimento valorizavam a questão da solidariedade para com a causa, em que os integrantes tinham consciência que tudo aquilo gerava medo nos trabalhadores rurais, mas que tal temor não justificava a posição deles de “neutralidade” frente aos abusos dos patrões até porque os receios que eles sentiam era natural mediante o que poderia vir a acontecer com eles, como represália dos patrões, ameaças e espancamentos dos latifundiários. A indiferença de se recusar, contudo, a participar dos mutirões, das “campanhas”, era uma desfeita sobrecarregada também com o peso da ingratidão.

Sendo assim, o uso da “violência física e moral” na organização camponesa teve múltiplos significados, seja para o convencimento dos camponeses à sua adesão, para evitar deserções dos membros da Liga, para romper com o medo e a imagem do patrão como sendo “o todo-poderoso” por intermédio do recrutamento de maior número possível pessoas para as “campanhas”, também como retaliação aos rurícolas que eram bajuladores e pelegos dos latifundiários, para humilhar os seus adversários (os grandes proprietários de terra e seus capangas), e contra os camponeses que reagiam com violência às investidas de recrutamento promovidas pelo movimento. Este último quesito pode ser melhor explicitado através de uma cena descrita pelo Senhor Antônio Epitácio, em que revela um ato de violência física cometida na comunidade de Anta do Sono contra um vaqueiro da fazenda que teria reagido à “campanha” executada pela Liga em defesa dos trabalhadores que estavam sendo explorados naquele local. Como ele cita abaixo:

Isso já era depois que João Pedro morreu, que ficou a esposa dele. Aí ficou essa revolta, esse movimento que se tornou-se nas Ligas Camponesas, aí eu num sei se era revolta. Era porque muitas vezes quando fazia errado, um fazendeiro que tinha um vaqueiro que fazia uma coisa errado, eles ia com aquele pessoal, então obrigava o pessoal a ir, mas pra trabalhar em favor das pessoas pobres, tá entendendo? *Que um dia saiu eu, até eu saí daqui com eles e fui pra fazenda Anta, lá saímos pegando o povo que tava no caminho, pegou João Cavalcante, pegou João Lourenço que vendia cachaça, deixou o burro amarrado aqui, pegou Totó Braz, pegou Duda Barbosa, aí nós saímos uma turma aí eles implicando: “Ou vai, ou vai na marra”. Aí quando chegamos lá na fazenda, o vaqueiro cismou pra lá, aí tinha os cara que iam também nos cavalo, aí pra lá houve uma confusão, ainda quebraram a cabeça do vaqueiro lá de pau, mas porque o vaqueiro se revoltou contra as pessoas que iam, aí colocaram uma máquina na cabeça dele, aí naquele tempo colocaram foi um penico, naquele tempo tinha uns penico de porcelana, era um troço daquele ali [gesticulando], aí botaram na cabeça dele foi um penico, e no de *inaudível* colocaram aquelas máquina de costura de pé pesada, e ele teve que andar um pedaço grande e o outro cara com o cavalo, de vez em quando corria em cima, aí o falecido João*

Lourenço atravessava na frente, e eu sei que nisso levou muito catabilho do cavalo pra evitar que num machucasse o cara. Eu sei que essas coisa foi o que aconteceram comigo, que eu vi. Meu irmão muitas vezes também saía, se escondia e eles corriam atrás, um dia botaram as espingardas em cima: “Você tem que ir, tem que ir”, ele teve que ir. Agora eles levavam, Elizabeth levando o pessoal pra vamos dizer “eu tenho um roçado, eu sou da parte de pobre. Vamos fazer o roçado de fulano de tal”, aí juntava aquelas pessoas todinha, obrigava quem quer ir tranquilo vai, quem não quer vai na marra né? A conversa era essa (Senhor Antônio Epitácio, entrevista concedida à autora em: 23 jan. 2019, grifos nossos) (sic).

As rememorações do Senhor Antônio Epitácio só ratificam os episódios de violência executados pelo movimento durante as campanhas, tão vigentes nas falas nos nossos entrevistados, especialmente nas recordações de Dona Maria, cujas experiências dos irmãos forçados a participarem da Liga, provoca tristeza e revolta, sendo que este último sentimento é vivenciado de forma mais intensa. Quando a indagamos a respeito das suas impressões com relação à Liga de Sapé, se para ela a associação camponesa tinha sido algo bom ou ruim para a vidas desses camponeses, ela declara:

Uma parte foi boa, outra foi ruim. Porque se ele tivesse começado como o marido dela tinha sido bom demais, mas porque ela terminou com violência, aí não foi nada bom, porque tirou o sossego, tirou a paz do pessoal. Que muita gente naquela época, vivia tudo desesperado por causa disso, o povo já andava tudo assombrado, tudo assustado, porque quando ouvia um grito pensava que já era o pessoal que vinha a procura de levar ele, que nem esse rapaz que eu era noiva com ele, pegaram ele uma vez e foram pra Tapuá, ele chegou em casa quase morto de fome, o dia todinho andando no meio do mundo de pés, de Maraú pra Tapuá, e disse que passou nesse dia tudo com fome, um pãzeiro tava vendendo pão, que naquela época o povo era com um balaio de pão vendendo, aí pegaram o balaio do homem e dizem que comeram o pão dele todinho pra não morrer de fome. Como desesperado ficou esse pobre desse homem, porque vendendo os pãozinho dele pra arrumar o dinheirinho dele, e o pessoal comeram tudo. Ele disse que chegou em casa morto de fome, e disse que ele num fez isso não, porque tava vendo que ele tava vendendo aqueles pãozinho pra ter um dinheirozinho dele (Dona Maria, entrevista concedida à autora em: 28 jan. 2019) (sic).

Percebe-se então que no discernimento de Dona Maria a associação camponesa atuava em prol de beneficiar o trabalhador rural. Ela vincula tal atuação à imagem de João Pedro Teixeira, atribuindo as divergências e a postura agressiva à nova liderança da organização. O medo presente na sua narrativa também vinha sendo reproduzido nas falas das pessoas simples e humildes que entrevistamos e nos inúmeros “nãos” que recebemos por parte das pessoas idosas que procuramos e que direta ou indiretamente tinham sido testemunhas

oculares na atuação do movimento. Essas recusas e os relatos deles explicando o motivo de tal negação nos mostra o quanto a ferida com relação a essas experiências, apesar de ter passado quase seis décadas, ainda estava aberta para alguns, cicatrizadas para outros (mesmo que por dentro estivesse latejando) todas as vezes que tentavam rememorar o que aconteceu. Os seus relatos soavam como um desabafo, que parecia que só estava esperando uma escuta. E eu estava ali para ouvi-los. Guardarei comigo tudo o que foi dito naquelas tardes de conversas. Acabei conhecendo um pouco das histórias de vida também das pessoas que “não entrevistei”, que em determinado momento esbarrou ou esteve atrelada à própria história da Liga Camponesa de Sapé, mas sobretudo, aos dos 12 entrevistados que me cederam um pouco do seu tempo para contar sobre suas experiências acerca do movimento camponês. Muitas dessas vivências (com relatos de fatos, de nomes de pessoas, atuação de determinada família, etc.) tiveram que estar *em off*, em decorrência dos medos que eles sentiam, me pedindo várias vezes que interrompesse a gravação, pois tinham lembrado de algo que achavam importante contar, mas que não queriam que eu escrevesse sobre tais acontecimentos. Em respeito às suas vontades assim o fiz.

Mas as palavras que estão descritas abaixo, no que concerne à fala do Senhor Biu Daniel, nos dá uma dimensão dos receios e da cautela presentes nos depoimentos das pessoas ao serem abordadas a falar sobre a Liga Camponesas de Sapé:

Isso aí era a primeira coisa, era primeiro que era contra era os proprietário mesmo, os alto proprietário, todos eles era contra, só que a gente não pode bem declarar não que tão morto mas tem família viva. O que eu tava dizendo a você no começo de gravar, é por aí, que a gente também não pode abrir o jogo em tudo. Num era tanto pelos policiais, porque os fazendeiros botava os homem. É aquela história que eu disse a você, tudo que sabe a gente não pode abrir o jogo, pode dizer não, o caba tá morto. Vamos dizer que tem deles morto, mas tem dele a família tá viva, se o caba faz um negócio maltratando a pessoa a família vai tomar as providência. Se sabe muita coisa que se sabe, ninguém pode abrir o jogo não, ninguém pode abrir o jogo, ninguém sabe o que vai se dar depois. Eu vi agora, eu escutei agora outro dia, o povo conversa muito, todos nós sabemos que o povo conversa muito, num teve uns protesto nas cidade um tempo desse, em todas cidade num foi? Aqueles processo eu num vi ninguém dizer, eu num vi o caba falar não, mas já ouvi alguém dizer que era a mesma coisa de sessenta e quatro, ia voltar pra mesma coisa, tá com esses ano todim, mas pode voltar. Aí a gente num, mesmo sabendo num pode dizer: “ê pronto, morreu. Quem foi? Foi fulano de tal”, não ninguém pode. Ninguém pode dizer que foi fulano de tal que morreu porque não viu, não pode provar, ele morre também (Senhor Biu Daniel, entrevista concedida à autora em: 17 out. 2018) (*sic*).

Nos discursos do Senhor Biu Daniel, fica explícito o medo de citar nomes, de contar fatos, porque embora tenha passado segundo ele, muitos anos, e boa parte das pessoas envolvidas tenham falecido, prevalecia o receio que suas memórias poderiam ser defendidas pelos familiares que ainda estavam vivos. A sua precaução estava fundamentada no receio de retaliações que poderiam vir a sofrer por parte da parentela dos grandes proprietários de terra. E somado a isso, havia naquela conjuntura política de nossa entrevista, a possibilidade de tudo aquilo que ele tinha vivenciado no passado, se repetir, quando se reporta às manifestações que estavam ocorrendo em todo o país acerca das eleições presidenciais de 2018. Portanto, na visão do Senhor Biu Daniel, havia o risco iminente de que todas aquelas arbitrariedades e crimes cometidos durante aquele regime voltassem. Sua preocupação era alimentada pelos telejornais e rodas de conversas.

Outra questão mencionada por ele, e que também aparece nas lembranças de Dona Maria, do Senhor Zé Carvalho e de Dona Luiza, compete à questão do “cambão”. Embora essa prática de exploração trabalhista já tenha sido citada anteriormente ao longo deste trabalho, consistindo em dias de serviços gratuitos ao dono da terra, alguns estudiosos como Bastos (1984) ressaltam que dependendo da região, essa prática poderia variar na sua denominação⁴², sendo também conhecida como “dia de condição ou condição”. Entretanto, faz-se necessário abriremos um parêntese com relação à essa prática, tomando como base a fala do Senhor Biu Daniel e de outros depoentes.

No que toca ao Senhor Biu Daniel, ele alude que dava o cambão ao proprietário da terra, porém, quando questionado se o dono do terreno se tratava de um grande latifundiário, ele afirma que não, argumentando que era algo comum dar o cambão ao dono das terras onde as pessoas moravam. A partir da fala dele observa-se que tanto os grandes quanto os pequenos proprietários de terra utilizavam-se do cambão como uma atividade tradicional aos costumes da época, não sendo assim algo restrito ao latifundiário. Como podemos evidenciar na sua narrativa:

Negócio de foro, deles que pagavam um dia, deles que pagavam o foro mesmo, deles que era obrigado três dia, o regime era esse...

⁴² Ainda no do que diz respeito à prática do cambão, talvez não seja prudente utilizá-la como sinônimo de “condição” como é corrente por alguns autores, uma vez que essa atividade se trata, de acordo com os relatos de Dona Maria e do Senhor Zé Carvalho, de serviços pagos pelo patrão com o valores abaixo do preço vigente na época.

[...] Eu num morava ali na casa de Terezinha num tem? Na casa da tapera. Ali na casa de tua mãe, eu morava ali. Quando eu casei eu fui morar ali, e eu pagava um dia por semana pra ele [o cambão]. Quando tinha o serviço, quando num tinha eu me virava pra onde tinha. [...] Ele me arranhou a casa, mas como [um grande] proprietário de terra pra botar morador não. Ele arranhou a casa, que ele já tava na outra, a casa lá tava só eu fui arranhei, ele me arranhou. Mas não tô botando ele como que ele fosse [um grande] proprietário não.

É, passei uns seis anos lá. Trabalhava uma dia por semana, quando tinha o serviço e quando num tinha eu também num trabalhava não. Trabalhava uma dia por semana, quando tinha o serviço e quando num tinha eu também num trabalhava não. É porque é aquela coisa, eu como na classe pequena, eu num tinha com o que pagar um aluguel, um foro de casa aí: “como é que a gente faz?”, “você me dá um dia por semana, quando tiver serviço você me dá, quando não tiver você se vira”. A conversa era essa, o negócio amigavelmente, num era negócio brutal, tá entendendo? Era um negócio de amigavelmente no caso, num era negócio brutal “ou faz, ou faz, ou faz” não (Senhor Biu Daniel, entrevista concedida à autora em: 17 out. 2018) (sic).

Vale frisar que esses minifundiários ou pequenos proprietários de terra muitas vezes não tinham tempo para cuidar das suas lavouras, visto que eles tinham que vender sua força de trabalho aos grandes proprietários de terra, ou então porque o número de membros familiares não era suficiente para suprir as atividades braçais. Em vista disso, alguns cediam um pedaço de terra para que essas pessoas pudessem morar em troca do foro e dos trabalhos não remunerados. No caso do Senhor Biu Daniel, ele descreve a sua relação com o dono da terra como sendo flexível. Todavia, não podemos generalizar que as demais relações⁴³ tenham procedido do mesmo modo “harmonioso” do que a dele.

Inclusive, a vida do campo dos anos 1950 e 1960, do contexto da fundação da Liga de Sapé até sua dissolução, era muito difícil e se tornava cada vez mais sacrificada quando houve acentuação do modo de exploração com o aumento do foro, acréscimo dos dias trabalhados no cambão, a recusa dos latifundiários em concederem terras para o sistema de morada, isso tudo ia transcorrendo de forma gradativa nas áreas rurais. No depoimento de Dona Maria, ela expõe como era o estilo de vida naquele tempo, que segundo ela:

Era uma vida que era sofrida, mas era um sofrimento que dava pra se virar, porque muitas vezes aqui eu converso com meus filho e digo, naquela época era uma época que o povo podia trabalhar em paz, num tinha esse negócio de trabalhar com medo, assustado, de ver a hora ser levado assim como o povo

⁴³ Só a título de observação, a população local de onde residem nossos entrevistados (nas comunidades de Sobrado e Sapé) viam como sendo um grande proprietário de terra a pessoa que tinham algo em torno de 15 hectares de terra ou mais.

fazia, porque meu pai morava nesse terreno que ele comprou que hoje meus irmão vivem lá, era naquele tempo dava um dia de serviço por semana, que naquele tempo chamava cambão, aí esse meu irmão que morreu era até quem ia trabalhar, ia toda segunda-feira, quando era no domingo chegava o vigia de lá num cavalo, chegava: “Seu Henrique, o doutor [Zé Marinho]mandou dizer que amanhã pra dar um dia de serviço”... [...] Aí meu pai dizia: “tá certo”, mas eles iam trabalhavam e eles pagavam aquele dia de serviço que eles trabalhavam, e no final do ano eles pagavam um forozinho, mas era um foro pequeno, que dava pra se viver. Por que quanto tempo nós vivemos lá em Maraú? Porque eu saí de Maraú eu tava com 22 anos, quando eu saí de Maraú, quando eu me casei e vim pra cá. E naquela época todo povo vivia a vida sossegada, num tinha esses sofrimento como quando começou essa Liga Camponesa. Porque mesmo no tempo dessa Liga Camponesa o povo vivia um tempo de sofrimento, um tempo sei lá, que até mesmo você vê que quando fizeram isso, quando começou esse negócio, se minha mãe tivesse trazido a minha irmã pra dentro de casa o povo tinha matado ela dentro de casa, porque botaram fogo na casa dela, queimaram a casa dela quando a gente tava dentro de casa... (Dona Maria, entrevista concedida à autora em: 28 jan. 2019) (*sic*).

Para Dona Maria, mesmo que o modo de vida naquele período tivesse suas limitações, sobretudo porque sua família ocupava a categoria de morador-foreiro, logo, havia uma dependência muito forte do patrão. Ela salienta que o valor pago pelo foro era pequeno e que tinham autonomia de mandar outras pessoas da família realizar o serviço no tocante ao cambão. Então é a partir dessa perspectiva que ela se fundamentou para dizer que eles tinham uma “vida sossegada”. Porém, foi rompida ainda em consonância com o seu pensamento por causa da Liga Camponesa de Sapé (se bem que essa opinião, se associada às outras falas de Dona Maria, deve ser entendida sobre a postura adotada pela organização após o assassinato de João Pedro). Nota-se, portanto, que na sua fala há uma idealização do passado, embora tenha consciência e reconheça a precariedade e sofrimento do homem do campo. E que este sofrimento já existia antes do surgimento da Liga, mas teria intensificado de acordo com ela, devido ao movimento. É relevante destacarmos que nos discursos anteriores de Dona Maria, ela enfatiza que a Liga de Sapé trabalhava em benefício do povo, dos mais humildes, essa crítica mais dura decorreu da violência que os irmãos dela e os outros camponeses sofriam por não querer se engajarem na organização.

Talvez essa nova conduta um tanto rígida da Liga Camponesa de Sapé teria colocado uma espécie de uma cortina de fumaça aos ideais da organização, impossibilitando assim que muitos dos trabalhadores rurais não conseguissem enxergar a sua real finalidade – que era acabar com as diversas formas de submissão que o camponês estava sujeito. Na narrativa do

Senhor Zé Carvalho podemos ter uma noção do quanto este sistema de exploração trabalhista era pesado para esses rurícolas. Segundo ele:

Os trabalhador dele [Manoel Justino], todo mundo pagava seu direito. Mesmo assim tinha aqueles que trabalhava pelo meio do mundo. Nem Zé Marinho mesmo tinha aquelas terra tudo e o povo num pagava um dia por semana, ou era por mês. Tudo ali teve cambão, trabalhava e pagava o seu direito pra morar na terra. Meu pai tinha terra mas teve tempo que eu num podia nem fazer uma casa, já morei na terra de Manoel Justino, quando eu vim se mudar eu fui morar na terra de seu Manoel Justino... E eu tinha dinheiro pra fazer [uma casa]? Eu com dez filho pra dar de comer, meu pai tinha até me dado pra fazer, justamente deixou pra cada qual os seus terreninho. Mas cadê eu poder trabalhar pra criar dez pessoas. *Um homem no mundo pra trabalhar mais que eu, digo que é mentira, duvido que tenha trabalhado mais que eu. Mexi tanta mandioca, mexi tanta farinha, tem uma semana atrás que dentro de Anta, naquele tempo não tinha esse negócio de trator, era um roçando mato, outro arrancando toco, outro cavando buraco com uma enxada. Acabava uma semana cavando buraco em barro duro, estourei a mão todinha e no fim de semana até o homem que pagava se admirou. Dava pra fazer três feira arrancando todo, mas tava com a mão toda estourada, uma chibanca velha, um machado. Tinha noite que eu trabalhava na venda ali, ficava dormindo dentro do posto, chovendo num podia vir pra cá, quando era de manhã era meter a lenha no forno e tome rodo* (Senhor Zé Carvalho, entrevista concedida à autora em: 15 out. 2018, grifos nossos) (sic).

Fundamentado no que foi dito acima, em especial a partir do que está realçado, percebe-se o quanto o sistema agrário vigente na época foi pesado para com os trabalhadores rurais, principalmente para aqueles que estavam “presos” às regras de moradia, tomando aqui como exemplo a história de vida do Senhor Zé Carvalho. E foi para extinguir com o cambão e tantas outras formas de exploração presentes no setor fundiário, que a Liga de Sapé criada por João Pedro e posteriormente administrada por Elizabeth Teixeira, lutou. É bem verdade que diante das divergências internas que foram surgindo ao longo da caminhada, e também por alguns fatores externos, como a intensificação da violência dos latifundiários, alguns procedimentos drásticos tiveram que ser tomados pelo movimento, não só para manter a unidade do grupo, como também para fortalecê-lo por meio do recrutamento voluntário (ou não) dos camponeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos estudiosos que trabalharam com a história da Liga Camponesa de Sapé, ou de outras Ligas presente no estado da Paraíba, e que de certa forma acabaram sendo influenciadas também pelas lideranças desta organização, não só pelo fato delas participarem de atos públicos realizados em outras cidades a convite de tais Ligas, mas também por ter tido personalidades importante como Assis Lemos e Elizabeth Teixeira atuando em momentos temporais diferentes na presidência da Confederação das Ligas Camponesas da Paraíba, em alguns momentos devem ter se deparado com relatos sobre tais procedimentos de violência executados pelas organizações camponesas. É pertinente notarmos que só recentemente, e com raras exceções, a Liga de Sapé passa a ser citada por alguns autores como um movimento que apresenta conflitos internos e práticas de violência sendo empregadas pelos integrantes do movimento contra aqueles que se apresentam contrários ou passivos à causa defendida por eles.

Esse quase silenciamento com relação às práticas de enchocalhamento, de agressões físicas e de tantos outros atos violentos cometidos em nome das Ligas Camponesas da Paraíba, em especial da Liga de Sapé, foi o que nos inquietou, primeiro em decorrência dos atos em si, em querer saber quais as razões que levaram o movimento a proceder de tal forma contra os próprios companheiros e camponeses (que não aderiram a luta) posto que, quando esta violência é relatada e direcionada a um grande proprietário de terra, aos seus administradores ou até mesmo capangas, foram realizadas “sempre” em decorrência de uma ação de legítima defesa, dando assim uma vestimenta de legitimidade aos atos contra aqueles que os oprimiam.

Entretanto, quando estes atos eram dirigidos a um camponês (seja ele sócio ou não da associação) as coisas mudam de figura, pois devemos entender a complexidade dessa relação para não cometermos erros históricos a partir de uma (re)leitura desses fatos sobre a história da Liga Camponesa de Sapé, que possa arranhar a trajetória de luta desse movimento que foi tão importante para o campesinato paraibano e nacional, ao mesmo tempo em que não podemos compactuar com o silêncio em torno dessas ações, que também fizeram parte da história desse movimento.

Foi por intermédio da tradição oral que obtivemos o nosso primeiro contato com tais procedimentos adotados pela Liga como mecanismos de resistência, tendo em vista o fato de residir na zona rural da cidade de Sobrado, que na época da Liga Camponesa pertencia à

Sapé, estando geograficamente próxima ao local onde se originou tudo e cuja população local mais idosa tem, em sua maioria, conhecimento sobre o que aconteceu naquele contexto histórico em que a Liga foi fundada, dirigida por João Pedro e posteriormente por Elizabeth Teixeira, e dissolvida com o golpe civil-militar de 1964. São pessoas que vivenciaram, seja como testemunhas oculares, ou como participantes do movimento, tais fatos. Na época ocupavam a posição social de camponeses (tirando o seu sustento da agricultura), enquadrando-se nas categorias de moradores foreiros e pequenos proprietários de terra.

Sendo assim, o nosso intuito foi abrir espaço através das fontes orais para que essas pessoas tivessem a oportunidade de nos contar o que sabiam sobre a Liga Camponesa de Sapé, muito embora essas histórias já viessem sendo contadas nas redes familiares pela massa campesina por meio da tradição oral. Pude constatar isso em um evento realizado em 2012 no Cinquentenário da morte de João Pedro Teixeira, quando foi inaugurado o Museu da Liga Camponesa de Sapé, na casa onde morou junto com a sua família em Barra de Antas/Sapé. Enquanto Elizabeth Teixeira ao lado do governador da Paraíba Ricardo Coutinho e outras autoridades, estavam no alpendre da casa discursando, para que em seguida fosse cortada a fita, na plateia onde eu me encontrava, comecei a escutar alguns comentários por parte de um grupo de adolescentes que aparentavam ser moradores da comunidade de Barra de Antas, explanando sobre a história da Liga de Sapé a partir dos relatos que escutavam dos seus avós. Era curioso porque o teor das abordagens coincidia, isto é, estava em consonância com aquilo que cada um tinha ouvido falar sobre esse movimento, o que caminhava em paralelo com o que eu tinha escutado da minha avó materna e meus vizinhos mais idosos. Enquanto no “palco”, ou melhor dizendo no alpendre, a história da Liga de Sapé era contada pela sua principal protagonista Elizabeth Teixeira, a guardiã daquela memória; no público, memórias iam emergindo, não para invalidar a primeira, mas sim para complementá-las. Apesar de tratar-se de uma “memória herdada”, como nos adverte Michel Pollak (1989) se referindo àquelas pessoas que sabem de um determinado acontecimento, não por ter vivenciado, mas sim por ter escutado de alguém que vivenciou tal experiência.

No caso dos nossos entrevistados, boa parte deles participaram do movimento ou tiveram familiares que foram incorporados à Liga (in)voluntariamente. Portanto, são testemunhas não só do contexto, mas dos procedimentos daquela organização. Porém, essas “memórias complementares” por muito tempo estiveram silenciadas pela historiografia que traz nas suas abordagens a história da Liga Camponesa de Sapé. Contudo, tivemos o cuidado para não nos deixarmos escorregar ou cair no revisionismo de fatos históricos que na

contemporaneidade vem cada vez mais ganhando força. Não considero aqui a imersão em tais memórias a respeito desses fatos (em que um emprego da violência física e moral) por parte da Liga Camponesa de Sapé como sendo uma outra versão ou uma nova interpretação sobre este evento, mas sim uma oportunidade de entender que essa prática foi utilizada como um mecanismo de resistência após a intensificação da violência dos latifundiários contra os camponeses e a Liga de Sapé. Deste modo, no seu imaginário, as agressões se tratavam de autodefesa, dando assim um caráter de legitimidade à ação. No que concerne à violência direcionada aos próprios membros da associação e dos camponeses que não eram filiados (e se recusavam a integrar ao movimento), foi uma maneira de assegurar a permanência de tais sócios (evitando deserções), como nos adverte Paiva (1983), e uma possibilidade de “conscientizá-los” à adesão, por meio do enchocalhamento (daqueles que se negavam a participar), bem como o uso de ameaças para convencê-los a se incorporar nas “campanhas”, tendo assim a chance de conhecer as propostas da Liga, como é declarado por Lemos (1996) decidindo assim espontaneamente aceitarem se associar à organização e “perder o medo dos latifundiários”, como é defendido por Elizabeth (ROCHA, 2016). Entretanto, no tocante aos argumentos de Lemos (1996), vale frisar que para os nossos entrevistados, assim como para aquelas pessoas que se recusaram a participar da pesquisa, esse procedimento não foi visto com bons olhos por eles e possivelmente nem pela comunidade local onde houve a atuação da Liga de Sapé onde também residem os depoentes.

Talvez a interpretação para quem emprega a violência e para aqueles que a sofrem seja diferente. Os estudos de Paiva (1983) abordam a respeito do uso da violência pelas Ligas Camponesas paraibanas a partir do conceito de uma violência legítima e ilegítima tomando como referência como essa ação era vista do imaginário popular daqueles camponeses que as praticaram e de como estes também enxergavam a violência dos patrões de acordo com tal perspectiva de violência legítima e ilegítima, dependendo da situação que decorreu.

Por isso, neste trabalho tentamos não ignorar os valores culturais com suas particularidades, presentes no espaço rural no qual os depoentes estão inseridos. Tentando assim, compreendermos como a honra, os acordos firmando a base da palavra, um modo de vida de exploração regulamentado pelo sistema paternalista vigente na época, influem para a interpretação que esses camponeses (o que empregaram e o que sofreram agressão) atribuíram à prática do enchocalhamento e dos outros tipos de violência executados pela Liga de Sapé. E até mesmo, ponderarmos sobre a ótica dos entrevistados sobre a Liga Camponesa de Sapé “em si”, ou seja, qual a concepção que eles tinham sobre o movimento.

O segundo ponto que nos inquietou se refere ao silenciamento da historiografia do campesinato paraibano com relação a estes mecanismos de resistências não só por parte da Liga de Sapé após o assassinato do líder João Pedro Teixeira, como também das demais Ligas espalhadas pelo estado. Este silenciamento, em especial na escrita acadêmica, fez com que aqueles sussurros na plateia durante a inauguração do Museu, bem como as vozes dos nossos depoentes (mesmo com timbre de voz baixo) ecoassem como um grito – que chama atenção, que perturba. Esses camponeses precisavam ser ouvidos.

Talvez para alguns leitores os depoimentos dos nossos entrevistados, ou melhor dizendo, a problemática em si dessa pesquisa, a respeito dos conflitos internos, mostrando a Liga de Sapé enquanto um movimento complexo, não soem como uma novidade, argumentando possivelmente que em todas as insurreições isso tenha ocorrido em maior ou menor grau, o que está de certa forma correto. Mas, fico imaginando se isso não seria reduzir a complexidade desses processos de luta, não se dispondo a apreendê-los em suas razões e consequências no período em que ocorreu e de como os reflexos de tais ações de outrora são (res)significados no tempo presente, essa homogeneização não seria, então, uma imprudência? Não estaria este leitor ignorando a façanha com que o sujeito se apropria da regra do jogo a quem sempre esteve subordinado, não para ditar as regras, mas para utilizá-las agora ao seu favor, como nos chama atenção Foucault?

Este caso pode ser aplicado às Ligas, em que de um lado, havia a violência exercida pelos latifundiários em defesa do direito à propriedade privada e foi tomada agora pelos camponeses em contraponto, alegando o direito de agir em legítima defesa, como nos advertiu Julião (2009) acerca das reações que poderiam ocasionar no campo diante da impunidades dos crimes que eram praticados pelos grandes proprietários de terra.

Portanto, buscamos entender os mecanismos de resistência que foram sendo criados pela Liga de Sapé, analisando os significados atribuídos da violência para quem emprega e sendo ressignificado por quem a recebe, as táticas que foram sendo construídas por alguns camponeses para não se indispor com nenhum dos lados, o sentido que o movimento camponês atribuiu ao modo de exploração a que estavam sujeitos e ao sistema vigente, tomando como instrumento apenas um “chocalho” para representar tal subordinação. Como o método de enchocalhamento, foi também uma retaliação a falta de uma consciência de classe dos rurícolas que não se integraram na organização campesina. Sendo assim, percebe-se quantas nuances estavam presentes no interior e no entorno da Liga Camponesa de Sapé, cujas narrativas dos depoentes evidenciam o quanto as lutas e disputas dentro do movimento,

como em qualquer outro, não eram homogêneas, mas sim contraditórias. Também como isso acabou refletindo na maneira de olhar e representar a associação campesina de Sapé, na qual os embates das memórias desses camponeses sobre tal fato histórico nos ajudou a ter uma dimensão mais abrangente da história deste movimento.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Francisco de Paula Melo. **João Úrsulo, homem de visão**. [s/l]: [s/e], [s/d]. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IZEsBREsmjCJ:https://rl.art.br/arquivos/6419710.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> . Acesso em: 15 jun. 2019.
- ALVES, Bernard José Pereira. Revisitando as Ligas Camponesas e disputas internas do movimento camponês. **Revista Ideias**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 02, 2015.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANKERSMIT, F. R. **A escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina-PR: EDUEL, 2012.
- ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- ARAÚJO, George Pedro Barbalho. Ligas Camponesas: Formação, Luta e Enfraquecimento. Congresso Norte-Nordeste de Inovação, 5, Instituto Federal de Alagoas, Maceió, 2010. **Anais...** Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1808/1067>> Acesso em: 30 mar. 2019.
- AUED, Bernardete W. **A vitória dos vencidos: Partido comunista brasileiro – PCB e Ligas camponesas (1955-1964)**. Florianópolis: EDUFSC, 1986.
- AUED, Bernardete W. Nos caminhos da cisão (1986). In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. (v. 04).
- AUGUSTIN, Roberta Lopes; AUGUSTIN, Sérgio. Memória e suas implicações na vida cotidiano: análise teórica. **Revista Métis**, Caxias do Sul-RS, v. 11, n. 21, 2012.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Lourdes Maria [et al] (Org). **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEHAR, Regina Maria Rodrigues. História e Memória da Experiência: a classe operária brasileira no documentário nacional. In: CEBALLOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da Silva (Org). **História, memória e comemorações**. Campina Grande: EDUFPG, 2012.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BURITY, Luiz Mário Dantas. “Latifundiários deixariam o universo às escuras se fossem proprietários do sol”: as quedas de braço nas Ligas Camponesas da Paraíba e a arquitetura civil do golpe de 1964. Encontro Nacional de História Política, 2, Universidade Federal da Paraíba, 2017, João Pessoa-PB. **Anais...** Disponível em: <http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-45032-24042017-104950.docx>. Acesso em: 23 ago. 2019.

CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes, Padres e Comunistas na Revolução sem violência**. 3. ed. Rio de Janeiro, Editor: José Alvaro, 1964.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 1. ed, 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no campo – Brasil 1962-1985**: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDD, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. Ed. Lisboa: Difel, 2002.

COELHO, Néson. **A tragédia de Mari**. João Pessoa: Ideia, 2004.

CONSULTA POPULAR – PB. **João Pedro Teixeira**: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores. João Pessoa: Ideia, 2002.

COUTINHO, Eduardo. **A família de Elizabeth Teixeira**. Rio de Janeiro e Paraíba, 2014. (64 min.).

COUTINHO, Eduardo. **Cabra Marcado para Morrer**. Rio de Janeiro: Mapa Filmes e Globo Vídeo, 1964-1981. (119 min.).

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionários/verbete. **Renato Ribeiro Coutinho (Biografia)**. Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/renato-ribeiro-coutinho>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionários/verbete. **João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho (Biografia)**. Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/joao-ursulo-ribeiro-coutinho-filho>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionários/verbete. **Flávio Ribeiro Coutinho (Biografia)**. Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coutinho-flavio-ribeiro>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Grafia**, Bogotá, v. 09, 2012.

DOURLEN, Michele Ansart. O ressentimento – As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. Reflexões sobre o uso da violência. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

ESTADO DA PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final – Paraíba**. NUNES, Paulo Giovani Antonino Nunes [et al]. João Pessoa: A União, 2017.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FENELON, Déa Ribeiro. Muitas memórias, outras histórias. In: PERDIGÃO, Andréa Bonfim (Org). **Sobre o silêncio**. São Paulo: Pulso, 2015.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006. (v. 04).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin**: os cacos da História. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul; PALMEIRA, Moacir. Rastros de Casas-Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; Wilhelm, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento (Org.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GELEDÉS. **História da escravidão negra no Brasil**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/htm>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

GIRARD, Bibiano. O sindicalismo e o peleguismo desde sempre. **O Viés**, Santa Maria-RS, 03 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.revistaovies.com/2011/01/15/o-sindicalismo-e-o-peleguismo-desde-sempre/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAM, Antônia Maria Van [et al]. **Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar**. João Pessoa: Ideia, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento - Série Regional: **Estado da Paraíba (Censos Econômicos)**, v. XVI, Tomo 2, Rio de Janeiro, 1956.

JENKINS, Keith. O que é a História. In: **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Editora Bagaço, 2013.

JULIÃO, Francisco. **Depoimento**. Entrevistadora: Aspásia Camargo. In: CPDOC, História Oral, 1982.

KOUBI, Geneviève. Entre sentimentos e ressentimento: as incertezas de um direito das minorias. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

LARA, S. H. **"O castigo exemplar" em campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e Memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LE MOS, Assis; PORFÍRIO, Waldir. **João Pedro Teixeira: a saga de um mártir**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

LE MOS, Francisco de Assis. **Nordeste**. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina, PR: UEL/UEPB, 1996.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidade**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 2006.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: EDUFPE; Editora Oito de Março, 2005.

MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de casamento, e experiências de mulheres entre famílias de usineiros em Paraíba, Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 08, 1997.

MENDONÇA, Aldo Silva de. Luta Camponesa e processo identitário em Mamanguape – PB: o caso de Itapeçica. 2013. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa.

MENEZES, Marilda A. de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, 2002.

MESQUISTA, Cláudia. Resistir à morte: a presentificação de João Pedro Teixeira no filme de Eduardo Coutinho. **Devires**, Belo Horizonte, v. 12, n. 02, 2005.

MONTEIRO, José Marciano; FERREIRA, Rafael de Farias. A reprodução das famílias políticas e as dimensões da hereditariedade no estado da Paraíba. Congresso Brasileiro de Sociologia, 18, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. **Anais...** Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/lista_area_GT33.htm>. Acesso em: 06 fev. 2018.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e a construção do Golpe de 1964. **Projeto História**, São Paulo, v. 29, n. 02, 2004.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. **Saeculum** João Pessoa, n. 18, 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Política e cultural do medo. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 16, n. 21, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, Clodomir Santo de. História das ligas camponesas do Brasil (1969). In: STEDILE, João Pedro (Org). **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. (v. 04).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 16, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUCHEMBLED, Robert. O que é a violência. In: **Uma história da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias**. 70. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MUNIZ, Roberto Silva. A fabricação de João Pedro Teixeira como o Herói Camponês. 2010. **Dissertação** (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

MUNIZ, Roberto Silva. **A fabricação de uma história monumental para Elizabeth Teixeira**. Encontro Nacional de História Oral, 10, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270417532_ARQUIVO_A_FABRICACAODEUMAHISTORIAMONUMENTALPARAELIZABETHTEIXEIRA.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

NOVAES, Regina Reyes. Violência imaginada: João Pedro Teixeira, o camponês no filme de Eduardo Coutinho. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n. 03, 1996.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PAIVA, Vanilda. Pedagogia e luta social no campo paraibano. **Revista Síntese**, São Paulo, n. 29, 1983.

PEREIRA, Joacil de Brito. **Depoimento**. Rio de Janeiro: CPDOC; Universidade Federal da Paraíba, 2001 [1978]. Mimeo.

PESSOA, Victor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba**: história e memória. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 03, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PRADO, Tomás Mendonça da Silva. Foucault e a Ética da Infâmia. **Revista ethic@**. Florianópolis, v. 13, n. 02, 2014.

RAMOS, Severino. **Marcado para morrer**: a saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder, João Pedro Teixeira. João Pessoa: Grafset, 1989.

RANGEL, Maria do Socorro. Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das ligas camponesas na Paraíba. 2000. **Dissertação** (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

RANGEL, Maria do Socorro. Territórios de confronto: uma história da luta pela terra nas Ligas Camponesas. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org). **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira**: mulher da terra. 2. ed. João Pessoa: CCTA, 2016.

SANTOS, Maria Clyvia Martins dos; SILVA, Josilena Oliveira Targina da. Violência do campo paraibano: a “Tragédia de Mari” em 1964. Encontro Nacional de Geógrafos, 28, Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2016. **Anais...** Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468205109_ARQUIVO_ENG_ARTIGO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SANTOS, Priscila Patrícia dos. Memória Filmada: Estudo do documentário de Eduardo Coutinho como possibilidade de entrecruzamento entre as narrativas histórica e cinematográfica. 2008. **Dissertação** (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

SANTOS, Vilson Pereira dos. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 09, 2013.

SCHILLING, Flávia. Silenciamentos e resistência. In: PERDIGÃO, Andréa Bonfim (Org). **Sobre o silêncio**. São Paulo: Pulso, 2005.

SCOTT, James C. **A dominação e a Arte da Resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, 2002.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente-SP, n. 07, v. 08, 2005.

SILVA, Á. R. O. Participação e visibilidade dos jovens nos assentamentos rurais do município de Mari (PB). 2014. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SILVA, Alômia Abrantes da. Paraíba, mulher-macho: Tessituras de Gênero, (desa)fios da história. 2008. **Tese** (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUSA, Ana Maria da Silva Gomes de Oliveira Lucio de. **Arqueologia do som**: O sagrado nos caminhos do gado. Encontro Regional Nordeste de História Oral, 11, Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em: <http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anaais/7/1494021730_ARQUIVO_TEXTO-FORTALEZA2017.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

TARGINO, Ivan [et al]. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Revista Ruris**, Campinas-SP, n. 01, v. 05, 2011.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

TOSI, Giuseppe. Terra e Salário para quem trabalha: um estudo sobre os conflitos sociais no brejo paraibano. 1988. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

VELÔSO, Thelma Maria Grisi. Memórias de ex-dirigentes das Ligas Camponesas na Paraíba. **Revista Brasileira de História Oral**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 02, 2005.

VERISSIMO, Fátima. Chocalhos.... Arte e Tradição. **Revista Notícias Limousine**, Odemira, n. 17, 2008.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educar para nunca mais: memória e resistência camponesa em Mari, PB, Brasil. **RIDH**, Bauru, v. 02, n. 03, 2014.

ANEXOS

ASSOCIAÇÃO DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE SAPÉ

ESTATUTO

CAPÍTULO 1

Art. 1º— A ASSOCIAÇÃO DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE SAPÉ tem por finalidade a prestação de ASSISTÊNCIA SOCIAL aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas do município e áreas vizinhas, bem como a defesa de seus legítimos direitos, de acordo com as Leis do País.

CAPÍTULO II

Art. 2º — São condições para associar-se à entidade, o exercício de qualquer das profissões indicadas no art. 19, idade mínima de 18 anos e o pagamento de uma contribuição financeira inicial de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros).

Art. 3º — Os sócios podem ser: contribuintes, beneméritos e honorários.

§ 1º — Sócios Contribuintes são os que pagam a mensalidade estipulada em Cr\$ 20,00 e cumprem os demais deveres fixados nestes estatutos.

§ 2º — Sócios Beneméritos são os que tenham proposto mais de 20 (vinte) outros, efetivamente associados.

§ 3º — Sócios Honorários são as personalidades estranhas ao quadro social, que tenham prestado relevantes serviços à Associação.

Art. 4º — São deveres dos Sócios Contribuintes e Beneméritos, cumprir os Estatutos e decisões da Assembleia e da diretoria: observar pontualidade nas reuniões e no pagamento das contribuições; zelar pelo bom nome da Associação; comunicar mudança de residência.

Art. 5º — São direitos dos Sócios Contribuintes e Beneméritos: "votar e ser votado para os cargos de direção desde que estejam quites com os cofres da Associação; participar dos debates e decisões da Assembleia; convocação de Assembleia Extraordinária em requerimento assinado por mais de 20 (vinte) associados.

CAPÍTULO III

Art. 6º — A ASSOCIAÇÃO é dirigida por uma Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

A primeira como órgão administrativo e a segunda como órgão deliberativo soberano.

Art. 7º — A Diretoria se compõe de um presidente; um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro e um orador, eleitos por maioria absoluta por um período de dois anos.

Art. 8º — Compete ao Presidente a direção administrativa da entidade, sua representação oficial e judicial, a direção das reuniões, a designação de comissões, assinatura de atas e outros documentos, visto de cheques, a autorização de despesas e demais atos necessários ao fiel cumprimento dos Estatutos.

Art. 9º — Compete ao Vice-presidente substituir e suceder ao Presidente em todas as atribuições do cargo.

Art. 10 — Compete ao 1º Secretário os trabalhos de expediente, registro, correspondência, publicidade e arquivo.

Art. 11 — Compete ao 2º Secretário, substituir e suceder ao 1º Secretário, bem como auxiliá-lo nas atividades de Secretaria.

Art. 12 — Compete ao Tesoureiro: a guarda dos valores da entidade, a escrituração de receita e despesa em balancetes mensais e anuais, o depósito em banco de quantia superior a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), o recebimento de receita e o pagamento de despesas, a promoção de campanhas financeiras em benefício da Associação.

Art. 13 — Compete ao Orador, as saudações aos visitantes, a realização de palestras sobre assuntos cívicos e de interesse de trabalho rural, bem como a representação da Associação em solenidades para que foi designado pelo Presidente.

CAPÍTULO IV

Art. 15 — O Conselho Fiscal se compõe de três (3) membros eleitos igualmente com a Diretoria.

Art. 16 — Compete ao Conselho Fiscal, dar parecer sobre os: balancetes e demais documentos da tesouraria, fiscalizar a escrituração e o movimento patrimonial e dar parecer sobre a admissão dos sócios propostos.

CAPÍTULO V

Art. 17 — A Assembleia Geral é o poder soberano da Associação e se reunirá ordinariamente, uma vez por mês ou quando convocada pela Diretoria e extraordinariamente para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, e sempre que convocada por um mínimo de um terço dos associados, mediante publicação na imprensa do Estado com antecedência entre sete e cinco dias.

Art. 18 — À Assembleia Geral Ordinária compete decidir sobre todos os assuntos importantes da atividade social que forem apresentados a sua deliberação à aprovação dos balancetes e demais atos da gestão patrimonial e administrativa da Diretoria, bem como a escolha de sócios beneméritos e honorários.

Art. 19 — As deliberações da Assembleia Geral Ordinária serão efetuadas com o mínimo da metade dos associados em primeira convocação, e com qualquer número em segunda convocação.

CAPÍTULO VI

Art. 20 — Compete à Assembleia Geral Extraordinária a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. A reforma dos Estatutos, autorização de atos que envolvam alienação ou responsabilidade do patrimônio social e a extinção da Associação.

Art. 21 — As decisões da Assembleia Geral Extraordinária serão tomadas por maioria de dois terços dos votantes com exceção da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal que será procedida por maioria simples.

CAPÍTULO VII

Art. 22 — A Associação manterá serviço de assistência social, médica, odontológica, jurídica e educativa, conforme suas possibilidades.

Art. 23 — A Associação deverá colaborar com as entidades congêneres, no interesse da melhoria das condições de trabalhos rurais.

Art. 24 — Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e Assembleia Geral.

Severino Alves Barbosa

Presidente: ***João Pedro***

Vice-presidente: ***Manuel Barbosa da Silva.***

Primeiro-Secretário: ***Pedro Ignácio de Araújo***

Segundo-Secretário: ***Severino José da Silva***

Tesoureiro: ***Walter Acioly***

Orador:

FONTE: CARNEIRO, Mario Afonso. Relatório sobre a área de Sapé. Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais: s/l, 1963 (Mimeo.).

LISTA DOS ENTREVISTADOS

ANTÔNIO EPITÁCIO DA COSTA (Data de nascimento: 28/12/1940, 78 anos) – Reside no povoado Barra de Antas (zona rural de Sapé), próximo à casa onde morava João Pedro Teixeira com sua família (transformada desde de 2012 no Museu da Liga de Sapé). Na época, o depoente chegou a participar como sócio da Liga Camponesa de Sapé, acompanhou de perto o movimento camponês liderado por João Pedro Teixeira e após o seu assassinato, no comando da viúva Elizabeth Teixeira.

ANTÔNIO INÁCIO FERREIRA NETO (cognome Totó Braz) (Data de nascimento: 04/06/1932, 87 anos) – Morador da comunidade de Antas do Sono (zona rural de Sobrado), cuja sua residência fica localizada nas imediações da Rodovia PB 073, onde ocorreu o homicídio de João Pedro. A moradia do Senhor Totó Braz fica localizada a menos de 01 km onde foi erguido uma espécie de Capela no local em que o líder camponês foi morto. Participou como membro da Liga de Sapé, tendo que se desfazer da carteirinha da Liga para não ser preso ou sofrer outro tipo de represália durante a ditadura militar no Brasil. Também conheceu João Pedro e Elizabeth Teixeira.

ÁUREA ALVES CIPRIANO DE ARAÚJO (Data de nascimento: 28/12/1940, 78 anos) – É moradora de Antas do Sono (zona rural de Sobrado). No período da Liga Camponesa de Sapé sua família morava em Maraú (Sapé) numa fazenda pertencente ao doutor José Marinho Falcão (Zé Marinho). Foram expulsos pelo fato do seu pai (vaqueiro) ter integrado a Liga de Sapé ao lado de Elizabeth Teixeira. Segundo a depoente, o seu pai era um dos homens de confiança da esposa de João Pedro. Além disso, quando Elizabeth foi obrigada a se refugiar para não ser presa, deixando os seus filhos para serem distribuídos entre os parentes, a família de Dona Áurea teria ajudado “a cuidar” das crianças, dando apoio em virtude de sua parentela terem ido morar em Antas do Sono (comunidade em que residiam boa parte dos familiares de Elizabeth Teixeira), mantendo assim contato com os filhos dela.

JOÃO FECILINO DA SILVA (Data de nascimento: 15/07/1937, 82 anos) – O depoente é morador de Chã de Barra (uma área rural que também faz parte da comunidade de Barra de Antas - Sapé). Segundo o entrevistado, ele era amigo de João Pedro Teixeira, apesar de não ter participado da Liga de Sapé, sendo testemunha ocular daquele momento histórico.

JOÃO PAIVA BENTO (cognome João Paiva Preto) – Reside na comunidade de Areia Branca (zona rural de Sobrado). Não participou da Liga Camponesa de Sapé, sabe a respeito do movimento devido a relatos de terceiros e também pelo fato do seu irmão ter sido pressionado a participar de um mutirão organizado pela Liga de Sapé. Embora inserido naquele contexto histórico-temporal da Liga, o depoente possui mais informações baseadas por uma memória compartilhada (apoiada em uma memória local) do que ter testemunhado alguma ação da organização camponesa.

JOSÉ DOMINGOS DE ARAÚJO (cognome Zé Carvalho) (Data de nascimento: 04/08/1930, 89 anos) – Mora em Antas do Sono (zona rural de Sobrado), cuja residência fica localizada a poucos metros do lugar onde João Pedro foi assassinado. O entrevistado sempre viveu na região, na época do movimento tirava o seu sustento da agricultura seja plantando ou trabalhando para Manoel Justino. Apesar de não ter integrado a Liga de Sapé, presenciou

algumas ações executadas pelo movimento e também sabe de fatos acerca da Liga a partir de relatos de terceiros.

LUIZA MARIA DA SILVA (Data de nascimento: 01/11/1941, 77 anos) – A depoente reside em Antas do Sono (zona rural de Sobrado), sempre morou naquela região e chegou a trabalhar na juventude na casa de farinha do pai de Elizabeth Teixeira raspando mandioca. Sua família no período da Liga Camponesa de Sapé tinha um vínculo de dependência com Manoel Justino (o sogro de João Pedro), pois além dele oferecer trabalho, também cedia um pedaço de terra para eles morarem (em troca o pai dela trabalhava um dia de graça para Manoel Justino). Nem ela e sua família chegaram a participar da Liga de Sapé. Na época moravam próximo à casa do pai de Elizabeth e também do local onde João Pedro foi assassinado. Atualmente, apesar de residir em Antas do Sono, ela mora numa área um pouco mais afastada desses dois lugares.

MARIA HENRIQUE FIRMINO (Data de nascimento: 26/06/1946, 72 anos) – É moradora de Chã de Barra (uma área rural que também faz parte da comunidade de Barra de Antas - Sapé), não integrou a Liga Camponesa de Sapé, embora seu cunhado (o marido de sua irmã) tenha participado e pressionado alguns membros da sua família a aderirem o movimento. Sendo assim, acabou testemunhando muitas das ações praticadas pelo movimento.

NILTON BARBOSA DE LIMA (Data de nascimento: 10/09/1944, 74 anos) – O entrevistado é atualmente morador de Antas do Sono (zona rural de Sobrado). Na época da Liga de Sapé ele morava em Corredor (também uma comunidade rural de Sobrado). Não chegou a participar da Liga, sempre tirou o seu sustento da agricultura, bem como vivenciou o sistema de moradia, sendo testemunha ocular desse acontecimento histórico.

SEVERINO ROSENDO COSTA (Data de nascimento: 14/07/1940, 79 anos) – Residente da comunidade de Cordeiro (zona rural de Sobrado). Embora o entrevistado não tenha se tornado sócio da Liga de Sapé, ele teria participado “indiretamente” dos atos (reuniões, campanhas, etc.) deste movimento. Em virtude do seu pai não querer se dispor com a Liga, pedia então a ele que fosse representando a família. Deste modo, o Senhor Severino Rosendo foi testemunha ocular de várias ações empreendidas pela organização camponesa de Sapé, assim como vivenciou no seio familiar a experiência de tentar não bater de frente nem com o grupo da Liga Camponesa de Sapé nem com o proprietário de terra (no qual tinha uma relação de dependência pelo sistema de moradia).

SEVERINO DANIEL BERNARDO (cognome Biu Daniel) (77 anos) – Morador de Areia Branca (zona rural de Sobrado), nascido e criado na região. De acordo com o depoente, o pai dele teria se filiado ao movimento camponês (mais na maioria das vezes enviava ele para o representar perante a Liga de Sapé). Posteriormente, ele próprio se associou à Liga, tendo adquirido a carteirinha.

FRANCISCA (cognome Dona Chica) – Residente da comunidade de Areia Branca (zona rural de Sobrado). Não participou da Liga de Sapé, chegou a conhecer Elizabeth Teixeira e seus filhos. Foi testemunha de algumas campanhas realizadas pela Liga Camponesa de Sapé (no sentido de ver aquela multidão de gente da Liga na estrada se dirigido para determinado local e pegando pessoas à margem do caminho para engrossar a campanha). Não sabe informar muito sobre o movimento pois no período ela havia viajado para outro estado.